

MULTITUDES METODOLÓGICAS

RAÇA, SEXO, GÊNERO E ESTADO NA ARTICULAÇÃO
DE MARCADORES DA DIFERENÇA

Victor Limeira-DaSilva
Jussara Costa
Organizadores



10 ANOS
PPGSS UEPB 2023



eduepb



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^ª. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^ª. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Victor Limeira-DaSilva & Jussara Costa
(Organizadores)

MULTITUDES METODOLÓGICAS
Raça, Sexo, Gênero e Estado na
Articulação de Marcadores da Diferença



Campina Grande-PB
2024



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidival Morais de Sousa (*Diretor*)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto de Araujo Nacre
Thaise Cabral Arruda
Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

M961 Multitudes metodológicas [recurso eletrônico] : raça, sexo, gênero e Estado na articulação de marcadores da diferença / organização e introdução de Victor Limeira-DaSilva e Jussara Costa ; prólogo de Jasbir K. Puar. – Campina Grande : EDUEPB, 2024.
461 p. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-5221-015-9 (Impresso)
ISBN: 978-65-5221-016-6 (2.000 - E-book)
ISBN: 978-65-5221-017-3 (800 - Epub)

1. Relações de Gênero. 2. Gênero e Sexualidade. 3. Raça e Gênero. 4. Identidade de Gênero. 5. Estudos Queer. I. Limeira-DaSilva, Victor. II. Costa, Jussara. III. Título.

21. ed. CDD 306.43

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

*À memória de Ninete, travesti negra cuja vida
e morte nos interpelou para esta jornada*

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pelo apoio ao projeto de pós-doutorado que possibilitou a produção e publicação desta coletânea, em termos de bolsa e recursos. Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS/UEPB por todo o suporte às ações de ensino e pesquisa que resultaram nesta publicação. À Professora Jasbir K. Puar pelos direitos de publicação e tradução de um dos seus mais importantes trabalhos. A Rodrigo Ferreira e toda a equipe de editoração pelo trabalho árduo e eficiente de revisão e produção gráfica. A Deivide Eduardo Gomes e Maria Emannuely Santos por todo o apoio na organização do Colóquio Nacional Raça, Sexo, Gênero e Estado que deu base ao projeto editorial desta coletânea e às monitoras Maria Ewllen Silva e Thays Vasconcelos pelo empenho durante os dias de evento. Finalmente, agradecemos a todas/os as/os interlocutores, colegas e parceiras/os da UEPB e de diversas instituições que contribuíram direta ou indiretamente para a potencialização investigativa e crítica desta publicação.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	13
<i>Jasbir K. Puar</i> <i>Rutgers University</i>	
INTRODUÇÃO	17
<i>Victor Limeira-DaSilva</i> <i>Jussara Carneiro Costa</i>	
BODIES WITH NEW ORGANS: BECOMING TRANS, BECOMING DISABLED	31
<i>Jasbir K. Puar</i>	
CORPOS COM NOVOS ÓRGÃOS: DEVIR TRANS, DEVIR “DEFICIENTE”	79
<i>Jasbir K. Puar</i> <i>Victor Limeira-Da Silva (Tradutor)</i>	
A CRÍTICA DE GÊNERO E RAÇA À CIÊNCIA E ÀS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO EPISTÊMICA	131
<i>Victor Limeira-Da Silva</i>	
POR OUTROS CAMINHOS POSSÍVEIS: TEORIA, MÉTODO E EPISTEMOLOGIA NAS NOSSAS PRÁTICAS DE CONHECIMENTO	167
<i>Jussara Carneiro Costa</i>	

**“AONDE” ESTÃO AS POLÍTICAS DE TRABALHO E
GERAÇÃO DE RENDA PARA A POPULAÇÃO TRANS NO
BRASIL? 207**

Jessyka Kaline Augusto Ribeiro

**GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADES: DINÂMICAS LOCAIS
E INSTITUCIONAIS INTERAGINDO NA (CON)FORMAÇÃO
DA TRANSEXUALIDADE 221**

Kelly Alves de Souza

**A INVISIBILIDADE DA MULHER TRANS: UMA ANÁLISE
DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL. 259**

Luiz Carlos da Costa Braga Junior

Edil Ferreira da Silva

**NAS BRECHAS DAS NORMAS SE
TECEM RESISTÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS
NÃO-HETERONORMATIVAS NA ESCOLA 289**

Emannuely Maria da Silva Santos

Nerize Laurentino Ramos

**PERFORMANCES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA
ESCOLA 319**

Romualdo da Silva Sales

**A “INFILTRAÇÃO” DO DEBATE SOBRE DIVERSIDADE
SEXUAL E DE GÊNERO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL: O CASO DA UFPR - LITORAL 347**

Robson de Oliveira

Layliene Kawane de Souza Dias

VÍTIMA PERFEITA: A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL E O MITO DO ABUSO MÚTUO E REATIVO.....	373
<i>Geovanya Sonally Araújo de Oliveira</i>	
<i>Jussara Carneiro Costa</i>	
DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM RELIGIÕES DE TERREIRO: UMA ANALÍTICA DAS IDEALIZAÇÕES.....	417
<i>Lucas Gomes de Medeiros</i>	
AUTORAS E AUTORES.....	457

Prólogo

De 10 a 13 de outubro de 2017, tive o imenso prazer de participar do congresso Desfazendo Gênero na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande. Mal sabia eu, antes de chegar, as surpresas que me aguardavam. O evento era diferente de qualquer outro encontro de estudos de gênero que eu já havia frequentado. Era tão queer, verdadeiramente queer, na visualidade, no afeto, no tom e na estrutura. Corpos não-binários, queer, trans e racializados circulavam livremente, vendendo cachaça e doces feitos com ervas. O mercado ao ar livre dos estudantes transbordava de cores, risadas e energia. Ri comigo mesma ao lembrar do encontro anual da Associação Nacional de Estudos sobre Mulheres nos Estados Unidos, um congresso profissionalizado e restrito por mandatos acadêmicos que exigem “provar” a disciplina. Em contraste, no Desfazendo Gênero, o ambiente dessa universidade precarizada, afetada pelas políticas de austeridade, era de uma determinação feroz, alegria e convivialidade.

Após passar alguns dias na costa brasileira, em Recife, viajar para Campina Grande em uma jornada de três horas de ônibus com outros participantes do congresso foi um privilégio especial. Passei a entender que o “interior” do Brasil é uma designação regional estigmatizada, similar ao “rural”, com seu peso negativo de ser “menos desenvolvido” e, portanto, menos avançado do que as cidades costeiras. Mas aqui não havia abjeção; o interior reivindicava todo o seu poder subversivo e orgulhoso. O próprio congresso buscava destacar a importância da produção de conhecimento no e sobre o Nordeste do Brasil, desafiando o estereótipo de ser provinciano. Nesse ambiente ruidoso e desafiador, aprendi

a entender o gênero de uma nova forma, como uma constante “confusão de gênero”. O Desfazendo Gênero em Campina Grande foi uma prática incorporada, interseccional, decolonial e radicalmente disruptiva de um campo hegemônico dos estudos de gênero no Brasil, que privilegia as instituições dos grandes centros.

Durante aqueles quatro dias no congresso, conversei com muitos acadêmicos-ativistas incríveis que desafiavam as políticas do Estado e da universidade em todos os níveis, seja lutando contra o corte de financiamento estudantil, ampliando o acesso à saúde para pessoas trans ou protestando contra a discriminação sexual e de gênero no ambiente de trabalho. A mesa-redonda sobre interseccionalidade e homonacionalismo foi, sem dúvida, um destaque marcante para mim. Em diálogo com organizadores locais, aprendi sobre os contornos do homonacionalismo brasileiro, inserido no racismo biopolítico do Estado, que coexiste com altos índices de violência homofóbica e transfóbica. Fiquei especialmente tocada pela discussão sobre a colonialidade ocidental e a interseccionalidade, a resistência das feministas negras e trans brasileiras às epistemologias essencialistas e colonizadoras, e as cosmologias alternativas que informam essas práticas de resistência.

Foi uma honra interagir com acadêmicos e ativistas radicais incríveis. Quero agradecer especialmente à ativista trans dos direitos humanos Vivianne Vergueiro, que passou vários dias me mostrando Recife e ainda teve a árdua tarefa de traduzir em tempo real minha palestra para o português; ao Professor João Manuel Portugal Oliveira, da Universidade Federal de Santa Catarina, pela acolhedora hospitalidade e companhia animada; e à Professora Jussara Carneiro Costa, uma das principais organizadoras do congresso, por me receber calorosamente e me apoiar em Campina Grande em tudo o que precisei. Também gostaria de agradecer a todos os estudantes de graduação e pós-graduação que conheci, em especial aos da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, cujas histórias de perseverança diante do desfinanciamento de seus programas, bolsas e auxílios financeiros me impactaram

profundamente enquanto eu refletia sobre o que realmente significa ser um acadêmico no sul global.

Jasbir K. Puar
Rutgers University

Introdução

*Victor Limeira-DaSilva
Jussara Carneiro Costa*

Esta coletânea de textos é resultado de ações articuladas pelo projeto de pós-doutorado *Raça e Gênero no Discurso Científico de Formação da Identidade Nacional e Institucionalidade do Estado Brasileiro*, do Dr. Victor Limeira-DaSilva, sob supervisão da Professora Dra. Jussara Costa, financiada pela CAPES, no âmbito da Linha de Gênero, Diversidade e Relações de Poder do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. A referida investigação adensa provocações aportadas em experiências de pesquisa anteriores, questionando como o discurso científico sobre as diferenças humanas, produzido ou recepcionado no Brasil, contribui para a dinâmica de ordenamento social e articulação dos marcadores de raça, sexo e gênero, na organização da institucionalidade estatal, na governamentalidade neoliberal e na identidade nacional brasileira. Como produção atrelada ao plano de trabalho e pesquisa, esta coletânea busca trazer contribuições críticas aportadas pelos estudos feministas, queer e decoloniais, bem como por campos como o pós-estruturalismo e a filosofia da diferença, articulando desde as injeções entre arranjos epistêmicos e as dinâmicas de dominação geopolíticas globais até as experiências que informam táticas de resistência locais, mediante o recurso estratégico aos marcadores da diferença como elementos de categorização sócio-científica, mas também de análise e intervenção política.

As ações de estágio pós-doutoral que se concretizam nesta publicação também se articulam em torno de esforços ensejados pelo Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais (NINETS), no âmbito da UEPB e fora dele, em termos de pesquisa e extensão voltadas para temas e problemas suscitados pelos estudos de gênero, sexualidade e raça nas ciências sociais e sociais aplicadas, mas não restrito a essas. Desde projetos iniciados em 2013 com o objetivo de somar conhecimentos e esforços para o enfrentamento do racismo, da violência contra a mulher e as populações dissidentes de gênero e sexualidade, passando pela realização do *III Seminário Internacional Desfazendo Gênero* em 2017 em vista de tecer alianças e estratégias mais amplas de resistência epistêmica e política através da diferença, até as atuais ações de estudo e pesquisa no âmbito da Linha de Pesquisa Gênero, Diversidade e Relações de Poder, esta coletânea busca apresentar discussões e pesquisas que se relacionam diretamente com os 13 anos de trajetória do NINETS, grande parte deles compartilhada com o PPGSS em muitos momentos durante os seus 10 anos de história.

Ao compartilhar a noção foucaultiana do poder como estratégia e a noção deleuziana da teoria como ferramenta, buscamos estabelecer interlocução com provocações teóricas que se encontram na problematização das relações entre a produção do saber e a gestão de poder que envolvem os parâmetros para reconhecimento como sujeito no mundo. A mirada na articulação de marcadores de raça, sexo e gênero visa notadamente a problematização da desqualificação de formas locais de conhecimento e maneiras não ocidentalizadas de compreender o mundo e nele atuar. A preocupação com a questão do conhecimento e da dominação epistêmica, problemas que são centrais para os campos e teorias que mobilizamos, fomenta a busca por exercícios de ruptura epistemológica através da crítica aos primados normativos, totalizadores e hierárquicos da chamada ciência ocidental. O projeto desta coletânea também dialoga intimamente com trabalhos no

campo dos estudos sul-asiáticos decoloniais e da subalternidade dos saberes marginalizados, bem como da história e filosofia da ciência de inspiração crítica feminista.

Nesse sentido, nossa interação com as teorias feministas se constitui como um dos principais fios de interrogação a partir da multiplicidade de perspectivas e das próprias diferenças existentes entre os feminismos, o que nos permite reunir questionamentos e problematizações que não se limitam às principais pautas de mulheres, mas, miram todo o arcabouço das relações de poder que se enredam com a produção do saber sobre raça, sexo e gênero no contexto da gestão das diferenças, das lutas sociais e dos direitos. Compreendemos a produção do conhecimento, principalmente o científico, como um grande “arquivo global” para o qual diversos agentes científicos e não-científicos contribuem, em meio a relações desiguais de poder e reprodução da lógica da colonialidade. A linha de pensamento que articula as presentes provocações se volta para as múltiplas histórias, formas de conhecimento, saberes e práticas subalternizados que circulam e questionam postulados filosófico-científicos normativos e dinâmicas sociais e institucionais de controle que encontram diversos espaços de reprodução no tecido social.

Como parte integral do Plano de Trabalho de pós-doutorado que possibilitou a organização desta coletânea, a avaliação do estado da arte da produção sobre problemas de raça, sexualidade e gênero, no campo do Serviço Social e nas ciências sociais como um todo, nos direcionou para o ponto nodal que justifica e mesmo explicita a necessidade da reunião de trabalhos aqui concretizada: a coerência da relação entre epistemologia, teoria e método. Ao passo que os campos de estudos de gênero, sexualidade e raça têm se ampliado imensamente nas últimas décadas em termos de produção, esse avanço não tem sido acompanhado por resultados que coerentemente busquem refutar premissas teórico-epistemológicas sem reiterá-las. Lançamos mão de interlocuções estabelecidas entre os campos de saber mencionados

como pistas para encontramos a coerência que deve caracterizar nossas práticas de investigação. Dentre estas, a aproximação com a analítica foucaultiana e as provocações deleuzianas para pensar estratégias de incorporação dos saberes e das experiências locais, bem como das múltiplas diferenças humanas, de modo a fazer a potência crítica dessas vozes falar nos nossos textos sem reproduzirmos premissas representacionistas ou relativistas. Esse desejo pela coerência em termos de epistemologia, teoria e método é pré-condição para a recusa efetiva e ética dos primados da produção do conhecimento que durante séculos tem informado os próprios processos de esquadramento e estratificação das diversas formas de ser humano ou não-humano.

A presente coletânea identifica como seu eixo temático principal os processos de governamentalidade estatal, as relações de poder, a produção do conhecimento e as estratégias de resistência que tomam lugar no espectro sociocultural onde os marcadores da diferença se encontram. Essa tarefa não visa contribuir para a construção de esquemas piramidais e cumulativos de opressão, mas de olhar para as intersecções dos marcadores de raça, sexo e gênero de modo a desafiar a razão de Estado, identificando de que maneira as formas de controle próprias das sociedades biopolíticas neoliberais são refinadas através de nossas práticas, como *locus* de produção do conhecimento sobre as identidades e as diferenças.

Esta coletânea reúne artigos para pensar como esses processos tecem transversalmente as várias esferas da vida e das práticas sociais por meio de mecanismos sistêmicos de controle, funcionalizados pelos aparatos sociais que constituem parte central da esfera de instituições através das quais o Serviço Social atua como campo profissional e acadêmico. Além disso, as investigações sobre as dinâmicas em tornos das identidades e das diferenças de raça, sexo e gênero no campo da institucionalidade e da gestão do Estado, se voltam para grupos sociais e estratos populacionais que constituem as principais demandas investigativas e interventivas do Serviço Social.

Com esta publicação, articulamos ensaios e resultados de pesquisas desenvolvidos por intelectuais articuladas/os a partir das ciências sociais e várias outras áreas do conhecimento, instituições e países que têm imenso potencial para contribuir com os esforços do Serviço Social para o adensamento e complexificação dos nossos entendimentos sobre o papel dos determinantes de raça, sexo e gênero na constituição da questão social.

O caminho percorrido possibilita um enquadramento de como raça, sexo e gênero se coadunam na construção de um ideal de sujeito, de identidade ou de nacionalidade, que incidem no ordenamento da institucionalidade estatal e na organização das políticas governamentais para os grupos populacionais organizados segundo a categorização exercida por tais marcadores. Também nos preocupamos em evidenciar como as experiências e dinâmicas locais preservam alguns elementos que permitem com que as práticas escapem a esse efeito de homogeneização que é caudatário da colonialidade, possibilitando a reconfiguração de táticas e resistências contemporâneas no ambiente acadêmico ou fora dele.

Materializando seu horizonte crítico à própria lógica de organização compartimentada e disciplinarizada do conhecimento científico, esta coletânea não se reduz a uma busca pretensa por uma voz uníssona entre todas as/os autoras/es e a equipe editorial. Ao contrário, considerando sua mirada transdisciplinar, multi-metodológica e pluri-epistêmica, propomos que os diversos lugares de produção de conhecimento e áreas do saber aqui reunidos implicam na possibilidade de enriquecer nossa capacidade de ler problemas e temas que são centrais para o Serviço Social a partir de diversas perspectivas e formas de investigar. A única unicidade proposta e buscada é o comprometimento com uma compreensão de produção de “conhecimento situado”, tomando de empréstimo o conceito de Donna Haraway, para dizer em outras palavras: conhecimento comprometido e enraizado na experiência de sujeitos marcados pelas diversas categorizações sociais

das diferenças humanas que reforçam mecanismos de poder e funcionalizam exclusões sistêmicas.

Entre 11 e 12 de junho de 2024, reunimos remotamente dois painéis de autoras/es cujas trajetórias de pesquisa se cruzam com a história de atuação e produção do NINETS e do PPGSS, seja como discente de graduação e pós-graduação, egressa/o, pesquisador/a ou docente. O *I Colóquio Nacional Raça, Sexo, Gênero e Estado* consolidou-se como uma oportunidade de rico debate entre autores e participantes de 68 instituições de ensino, pesquisa e organização social distintas, presentes através de cerca de 200 participantes das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No evento, consolidamos as linhas gerais do projeto editorial desta coletânea, cujo alcance crítico se ampliou drasticamente a partir da acolhida de inúmeras sugestões, ideias e problemas que enriqueceram a forma final de grande parte dos trabalhos apresentados aqui. A proposta do colóquio de autores se constituiu como uma experiência multivocal que buscou exercitar formas coletivamente construídas de produção, crítica e validação do conhecimento.

Intitular este livro como *Multitudes Metodológicas* se alinha às provocações dos estudos queer e de gênero, em trabalhos como os de Judith Butler e Jasbir Puar, que se apropriam e ressignificam o conceito de *multitude* de Michael Hardt e Antonio Negri, relacionando-o à resistência interseccional e à política de diferença em contextos de articulação entre raça, gênero e sexualidade. Ao contrário de outros sentidos capturados pela institucionalização das lutas identitárias, entendemos *multitude* principalmente com um olhar deleuziano, de multiplicidade, de conjuntos nunca idênticos de singularidades, como um campo aberto de relações que não é homogêneo nem idêntico a si mesmo. Pensamos as possibilidades metodológicas que trazemos nesta reunião de textos como *multitude* não somente pela ênfase nas “multidões” das diferenças humanas que estudamos, mas pelo aspecto das distintas formas de investigar que as múltiplas formas de vida e

os diversos saberes subalternizados nos suscitam. A dimensão do “multitudinal” também se reflete na própria maneira como a coletânea se estrutura, pensada através de conjuntos agregados de produções heterogêneas em torno das linhas metodológicas que evidenciamos como centrais. Por isso, a apresentação do itinerário de leitura não se deterá à sumarização linear dos capítulos que se sucedem, mas das articulações que podem ser feitas a partir dos diálogos que as/os colaboradoras/es desta coletânea nos trazem.

Começamos pelo artigo *Por Outros Caminhos Possíveis: Teoria, Método e Epistemologia nas Nossas Práticas de Conhecimento*, apresentado pela Professora Dra. Jussara Carneiro Costa, uma das organizadoras desta coletânea. A autora nos apresenta subsídios para exercitar estrategicamente outros modos de investigação, análise e reflexão. Ao problematizar desafios ainda encontrados nas nossas práticas de conhecimento, dialoga com a crítica feminista à noção de construção social, utilizada para enquadramento categórico das diferenças nos processos de teorização social, desencadeando uma análise crítica dos postulados epistêmicos a serem confrontados, dentre os quais a interpretação sobre os modos de exercício do poder; o postulado da representação e sua relação com a construção do sujeito; a objetividade neutra e os procedimentos de controle do saber. Pondo em relevo os efeitos desses postulados na desqualificação de sistemas de saberes locais, identifica desafios para incorporá-los na reinterpretação dos fenômenos sem reiterar pressupostos representacionistas e incorrer em relativismos, apresentando como recurso estratégico para enfrentá-los a análise do discurso foucaultiana, nas suas configurações arqueológicas e genealógicas. Considerando a especificidade da relação com o que se considera “fonte”, problema de pesquisa e/ou análise na esfera dos saberes locais, problematiza ainda aspectos da relação com o método, evidenciando a necessidade de um enfoque multi-metodológico que subverta os efeitos da disciplinarização do saber. O texto é arrematado com a apresentação de possibilidades vislumbradas para o exercício

da investigação, análise, reflexão e organização da escrita sem reforçar os pressupostos atacados.

Seguindo o esforço de adensar a problematização da relação saber-poder na configuração da racionalização de Estado, no texto *A Crítica de Gênero e Raça à Ciência e às Estratégias de Dominação Epistêmica*, o Professor Dr. Victor Limeira da Silva apresenta um ensaio panorâmico no qual desenvolve densa reflexão sobre possíveis parâmetros e potencialidades teórico-metodológicas que os estudos feministas críticos da ciência têm a oferecer para a nossa produção acadêmica sobre gênero, raça, sexualidade e classe no âmbito das ciências sociais, sociais aplicadas e das humanidades. As reflexões encontram-se organizadas em dois eixos: a crítica feminista às ideias de neutralidade e objetividade da ciência; e as contribuições do campo de estudos críticos de gênero para os desafios da investigação do domínio epistêmico nas nossas pesquisas sobre questões de raça, sexualidade e gênero no contexto da institucionalidade estatal. Limeira-DaSilva contribui para o entendimento urgente de que a grande expansão dos estudos acadêmicos com foco em raça, sexualidade e gênero não tem tido correspondência no amadurecimento de outros parâmetros teórico-metodológicos nos quais podemos nos apoiar para uma crítica ética, coerente e perspectivista da ciência e do conhecimento científico. Esse exercício visa encontrar caminhos pelos quais podemos resistir e/ou escapar às estratégias de dominação epistêmica e controle biopolítico, próprios de sociedades nas quais as diferenças humanas são matéria-prima dos mecanismos de racismo de Estado chancelados pelo conhecimento científico e pela academia.

A ênfase na racionalização de Estado como *locus* de produção das inteligibilidades dos corpos assinalados pela diferença, estão presentes no artigo *Bodies with New Organs: Becoming Trans, Becoming Disabled*, apresentado tanto em sua versão original quanto na sua primeira tradução para o português pelo Dr. Victor Limeira-DaSilva, como *Corpos com Novos Órgãos: Devir Trans*,

Devir “Deficiente”. No artigo, a Professora Dra. Jasbir Puar analisa a relação entre as identidades trans e a deficiência, enfatizando o modo pelo qual o processo de reconhecimento de pessoas trans pelo Estado norte-americano reforça normas de corpos habilitados que atendem tanto a mandatos de gênero normativo e raça “devida” como a interesses neoliberais de recrutamento de corpos fragmentados para o mercado. Além disso, Puar explora como a Lei dos Estadunidenses com Deficiências (ADA) estabelece uma versão de normatividade de gênero que muitas vezes marginaliza ainda mais as experiências trans e não conformes em relação aos padrões corporais considerados viáveis pelo biopoder, essencialmente racista, capacitista e homonacionalista. Desse modo, argumenta que as categorias de trans e de pessoas com deficiência são ontologicamente irreduzíveis e se dissolvem em uma multiplicidade de experiências que têm grande potencialidade de mutar e “mutilar” não somente padrões de capacidade e gênero, mas também de raça, entendendo gênero a partir da perspectiva das “corridas raciais”.

Reflexões que navegam na mesma corrente, porém olhando para o contexto brasileiro, são encontradas no artigo *“Aonde” estão as políticas de trabalho e geração de renda para a população trans no Brasil?* através do qual a Professora Dra. Jéssyka Ribeiro aponta a insuficiência do Estado na formulação de políticas públicas de trabalho e geração de renda para pessoas trans. Baseada em pesquisas desenvolvidas durante seu doutoramento, a autora observa que, onde deveriam existir políticas, encontramos poucas ações e/ou iniciativas que, quando existem, revelam-se insuficientes e tímidas, dificilmente cumprindo as metas estabelecidas. Outra característica apontada refere-se ao nomadismo e ausência de lugar para estas iniciativas nos aparatos institucionais do Estado brasileiro.

Corroboram ainda esse tipo de análise as reflexões apresentadas pelo mestrando Luiz Carlos Braga Jr. e o Professor Dr. Edil da Silva no texto *A Invisibilidade da Mulher Trans: uma análise*

da violência institucional na previdência social. Como parte das investigações em andamento no âmbito do mestrado em Serviço Social – PPGSS/UEPB, o texto busca problematizar a determinação exercida por marcadores de gênero e sexualidade nas políticas públicas de concessão de direitos sociais e civis à população trans no Brasil, notadamente no que se refere à violência institucional via burocratização e discriminação que incide de forma desproporcional sobre mulheres trans em busca de direitos previdenciários.

Adensando a análise das experiências trans, contamos com o artigo *Gênero, Raça e Sexualidades: Dinâmicas Locais e Institucionais Interagindo na (Con)Formação da Transexualidade*, da doutoranda Kelly Alves. Fruto da dissertação de mestrado defendida no PPGSS-UEPB e intitulada “Família, escola e trabalho na experiência de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande - Paraíba”, Kelly Alves parte da problematização à localização da experiência transexual no âmbito do dispositivo da sexualidade para analisar as trajetórias acumuladas por travestis de Campina Grande-PB na relação com família, escola e trabalho, como espaços de socialização primária, a partir dos quais se experimenta o controle e a abjeção, mas também as primeiras redes de proteção social. O artigo apresenta o perfil socioeconômico das interlocutoras da pesquisa, a partir do qual interroga como a experiência vivida nessas três esferas se relacionam ao quadro apresentado, observando ainda como os elementos da cultura e sociabilidade locais impactam as relações estabelecidas por essas mulheres.

Seguindo a linha de problematização de como as técnicas de controle articuladas pela razão de Estado podem se infiltrar em práticas profissionais sistematicamente organizadas para seu enfrentamento, apresentamos o artigo *A “Infiltração” do debate sobre diversidade sexual e de gênero na formação em Serviço Social: o caso da UFPR – Litoral*, apresentado pelo Professor Dr. Robson de Oliveira e a mestrandia Layliene Dias. Tomando como base investigações realizadas com três grupos focais compostos por estudantes da área na Universidade Federal do Paraná (UFPR), o

texto parte da problematização das formas de articulação entre raça, sexo e gênero na organização de classes sociais e formação da compreensão da vida social brasileira, em vista de analisar a “infiltração” do debate sobre diversidade sexual e de gênero no Serviço Social, especialmente no contexto da formação profissional. Dentre os resultados apresentados, destacam-se a ausência da discussão no processo formativo discente, bem como as persistentes dificuldades de incorporação dos marcadores como raça/etnia, gênero e sexualidade como constitutivos e, portanto, indissociáveis da formação das classes sociais e da questão social.

Com o artigo *A Autodefesa e a Vítima Perfeita: A Lei de Alienação Parental e o Mito do Abuso Mútuo e Reativo*, a mestrandia Geovanya Araújo e a Prof. Dra. Jussara Costa apresentam primeiros resultados de pesquisa em desenvolvimento no PPGSS-UEPB. As autoras examinam a Lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318), sua base problemática e sua função como instrumento de violência processual de gênero, especialmente sobre as formas como a interpretação jurídica a respeito da autodefesa feminina no contexto de violência intrafamiliar tende a vilanizá-la, culpabilizá-la ou (re)vitimizá-la, acarretando sérios prejuízos em termos de saúde mental, integridade física e garantia de direitos humanos fundamentais. Além disso, as autoras questionam noções de neutralidade jurídica ao mostrarem que não somente a sociedade e a opinião pública tenderão a uma percepção “genderificada” dos papéis de vítima e agressor, mas também o discurso jurídico que na maioria das situações analisadas e dados levantados se baseia em convenções sociais androcêntricas para justificar decisões baseadas na questionada lei em contextos de violência intrafamiliar.

Como espaços enfaticamente estratégicos para difusão do controle, as análises sobre experiências escolares reunidas nesta coletânea fornecem importantes suportes para perceber e avaliar como a articulação entre marcadores de raça, gênero e sexualidade se processa nos meios institucionais mais cotidianos. No artigo *Performances de Gênero e Sexualidade na Escola*, o Dr. Romualdo

Sales dialoga com o filósofo francês Michel Foucault acerca do funcionamento da performatividade de gênero e sexualidade na escola como parte das tecnologias empregadas na constituição dos sujeitos, considerando, sobretudo, o caráter ambivalente das disputas discursivas articuladas em torno de temas como educação e escola: ao mesmo tempo em que se aponta para o protagonismo dos sujeitos no espaço escolar, limita-se suas possibilidades de agência em termos de performances de gêneros, sexualidades, desejos e afetos.

A partir da vivência escolar, as reflexões aqui reunidas articulam também leituras táticas que permitem exercitar a resistência, como encontramos no artigo *Nas brechas das normas se tecem resistências: Experiências não-heteronormativas na escola*, apresentado pela doutoranda Maria Emannuely e a Prof. Dra. Nerize Ramos. O trabalho resulta de pesquisa desenvolvida numa escola pública localizada na zona urbana do município de Queimadas (PB), voltada ao mapeamento das formas de resistência elaboradas por estudantes não-heteronormativos/as para enfrentar abjeções associadas à LGBTQIAPfobia no espaço escolar e fora dele. A análise desenvolvida a partir da investigação corrobora a argumentação de que, mesmo a normatização sexual constituindo uma das técnicas de controle e disciplinamento que integram as práticas escolares, constata-se a impossibilidade de esta ser completamente seguida. O controle, a disciplina e a vigilância não se constituem como a única face da relação com o poder para estudantes em desacordo com a heteronormatividade, cujas experiências são transversalizadas pela ambivalência associada aos tensionamentos vivenciados no terreno escolar: o desejo pelo controle e o desejo pelo enfrentamento.

Com o texto *Dissidências de gênero e sexualidade em religiões de terreiro: uma analítica das idealizações*, apresentado pelo Professor Dr. Lucas Gomes de Medeiros, chegamos a um excelente desfecho para a discussão sobre resistência delineada a partir dos saberes locais. Baseado em pesquisas que sustentaram sua

tese de doutoramento, realizadas nos terreiros de Candomblé, Umbanda e Jurema de Campina Grande-PB, entre os anos de 2014 e 2022, o autor se debruça sobre textos clássicos dedicados ao tema para problematizar o entendimento amplamente difundido de que aí encontraremos espaços que podem ser reconhecidos como “matriarcais”. Sem deslegitimar narrativas encontradas, o autor aponta limites que as perpassam e demonstram como os terreiros se constituem como espaços onde as compreensões de mundo ocidentalizadas e não ocidentalizadas coexistem sem os conflitos encontrados na racionalidade externa a esses espaços. Ao analisar marcadores sociais de gênero e sexualidade nas religiões de terreiro, Medeiros aponta ser no espaço intersticial dessa coexistência que os referidos marcadores correm soltos e livres das unidades de sentido caras tanto às religiões hegemônicas como aos discursos acadêmicos.

Bodies With New Organs: Becoming Trans, Becoming Disabled

Jarbir K. Puar

“Transgender rights are the civil rights issue of our time.” So stated Vice President Joe Biden just one week before the November 2012 election. Months earlier President Barack Obama had publicly declared his support for gay marriage, sending mainstream LGBT organizations and queer liberals into a tizzy. Though an unexpected comment for an election season, and nearly inaudibly rendered during a conversation with a concerned mother of Miss Trans New England, Biden’s remark,¹ encoded in the rhetoric of

1 Donavan Slack, “Biden Says ‘Transgender Discrimination Civil Rights Issue of Our Time,’” Politico, 30 October 2012, www.politico.com/politico44/2012/10/biden-says-transgender-discrimination-civil-rights-147761.html.

* N.E.: This article was originally published by *Social Text* 124, Vol. 33, No. 3 • September 2015. DOI 10.1215/01642472-3125698 © 2015 Duke University Press, whose right to republish we thank to the author.

* N.A.: This article has evolved over many conversations, places, and times. I have been very lucky to have had engaged audiences at the University of Maryland, Ohio State University, Linköping University, the University of Indiana, the University of Bergen, Cornell University, the Institute for Cultural Inquiry in Berlin, King’s College, and Manchester University. Thanks also to Tavia Nyong’o, Ed Cohen, Julie Livingston, Elena Glasberg, and Susan Stryker for feedback and encouragement on various drafts, and to Alex Pittman for his endless patience. As ever, my analyses have been challenged and sharpened (hopefully) through many dizzying exchanges with Jord/ana

recognition, seemed logical from a now well- established civil rights – era teleology:² first the folks of color, then the homosexuals, now the trans folk.³

What happens to conventional understandings of “women’s rights” in this telos? Moreover, the “transgender question” puts into crisis the framing of women’s rights as human rights by pushing further the relationships between gender normativity and access to rights and citizenship. I could note, as many have, that failing an intersectional analysis of these movements, we are indeed left with a very partial portrait of who benefits and how from this according of rights, not to mention their tactical invocation within this period of liberalism whereby, as Beth Povinelli argues, “potentiality has been domesticated.”⁴ As Jin Haritaworn and C. Riley Snorton (2013, p. 67) argue:

It is necessary to interrogate how the uneven institutionalization of women’s, gay, and trans politics produces a transnormative subject, whose universal trajectory of coming out/transition, visibility, recognition, protection, and self- actualization largely remain uninterrogated in its com-

Rosenberg, who never fails to follow through on the implications of every last thought and idea.

2 See Siobhan B. Somerville, “Queer Loving,” *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* 11, no. 3 (2005): 335-70.

3 There was healthy skepticism from other quarters, including trans rights grassroots activists asking the important questions about welfare, safety, work, economics, and health care. For some examples, see S. E. Smith, “Joe Biden Calls Transgender Discrimination ‘the Civil Rights Issue of Our Time,’” *xo Jane*, 31 October 2012, www.xojane.com/issues/joe-biden-calls-transgender-discrimination-the-civil-rights-issue-of-our-time/; Natasha Lennard, “What Took Biden So Long on Trans Discrimination?,” *Salon*, 31 October 2012, www.salon.com/2012/10/31/if_trans_discrimination_is_the_civil_rights_issue_of_our_time_why_is_biden_just_mentioning_it_now/.

4 Beth Povinelli, lecture at American University of Beirut, 14 March 2013.

plicities and convergences with biomedical, neoliberal, racist, and imperialist projects.⁵

In relation to this uneven institutionalization, Haritaworn and Snorton (2013) go on to say that trans of color positions are “barely conceivable”. The conundrum here, as elsewhere, involves measuring the political efficacy of arguing for inclusion within and for the same terms of recognition that rely on such elisions. There is a tension between the desires for trans of color positions to become conceivable and their bare inconceivability critiquing and upending that which seems conceivable.

Biden’s remarks foreshadow the steep cost for the intelligibility of transgender identity within national discourses and legal frames of recognition. Does his acknowledgment of transgender rights signal the uptake of a new variant of homonationalism – a “trans(homo)nationalism”? Or is transgender a variation of processes of citizenship and nationalism through normativization rather than a variation of homonationalism? In either instance, such hailings, I argue, generate new figures of citizenship through which the successes of rights discourses will produce new biopolitical failures — trans of color, for one instance. Susan Stryker and Aren Z. Aizura (2013, p. 10) call the “production of transgender whiteness” a “process of value extraction from bodies of color” that occurs both nationally and transnationally.⁶ Thinking of this racial dynamic as a process of value extraction highlights the impossibility of a rights platform that incorporates the conceivability of trans of color positions, since this inconceivability is a precondition to the emergence of the rights project, not to mention central to

5 C. Riley Snorton and Jin Haritaworn, “Trans Necropolitics: A Transnational Reflection on Violence, Death, and the Trans of Color Afterlife,” in *Transgender Studies Reader 2*, ed. Susan Stryker and Aren Z. Aizura (New York: Routledge, 2013), 67.

6 Susan Stryker and Aren Z. Aizura, “Introduction: Transgender Studies 2.0,” in *Transgender Studies Reader 2*, 2013, 10.

its deployment and successful integration into national legibility. Adding biopolitical capacity to the portrait, Aizura (2006, p. 295) writes that this trans citizenship entails:

Fading into the population . . . but also the imperative to be 'proper' in the eyes of the state: to reproduce, to find proper employment; to reorient one's 'different' body into the flow of the nationalized aspiration for possessions, property [and] wealth.⁷

This trans(homo)nationalism is therefore capacitated, even driven by, not only the abjection of bodies unable to meet these proprietary racial and gendered mandates of bodily comportment but also the concomitant marking as debilitated of those abjected bodies. The debilitating and abjecting are cosubstancing processes.

In light of this new but not entirely unsurprising assimilation of gender difference through nationalism, I want to complicate the possibilities of accomplishing such trans normativization by foregrounding a different historical trajectory: one not hailed or celebrated by national LGBT groups or the median or explicitly theorized in most queer or trans theory. This is the move from the 1990 Americans with Disabilities Act (ADA) to the present moment of trans hailing by the US state.⁸ Historically and contemporaneously, the nexus of disability and trans has been fraught,

7 Aren Z. Aizura, "Of Borders and Homes: The Imaginary Community of (Trans) sexual Citizenship," *Inter-Asia Cultural Studies* 7 (2006): 295.

8 Susan Stryker (personal communication via e-mail, 20 June 2013 and 25 August 2013) has referred to this as "transnormative citizenship." As she wonders: "Is trans just an additive to the concept of homonationalism, or does it create (trans) gender trouble for the concept? My own sense is that homonationalism involves the capture of homonormativity by state/governmentality, and the capture of transnormative gender is another instance of the same process, but is not necessarily homo (sometimes it is, sometimes it isn't)" (23 June 2013).

especially for trans bodies that may resist alliances with people with disabilities in no small part because of long struggles against stigmatization and pathologization that may be reinvoked through such an affiliation. But stigmatization is only part of the reason for this thwarted connection.

Neoliberal mandates regarding productive, capacitated bodies entrain the trans body to recreate an abled body not only in terms of gender and sexuality but also in terms of economic productivity and the economic development of national economy.⁹ Thus, trans relation to disability is not simply one of phobic avoidance of stigma; it is also about trans bodies being recruited, in tandem with many other bodies, for a more generalized transformation of capacitated bodies into viable neoliberal subjects.

Given that trans bodies are reliant on medical care, costly pharmacological and technological interventions, legal protections, and public accommodations from the very same institutions and apparatuses that functionalize gender normativities and create systemic exclusions, how do people who rely on accessing significant resources within a political economic context that makes the possessive individual the basis for rights claims (including the right to medical care) disrupt the very models

9 Dan Irving writes that “constructions of transsexuals as viable social subjects by medical experts, transsexual individuals, researchers, and allies were, and continue to be, shaped significantly by discourses of productivity emerging from and reinforcing regimes of capitalist accumulation. To move toward achieving social recognition, the transsexual body must constitute a productive working body, that is, it must be capable of participating in capitalist production processes.” Irving claims that this results in “the construction of transsexual subjectivities in ways that reinforce dominant exploitative class relations.” Perhaps it is worth affirming that while perhaps correct, this assessment can be made of many bodies solicited for neoliberal subjecthood. Irving goes on to exceptionalize the trans body by arguing that “appeals to mainstream society to accept transsexuals as legitimate subjects often emphasized their valuable contributions to society through their labor.” Dan Irving, “Normalized Transgressions: Legitimizing the Transsexual Body as Productive,” *Radical History Review* 100 (2008): 42.

on which they depend in order to make the claims that, in the case of trans people, enable them to realize themselves as trans in the first place? I explore this conundrum for trans bodies through the ambivalent and vexed relationship to disability in three aspects: (a) the legal apparatus of the ADA, which sets the scene for a contradictory status to disability and the maintenance of gender normativity as a requisite for disabled status; (b) the fields of disability studies and trans studies, which both pivot on certain exceptionalized figures; and (c) political organizing priorities and strategies that partake in transnormative forms not only of passing but also of what I call “piecing,” a recruitment into neoliberal forms of fragmentation of the body for capitalist profit. Finally, I offer a speculative differently imagined affiliation between disability and trans, “becoming trans,” which seeks to link disability, trans, racial, and interspecies discourses to make boundaries porous through the overwhelming force of ontological multiplicity, attuned to the perpetual differentiation of variation and the multiplicity of affirmative becomings. What kinds of assemblages appear that might refuse to isolate trans as one kind of specific or singular variant of disability and disability as one kind of singular variant of trans? What kind of political and scholarly alliances might potentiate when each takes up and acknowledges the inhabitations and the more generalized conditions of the other, creating genealogies that read both as implicated within the same assemblages of power? The focus here is not on epistemological correctives but on ontological irreducibilities that transform the fantasy of discreteness of categories not through their disruption but, rather, through their dissolution via multiplicity. Rather than produce conceptual interventions that map onto the political or produce a differently political rendering of its conceptual moorings, reflected in the debate regarding transnormativity and trans of color conceivability, I wish to offer a generative, speculative reimaging of what can be signaled by the political.

1 Disability Law and Trans Discrimination

The legal history that follows matters because it both reflects and enshrines a contradictory relationship of trans bodies that resist a pathological medicalized rendering and yet need to access benefits through the medical industrial complex. The explicit linkages to the trans body as a body either rendered disabled or (perhaps *and*, given the teleological implications) rehabilitated from disability have been predominantly routed through debates about gender identity disorder (GID). Arriving in the *DSM-III* (third edition of the American Psychiatric Association's *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, published in 1980, on the heels of the 1974 *DSM-II* depathologization of homosexuality, GID was eliminated in the *DSM-5* released in May 2013, now replaced with gender dysphoria.¹⁰ These complex debates have focused largely on a series of explicit inclusions and exclusions of GID in relation to the *DSM* and the ADA. The inclusion of GID in 1980 and its focus on childhood behavior were largely understood as a compensatory maneuver for the deletion of homosexuality, thus instating surveillance mechanisms that would perhaps prevent homosexuality.¹¹ In contrast, a notable passage in the ADA details the specific exclusion of gender identity disorders not resulting from physical impairments” as a disability — couched in an exclusionary clause that included “transvestitism, transsexualism, pedophilia, exhibitionism, voyeurism, . . . ‘other sexual

10 Karen Nakamura, “Trans/Japan, Trans/Disability” (paper presented at “Debilitating Queerness” conference, University of Maryland, College Park, 5 April 2013).

11 See David Valentine, *Imagining Transgender: An Ethnography of a Category* (Durham, NC: Duke University Press, 2007); Susan Stryker, “We Who Are Sexy: Christine Jorgensen’s Transsexual Whiteness in the Postcolonial Philippines,” *Social Semiotics* 19, no. 1 (2009): 89; Janice M. Irvine, *Disorders of Desire: Sexuality and Gender in Modern American Sexology* (Philadelphia, PA: Temple University Press, 1990).

disorders,” and completely arbitrary “conditions” such as compulsive gambling, kleptomania, pyromania, and substance use disorders involving illegal drugs (Hebert, 2009, p. 540).¹² This clause was largely understood (unlike the specific exclusion of homosexuality) as an entrenchment of the pathologization of GID. This deliberate inclusion of the terms of exclusion is a crucial piece of the story, in part because to date the ADA is “the most extensive civil rights law to address bodily norms” (Hiegel, 1994, p. 1451).¹³

Given the ADA’s hodgepodge of excluded conditions, many of which carry great social stigma and/or are perceived as criminal activity, most commentators concur with L. Camille Herbert’s sentiment that:

[...] while one might argue for the exclusion of certain conditions from the definition of disability as justified by not wanting to pathologize certain individuals and conditions, this does not appear to have been the motivation of Congress” (Hebert, 2009, p. 540).¹⁴

12 section 12221 of the 1990 Americans with Disabilities Act reads as follows: (a) Homosexuality and bisexuality for purposes of the definition of “disability” in section 12102; (2) of this title, homosexuality and bisexuality are not impairments and as such are not disabilities under this chapter; (b) Certain conditions under this chapter, the term “disability” shall not include: (1) transvestism, transsexualism, pedophilia, exhibitionism, voyeurism, gender identity disorders not resulting from physical impairments, or other sexual behavior disorders; (2) compulsive gambling, kleptomania, or pyromania; or (3) psychoactive substance use disorders resulting from current illegal use of drugs.

13 Adrienne L. Hiegel, “Sexual Exclusions: The Americans with Disabilities Act as a Moral Code,” *Columbia Law Review* 94, no. 4 (1994): 1451.

14 L. Camille Herbert, “Transforming Transsexual and Transgender Rights,” *William and Mary Journal of Women and the Law* 15, no. 3 (2009): 540 – 41.

The process by which Congress arrived at these exclusions also appears marred by moral panic discourses about diseased and debilitated bodies, discourses that the ADA was produced in part to ameliorate. Former senator Jesse Helms (R- NC), writes R. Nick Gorton (2007, p. 84), “raised the specter that the law would provide disability protections to numerous politically unpopular groups,” concluding that most people who are HIV positive are drug addicts, homosexuals, bisexuals, pedophiles, or kleptomaniacs, among others, and that the exclusion was enacted “as a direct result of Helms’s efforts.”¹⁵ Noting that the ADA “unequivocally” endorses the use of the *DSM* in recognizing conditions of disablement, Kari Hong (2002, p. 123) argues that “understanding why a dozen conditions were removed becomes an important task,” as the exclusion not only disqualifies certain conditions from consideration as a disability but also “isolate[s] particular conditions from medical authority.” Hong (2002, p. 123) also points out that Helms’s “bifurcation of disability into ‘good’ (wheelchairs) and ‘bad’ (transvestitism) categories echoes a disturbing misuse of medicine.”¹⁶ Ultimately, Congress capitulated and sacrificed these excluded groups in exchange for holding onto the protection of

15 R. Nick Gorton, “Transgender Health Benefits: Collateral Damage in the Resolution of the National Health Care Financing Dilemma,” *Sexuality Research and Social Policy Journal of NSRC* 4, no. 4 (2007): 84. Gorton continues: “Therefore, although obtaining transgender services through Medicaid is difficult but possible depending on the court, obtaining federal protections through the ADA involves convincing courts not only that gender identity disorder is a legitimate illness needing treatment but also that the exclusion within the law itself is unconstitutional — a much more formidable challenge. To date, no court has struck down the ADA’s exclusion of transgender people” (84).

16 Kari Hong, “Categorical Exclusions: Exploring Legal Responses to Health Care Discrimination against Transsexuals,” *Columbia Journal of Gender and Law* 11 (2002): 123.

another vilified “minority” group: individuals with HIV.¹⁷ This move of course insists on problematic bifurcations, perhaps strategically so, between individuals diagnosed with GID and individuals diagnosed with HIV.

Thus, Kevin Barry (2013) argues, “the ADA is a moral code, and people with GID its moral castaways.” He adds, “GID sits at the uneasy crossroads of pathology and difference,”¹⁸ an uneasy crossroads that continues to manifest (especially now as GID has been eliminated in the *DSM- V*).¹⁹ Adrienne L. Hiegel elaborates this point at length, with particular emphasis on how this exclusion recodes the labor capacities of the transsexual body. In segmenting off “sexual behavior disorders” and “gender identity disorders” from the ADA’s definition of disability, the:

Act carves out a new class of untouchables [...] By leaving open a space of permissive employer discrimination, the Act identifies the sexual ‘deviant’ as the new pariah, using the legal machinery of the state to mark as outsiders those whose noncompliant body renders them unfit for full integration into a working community (Hiegel, 1994 p. 1452)²⁰

17 See Ruth Colker, “Homophobia, AIDS Hysteria, and the Americans with Disabilities Act,” *Journal of Gender, Race and Justice* 8, no. 1 (2004): 33.

18 Kevin M. Barry, “Disabilityqueer: Federal Disability Rights Protection for Transgender People,” *Yale Human Rights and Development Journal* 16, no. 1 (2013): 1 – 50.

19 We might ask what the shift from GID to gender dysphoria entails: Will there be a shift away from the emphasis on childhood? What new populations will be impelled and curated? While beyond the scope of this discussion, the elimination of GID from the DSM might entail that successfully litigating for ADA coverage of trans is an even more remote possibility.

20 Hiegel, “Sexual Exclusions,” 1452 – 53.

In essence, the ADA redefines standards of bodily capacity and debility through the reproduction of gender normativity as integral to the productive potential of the disabled body. Further, the disaggregation, and thus the potential deflation, of political and social alliances between homosexuality, transsexuality, and the individual with HIV is necessary to the solidification of this gender normativity that is solicited in exchange for the conversion of disability from a socially maligned and excluded status to a version of liberal acknowledgment, inclusion, and incorporation. The modern seeds of what Nicole Markotic and Robert McRuer (2012) call “crip nationalism” — the hailing of some disabilities as socially productive for national economies and ideologies to further marginalize other disabilities — are evident here, as the tolerance of the “difference” of disability is negotiated through the disciplining of the body along other normative registers of sameness, in this case gender and sexuality.²¹ And further, what Sharon Snyder and David Mitchell term “ablenationalism” — that is, the ableist contours of national inclusion and registers of productivity — ironically underwrites the ADA even as the ADA serves as groundbreaking legislation to challenge it. Snyder and Mitchell (2010, p. 124) describe ablenationalism as the “implicit assumption that minimum levels of corporeal, intellectual, and sensory capacity, in conjunction with subjective aspects of aesthetic appearance, are required of citizens seeking to access the ‘full benefits’ of citizenship.”²² In reorganizing the terms of disability, ablenationalism redirects the pathos and stigma of disability onto different registers of bodily deviance and defectiveness, in this particular instance that of gender nonnormativity. In that

21 Nicole Markotic and Robert McRuer, “Leading with Your Head: On the Borders of Disability, Sexuality, and the Nation,” in *Sex and Disability*, ed. Robert McRuer and Anna Mollow (Durham, NC: Duke University Press, 2012), 165 – 82.

22 Sharon L. Snyder and David T. Mitchell, “Ablenationalism and the Geo- Politics of Disability,” *Journal of Literary and Cultural Disability Studies* (2010): 124.

sense, crip nationalism goes hand in hand with ablenationalism; indeed, ablenationalism is its progenitor. While these details about the passage of the ADA are obviously not without implications regarding racial and class difference, the specific details of the exclusionary clause might gesture toward the multifaceted reasons that, as Snyder and Mitchell (2010, p. 122) observe, “queer, transsexual, and intersexed peopled... exist at the margins of disability discourse.”²³

It is not simply that the ADA excludes GID and, by extension, trans from recognition as potentially disabling but, rather, that transsexuality — and likely those versions of transsexuality that are deemed also improperly raced and classed — is understood as too disabled to be rehabilitated into citizenship, or not properly enough disabled to be recoded for labor productivity. Further, the ADA arbitrates the distinctions between homosexuality and transsexuality along precisely these pathologized lines. Contrary to what Hiegel claims, the sexual “deviant” is hardly the “new pariah.” Rather, there is a new sexual deviant in town, demarcated from an earlier one. Indeed, the enthusiastic embracing of the ADA by some gay and lesbian activists and policy makers for the exclusion of homosexuality as a “sexual behavior disorder” did not go unnoticed by trans activists who felt differently about the ADA.²⁴ Proclivities toward queer ableism are therefore predicated in the ADA’s parsing homosexuality from other “sexual disorders,” as well as in the histories of political organizing. Zach Strassburger (2012, p. 7) describes the process of homonationalism by noting that:

[...] as the gay and lesbian rights movement gained steam, the transgender movement grew more inclusive to cover those left

23 Ibid., 122.

24 See “Queer Channel Media: Trans- washing the ADA,” ENDAblog, 28 July 2011, endablog.wordpress.com/2011/07/28/queer-channel-media-trans-washing-the-ada/.

behind by the gay and lesbian movement's focus on its most mainstream members and politically promising plaintiffs."²⁵

Given the political history of parsing trans from queer through the maintenance of gender normativity, can disability function proactively and productively, as a conversion or translation of the stigma through which trans can demarcate its distance from aspects of LGBT organizing that are increasingly normative?²⁶

I offer this brief historical overview to lay out the stakes for the debate between demedicalizing trans bodies (favoring the use of gender discrimination law to adjudicate equality claims) and successfully using disability law to access crucial medical care. What is evident from these discussions is that trans identity, straddling the divide between the biomedical model and the social model of disability, challenges the postulation that disability studies is “post-binary,” especially given that vociferous debates about the utility of the medical model in trans jurisprudence persist. Strassburger (2012), who argues for an “expanded vision of disability” based on the social model that could be applied for trans rights, notes nonetheless that the medical model of trans has often been more successful than sex and gender discrimination and sexual orientation protection, and that the transgender rights movement in

25 Zach Strassburger, “Disability Law and the Disability Rights Movement for Transpeople,” *Yale Journal of Law and Feminism* 24, no. 2 (2012): 7.

26 If trans has become the figure of radical alterity from a now-domesticated queer, as it is increasingly claimed, then is trans the disabled Other of a queer ableism? Is transphobia in queer organizations and communities, for example, in part a manifestation of ableism, of anxiety or phobia toward disability? This is not in any way meant to reduce transphobia to ableism, or to any other -ism, but to ask what components, including race, class, and ableism, might be fueling the assemblage that is transphobia. Why is the Michigan Womyn's Music Festival still barring trans women? Is the “inability” to completely embody originary biological femaleness responded to phobically, as if this inability were a disability? Is there value in conceptualizing transphobia as a variant of ableism?

its emphasis on demedicalization (despite reluctantly admitting the success of medical strategy) ignores the pragmatic aspects of litigation. Further, Strassburger (2012, p. 3) notes the historical effects of stigma, writing that “demedicalization would mirror the gay rights movement’s very successful efforts to frame gayness as good rather than a disease.”²⁷

For others, the debate between medicalization and demedicalization forestalls a broader conversation about access to proper medical care, one that has been foregrounded by feminist struggles over reproductive rights, for example.²⁸ Proponents of the use of disability law further note that difficult access to medical care is not a complete given for all disenfranchised populations. For example, Alvin Lee (2008, p. 464) argues that the “unique aspects of incarceration and prison health care justify and indeed compel the use of the medical model when advocating for trans prisoners’ right to sex reassignment surgery.”²⁹ Lee (2008) notes that the usual bias against lower-income populations in the use of the medical model does not apply to the “right-to-care” prison context, where medical evidence is the best way to demonstrate serious and necessary rather than elective health care, given the “general principle that individual liberties should be restricted in prison.”³⁰ Other legal practitioners such as Jeannie J. Chung and Dean Spade are curious about the success of social models of disability in transgender litigation. Spade (2003, p. 37), for example, has carefully elaborated his ambivalence about the use of disability law and the medical mode in relation to his firm social

27 Strassburger, “Disability Law,” 3 – 4.

28 Stryker, personal communication via e-mail, 25 August 2013.

29 Alvin Lee, “Trans Models in Prison: The Medicalization of Gender Identity and the Eighth Amendment Right to Sex Reassignment Therapy,” *Harvard Journal of Law and Gender* 31 (2008): 464 – 65.

30 *Ibid.*, 470.

justice commitment to the demedicalization of trans, arguing for a “multi-strategy approach.”³¹

2 Trans Exceptionalism: *Passing and Piecing*

In addition to the robust debates about jurisprudence on trans and disability, transgender studies and disability studies are often thought of as coming into being in the early 1990s in the US academy, a periodization that reflects a shift in practices of recognition, economic utility, and social visibility that obscures prior scholarship. In terms of trans, for example, Stryker and Aizura (2013, p. 1) note that:

To assert the emergence of transgender studies as a field only in the 1990s rests on a set of assumptions that permit a differentiation between one kind of work on ‘transgender phenomena’ and another, for there had of course been a great deal of academic, scholarly, and scientific work on various forms of gender variance long before the 1990s.

Among the various historical changes they list as significant to this emergence are:

new political alliances forged during the AIDS crisis, which brought sexual and gender identity politics into a different sort of engagement with the biomedical and pharmaceutical establishments (Stryker; Aizura, 2013, p. 1).³²

31 Jeannie J. Chung, “Identity or Condition: The Theory and Practice of Applying State Disability Laws to Transgender Individuals,” *Columbia Journal of Gender and Law* 21, no. 1 (2011): 1–45; Dean Spade, “Resisting Medicine, Re/Modeling Gender,” *Berkeley Women’s Law Journal* 18, no. 1 (2003): 37.

32 Stryker and Aizura, “Introduction,” 1.

This emergence of disability and trans identity as intersectional coordinates required exceptionalizing both the trans body and the disabled body to convert the debility of a nonnormative body into a form of social and cultural capacity, whether located in state recognition, identity politics, market economies, the medical industrial complex, academic knowledge production, subject positioning, or all of these. As a result, both fields of study — trans studies and disability studies — suffer from a domination of whiteness and contend with the normativization of the acceptable and recognizable subject. The disabled subject is often a body with a physical “impairment”; the wheelchair has become the international symbol for people with disabilities. In trans identity, the more recently emergent trajectory of female- to- male (FTM) enlivened by access to hormones, surgical procedures, and bodily prostheses has centralized a white trans man subject. While the disabled subject has needed to reclaim forms of debility to exceptionalize the transgression and survivorship of that disability, the transnormative subject views the body as endlessly available for hormonal and surgical manipulation and becoming, a body producing toward ableist norms. Further, transgender does not easily signal within “conventional notions of disability” because it is not a “motor, sensory, psychiatric, or cognitive impairment” or a chronic illness (Wilkerson, 2012, p. 184).³³

The disabled body can revalue its lack, but the transnormative body might desire to rehabilitate itself to a status of nondisabled. Eli Clare, a trans man with cerebral palsy, has generated perhaps the most material on the specific epistemological predicaments of the disabled trans subject or the trans disabled subject, providing much- needed intersectional analysis.³⁴ Clare (2013, p. 262) writes

33 Abby L. Wilkerson, “Normate Sex and Its Discontents,” in McRuer and Mollow, *Sex and Disability*, 2012, 184 – 85.

34 See Eli Clare, “Body Shame, Body Pride: Lessons from the Disability Rights Movement,” in Stryker and Aizura, *Transgender Studies Reader 2*, 2013,

of the ubiquity of this sentiment: “I often hear trans people — most frequently folks who are using, or want to use medical technology to reshape their bodies — name their trans-ness a disability, a birth defect.”³⁵ Here Clare (2013) emphasizes the trans interest in a cure for the defect, a formulation that has been politically problematized in disability rights platforms, reinforces ableist norms, and alienates potential convivialities: “To claim our bodies as defective, and to pair defect with cure . . . disregards the experiences of many disabled people.”³⁶ Disability here is not only the “narrative prosthesis” (Mitchell; Snyder, 2000)³⁷ through which the trans body will overcome and thus resolve its debility but also the “raw material out of which other socially disempowered communities make themselves visible” (Mitchell; Snyder, 1997, p. 6).³⁸ Seen through this mechanism of resource extraction, disability is the disavowed materiality of a trans embodiment that abstracts and thus effaces this materiality from its self- production.

Toby Beauchamp (2009, p. 47) adds to the conversation about cure the notion of concealment via legal (identity documents) and medical intervention, stating:

Concealing gender deviance is about much more than simply erasing transgender status. It also necessitates altering one’s gender presentation to conform to white,

261 – 65.

35 Clare, “Body Shame, Body Pride,” 262.

36 Ibid.

37 David T. Mitchell and Sharon L. Snyder, *Narrative Prosthesis: Disability and the Dependencies of Discourse* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000).

38 David T. Mitchell and Sharon L. Snyder, “Introduction: Disability Studies and the Double Bind of Representation,” in *The Body and Physical Difference: Discourses of Disability*, ed. David Mitchell and Sharon Snyder (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997), 6.

middle- class, able- bodied, heterosexual understandings of normative gender.³⁹

The cure, then, revolves around rehabilitation to multiple social norms. Beauchamp further notes that of course the process of diagnosis and treatment inevitably reinforces this rehabilitation: “Medical surveillance focuses first on individuals’ legibility *as* transgender, and then, following medical interventions, on their ability to *conceal* any trans status or deviance” (Beauchamp, 2009, p. 47).⁴⁰ While access to adequate and sensitive health care for trans people can be a daunting if not foreclosed process, emergent conversations on “transgender health” can also function to reassert neoliberal norms of bodily capacity and debility.⁴¹ The transnormative subject might categorically reject the potential identification and alliance with disability, despite the two sharing an intensive relation to medicalization, and perhaps because of the desire for rehabilitation and an attendant indebtedness to medicalization. Clare (2013, p. 265) avers that while the “disability rights movement fiercely resists the medicalization of bodies” to refuse the collapsing of the body “into mere medical condition,” in his estimation “we haven’t questioned the fundamental relationship between trans people and the very idea of diagnosis. Many of us are still invested in the ways we’re medicalized.”⁴²

Even in politically progressive narrations of transgender embodiment, for example, an unwitting ableism and the specter of disability as intrinsic disenfranchisement often linger as

39 Toby Beauchamp, “Artful Concealment and Strategic Visibility: Transgender Bodies and US State Surveillance after 9/11,” *Surveillance and Society* 6, no. 4 (2009): 47.

40 *Ibid.*

41 Jonathan M. Metzler and Anna Kirkland, eds., *Against Health: How Health Became the New Morality* (New York: New York University Press, 2010).

42 Clare, “Body Shame, Body Pride,” 265.

by-products of the enchantment with the transformative capacities of bodies. For example, Eva Hayward's (2008) take on the "Cripple" toggles a very tenuous line between the "Cripple" as a metaphor of regeneration and the crippling effects of amputation.⁴³ Likewise, Bailey Kier (2013, p. 194), describing an instance of fishes' ability to transsex in response to toxic endocrine-disrupting chemicals (EDCs), wonders if such transformations are a "technology beyond our grasp," disregarding the uneven biopolitical distribution of such toxins that render his desires for a global "embracing [of] our shared transsex" violently idealistic: "EDCs are part of the food, productive and re/productive chain of nonhuman and human life and we will need to devise ways, just like fish, to adapt to their influence."⁴⁴

I would thus argue that there is a third element here that produces disability as the disavowed material co-substance of trans bodies. While there are understandable desires to avoid stigma and, as the ADA demonstrates, a demand for bodies with disabilities to integrate into a capitalist economy as productive bodies, the third factor involves aspirational forms of trans exceptionalism, one version of which is about rehabilitation, cure, and concealment. However, this exceptionalism is not only about passing as gender normative; it is also about inhabiting an exceptional trans body — which is a different kind of trans exceptionalism, one that gestures toward a new transnormative citizen predicated not on passing but on "piecing," galvanized through mobility, transformation, regeneration, flexibility, and the creative concocting of

43 Eva Hayward, "Lessons from a Starfish," in *Queering the Non/Human*, ed. Noreen Giffney and Myra J. Hird (Burlington, VT: Ashgate, 2008), 249–64. Hayward writes in a footnote: "Again, I risk reading the 'Cripple' as a trans-subject not to iterate the pathologization of trans-folks, but to explore the imaginings of the song. For the transsexual/transgender subject, gender assignments can feel 'disabling,' even wounding. I'm speaking about this traumatic experience, not about transgressive exceptionalism" (254).

44 Bailey Kier, "Interdependent Ecological Transsex: Notes on Re/production," in Stryker and Aizura, *Transgender Studies Reader 2*, 194, 196.

the body. Regarding “piecing” as an elemental aspect of neoliberal biomedical approaches to bodies with disabilities now globalized to all bodies, Snyder and Mitchell (2010) argue that the body has become “a multi- sectional market” in distinction to Fordist regimes that divided workers from each other:

We are now perpetual members of an audience encouraged to experience our bodies in pieces. . . . Whereas disabled people were trained to recognize their disabled parts as definitely inferior, late capitalism trains everyone to separate their good from bad — a form of alienation that feeds the market’s penchant for “treating” our parts separately. The body becomes a terrain of definable localities, each colonized by its particular pathologies dictated by the medicalized marketplace.⁴⁵

While this partitioning of the body is not a recent emergence, in that there is a long history of bodily compartmentalization as a prerequisite for capitalist production,⁴⁶ this piecing is not only about productive capacities but also about extending the body experientially and extracting value not just from bodies but from body parts and particles.

In this economy of alienated parts, piecing becomes a prized capacity. Jack Halberstam (2005, p. 19) observes that “the transgender body has emerged as futurity itself, a kind of heroic fulfillment of post- modern promises of gender flexibility.”⁴⁷ Halberstam is cautious about overinvesting in gender fluidity as transgressive capacity,

45 David T. Mitchell and Sharon L. Snyder, “Disability as Multitude: Re- working Non- productive Labor Power,” *Journal of Literary and Cultural Disability Studies* 4, no. 2 (2010): 190 – 91.

46 For an incisive critique of the ahistorical claims regarding the particlization of bodies necessary to capitalism, see Jordana Rosenberg, “The Molecularization of Sexuality: On Some Primitivisms of the Present,” *Theory and Event* 17, no. 2 (2014), muse.jhu.edu/journals/theory_and_event/v017/17.2.rosenberg.html.

47 Judith Halberstam, *In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives* (New York: New York University Press, 2005), 18.

noting that market economies already capitalize on “flexibility” as the hallmark of neoliberal economic productivity. But which transgender body (bodies?) is actually understood as “futurity itself”? This suturing of trans to exceptional futurity and the potential that the future offers are the new transnormative body. Again, this is not the transnormative body that passes but the transnormative body that “pieces,” the commodification not of wholeness or of rehabilitation but of plasticity, crafting parts from wholes, bodies without and with new organs. Piecing thus appears transgressive when in fact it is constitutive not only of transnormativity but also of some aspects of neoliberal or market economies.

To situate this trans body that is “futurity itself,” we might want to turn to trans organizing. Importantly, strategic interfaces between disability law and trans discrimination are also mirrored in growing political organizing and alliances between the two groups. One recent example includes a coalition of trans and persons with disabilities organized at the University of California, Santa Barbara, to jointly address issues of access, surveillance, and spatial configurations that dictate the gendered and abled expectations of public restrooms called PISSAR (People in Search of Safe and Accessible Restrooms).⁴⁸ As another example, the Transgender Law Center in San Francisco has an activist handbook titled *Peeing in Peace* that uses disability- informed arguments for gender-neutral public toilets.⁴⁹

Along with a distinction between the disability rights movement and disability justice organizing maintained by activists such as Mia Mingus, one should also retain a distinction between

48 See Isaac West, “PISSAR’s Critically Queer and Disabled Politics,” *Communication and Critical/Cultural Studies* 7, no. 2 (2010), 156–75; also Sheila Cavanagh, “Touching Gender: Abjection and the Hygienic Imagination,” in Stryker and Aizura, *Transgender Studies Reader* 2, 426–42.

49 *Peeing in Peace: A Resource Guide for Transgender Activists and Allies* (San Francisco: Transgender Law Center, 2005), translaw.wpengine.com/wp-content/uploads/2012/05/94930982-PIP-Resource-Guide.pdf.

the transgender rights movement and trans justice organizing. TransJustice, one of the two major initiatives of the Audre Lorde Project in New York City, is a political group created by and for trans and gender- nonconforming people of color. TransJustice works to mobilize its communities and allies into action on the pressing political issues they face, including gaining access to jobs, housing, and education; the need for trans- sensitive health care, HIV-related services, and job training programs; and resisting police, government, and anti- immigrant violence. The members of TransJustice tend to be African- American and Latino working-class youth, and most are male-to-female (MTF). The convergence of racial identity and MTF seems significant and hardly incidental. Everything available on economic indicators, transgender health, incarceration, employment, street violence, and education amply demonstrates that trans women of color, especially black trans women, are massively disenfranchised in relation to other trans bodies and that the gulf between them and (white) FTMs is vast and growing. Data are sparse but stark: “In 2003, 14 murders of transpeople were reported in the U.S., and 38 worldwide. Most were MTF and most were people of color.”⁵⁰ The major concerns of TransJustice members cluster around access to school, employment, welfare provisions, and uncontaminated and inexpensive drugs and treatments — hormones, fillers, and surgeries. Many articulate their awareness of trans identity occurring simultaneously with a realization that they were attracted to the “wrong” sex (so not only or necessarily that they were in the “wrong” body.).

50 “Remembering Our Dead,” www.rememberingour-dead.org (site inactive; accessed 13 June 2013). See also Juliet Jacques, “Remembering Our Dead: Global Violence against Trans People,” *openDemocracy* (digital commons), 26 November 2013, www.opendemocracy.net/5050/juliet-jacques/remembering-our-dead-global-violence-against-trans-people. On the distinctions between MTF and FTM and trans women of color, see Michelle O’Brien, “Tracing This Body: Transsexuality, Pharmaceuticals, and Capitalism,” in Stryker and Aizura, *Transgender Studies Reader* 2, 56–65.

They desire to pass as beautiful, feminine, sexy. While a trans politics might render such forms of passing either a validation of a radical identity or a version of assimilation, misrecognition, or “selling out,” for these members it is often entwined with, albeit obliquely, avoiding police harassment, community stigmatization, and familial rejection. Their engagement with the medical industrial complex and with desires for transformative embodiment is not necessarily or only victorious, empowered by choice, or ultimately capacity building. Medicalization can be experienced as transformative, capacitating, debilitating, or all of the above, not to mention exclusionary.⁵¹ They do not embody “futurity itself”; rather, their bodies can be read as sites of intensive struggle (medical, educational, employment, legal, social) over who indeed does get to embody — and experience — futurity and who as a result will be cast off as the collateral damages of such strivings to capture the essence of the future.

Kris Hayashi (2008, p. 100), former director of the Audre Lorde Project, elaborates the emphases of trans organizing in New York City in general and TransJustice specifically:

In New York City, TGNC [trans- gender non-conforming] youth of color and low- income youth in the West Village neighborhood face ongoing violence and harassment at the hands of the police, as well as from residents who are primarily White and middle class to upper class. As a result, FIERCE!, an organization led and run primarily by TGNC low- income and homeless youth of color, prioritizes issues of police brutality and violence, as well as gentrification.

51 For a transnational analysis of racial difference that informs the possibility of transformative experiences of surgical procedures, see Aren Z. Aizura, “The Romance of the Amazing Scalpel,” in Stryker and Aizura, *Transgender Studies Reader 2*, 496–511.

TransJustice, a project of ALP [the Audre Lorde Project] that is led and run by TGNC people of color, has prioritized issues of unemployment and education access due to high rates of unemployment (60% – 70%) facing TGNC people of color. Also in New York, a coalition of organizations and groups including TransJustice, Welfare Warriors, and the LGBT Community Center’s Gender Identity Project have prioritized efforts to end the regular harassment and discrimination faced by TGNC people seeking to gain access to public assistance. Finally, many TGNC groups led primarily by people of color and low-income communities have also prioritized ending the U.S. war on terrorism, both in the United States and abroad.⁵²

The work of TransJustice situates the vexed relations to futurity that its trans constituency must mediate in terms of quotidian survival. In doing so, TransJustice activists put transnormativity in full relief as a function of the privilege of whiteness, foregrounding a critical approach to the racializing technologies of trans identity. Their analyses centralize the privilege of who is *able to be* disabled and is *able to be* transgender as a function of state and legal recognition that is often elusive for their bodies, demonstrating capacity — the ability to not just be but become, not to pass but to piece — rather than only debility, deviance, victimhood, ostracization, or nonnormativity at the center of these projects. The trans body that pieces, then, also passes not as gender- normative male or female but as trans. Susan Stryker and Nikki Sullivan (2009, p.

52 Paisley Currah, “Stepping Back, Looking Outward: Situating Transgender Activism and Transgender Studies — Kris Hayashi, Matt Richardson, and Susan Stryker Frame the Movement,” *Sexuality Research and Social Policy* 5, no. 1 (2008): 100.

51), elaborating on this capacitation through piecing, write: “Our research . . . leads us toward a new understanding of bodily integration, one predicated not on the organic integrity of the human organism, but rather on the body’s suitability for integration, its ability to be integrated as a biopolitical resource into a larger sociotechnical field, or into an apparatus such as the State.”⁵³ In other words, they render a critique of the rehabilitation model as intrinsically a return to wholeness. Integration through piecing, rather than wholeness through passing, becomes a valued asset in control societies. Stryker and Sullivan (2009, p. 61) continue: “The integrity of the body — that is, the ability of the body to be *integrated* — is thus, paradoxically, dependent on its enfleshment as always already torn, rent, incomplete, and unwhole.”⁵⁴ This capacity to “integrate” oneself — not to pass but to piece — thus mediates the production as well as the lived experiences of molar categories such as race, class, and gender. What I am arguing here is that capacitation around health and attendant registers of bodily prowess, not necessarily identity as trans or disabled or abled or queer or not- trans, ultimately serves as the dividing social practice in biopolitical terms.⁵⁵ The debates about the disabled self and the nondisabled other reflect wider discourses of how those selves are materially constructed through the discourses that abound on object and successful bodies.

While the capacity to piece (in order to pass as not passing) can produce new forms of transnormativity, Stryker and Sullivan (2009, p. 61) rightly point out that bodily compartments that do not strive to manifest wholeness or an investment in the self as coherent do not have to reproduce liberal norms of being:

53 Susan Stryker and Nikki Sullivan, “King’s Member, Queen’s Body,” in *Somatechnics: Queering the Technologicalisation of Bodies* (Farnham, UK: Ashgate, 2009), 51.

54 *Ibid.*, 61.

55 See Metzl and Kirkland, *Against Health*.

It is this aspect of bodily being that the liberal discourse of property rights in oneself does not, and cannot, account for; it is this aspect of bodily being that we seek to highlight when suggesting that individual demands for bodily alteration are also, necessarily, demands for new social bodies — new somatechnologies that ethically refigure the relationship between individual corporealities and aggregate assemblages of bodies.⁵⁶

This formulation, then, of new somatechnologies that refuse the individualizing mandate of neoliberal paradigms of bodily capacity and debility in favor of articulating greater connectivities between “aggregate assemblages of bodies,” precisely flags the challenge of crafting convivial political praxes. And yet, it is also the case that such political praxes must never occlude the stratifications inherent in the quest to access such somatechnologies. The transnormative body of futurity that reflects neoliberal celebrations of flexibility and piecing remains an elusive reality for many. The distinctions between passing and piecing are thus fluid and shifting, given the kinds of piecing together of medical access and legal accommodations that trans of color bodies are forced to seek in any efforts to pass.

3 Becoming Trans? A Geopolitics of Racial Ontology

Molecular lines of flight trace out little modifications, they make detours, they sketch outisides and falls, but they are no less precise for all this, they even direct irreversible processes... Many things happen on this second kind of line – becomings, micro-becomings, which don’t even have the same rhythm as history. This is why family histories, registrations, commemorations, are

56 Stryker and Sullivan, “King’s Member, Queen’s Body,” 61.

so unpleasant, whilst our true changes take place elsewhere – another politics, another time, another individuation. – Gilles Deleuze, *Dialogues II*, p. 124.

Thus far I have surveyed how biopolitical recognition of disability has installed a version of gender normativity, in this case specifically through the political apparatus of the ADA. I have then outlined forms of bodily exceptionalism that may produce trans ableist discourses. I turn now from the focus on subject construction — the trans subject(s) and the disabled subject(s) that are hailed and/or denied by legal legitimation, state recognition, public accommodation, and resource distribution — to offer a reconceptualization of corporeal assemblages that foreground ontological continuums in relation to epistemological bifurcations. It is also an approach that highlights how bodies are malleable not just as subjects but also as composites of parts, affects, compartmentalized capacities, and debilities, as data points and informational substrates. This continuous oscillating between the identity or rights-based claims of the trans subject and the disabled subject seeking recognition and biopolitical control that operates largely through securing the sub- and paraindividual capacities of bodies for privatized (in the United States) regimes for pay is necessary because these “poles,” as Gilles Deleuze and Félix Guattari (1987, p. 147) note, are never without each other: “These two poles are inseparable; they entertain perpetual relations of transformation, conversion, jumping, falling, and rising.”⁵⁷ Further, if it is understood that the battle against the extraction and exploitation of bodily capacities and habituations is not going to happen through the terrain of intersectional politics alone, and that in fact biopolitical control societies work insidiously by using disciplinary power to keep or deflect our attention around the subjection of the subject,

57 Gilles Deleuze and Félix Guattari, *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*, trans. Brian Massumi (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987), 147.

thus allowing control to manifest unhindered, I would argue another interpretation of disciplinary apparatuses is that in part they function as foils for control mechanisms.

Enacting this oscillation moves between questions such as what disability is and what trans is toward what disability does and what trans does. In disability studies, James Overboe (2009) develops the Deleuzian notion of the impersonal life — one without a self — to cut through a disability politics of identity that centralizes the self- reflexive individual. He generates this intervention in order to “affirm disabled lives that are simply expressed without cognition, intent, or agency.” Overboe (2009, p. 254) writes: “The vitalism of an impersonal life is often considered noise that will be filtered out, in the name of clarity, in order to facilitate the real business of social change and so- called emancipation. This re- establishes and reinscribes the dominant language or communication style associated with being a person or individual with agency.”⁵⁸ There is a refusal here of the medical impairment versus social construction impasse, in part because Deleuzian theory embraces biomateriality, foregrounding vitalism and potentiality of impairment rather than seeking its recontextualization in the social. Overboe also reminds us that the construct of the subject itself — even the disabled subject — is already discursively abled.

One could also point to efforts to articulate trans as an ontological force that impels indeterminate movement rather than an identity that demands epistemological accountability or as a movement between identities. Paisley Currah, Lisa Jean Moore, and Susan Stryker explicate the “trans-” (trans-hyphen) in the

58 James Overboe, “Affirming an Impersonal Life: A Different Register for Disability Studies,” *Journal of Literary and Cultural Disability Studies* 3, no. 3 (2009): 254.

sociopolitical;⁵⁹ Jami Weinstein develops the notion of transgenre.⁶⁰ Deleuze and Guattari's use of the term *transsexuality* opens to a fluid spectrum of possibility: trans as a motion, not an identity, and trans as a continuum of intensity. For trans studies, Mel Chen argues that the "simultaneous limitation and promise" of a Body without Organs (BwO) is "precisely that the genitals (or nongenitals) matter, but are not necessarily constrained by normative gender and sexuality."⁶¹ Chen is pointing to trans as a reordering of what organs signify which genders, or if any organs need to signify genders at all.⁶²

While earlier I highlight the troubling discourse of shared transsex in relation to unmarked and uneven biopolitics of toxicity distribution, Kier's formulation of transgender as all-encompassing category — "everyone on the planet is now encompassed within the category of transgender" — is suggestive to me not of the desire to retain the category of transgender but, rather, of its imbrication in an unfolding interspecies biopolitical vision. Kier (2010, p. 189) proclaims that "we might be better off responding to this rearrangement, not through fear of the eco-catastrophic

59 Paisley Currah, Lisa Jean Moore, and Susan Stryker, "Introduction: Trans-, Trans, or Transgender?," *WSQ: Women's Studies Quarterly* 36, nos. 3–4 (2008): 11.

60 See Jami Weinstein, "Transgenres and the Plane of Gender Imperceptibility," in *Undutiful Daughters: New Directions in Feminist Thought and Practice*, ed. Henriette Gunkel, Chrysanthi Nigianni, and Fanny Söderbäck (New York: Palgrave Macmillan, 2012), 155–68. Particularly, Weinstein provides an important rereading of Nietzsche and a corrective around Judith Butler's use of "no doer behind the deed," asserting that the doer and the deed are both fictions according to Nietzsche, and implores us in nonessentialist terms to "become what we are" (162–63).

61 Mel Chen, *Animacies: Biopolitics, Racial Mattering, and Queer Affect* (Durham, NC: Duke University Press, 2012).

62 See also Lucas Cassidy Crawford, "Transgender without Organs? Mobilizing a Geo-affective Theory of Gender Modification," *Women's Studies Quarterly* 36, no. 3/4 (2008): 127–43.

assumptions transsex invokes, but by embracing our shared interdependent transsex.”⁶³ Weinstein (2012, p. 156) also mobilizes the notion of becoming as a dismantling of the “very speciation and biopolitical identity construction” that Michel Foucault elaborates.⁶⁴ In a critique of species taxonomy, Julie Livingston and I (2011) use the term *biopolitical anthropomorphism* or, reworded more appropriately, *biopolitical anthropocentrism* to “highlight the biopolitical processes that cohere the centrality of the human, and of certain humans; and, the tendency of biopolitical analyses to reinscribe this centrality by taking human species as the primary basis upon which cleavages of race and sex occur.”⁶⁵ Biopolitics, as Foucault explains, is the process by which humans become a species (and in fact specimens) to join all other biological species. This becoming is also the process by which anthropomorphic frames of the human thus take force and are consolidated. Foucault (2009, p. 75) explains in *Security, Territory, Population* that “the dimension in which the population is immersed amongst the other living beings appears and is sanctioned when, for the first time, men are no longer called ‘mankind’ (*le genre humaine*)” and begin to be called “the human species (*l’espece humaine*).”⁶⁶ A paradox occurs: the animalism of humans — “the life of the body and the life of the species” (Foucault, 1990, p. 146)⁶⁷ — is taken up as a project of population construction, and humans join species. The

63 Kier, “Interdependent Ecological Transsex,” 2010, 189.

64 Weinstein, “Transgenres and the Plane of Gender Imperceptibility,” 2012, 156.

65 Julie Livingston; Jasbir Puar, “Introduction: Interspecies,” *Social Text* 106 (2011): 3 – 14. In the paragraphs that follow, I paraphrase several points from our cowritten introduction.

66 Michel Foucault, *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977 – 1978*, trans. Graham Burchell (New York: Picador, 2009), 75.

67 Michel Foucault, *The History of Sexuality*, vol. 1, *An Introduction*, trans. Robert Hurley (New York: Vintage, 1990), 146.

(androcentric) human is thus rearticulated as an exceptional form of animality within an anthropomorphized category: humanity. Therefore, although Foucault's own work does not explore the implications of this in terms of interspecies relating, his theory of biopolitics understands anthropocentrism as a defining facet of modernity.

Transgender studies has taken on the question of speciation through a posthumanist or nonhumanist turn; in fact, it is leading the way toward posthumanist inquiries, a fair amount of it emboldened by Deleuzian thought. This meeting of transgender studies, animal studies, and posthumanist studies is fantastically rich, considerably complicating humanist presumptions of sex dimorphism⁶⁸ and conceptualizing sex as a reaction norm in dynamic emergence with the environment and as an effect of genes and (hormonal) environments interfacing.⁶⁹ Myra Hird's work defuses the nature/culture distinction by unpacking the human exceptionalism embedded in continually evoking the trans human body as transgressive. Given its plentitude in nonhuman forms, Hird (2008) argues that trans is not a cultural artifact of technological means, or gloriously perverse in that it is unnatural, but is in fact constitutive of nature itself. Hird deploys trans not just beyond or across sex but across "traditional species classifications." Taking a cue from the complexity of intersex and transsex and the nonapplicability of gender and sexual dimorphism to most nonhuman life, Hird argues against a nature/culture binary where the human trans body is understood as a technological invention alone. The upshot of Hird's argument is that trans is

68 See Joan Roughgarden, *Evolution's Rainbow: Diversity, Gender, and Sexuality in Nature and People* (Berkeley: University of California Press, 2004).

69 See Eva Hayward and Malin Ah King, "Toxic Sexes: Perverting Pollution and Queering Hormone Disruption," *O- Zone: A Journal of Object Oriented Studies* 1 (2013), 1–12. Hayward and King theorize toxicity as a threat and a possibility.

not transgressive but, rather and in fact, natural.⁷⁰ In concert with Vicky Kirby's proposition that nature is writing and re-presenting itself, and that perhaps culture has been nature all along,⁷¹ Hird (2008, p. 242) argues that technology must be understood through its interspecies dimensions:

The use of technology to distinguish between nature and culture obscures the very real and energetic invention and use of technology by nonhuman living organisms...as well as the extent to which so-called human technologies actually mimic technology already invented by other species.⁷²

Hird's argument, which complicates if not refuses the nature/culture bifurcation, has vast implications for the debates in disability studies about the biomedical versus social model of disability. Within the context of transgender jurisprudence and activist debates regarding the use of the medical model within legislative battles for health care and attendant provisions, her analysis suggests a strategic deployment of the model that might defuse pathological conceptualizations when posited as a manipulation of the terms of technology and what constitutes the natural.

But despite challenging the foregrounding of the human and its centrality to defining the parameters of sex, gender, and sexual reproduction, the deepening conversations between transgender studies, animal studies, and posthumanism has fastidiously avoided an engagement with disability studies, a field always in

70 Myra Hird, "Animal Trans," in Giffney and Hird, *Queering the Non/ Human*, 2008, 242.

71 Vicki Kirby, *Quantum Anthropologies: Life at Large* (Durham, NC: Duke University Press, 2011).

72 Lynn Margulis and Dorion Sagan, quoted in Hird, "Animal Trans," 241.

conversation with arrangements of the human, especially as it relates to cognitive and mental disabilities. This occlusion is further notable in light of a rich, emerging dialogue between disability and animal studies.⁷³ Further, the growing partnership between transgender studies and animal studies has elided discussions of racial difference crucial to debates about biopolitical anthropocentrism, foregrounding instead the category species, as if species were not also a forum for understanding cleavages of racial difference.⁷⁴ One effort to redress these elisions is Chen’s articulation of the “prefixal trans-” — a materialism of grammar — as a “way to explore that complexity of gender definition that lies between human gender systems and the gendering of animals” (Chen, 2012, p. 137).⁷⁵ In attending to the relationship between human animals and nonhuman animals as a racializing technology of biopolitics, Chen’s analysis articulates trans not just as “mutilating gender,”⁷⁶ as the rescrambling and reorganizing of gender, but trans as mutilating or perhaps better stated as mutating race as well. In some cases, this mutating is a reterritorialization and enhanced capacitation of racial privilege and the projection of racial coherence through rearranging gender. Bobby Jean Noble (2013, p. 249), for example,

73 Much of this dialogue seems fixated on Temple Grandin, an autistic person known for her work on livestock animal behavior. See Cary Wolfe, “Learning from Temple Grandin, or, Animal Studies, Disability Studies, and Who Comes after the Subject,” *New Formations* 64 (2008): 110–23; Kari Weil, *Thinking Animals: Why Animal Studies Now* (New York: Columbia University Press, 2012).

74 See Max Hantel’s review of *Queering the Non/Human*: Max Hantel, “Posthumanism, Landscapes of Memory, and the Materiality of AIDS in South Africa,” *Women’s Studies Quarterly* 40, no. 1 (2012): 251–56. While an excellent initial collection on the generative connections between trans studies, animal studies, and posthumanist studies, the book, edited by Noreen Giffney and Myra Hird, participates in this elision.

75 Chen, *Animacies*, 2012, 137.

76 Dean Spade, “Mutilating Gender,” in *Transgender Studies Reader*, ed. Susan Stryker and Stephen Whittle (New York: Routledge, 2006), 315–32.

describes his process of regeneration from a working- class butch woman to a trans man as one of moving from “formerly off-white [to a] now White person” in a landscape wherein “the ‘self’ is the hottest and most insidious capitalist commodity.”⁷⁷ The confusing designation of “off-white” notwithstanding, Noble describes this capacitation of race — a revival of the privileges of whiteness now afforded through masculinity — as a by- product of trans body modification. If one queries this derivative formulation, however, the possibility that mutilating gender might not be so easily cleaved from (desires for?) racial recuperation, or from constructs of ableism, needs to be considered. What kinds of attempted recuperation of one sort or another subtend or even preface these rearrangements of gender?

Recall that for Foucault racism is not derivative of biopower but, rather, a prerequisite for how biopolitics works; that is to say, Foucault (2003, p. 255) wrenches racism out of notions of cultural tolerance by stating that the caesura in the biological spectrum that is accorded to race is necessary for licensing the four coordinates of biopolitical will: making live, making die, letting live, letting die. This formulation of racism as a “caesura in the biological domain”⁷⁸ can be mobilized as a preemptive critique of a posthumanism that does not acknowledge race as a critical threshold of demarcation. Given the centrality of racial demarcatedness to biopolitics, I read Foucault’s later explanations of biopolitics, or what he calls the regime of security, later recapitulated in Deleuze’s theorization of “control societies,” as in fact a *geopolitics of racial ontology*.

Re-suturing the foundational function of race within biopolitics to the production of ontologically irreducible entities in

77 Bobby Jean Noble, “Our Bodies Are Not Ourselves: Tranny Guys and the Racialized Class Politics of Incoherence,” in Stryker and Aizura, *Transgender Studies Reader 2*, 249.

78 Michel Foucault, “Society Must Be Defended”: Lectures at the Collège de France, 1975 – 1976, trans. David Macey (New York: Picador, 2003), 255.

control societies, the geopolitics of racial ontology marks the manifestation of different spatializing regimes of the body, and its particles, such that the biological caesura that demarcates the cut of or for racism is now not just a question of visible racial difference or of the taxonomic and eugenic science of phrenology and the scientific racism of the eighteenth through early twentieth centuries. It is, rather, the biotechnologies of genetic engineering, assisted reproduction technologies, human genome sequencing, and phenotypical variation — which may well intersect with/ appear as gendered transformations — that mean the “cut” of racism is not made only through disciplinary categories of race but, more perniciously, through biopolitical control aggregates of population.⁷⁹ This geopolitics of racial ontology destabilizes the relentless focus on epistemological correctives that tend to dominate political interventions. But, more trenchantly, the emphasis on geopolitics amends what might otherwise be a location-less notion of ontology, an unmarked locational investment of recent work on ontology, much of it neither accounting for the productive force of geopolitics within its scholarly purview nor acknowledging the geopolitical forces that enable theorizing.

79 Many other critical race theorists have made this point, including Kim Tallbear, Nadia Abu el- Haj, and Dorothy Roberts. Kim Tallbear, *Native American DNA: Tribal Belonging and the False Promise of Genetic Science* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013); Nadia Abu el- Haj, *The Genealogical Science: Genetics, the Origins of the Jews, and the Politics of Epistemology* (Chicago: University of Chicago Press, 2012); Dorothy Roberts, *Fatal Invention: How Science, Politics, and Big Business Re- create Race in the Twenty- First Century* (New York: New Press, 2011). Denise da Silva has written on the passage from the biopolitics of race to nanopolitics: “That cancer cells do not indicate dark brown skin or flat noses can be conceived of as emancipatory only if one forgets, or minimizes, the political context within which lab materials will be collected and the benefits of biotechnological research will be distributed” (Denise Ferreira da Silva, *Toward a Global Idea of Race* [Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007], 8 – 9).

In the oscillation between discipline and control, which is less about the end of disciplining and more about the constellation of relations between discipline and control, the question, are you trans? morphs to, how trans are you? Both discipline and control pivot on the fantasy of a body that is concretely and distinctly a real trans body — the (transnormative?) body that pieces — manifest in opposition to the body that is most certainly cisgender. Similarly, the question, are you disabled? morphs to, how abled are you? and how disabled are you? In the context of an array of medical procedures that change in terms of access, signification, cultural capital, and socialization, the moves around these questions are not signaling merely degree. The end goal — to pass? to piece? — is impossible and always shifting: there is no trans. Trans becoming masquerades as a teleological movement, as if one could actually become trans. Trans is often mistaken as the horizon of trans and, as such, is mistaken for becoming trans as linear telos, as a prognosis that becomes the body's contemporary diagnosis and domesticates the trans body into the regulatory norms of permanence.⁸⁰

Becoming trans, then, as opposed to trans becoming, must highlight this impossibility of linearity, permanence, and end points. In Deleuzian terms, becoming is the “I” cascading into the impersonal, the stripping of all registers of signification that make each body succumb to subjectification over “signifiante.” Becoming, as Weinstein contends, is a “wholesale deterritorialization of the human,” and a “becoming imperceptible” — a divestment of codes, of signification, of identity and a process of taking on the register of the impersonal. Becoming is not about trying to make the body more capacitated but about allowing and reading more

80 On UK legislation that requires the acquiring of one's transgender to be committed to “until death,” see Emily Grabham, “Governing Permanence: Trans Subjects, Time, and the Gender Recognition Act,” *Social and Legal Studies* 19, no. 1 (2010): 107 – 26.

multiplicity, multiplicities of the impersonal and of the imperceptible. Importantly, becomings have no static referent of start point, end point, or climax; they have no narrative. Becoming is awash in pure immanence, never coincident with itself, marked only by degrees of intensity and duration.⁸¹ But none of this is to obscure the fact that becoming has become a zone for profit for contemporary capitalism, for neoliberal piecing and profiteering, a mode through which profit is being aggressively produced. And as such, all theorizations of becoming are generated through and within the geopolitics of racial ontology that it inhabits.

As trans transition is increasingly theorized as the mobilization, modulation, and modification of bodily matter rather than a retroactive cutting and severing from being in the wrong body, control societies must be understood as deeply sympathetic to if not partially productive of this reframing. Control mines gradations of surface and depth, tension and attention, penetration and withdrawal, finding multiple uses for the diversification of vestments and investments. Once again, however, we can de-exceptionalize trans bodies, as they are neither exceptionally susceptible to control and its forms of continuous surveillance (given the continuities

81 If we follow the lines of thought that inform Deleuze and Guattari's "becoming," we see that becoming animal and becoming woman (two major examples that they mobilize) are aspirational trajectories not toward these intersectional coordinates but beyond them. A becoming manifests as an occupation not of these categories but of the dissolution of the binary frames that inform the coherence of the categories in the first instance. Becoming animal is not a reaching out of the human to the experiences of the animal but, rather, a dissolution of the human animal/ nonanimal binary such that it no longer makes sense, no longer signifies as sensemaking, sensible. Becoming woman, for example, is Deleuze and Guattari's version of actual transsexualism. It is the potentiality of overwhelming — not deconstructing or transcending but, rather, overwhelming through infinite multiplicity — sexual difference into incoherence. Edward Mussawir writes that "'Becoming woman', a figure indeed suggestive of transsexualism, links 'minor' politics with an ontology of movement" (Edward Mussawir, *Jurisdiction in Deleuze: The Expression and Representation of Law* [New York: Routledge, 2011], 53).

between rhinoplasty and other trans surgical procedures, for example, and body modification in general),⁸² nor are they exceptionally capable of modulation, flexibility, and attunement.

Biopolitical control foregrounds the subindividual capacities, the nonhuman capacities, the prosthetic capacities, the molecular capacities, and the hormonal capacities and manipulates the telos of degree granting driven by the medical industrial complex. Beatriz Preciado (2013, p. 271) develops a formulation of the “pharmaco- pornographic” to describe the proliferation of bodily modulations in control societies, forms of microcontrol he calls “soft technologies” that “enter the body to form part of it: they dissolve in the body; they become the body”: “Here the body no longer inhabits disciplinary spaces, but is inhabited by them. The bio- molecular and organic structure of the body is a last resort for these control systems.”⁸³ The disciplinary spaces Preciado writes of — encompassing the molar categories of race, gender, sex — proliferate from bodily habitations of identity to *inhabitations* of the body. This inhabitation is perhaps one of the most pernicious modalities of power that control can manifest — control as discipline par excellence, in that discipline reproduces itself continuously throughout time and space. These “micro- prosthetics” of control, which Preciado (2013, p. 271) claims impel “a process of miniaturization,” “take the form of the body; they control by transforming into ‘body’, until they become inseparable and indistinguishable from it.”⁸⁴ Thus, the term *body modification* becomes a redundancy: the body is (endless) modification. This body, however, is not only the contoured organic body with a race and a sex; it is composites of information that splay the body

82 Spade, “Resisting Medicine.”

83 Beatriz Preciado, “The Pharmaco- pornographic Regime: Sex, Gender, and Subjectivity in the Age of Punk Capitalism,” in Stryker and Aizura, *Transgender Studies Reader 2*, 271.

84 *Ibid.*

across registers of disciplinary space and time. The target is data, not only identity or the subject or its representation. Identitarian communities of belonging — traditionally understood through disciplinary categories of identity, spatiality, coherence — are reorganized through statistical populations, stratified through aggregates of biopolitical life chances in the nexus where state, market, scientific, and geopolitical realms meet.

While I find Preciado's description of control economies of bodily inhabitation very persuasive, he optimistically describes the molecular as the "paradoxical condition of contemporary resistance and revolt":

We are molecularly equipped to remain complicit with dominant repressive formations. But the contemporary pharmaco- pornographic body . . . is *not* docile. This body is not simply an effect of the pharmaco- pornographic systems of control; it is first and above all the materialization of . . . "power of life" that aspires to transfer to all and to every body. This is the paradoxical condition of contemporary resistance and revolt: pharmaco- pornographic subjectivity is at the same time the effect of biopolitical technologies of control and the ultimate site of resistance to them (Preciado, 2013, p. 271).⁸⁵

We might want to pause at the formulation of the molecular and the nondocile body within which it resides as "the ultimate site of resistance," an ontologizing of the molecular as a thriving site of resistance by virtue of its mere presence and flexible relation to biomedical control economies (indeed, part of the transnormative body that pieces, and driving the

85 Ibid.

reterritorialization of whiteness). Given the geopolitics of racial ontology that condition any possibilities for becoming, for a wholesale deterritorialization of the human, and given that all the coordinates around the relation of the medical model to the social model and the access to subject recognition and the medical industrial complex revolve around not just gender and sexual alterity but also racial alterity and disenfranchisement through racial difference, I want to propose *becoming trans* as a capacitation of race, of racial ontologies, that informs the functioning of geo- and biopolitical control. Becoming trans is a process that courts not only the transformation of bodies in terms of gender, but also solicits the capacity of race to reinvent its terms. Race here is understood not only as a function or synonym of color but also, and perhaps more perniciously, as speciation. Becoming trans is distinct from trans being, or trans normativity that revels in the futurity of the body that pieces, because it specifically and deliberately acknowledges a political commitment to thinking through the forms of racial capacitation and reterritorialization that subtend and inform trans movements.

We could see becoming trans, then, as the dissolution of this category of signification through manifesting the intensive multiplicity of race, outpacing the forces of signification that seek to contain and compartmentalize what is raced, what is not raced. Insofar as *race* continues to be defined in relation to the White Man who sets its parameters, what Amit Rai (2012) calls “race racing” proliferates racial ontologies that are irreducible and unto themselves, in relation through infinite variation rather than difference from (the White Man). The impetus for race racing stems, for Rai, from the context of antiracist organizing in Britain, where he laments the continual reiteration of the centrality and normativity of white subjects and bodies in even the most progressive antiracist political forums. On thinking race not representationally but intensively, what he calls race racing, Rai (2012, p. 67) writes:

If one is to consistently think race racing as an intensive process, the multiplicity of race lacks any resemblance to itself; race racing multiplicities give form to processes, not to this or that final product (a race, a name . . .). Indeed, the end results of processes realizing the same multiplicity may be highly dissimilar from each other, like the spherical soap bubble and the cubic salt crystal, or like Jazz music and the narrative novel, “which not only do not resemble one another, but bear no similarity to the topological point guiding their production.” The multiplicity of race racing is of an obscure yet distinct nature quite different from the clear and distinct identity of rationalistic essences.⁸⁶

Race racing, as Rai elaborates, tracks the insistent becoming of race, the way race — “lack[ing] any resemblance to itself” — is always mutilating and mutating (to invoke the language from mutilating gender) its form in order to resituate and revive its capacitation within biopolitical fields. Race racing then, allows a reading of racial capacitation — deterritorialization, reterritorialization — in becoming trans. Becoming trans is of course just one potentiality of race racing. But if we are serious, to invoke Chen and others who think of trans as a movement not solely tethered to modulations and modifications of gender and sexuality but also of species, race racing changes trans becoming insofar as it potentially changes what race is, proliferates its intensive, singular forms, reorganizes its registers of significance and signification, and reterritorializes and multiplies its capacitation, its presence, its mutability. But becoming trans also carries through and out a process of racialization as much as it also marks an intensive race

86 Amit Rai, “Race Racing: Four Theses on Race and Intensity,” *WSQ: Women’s Studies Quarterly* 40, nos. 1 – 2 (2012): 67.

racing, a moment of race becoming futurity. There is no doubt that the reterritorialization of whiteness, in particular of white masculinities, might occur through the reassembling of gender and sexuality into versions of transnormativity. But becoming trans as a practice and a politics takes on a deterritorializing force not only in relation to gender and sex but also in relation to race and speciation. The question then is not, does gender and sex nonnormativity lead to racial nonnormativity? but, rather, about creative lines of flight that mutate and distort and swerve in Lucretian fashion. Not swerve from, just swerve, creating intensive rather than qualified difference. Thinking of becoming trans as a form of race racing illuminates the relations of white trans- normative (FTM) bodies of futurity — the ones that pass by exemplifying piecing — to the Trans Justice (MTF) bodies of color, those that struggle to piece (in order to perhaps pass), by seeing all these bodies as implicated in the redistribution of capacitations and reterritorializations of race in their intensive differences. The multiplicity, not the either/or of normativity or nonnormativity, of racial and gender difference is foregrounded. Thus, passing and piecing would be destabilized from their discrete sexual and racial referents and understood, rather, as produced through interfacing assemblages of de- and reterritorialization, of proliferating not only genders but also races and, indeed, species.

A deconstructive model of race insistently repositions the white male subject as determinant of what race is, of making sense or different sense of a representational format or forum; language dominates the political realm here. But theorists such as Arun Saldanha, Amit Rai, and myself are arguing for a political and theoretical methodology that intensifies and proliferates race rather than deconstructs it, a proliferation that, rather than hoping to dissolve binaries, makes them fade through the overwhelming force of ontological multiplicity, attuned to the perpetual differentiation of variation to variation and the multiplicity of affirmative becomings. If race is a technology of regeneration, in that race

is insistently reinventing itself in manners both “obscure” and “distinct” as Rai avers, this methodology doggedly pursues the inventive movements of race itself. Writing that “race is a whole event,”⁸⁷ Saldanha (2006, p. 12) exhorts:

Every time phenotype makes another machinic connection, there is a stutter. Every time bodies are further entrenched in segregation, however brutal, there needs to be an affective investment of some sort. This is the ruptural moment in which to intervene. Race should not be eliminated, but *proliferated*, its many energies directed at multiplying racial differences so as to render them joyfully cacophonous.⁸⁸

This joyful cacophony is in part what Rai (2012, p. 74) understands as “an experimentation on race itself,” one that would “continuously mutate, never resembling itself, changing the metric of its own measure through a resonance that moves beyond its terms.”⁸⁹ Unlike for Preciado, for whom resistance is simply a priori installed in the molecular as the “ultimate site of resistance” and utterly un beholden to any collective — an ontologizing and individuating politics at best, as Jord/ana Rosenberg so deftly demonstrates⁹⁰ — Rai calls for social and political practices of experimentation, a deeply pragmatic manipulation of the partitioning capacities of bodies. I suggest this “[move] beyond its terms” is one way of working through and also against how biopolitical control seeks to modulate sub- and para- individual capacities of the body (it seeks to modulate the impersonal, the becoming)

87 Arun Saldanha, “Reontologizing Race: The Machinic Geography of Phenotype,” *Environment and Planning: Society and Space* 24, no. 1 (2006): 12.

88 *Ibid.*, 20 – 21.

89 Rai, “Race Racing,” 74.

90 Rosenberg, “The Molecularization of Sexuality.”

while promoting an individual recourse to subject identification. Becoming trans, as suggested by race racing, would be a politics of manifesting beyond what control can control, a molecular line of flight, a moment of intensification in the process of becoming that is characteristic of race racing. As with all becomings, lines of flight are immanent, and their availability for reterritorialization, or capacity to newly territorialize, imminent. The revolution is not molecular; rather, movement resides in the interstitial shuttling — “the ruptural moment in which to intervene” — between intensive multiplicity and its most likely recapture.

References

AIZURA, A. Z. Of Borders and Homes: The Imaginary Community of (Trans)sexual Citizenship. *Inter-Asia Cultural Studies*, v. 7, p. 295-310, 2006.

BARRY, K. M. Disabilityqueer: Federal Disability Rights Protection for Transgender People. *Yale Human Rights and Development Journal*, v. 16, n. 1, p. 1-40, 2013.

BEAUCHAMP, T. Artful Concealment and Strategic Visibility: Transgender Bodies and US State Surveillance after 9/11. *Surveillance and Society*, v. 6, n. 4, p. 395-410, 2009.

CHEN, M. *Animacies: Biopolitics, Racial Mattering, and Queer Affect*. Durham, NC: Duke University Press, 2012.

CLARE, E. Body Shame, Body Pride: Lessons from the Disability Rights Movement. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 175-187.

CURRAH, P. Stepping Back, Looking Outward: Situating Transgender Activism and Transgender Studies — Kris Hayashi, Matt Richardson, and Susan Stryker Frame the Movement. *Sexuality Research and Social Policy*, v. 5, n. 1, p. 93-105, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Translated by Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Dialogues II*. Edited by Claire Parnet & Gilles Deleuze. New York: Cambridge University Press, 1987.

FOUCAULT, M. *The History of Sexuality. Vol. 1, An Introduction*. Translated by Robert Hurley. New York: Vintage, 1990.

FOUCAULT, M. *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977–1978*. Translated by Graham Burchell. New York: Picador, 2009.

FOUCAULT, M. “Society Must Be Defended”: *Lectures at the Collège de France, 1975–1976*. Translated by David Macey. New York: Picador, 2003.

GORTON, R. N. Transgender Health Benefits: Collateral Damage in the Resolution of the National Health Care Financing Dilemma. *Sexuality Research and Social Policy Journal of NSRC*, v. 4, n. 4, p. 47-64, 2007.

HALBERSTAM, J. *In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives*. New York: New York University Press, 2005.

HAYWARD, E. Lessons from a Starfish. In: GIFFNEY, N.; HIRD, M. J. (orgs.). *Queering the Non/Human*. Burlington, VT: Ashgate, 2008. p. 249-263.

HERBERT, L. C. Transforming Transsexual and Transgender Rights. *William and Mary Journal of Women and the Law*, v. 15, n. 3, p. 1-36, 2009.

HIEGEL, A. L. Sexual Exclusions: The Americans with Disabilities Act as a Moral Code. *Columbia Law Review*, v. 94, n. 4, p. 1057-1100, 1994.

HIRD, M. Animal Trans. In: GIFFNEY, N.; HIRD, M. J. (orgs.). *Queering the Non/Human*. Burlington, VT: Ashgate, 2008. p. 89-103.

HONG, K. Categorical Exclusions: Exploring Legal Responses to Health Care Discrimination against Transsexuals. *Columbia Journal of Gender and Law*, v. 11, p. 575-610, 2002.

KIER, B. Interdependent Ecological Transsex: Notes on Re/production. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 482-496.

LEE, A. Trans Models in Prison: The Medicalization of Gender Identity and the Eighth Amendment Right to Sex Reassignment Therapy. *Harvard Journal of Law and Gender*, v. 31, p. 1-30, 2008.

LIVINGSTON, J.; PUAR, J. Introduction: Interspecies. *Social Text*, v. 106, p. 1-16, 2011.

MARKOTIC, N.; MCRUER, R. Leading with Your Head: On the Borders of Disability, Sexuality, and the Nation. In: MCRUER, R.; MOLLO, A. (orgs.). *Sex and Disability*. Durham, NC: Duke University Press, 2012. p. 165-182.

MITCHELL, D. T.; SNYDER, S. L. Introduction: Disability Studies and the Double Bind of Representation. In: MITCHELL, D. T.; SNYDER,

S. L. (orgs.). *The Body and Physical Difference: Discourses of Disability*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997. p. 1-28.

MITCHELL, D. T.; SNYDER, S. L. Disability as Multitude: Re-working Non-productive Labor Power. *Journal of Literary and Cultural Disability Studies*, v. 4, n. 2, p. 179-193, 2010.

MITCHELL, D. T.; SNYDER, S. L. *Narrative Prosthesis: Disability and the Dependencies of Discourse*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

NOBLE, B. J. Our Bodies Are Not Ourselves: Tranny Guys and the Racialized Class Politics of Incoherence. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 121-135.

OVERBOE, J. Affirming an Impersonal Life: A Different Register for Disability Studies. *Journal of Literary and Cultural Disability Studies*, v. 3, n. 3, p. 241-256, 2009.

PRECIADO, B. The Pharmaco-pornographic Regime: Sex, Gender, and Subjectivity in the Age of Punk Capitalism. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 300-313.

RAI, A. Race Racing: Four Theses on Race and Intensity. *WSQ: Women's Studies Quarterly*, v. 40, n. 1-2, p. 36-52, 2012.

SALDANHA, A. Reontologizing Race: The Machinic Geography of Phenotype. *Environment and Planning: Society and Space*, v. 24, n. 1, p. 9-24, 2006.

SNORTON, C. R.; HARITAWORN, J. *Trans Necropolitics: A Transnational Reflection on Violence, Death, and the Trans of*

Color Afterlife. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 1-13.

SNYDER, S. L.; MITCHELL, D. T. Ablenationalism and the Geo-Politics of Disability. *Journal of Literary and Cultural Disability Studies*, v. 4, n. 2, p. 147-157, 2010.

SPADE, D. Resisting Medicine, Re/Modeling Gender. *Berkeley Women's Law Journal*, v. 18, n. 1, p. 15-29, 2003.

STRASSBURGER, Z. Disability Law and the Disability Rights Movement for Transpeople. *Yale Journal of Law and Feminism*, v. 24, n. 2, p. 125-150, 2012.

STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. Introduction: *Transgender Studies 2.0*. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 1-18.

STRYKER, S.; SULLIVAN, N. King's Member, Queen's Body. In: SULLIVAN, N.; MURRAY, S. J. (orgs.). *Somatechnics: Queering the Technologicalisation of Bodies*. Farnham, UK: Ashgate, 2009. p. 49-64.

WEINSTEIN, J. Transgenres and the Plane of Gender Imperceptibility. In: GUNKEL, H.; NIGIANNI, C.; SÖDERBÄCK, F. (orgs.). *Undutiful Daughters: New Directions in Feminist Thought and Practice*. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 33-47.

WILKERSON, A. L. Normate Sex and Its Discontents. In: MCRUER, R.; MOLLOWS, A. (orgs.). *Sex and Disability*. Durham, NC: Duke University Press, 2012. p. 1-18.

Corpos com Novos Órgãos: Devir trans, devir “deficiente”¹

Jasbir K. Puar
Victor Limeira-Da Silva (Tradutor)

“Os direitos de pessoas transgênero são a questão dos direitos civis da nossa era.” Assim afirmou o então Vice-Presidente Joe Biden, apenas uma semana antes da eleição de Novembro de 2012. Meses antes, o Presidente Barack Obama havia publicamente declarado seu apoio ao casamento gay, levando organizações LGBT convencionais e liberais queer a um estado de frenesi. Embora

1 N.A.: Este artigo evoluiu por meio de muitas conversas, lugares, e momentos. Tive muita sorte de ter tido audiências engajadas na Maryland University, Ohio State University, Linköping University, University of Indiana, University of Bergen, Cornell University, no Institute for Cultural Inquiry em Berlim, King’s College, e na Manchester University. Obrigada também a Tavia Nyong’o, Ed Cohen, Julie Livingston, Elena Glasberg, e Susan Stryker pelos comentários e encorajamento em várias versões, e a Alex Pittman por sua paciência infinita. Como sempre, minhas análises foram desafiadas e afinadas (espero) através de muitas trocas vertiginosas com Jord/ana Rosenberg, que nunca deixa de perceber as implicações de cada último pensamento e ideia.

N.T.: Este texto foi originalmente publicado como *Bodies with New Organs Becoming Trans, Becoming Disabled* na revista *Social Text* 124, Vol. 33, No. 3 • September 2015. DOI 10.1215/01642472-3125698 © 2015 Duke University Press, cujos direitos de Tradução agradecemos à autora.

N.T.: Todos os usos do termo “deficiente” neste texto implicam as noções capacitistas biopolíticas e neoliberais, e não o discurso direto da autora sobre pessoas com deficiência.

um comentário inesperado para um período eleitoral, e quase inaudível durante uma conversa com a preocupada mãe da Miss Trans Nova Inglaterra, o comentário de Biden² ecoou na retórica do reconhecimento; pareceu lógico para uma agora bem estabelecida teleologia³ da era dos direitos civis: primeiro as pessoas negras, depois homossexuais, e agora as pessoas trans.⁴

O que acontece com compreensões convencionais dos “direitos das mulheres” nesse *telos*? Além disso, a questão transgênero coloca em crise o enquadramento dos direitos das mulheres como direitos humanos, impulsionando ainda mais as relações entre normatividade de gênero e acesso a direitos e cidadania. Pude notar, como muitas outras pessoas o fizeram, que na falta de uma análise interseccional desses movimentos, ficamos de fato com um retrato muito parcial de quem e como se beneficia desse acordo de direitos, para não mencionar sua invocação tática dentro desse período de liberalismo no qual, como argumenta Beth Povinelli, “A potencialidade foi domesticada.”⁵ Tal como Jin Haritaworn e C. Riley Snorton (2013, p. 67) argumentam,

2 SLACK, Donovan. Biden Says ‘Transgender Discrimination Civil Rights Issue of Our Time.’ Politico, 30 October 2012. Disponível: www.politico.com/politico44/2012/10/biden-says-transgender-discrimination-civil-rights-147761.html.

3 Ver SOMERVILLE, Siobhan B. Queer Loving. GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies, v. 11, n. 3 (2005), p. 335 – 370.

4 Houve um ceticismo saudável de outros setores, incluindo a base dos direitos trans ativistas fazendo perguntas importantes sobre bem-estar, segurança, trabalho, economia e saúde. Para alguns exemplos, ver: SMITH, S. E. Joe Biden Calls Transgender Discrimination ‘the Civil Rights Issue of Our Time’. xo Jane, 31 October 2012. Disponível em: www.xojane.com/issues/joe-biden-calls-transgender-discrimination-the-civil-rights-issue-of-our-time; e LENNARD, Natasha. What Took Biden So Long on Trans Discrimination? Salon, 31 October 2012. Disponível em: www.salon.com/2012/10/31/if_trans_discrimination_is_the_civil_rights_issue_of_our_time_why_is_biden_just_mentioning_it_now/.

5 POVINELLI, Beth. Lecture at American University of Beirut, 14 March 2013.

É preciso interrogar como a institucionalização desigual das políticas para mulheres, gays e trans produz um sujeito transnormativo, cuja trajetória universal de saída do armário/transição, visibilidade, reconhecimento, proteção e autorrealização permanece em grande parte inquestionável em suas cumplicidades e convergências com projetos biomédicos, neoliberais, racistas e imperialistas.⁶

A partir dessa institucionalização desigual, Haritaworn e Snorton (2013) acrescentam que as posições de pessoas trans negras são “quase inconcebíveis.” O enigma aqui, como em outros lugares, envolve medir a eficiência política de argumentar a favor da inclusão, dentro e segundo os mesmos termos de reconhecimento que se baseiam em exclusões. Há uma tensão entre o desejo de que as posições de pessoas trans negras se tornem concebíveis e sua nua e crua impossibilidade de o serem que critica e subverte o que parece concebível.

As declarações de Biden prenunciam o alto custo para a inteligibilidade da identidade trans dentro dos discursos nacionais e dos marcos legais de reconhecimento. Sua aclamação dos direitos transgênero sinaliza a aceitação de uma nova variante de homonacionalismo — um “trans(homo)nacionalismo”? Ou a identidade transgênero é uma variação de processos de cidadania e nacionalismo através da normatização, em vez de uma variação do homonacionalismo? Em qualquer uma das opções, esse reconhecimento, defendendo, gera novas figuras de cidadania por meio das quais os sucessos dos discursos de direitos produzirão novos fracassos biopolíticos — pessoas trans negras, por exemplo. Susan

6 SNORTON, C. Riley; HARITAWORN, Jin. Trans Necropolitics: A Transnational Reflection on Violence, Death, and the Trans of Color Afterlife. In: STRYKER, Susan; AIZURA, Aren Z. (eds.) Transgender Studies Reader 2, ed. New York: Routledge, 2013, p. 67.

Stryker e Aren Z. Aizura (2013, p. 10) chamam a “produção da branquitude transgênero” de um “processo de extração de valor dos corpos negros” que ocorre tanto nacional quanto transnacionalmente.⁷ Pensando nessa dinâmica racial como um processo de extração de valor destaca a impossibilidade de uma plataforma de direitos que incorpore a inteligibilidade das posições de pessoas trans negras, pois essa ininteligibilidade é uma pré-condição para a emergência do projeto de direitos, sem contar que é fundamental para a sua implantação e integração bem-sucedida na legibilidade nacional. Acrescentando a capacidade biopolítica a esse cenário, Aizura (2006, p. 295) escreve que essa cidadania trans implica:

Desaparecer na população...mas também o imperativo de ser ‘adequado’ aos olhos do Estado: reproduzir, encontrar emprego apropriado; reorientar o corpo ‘diferente’ para o fluxo de aspiração nacionalizada por posses, propriedades [e] riquezas.⁸

Esse trans(homo)nacionalismo é, portanto, capacitado, e até mesmo impulsionado, não apenas pela abjeção de corpos incapazes de atender a esses mandatos raciais e de gênero de comportamento corporal, mas também pela concomitante marcação desses corpos abjetos como debilitados. Os processos de debilitação e abjeção são consubstanciais.

Diante dessa nova, mas não totalmente surpreendente assimilação da diferença de gênero por meio do nacionalismo, quero complicar as possibilidades de concretização de tal normatização trans ao colocar em primeiro plano uma trajetória histórica: aquela

7 STRYKER, Susan; AIZURA, Aren Z. “Introduction: Transgender Studies 2.0,” In: ____ (eds.) *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013, p. 10.

8 AIZURA, Aren Z., “Of Borders and Homes: The Imaginary Community of (Trans)sexual Citizenship,” *Inter-Asia Cultural Studies*, v. 7, p. 295, 2006.

não saudada ou celebrada por grupos LGBT nacionais ou teorizada na maioria dos estudos queer ou trans, seja mediana ou explicitamente. Se trata da trajetória que vai da Lei dos Estadunidenses com Deficiência (ADA)⁹ de 1990 até o momento atual de reconhecimento de pessoas trans pelo Estado norte-americano.¹⁰ Historicamente e contemporaneamente, o nexos entre pessoas trans e deficiência tem sido tenso, especialmente para corpos trans que resistem a alianças com pessoas com deficiência em grande parte por causa de longas lutas contra a estigmatização e patologização que podem ser invocadas através de tal filiação. Porém, estigmatização é apenas parte da razão para essa conexão frustrada. Mandatos neoliberais de corpos produtivos e capacitados levam o corpo trans a recriar um corpo capacitado não apenas em termos de gênero e sexualidade, mas também em termos de produtividade econômica e desenvolvimento da economia nacional.¹¹ Assim, a relação trans-deficiência não é simplesmente uma

9 N.T.: Apesar de oferecer as traduções das nomenclaturas de instituições, organismos, legislações e documentos, as siglas serão mantidas em inglês em vista de facilitar consultas e evitar confusões.

10 Susan Stryker (em comunicação pessoal via e-mail, em 20 de junho de 2013 e 25 de agosto de 2013) referiu-se a isso como “cidadania transnormativa”. Tal como ela se pergunta: “Trans é apenas um aditivo ao conceito de homonacionalismo, ou isso cria problemas de gênero (trans) para o conceito? Minha própria sensação é que o homonacionalismo envolve a captura da homonormatividade pelo Estado/governamentalidade, e a captura do gênero transnormativo é outra instância do mesmo processo, mas não é necessariamente homo (às vezes é, às vezes não é)” (23 de junho de 2013).

11 Dan Irving escreve que “as construções das pessoas transexuais como sujeitos sociais viáveis por especialistas médicos, outras/os indivíduos transexuais, pesquisadores e aliados foram, e continuam sendo moldadas significativamente por discursos de produtividade que emergem e reforçam regimes de acumulação capitalista. Para avançar em direção ao reconhecimento social, o corpo transexual deve constituir um corpo produtivo do trabalho, ou seja, deve ser capaz de participar dos processos de produção capitalista.” Irving afirma que isso resulta na “construção de subjetividades transexuais de maneira que reforçam as relações dominantes de exploração de classe.” Quiçá valha a pena afirmar que embora talvez correta, essa

relação fóbica de aversão ao estigma; trata-se também de corpos trans sendo recrutados, em conjunto com muitos outros corpos, para uma transformação mais geral de corpos capacitados em sujeitos neoliberais viáveis.

Dado que corpos trans dependem de cuidados médicos, caras intervenções farmacológicas e tecnológicas, proteção legal, e acomodação pública das mesmas instituições e aparelhos que funcionalizam normatividades de gênero e criam exclusões sistêmicas, como as pessoas que dependem do acesso a recursos significativos dentro de um contexto político-econômico que faz do indivíduo possessivo a base para reivindicações de direitos (incluindo o direito a cuidados médicos) rompem os próprios modelos dos quais dependem para fazer as reivindicações que, no caso das pessoas trans, lhes permitem se perceber como trans em primeiro lugar? Exploro esse enigma para os corpos trans por meio da relação ambivalente e problemática com a deficiência em três aspectos: (a) o aparato legal da ADA, que prepara o cenário para um status contraditório para a deficiência e a manutenção da normatividade de gênero como requisito para a condição de pessoa com deficiência; (b) os campos dos estudos da deficiência e dos estudos trans, que se centram em certas figuras excepcionalizadas; e (c) prioridades e estratégias de organização política que tomam parte em formas transnormativas não apenas de passabilidade, mas também do que chamo de “montagem”, um recrutamento para formas neoliberais de fragmentação do corpo em vista do lucro capitalista. Finalmente, ofereço uma afiliação especulativa entre deficiência e pessoas trans imaginada de forma diferente, o

avaliação pode ser feita com relação a muitos outros corpos recrutados para a subjetividade neoliberal. Irving prossegue por excepcionalizar o corpo trans argumentando que “os apelos à sociedade convencional para aceitar transexuais como sujeitos legítimos muitas vezes enfatizam suas valiosas contribuições para a sociedade através de seu trabalho.” IRVING, Dan. Normalized Transgressions: Legitimizing the Transsexual Body as Productive. *Radical History Review*, v. 100, p. 42, 2008.

“devir trans”, que busca ligar discursos sobre deficiência, pessoas trans, raça e relações interespecie para tornar as fronteiras porosas através da força avassaladora da multiplicidade ontológica, sintonizada com a diferenciação perpétua da variação e a multiplicidade dos devires afirmativos. Que tipos de agenciamentos aparecem que podem se recusar a isolar pessoas trans como um tipo de variante específica ou singular de deficiência e a deficiência como um tipo de variante singular de pessoas trans? Que tipos de alianças políticas e acadêmicas podem potencializar, quando cada uma assume e reconhece as localizações e as condições mais generalizadas da outra, criando genealogias que leem ambas como implicadas dentro dos mesmos conjuntos de poder? O foco aqui não é nas correções epistemológicas, e sim nas irredutibilidades ontológicas que transformam a fantasia da discrição de categorias não por sua ruptura, mas sim através de sua dissolução via multiplicidade. Ao invés de produzir intervenções conceituais que mapeiam o político ou produzem uma interpretação política diferente de suas amarras conceituais, refletidas no debate sobre transnormatividade e a inteligibilidade de pessoas trans negras, quero oferecer uma reimaginação generativa e especulativa do que pode ser sinalizado pelo político.

1 Lei da Deficiência e Discriminação Trans

A história legal que se segue é importante porque reflete e consagra uma relação contraditória de corpos trans que resistem a cuidados médicos patológicos e ainda assim que precisam acessar benefícios por meio do complexo industrial médico. As noções explícitas sobre o corpo trans como um corpo tornado incapacitado ou (talvez e, dadas as implicações teleológicas) reabilitado da deficiência têm sido predominantemente propaladas através de debates sobre transtorno de identidade de gênero (TIG). Tendo aparecido no DSM-III (terceira edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* da Associação Estadunidense

de Psiquiatria), publicado em 1980 na esteira da despatologização da homossexualidade do DSM-II de 1974, o TIG foi eliminado no DSM-5 lançado em maio de 2013, sendo substituído por disforia de gênero.¹² Esses complexos debates têm se concentrado em grande parte em uma série de inclusões e exclusões explícitas do TIG que têm relação com o DSM e a ADA. A inclusão do TIG em 1980 e seu foco no comportamento infantil foram amplamente entendidos como uma manobra compensatória para a retirada anterior da homossexualidade, instituindo mecanismos de vigilância que talvez evitassem a homossexualidade.¹³ Em contraste, uma passagem notável na ADA detalha a exclusão específica de “transtornos de identidade de gênero não resultantes de deficiências físicas” como uma deficiência – apresentada em uma cláusula excludente que incluía “travestismo, transexualismo, pedofilia, exibicionismo, voyeurismo, . . . ‘outros transtornos sexuais’”, e “condições” completamente arbitrárias, tais como vício em jogos, cleptomania, piromania e transtornos por uso de substâncias envolvendo drogas ilícitas (Hebert, 2009, p. 540).¹⁴ Esta cláusula foi amplamente compreendida (ao contrário da exclusão específica

12 NAKAMURA, Karen. “Trans/Japan, Trans/Disability” in Conference Debilitating Queerness, University of Maryland, College Park, 5 April 2013.

13 Ver VALENTINE, David. *Imagining Transgender: An Ethnography of a Category*. Durham, NC: Duke University Press, 2007; STRYKER, Susan. We Who Are Sexy: Christine Jorgensen’s Transsexual Whiteness in the Postcolonial Philippines, *Social Semiotics*, v. 19, n. 1, p. 89, 2009; IRVINE, Janice M. *Disorders of Desire: Sexuality and Gender in Modern American Sexology*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 1990.

14 Seção 12221 da Lei dos Estadunidenses com Deficiência de 1990, tal como segue: (a) Homossexualidade e bissexualidade: Para efeitos da definição de “deficiência” constante da seção 12102(2) do presente, homossexualidade e bissexualidade não são impedimentos e, como tal, não são deficiências nos termos do presente capítulo. b) Determinadas condições: nos termos do presente capítulo, o termo “deficiência” não inclui (1) travestismo, transexualismo, pedofilia, exibicionismo, voyeurismo, perturbações de identidade de gênero não resultantes de deficiências físicas, ou outros transtornos do comportamento sexual; (2) jogo compulsivo, cleptomania ou piromania;

da homossexualidade) como um enraizamento da patologização do TIG. Essa inclusão deliberada dos termos da exclusão é uma parte crucial da história, em parte porque até hoje a ADA é “a mais extensa lei de direitos civis que trata de normas corporais” (Hiegel, 1994, p. 1451).¹⁵

Dada a miscelânea de condições excluídas da ADA, muitas das quais carregam grande estigma social e/ou são percebidas como atividades criminosas, a maioria das análises concorda com o sentimento de L. Camille Herbert (2009, p. 540) de que “embora se possa argumentar pela exclusão de certas condições da definição de deficiência de modo a não patologizar certos indivíduos e certas condições, isso não parece ter sido a motivação do Congresso.”¹⁶ O processo pelo qual o Congresso chegou a essas exclusões também parece marcado por discursos de pânico moral sobre corpos doentes e debilitados, discursos os quais a ADA, em parte, foi produzida para amenizar. O ex-senador Jesse Helms, da Carolina do Norte, escreve R. Nick Gorton (2007, p. 84), “alarmou que a lei forneceria proteção para pessoas com deficiência a inúmeros grupos politicamente impopulares,” concluindo que a maioria das pessoas soropositivas são dependentes químicos, homossexuais, bissexuais, pedófilos ou cleptomaniacos, entre outros, e que a exclusão foi promulgada “como resultado direto dos esforços do senador Helms.”¹⁷ Observando que a ADA endossa

ou (3) transtornos por uso de substâncias psicoativas resultantes do uso ilícito atual de drogas.

15 HIEGEL, Adrienne L. Sexual Exclusions: The Americans with Disabilities Act as a Moral Code. *Columbia Law Review*, v. 94, n. 4, p. 1451, 1994.

16 HERBERT, L. Camille. Transforming Transsexual and Transgender Rights. *William and Mary Journal of Women and the Law*, v. 15, n. 3, p. 540 – 541, 2009.

17 GORTON, R. Nick. Transgender Health Benefits: Collateral Damage in the Resolution of the National Health Care Financing Dilemma. *Sexuality Research and Social Policy Journal of NSRC*, v. 4, n. 4, p. 84, 2007. Gorton continua: “Portanto, embora a obtenção de serviços transgênero por meio do *Medicaid*

“inequivocamente” o uso do DSM no reconhecimento de condições de incapacidade, Kari Hong (2002, p. 123) argumenta que “entender por que uma dúzia de condições foram removidas torna-se uma tarefa importante,” pois a exclusão não apenas desqualifica a consideração de certas condições como deficiência, mas também “isola certas condições da autoridade médica.” Hong (2002, p. 123) também aponta que a “bifurcação da deficiência”, proposta por “Helms nas categorias ‘boa’ (cadeira de rodas) e ‘ruim’ (travestismo) ecoa um perturbador mau uso da medicina.”¹⁸ Por fim, o Congresso capitulou e sacrificou esses grupos excluídos em troca de manter a proteção de outro grupo “minoritário” vilipendiado: os indivíduos com HIV.¹⁹ Esse movimento, é claro, insiste em bifurcações problemáticas, talvez estrategicamente, entre indivíduos diagnosticados com TIG e indivíduos diagnosticados com HIV.

Dessa forma, argumenta Kevin Barry (2013), “a ADA é um código moral, e as pessoas com TIG seus náufragos morais.” Ele acrescenta que “o TIG situa-se na encruzilhada incômoda da patologia e da diferença,”²⁰ uma encruzilhada que continua a se manifestar (especialmente agora que o TIG foi eliminado no

seja difícil, mas possível dependendo do tribunal, obter proteção federal por meio da ADA envolve convencer os tribunais não apenas de que o transtorno de identidade de gênero é uma doença legítima que precisa de tratamento, mas também de que a exclusão dentro da própria lei é inconstitucional – um desafio muito mais formidável. Até o momento, nenhum tribunal derrubou a exclusão de pessoas trans pela ADA.”

18 HONG, Kari. Categorical Exclusions: Exploring Legal Responses to Health Care Discrimination against Transsexuals. *Columbia Journal of Gender and Law*, v. 11, p. 123, 2002.

19 Ver COLKER, Ruth. Homophobia, AIDS Hysteria, and the Americans with Disabilities Act. *Journal of Gender, Race and Justice*, v. 8, n. 1, p. 33, 2004.

20 BARRY, Kevin M. Disabilityqueer: Federal Disability Rights Protection for Transgender People. *Yale Human Rights and Development Journal*, v. 16, n. 1, p. 1 – 50, 2013.

DSM-5).²¹ Adrienne L. Hiegel (1994 p. 1452) elabora extensivamente sobre esse ponto, com particular ênfase em como essa exclusão recodifica as capacidades laborais do corpo transexual. Ao retirar “transtornos de comportamento sexual” e “transtornos de identidade de gênero” da definição de deficiência da ADA, a:

“Lei esculpiu” uma nova classe de intocáveis. [...] Ao deixar aberto um espaço de discriminação permissiva para o empregador, a Lei identifica o ‘desviante’ sexual como o novo pária, usando a máquina legal do Estado para marcar como estranhos aqueles cujos corpos insubmissos os tornam inaptos para a plena integração em uma comunidade de trabalho.²²

Em essência, a ADA redefine padrões de capacidade corporal e debilidade através da reprodução da normatividade de gênero como parte integrante do potencial produtivo do corpo com deficiência. Além disso, a desagregação, e, assim, o potencial esvaziamento de alianças políticas e sociais entre homossexualidade, transexualidade e as pessoas com HIV é necessário à solidificação dessa normatividade de gênero que se pede em troca pela conversão da deficiência de um status socialmente difamado e excluído para uma versão liberal de reconhecimento, inclusão e incorporação. As sementes modernas do que Nicole Markotic e Robert McRuer (2012) chamam de “*crip*-nacionalismo” — o reconhecimento de algumas deficiências como socialmente produtivas para economias e ideologias nacionais em vista de marginalizar ainda mais outras deficiências — são evidentes aqui, uma vez que

21 Podemos nos perguntar o que a mudança de TIG para disforia de gênero implica: haverá uma mudança da ênfase na infância? Que novas populações serão impulsionadas e curadas? Embora fora do escopo desta discussão, a eliminação do TIG do *DSM* pode implicar que litigar com sucesso para a cobertura de pessoas trans na ADA é uma possibilidade ainda mais remota.

22 HIEGEL, Sexual Exclusions, p. 1452 – 1453.

a tolerância à “diferença” da deficiência é negociada através do disciplinamento do corpo ao lado de outros registros normativos de similitude, no caso gênero e sexualidade.²³ E, além disso, o que Sharon Snyder e David Mitchell (2010, p. 124) chamam de “capacito-nacionalismo” — isto é, os contornos capacitistas da inclusão nacional e dos registros da produtividade — ironicamente adere à ADA, mesmo que esta sirva como uma legislação inovadora para desafiá-lo. Snyder e Mitchell descrevem o capacito-nacionalismo como a “suposição implícita de que níveis mínimos de capacidade corporal, intelectual e sensorial, em conjunto com aspectos subjetivos da aparência estética, são exigidos de cidadãos que buscam acessar os ‘benefícios plenos’ da cidadania.”²⁴ Ao reorganizar os termos da deficiência, o capacito-nacionalismo redireciona a patologia e o estigma da deficiência para diferentes registros de desvio corporal e defeituosidade, neste caso particular, o da não-normatividade de gênero. Nesse sentido, o *crip*-nacionalismo anda de mãos dadas com o capacito-nacionalismo; na verdade, este é o progenitor daquele. Embora esses detalhes sobre a passagem da ADA obviamente não sejam isentos de implicações em relação à diferença racial e de classe, os detalhes específicos da cláusula excludente podem apontar as razões multifacetadas pelas quais, como observam Snyder e Mitchell (2010, p. 122), “pessoas queer, transexuais e intersexuais [...] existem nas margens do discurso da deficiência.”²⁵

Não é simplesmente o fato de que a ADA exclui o TIG e, por extensão, pessoas trans do reconhecimento como potencialmente incapacitadas, mas, sim, que a transexualidade — e provavelmente

23 MARKOTIC, Nicole;. *Leading with Your Head: On the Borders of Disability, Sexuality, and the Nation*. In: MCRUER, Robert; MOLLO, Anna (eds.). *Sex and Disability*. Durham, NC: Duke University Press, 2012, p. 165 - 182.

24 SNYDER, Sharon L.; MITCHELL, David T. *Ablenationalism and the Geo-Politics of Disability*. *Journal of Literary and Cultural Disability Studies*, p. 124, 2010.

25 *Ibid.*, p. 122.

as versões da transexualidade que são consideradas também de raça e classe indevidas — é entendida como deficiente demais para ser reabilitada para a cidadania, ou não suficientemente incapacitada para ser recodificada para a produtividade do trabalho. Além disso, a ADA arbitra as distinções entre homossexualidade e transexualidade exatamente nessas linhas patologizadas. Ao contrário do que afirma Hiegel, o “desviante” sexual dificilmente é o “novo pária.” Em vez disso, há um novo desviante sexual na cena, demarcado a partir de um anterior. De fato, a aceitação entusiástica da ADA por ativistas gays e lésbicas e pessoas formuladoras de políticas para a exclusão da homossexualidade como um “transtorno de comportamento sexual” não passou despercebido por ativistas trans que se sentiam de forma diferente com relação à ADA.²⁶ As inclinações ao capacitismo queer são, portanto, baseadas na segmentação analítica que a ADA faz da homossexualidade com relação a outros “transtornos sexuais”, bem como nas histórias de organização política. Zach Strassburger (2012, p. 7) descreve o processo de homonacionalismo observando que:

À medida que o movimento pelos direitos de gays e lésbicas ganhou força, o movimento transgênero se tornou mais inclusivo para cobrir as pessoas que haviam sido deixadas para trás pela centralidade atribuída pelo movimento gay e lésbico a integrantes mais tradicionais e ativistas mais politicamente promissores.²⁷

26 Ver Queer Channel Media: Trans-washing the ADA. *ENDAblog*, 28 July 2011. Disponível em: endablog.wordpress.com/2011/07/28/queer-channel-media-trans-washing-the-ada/.

27 STRASSBURGER, Zach. Disability Law and the Disability Rights Movement for Transpeople. *Yale Journal of Law and Feminism*, v. 24, n. 2, p. 7, 2012.

Dada a história política de segmentar pessoas trans de pessoas queer por meio da manutenção da normatividade de gênero, pode a deficiência funcionar de forma proativa e produtiva, como uma conversão ou tradução do estigma através do qual as pessoas trans podem demarcar sua distância com relação a aspectos da organização LGBT que são cada vez mais normativos?²⁸

Ofereço este breve panorama histórico para colocar os termos do debate entre a desmedicalização dos corpos trans (favorecendo o uso da lei de discriminação de gênero para julgar reivindicações de igualdade) e o uso bem-sucedido da lei da deficiência para acessar cuidados médicos cruciais. O que fica evidente nessas discussões é que a identidade trans, atravessando a divisão entre o modelo biomédico e o modelo social da deficiência, desafia a presunção de que os estudos da deficiência são “pós-binários”, especialmente porque persistem debates veementes sobre a utilidade do modelo médico na jurisprudência trans. Strassburger (2012), que defende uma “visão ampliada da deficiência” baseada em um modelo social que poderia ser aplicado aos direitos trans, observa, no entanto, que o modelo médico de transgeneridade tem sido muitas vezes mais bem-sucedido do que a proteção contra a discriminação de sexo e gênero e de orientação sexual, e que o movimento pelos direitos trans em sua

28 Se a pessoa trans se tornou a figura da alteridade radical de um queer agora domesticado, como é cada vez mais afirmado, então é a pessoa trans o Outro deficiente de um capacitismo queer? É a transfobia em organizações e comunidades queer, por exemplo, em parte uma manifestação do capacitismo, de ansiedade ou fobia em relação à deficiência? Não se trata, de forma alguma, de reduzir a transfobia ao capacitismo, ou a qualquer outro -ismo, mas de perguntar quais componentes, incluindo raça, classe e capacitismo, podem estar alimentando o agregado que é a transfobia. Por que o Michigan Womyn’s Music Festival ainda está barrando mulheres trans? É a “incapacidade” de encarnar completamente a feminilidade biológica originária respondida de forma fóbica, como se essa incapacidade fosse uma deficiência? Há valor em conceituar a transfobia como uma variante do capacitismo?

ênfase na desmedicalização (apesar de admitir relutantemente o sucesso da estratégia médica) ignora os aspectos pragmáticos da disputa. Além disso, Strassburger (2012, p. 3) nota os históricos efeitos do estigma, escrevendo que “a desmedicalização espelharia os esforços muito bem-sucedidos do movimento pelos direitos gays para enquadrar a homossexualidade como boa em vez de uma doença.”²⁹

Para outras pessoas, o debate entre medicalização e desmedicalização impede uma discussão mais ampla sobre o acesso a cuidados médicos adequados, o que tem sido destacado pelas lutas feministas pelos direitos reprodutivos, por exemplo.³⁰ Defensores do uso da lei da deficiência observam ainda que o difícil acesso a cuidados médicos não é o caso para todas as populações privadas de direitos. Por exemplo, Alvin Lee (2008, p. 464) argumenta que os “aspectos únicos do encarceramento e dos cuidados de saúde prisionais justificam e, de fato, obrigam o uso do modelo médico na luta pelo direito à cirurgia de redesignação sexual de pessoas trans encarceradas.”³¹ Lee observa que o preconceito usual contra populações de baixa renda no uso do modelo médico não se aplica ao contexto prisional de “direito ao cuidado”, onde a evidência médica é a melhor maneira de demonstrar cuidados de saúde sérios e necessários, em vez de eletivos, dado o “princípio geral de que as liberdades individuais devem ser restringidas na prisão.”³² Profissionais do direito, como Jeannie J. Chung e Dean Spade, se interessam muito pelo sucesso dos modelos sociais de deficiência em litigações de pessoas trans. Spade (2003, p. 37), por exemplo, desenvolveu cuidadosamente sua ambivalência sobre o uso da

29 STRASSBURGER, Disability Law, p. 3 – 4.

30 STRYKER, comunicação pessoal via e-mail, 25 August 2013.

31 LEE, Alvin. Trans Models in Prison: The Medicalization of Gender Identity and the Eighth Amendment Right to Sex Reassignment Therapy. *Harvard Journal of Law and Gender*, v. 31, p. 464 – 465, 2008.

32 Ibid., p. 470.

lei da deficiência e do modelo médico em relação ao seu firme comprometimento com a justiça social da desmedicalização das pessoas trans, defendendo uma “abordagem multiestratégica.”³³

2. Excepcionalismo Trans: Passabilidade e Montagem

Além dos debates robustos sobre jurisprudência trans e de pessoas com deficiência, os estudos transgênero e os estudos da deficiência são frequentemente considerados como tendo surgido no início dos anos 1990 na academia dos EUA, uma periodização que reflete uma mudança nas práticas de reconhecimento, utilidade econômica e visibilidade social que eclipsa a produção acadêmica anterior. Em termos da questão trans, por exemplo, Stryker e Aizura (2013, p. 1) observam que:

Afirmar a emergência dos estudos transgênero como um campo apenas na década de 1990 reside em um conjunto de pressupostos que permitem uma diferenciação entre um tipo de trabalho sobre ‘fenômenos transgênero’ e outro, pois houve, é claro, uma grande quantidade de trabalhos acadêmicos e científicos sobre várias formas de variação de gênero muito antes da década de 1990.

Entre as várias mudanças históricas que Stryker e Aizura listam como significativas para essa emergência estão:

Novas alianças políticas forjadas durante a crise da AIDS, que levaram políticas de identidade sexual e de gênero a um tipo

33 CHUNG, Jeannie J. Identity or Condition: The Theory and Practice of Applying State Disability Laws to Transgender Individuals. *Columbia Journal of Gender and Law*, v. 21, n. 1, p. 1–45, 2011; SPADE, Dean. Resisting Medicine, Re/Modeling Gender. *Berkeley Women’s Law Journal*, v. 18, n. 1, p. 37, 2003.

diferente de engajamento com as instituições biomédicas e farmacêuticas.³⁴

Essa emergência da deficiência e da identidade trans como coordenadas interseccionais exigiu a excepcionalização tanto do corpo trans quanto do corpo com deficiência para converter a debilidade de um corpo não-normativo em uma forma de capacidade social e cultural, seja localizada no reconhecimento estatal, nas políticas identitárias, nas economias de mercado, no complexo industrial médico, na produção de conhecimento acadêmico, na enunciação do sujeito, ou em todos esses juntos. Como resultado, ambos os campos de estudo – estudos trans e estudos da deficiência – sofrem com a dominação da branquitude e lutam contra a normatização do sujeito aceitável e reconhecível. O sujeito com deficiência é, muitas vezes, um corpo com uma “limitação” física; a cadeira de rodas tornou-se o símbolo internacional para pessoas com deficiência. Na identidade trans, a trajetória emergente mais recente de pessoas transmasculinas, animada pelo acesso a hormônios, procedimentos cirúrgicos e próteses corporais, tem se centralizado em um sujeito trans branco. Enquanto o sujeito com deficiência precisou recuperar formas de debilidade para excepcionalizar a transgressão e a sobrevivência dessa deficiência, o sujeito transnormativo vê o corpo como infinitamente disponível para manipulação hormonal e cirúrgica, tornando-se um corpo produzido em direção às normas capacitistas. Além disso, a transgeneridade não é facilmente inteligível dentro das “noções convencionais de deficiência” porque não é um “comprometimento motor, sensorial, psiquiátrico ou cognitivo” ou uma doença crônica (Wilkerson, 2012, p. 184).³⁵

O corpo com deficiência pode revalorar sua falta, mas o corpo transnormativo deve desejar reabilitar-se a um status de pessoa

34 STRYKER; AIZURA, Introduction, p. 1.

35 WILKERSON, Abby L. Normate Sex and Its Discontents. In: MCRUER; MOLLO. *Sex and Disability*, p. 184 – 185

capacitada. Eli Clare, um homem trans com paralisia cerebral, gerou talvez a maior quantidade de material sobre os dilemas epistemológicos específicos da pessoa trans com deficiência ou da pessoa com deficiência que é trans, proporcionando tão necessárias análises interseccionais.³⁶ Clare (2013, p. 262) escreve sobre a onipresença desse sentimento: “Muitas vezes ouço pessoas trans – mais frequentemente pessoas que estão usando, ou querem usar tecnologia médica para remodelar seus corpos – nomearem suas identidades trans como uma deficiência, um defeito congênito.”³⁷ Nesse ponto, Clare enfatiza o interesse trans na cura do defeito, formulação que tem sido problematizada politicamente nas plataformas de direitos de pessoas com deficiência, pois reforça normas capacitistas e aliena potenciais sociabilidades: “Reivindicar nossos corpos como defeituosos e emparelhar defeitos com cura... desconsidera as experiências de muitas pessoas com deficiência.”³⁸ Deficiência aqui não é apenas a “narrativa protética” (Mitchell; Snyder, 2000)³⁹ através da qual o corpo trans superará e, assim, resolverá sua debilidade, mas também a “matéria-prima a partir da qual outras comunidades socialmente desempoderadas se tornam visíveis” (Mitchell; Snyder, 1997, p. 6).⁴⁰ Vista através desse mecanismo de extração de recursos, a deficiência é a materialidade repudiada de uma corporeidade trans que abstrai e, assim, apaga essa materialidade de sua autoprodução.

36 Ver CLARE, Eli. *Body Shame, Body Pride: Lessons from the Disability Rights Movement*. In: STRYKER; AIZURA. *Transgender Studies Reader 2*, p. 261 – 265.

37 *Ibid.* p 262.

38 *Idem.*

39 MITCHELL, David T.; SNYDER, Sharon L. *Narrative Prosthesis: Disability and the Dependencies of Discourse*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

40 MITCHELL, David T.; SNYDER, Sharon L. Introduction: Disability Studies and the Double Bind of Representation. In: _____ (eds.). *The Body and Physical Difference: Discourses of Disability*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997, p. 6.

Toby Beauchamp (2009, p. 47) acrescenta à conversa sobre cura a noção de ocultação por meio de documentos legais (documentos de identidade) e intervenção médica, afirmando:

Ocultar um desvio de gênero é muito mais do que simplesmente apagar o status transgênero. Também é necessário alterar a apresentação de gênero para se adequar às compreensões brancas, de classe média, capacitistas e heterossexuais de gênero normativo.⁴¹

A cura, então, gira em torno da reabilitação em vista de múltiplas normas sociais. Beauchamp observa ainda que, obviamente, o processo de diagnóstico e tratamento inevitavelmente reforça essa reabilitação: “A vigilância médica se concentra primeiro na legibilidade dos indivíduos como transgênero, seguida por intervenções médicas sobre sua capacidade de *ocultar* qualquer status ou desvio trans” (Beauchamp, 2009, p. 47).⁴² Enquanto o acesso a cuidados de saúde adequados e sensíveis por parte de pessoas trans pode ser um processo assustador, quando não previamente vetado, conversas emergentes sobre “saúde transgênero” também podem funcionar para reafirmar as normas neoliberais de capacidade corporal e debilidade.⁴³ O sujeito transnormativo pode rejeitar categoricamente a potencial identificação e aliança com pessoas com deficiência, apesar de ambos compartilharem uma intensa relação com a medicalização, e talvez pelo desejo de reabilitação e consequente dívida com a medicalização. Clare (2013, p. 265)

41 BEAUCHAMP, Toby. Artful Concealment and Strategic Visibility: Transgender Bodies and US State Surveillance after 9/11. *Surveillance and Society*, v. 6, n. 4, p. 47, 2009.

42 Idem.

43 METZL, Jonathan M.; KIRKLAND Anna (eds.). *Against Health: How Health Became the New Morality*. New York: New York University Press, 2010.

defende que enquanto “o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência resiste ferozmente à medicalização dos corpos” para recusar o colapso do corpo “como mera condição médica,” na avaliação dele, “não questionamos a relação fundamental entre pessoas trans e a própria ideia de diagnóstico. Muitos/as de nós ainda assumimos as formas como nos medicalizam.”⁴⁴

Mesmo em narrativas politicamente progressistas sobre a “corporeidade” transgênero, por exemplo, um capacitismo inconsciente e o espectro da deficiência como privação intrínseca de direitos muitas vezes permanecem como subprodutos do encantamento com as capacidades transformadoras dos corpos. Por exemplo, a visão de Eva Hayward (2008) sobre o “Aleijado”⁴⁵ alterna em uma linha muito tênue entre o “Aleijado” como uma metáfora da regeneração e os efeitos paralisantes da amputação.⁴⁶ Da mesma forma, Bailey Kier (2013, p. 194), descrevendo um exemplo da capacidade de certos peixes de transicionar o sexo em resposta a tóxicos disruptores endócrinos (DEs), se pergunta se tais transformações são realmente uma “tecnologia além do nosso alcance,” desconsiderando a distribuição biopolítica desigual de tais toxinas que torna seu desejo por uma “aceitação global [de] nossa transsexualidade compartilhada” violentamente idealista. “Os DEs fazem parte da cadeia alimentar produtiva e reprodutiva da

44 CLARE. *Body Shame, Body Pride*, p. 265.

45 N.T.: Faz referência ao uso da canção *Cripple And The Starfish* (O Aleijado e a Estrela-do-Mar) da banda novaiorquina Antony And The Johnsons.

46 HAYWARD, Eva. *Lessons from a Starfish*. In: GIFFNEY, Noreen; HIRD, Myra J. (eds.). *Queering the Non/Human*. Burlington, VT: Ashgate, 2008, p. 249–264. Hayward escreve em uma nota de rodapé: “Mais uma vez, arrisco ler o ‘Aleijado’ como um sujeito trans não para repetir a patologização das pessoas trans, mas para explorar as imaginações da canção. Para o sujeito transexual/transgênero, as atribuições de gênero podem parecer “incapacitantes”, até mesmo danosas. Estou falando dessa experiência traumática, não da “excepcionalidade transgressora.”

vida humana e não-humana e precisaremos inventar caminhos, tal como os peixes, para nos adaptarmos a sua influência.”⁴⁷

Assim, eu argumentaria, que há aqui um terceiro elemento que produz a deficiência como a co-substância material repudiada dos corpos trans. Embora existam desejos compreensíveis de evitar o estigma e, como a ADA demonstra, uma demanda para que os corpos com deficiência se integrem a uma economia capitalista como corpos produtivos, o terceiro fator envolve formas aspiracionais de excepcionalismo trans, sendo uma das suas versões relacionada à reabilitação, cura, e ocultação. No entanto, essa excepcionalidade não se trata apenas da passabilidade normativa de gênero; trata-se também de habitar um corpo trans excepcional – que é um tipo diferente de excepcionalidade trans, a qual sinaliza em direção a um novo cidadão transnormativo baseado não na passabilidade, mas na “montagem”, galvanizado através da mobilidade, transformação, regeneração, flexibilidade e da mistura criativa do corpo. Com relação à “montagem” como um aspecto elementar das abordagens biomédicas neoliberais para corpos com deficiência, agora globalizado para todos os corpos, Snyder e Mitchell (2010, p. 190-191) argumentam que o corpo se tornou “um mercado multi-seccional” em distinção aos regimes fordistas que dividiam trabalhadores:

Agora somos membros perpétuos de um público encorajado a experimentar nossos corpos em pedaços... Enquanto as pessoas com deficiência foram treinadas para reconhecer suas partes com deficiência como definitivamente inferiores, o capitalismo contemporâneo treina-nos para separar nosso bem do mal – uma forma de alienação que alimenta a propensão do mercado para “tratar” nossas partes separadamente.

47 KIER, Bailey. Interdependent Ecological Transsex: Notes on Re/production. In: STRYKER; AIZURA, *Transgender Studies Reader 2*, p. 194, 196.

O corpo torna-se um terreno de localidades definíveis, cada uma colonizada por suas patologias particulares ditadas pelo mercado medicalizado.⁴⁸

Embora essa divisão do corpo não seja uma emergência recente, na medida em que há uma longa história de compartimentalização corporal como pré-requisito para a produção capitalista,⁴⁹ essa montagem não diz respeito apenas a capacidades produtivas, mas também a estender o corpo experiencialmente e extrair valor não apenas de corpos, mas de partes do corpo e de partículas.

Nessa economia de partes alienadas, a “montagem” torna-se uma capacidade valorizada. Jack Halberstam (2005, p. 19) observa que “o corpo transgênero emergiu como a própria futuridade, um tipo de realização heroica das promessas pós-modernas de flexibilidade de gênero.”⁵⁰ Halberstam é cauteloso quanto ao investimento excessivo na fluidez de gênero como capacidade transgressora, apontando que as economias de mercado já capitalizam a “flexibilidade” como a marca da produtividade econômica neoliberal. Mas, qual corpo (corpos?) transgênero é realmente entendido como “futuridade em si”? Essa sutura entre pessoas trans e futuridade excepcional e o potencial que o futuro oferece é o novo corpo transnormativo. Novamente, não se trata do corpo transnormativo da passabilidade, mas sim do corpo transnormativo que se “monta”, a mercantilização não da totalidade ou da reabilitação, mas da plasticidade, fabricando

48 MITCHELL, David T.; SNYDER, Sharon L. Disability as Multitude: Re-working Non-productive Labor Power. *Journal of Literary and Cultural Disability Studies*, v. 4, n. 2, p. 190 –191, 2010.

49 Por uma crítica incisiva às pretensões a-históricas sobre a fragmentação dos corpos necessária ao capitalismo, ver ROSENBERG, Jordana. The Molecularization of Sexuality: On Some Primitivisms of the Present. *Theory and Event*, v. 17, n. 2, 2014). Disponível em: muse.jhu.edu/journals/theory_and_event/v017/17.2.rosenberg.html.

50 HALBERSTAM, Judith. *In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives*. New York: New York University Press, 2005, p. 18.

partes a partir de inteiros, corpos sem e com novos órgãos. Dessa forma, a montagem parece transgressora quando, na verdade, é constitutiva não apenas da transnormatividade, mas também de alguns aspectos das economias neoliberais ou de mercado.

Para situar esse corpo trans que é a “própria futuridade”, talvez queiramos recorrer à organização política trans. É importante ressaltar que as interfaces estratégicas entre a lei da deficiência e a discriminação trans também se espelham na crescente organização política e alianças entre os dois grupos. Um exemplo recente inclui uma coalizão de pessoas trans e pessoas com deficiência organizada na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, para abordar conjuntamente questões de acesso, vigilância e configurações espaciais que ditam as expectativas de gênero e de deficiência sobre banheiros públicos, chamada *PISSAR* (Pessoas em Busca de Banheiros Seguros e Acessíveis).⁵¹ Como outro exemplo, o Centro de Direito Transgênero (TLC) em São Francisco tem um manual ativista intitulado *Mijando em Paz* que usa argumentos informados pela questão da deficiência a favor de banheiros públicos de gênero neutro.⁵²

Junto com uma distinção entre os movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência e as organizações pela justiça das pessoas com deficiência mantida por ativistas como Mia Mingus, deve-se também manter uma distinção entre o movimento pelos direitos transgênero e as organizações da justiça trans. *TransJustice*, uma das duas principais iniciativas do Projeto Audre Lorde (ALP) em Nova York, é um grupo político criado por

51 Ver WEST, Isaac. *PISSAR's Critically Queer and Disabled Politics. Communication and Critical/Cultural Studies*, v. 7, n. 2, p. 156–175, 2010. Também CAVANAGH, Sheila. *Touching Gender: Abjection and the Hygienic Imagination*. In: STRYKER; AIZURA, *Transgender Studies Reader 2*, p. 426–442.

52 *Peeing in Peace: A Resource Guide for Transgender Activists and Allies* (San Francisco: Transgender Law Center, 2005). Disponível em: translaw.wpen-gine.com/wp-content/uploads/2012/05/94930982-PIP-Resource-Guide.pdf.

e para pessoas trans e não-binárias negras. A *TransJustice* trabalha para mobilizar suas comunidades e alianças em ações sobre as questões políticas urgentes que enfrentam, incluindo o acesso a empregos, moradia e educação; a necessidade de cuidados de saúde sensíveis a pessoas trans, serviços relacionados ao HIV, e programas de capacitação profissional; além de resistência à violência policial, estatal e anti-imigrante. A *TransJustice* é composta por jovens de ascendência afro-americana e latina da classe trabalhadora, e a maioria é de mulheres trans. A convergência entre identidade racial e pessoas transfemininas parece significativa e pouco incidental. Tudo o que está disponível sobre indicadores econômicos, saúde transgênero, encarceramento, emprego, violência nas ruas e educação demonstra amplamente que as mulheres trans negras, especialmente as mulheres trans pretas, são massivamente marginalizadas em relação a outros corpos trans e que o abismo entre elas e os homens trans brancos é vasto e crescente. Os dados são escassos, mas contundentes: “Em 2003, 14 assassinatos de pessoas trans foram relatados nos EUA e 38 em todo o mundo. A maioria das vítimas é de mulheres trans negras.”⁵³ As principais preocupações da *TransJustice* se concentram em torno do acesso à escola, emprego, provisões de bem-estar e medicamentos e tratamentos não contaminados e baratos – hormônios, preenchimentos e cirurgias. Muitas articulam a consciência de sua identidade trans em torno da percepção de que esta ocorre simultaneamente com a noção de

53 “Remembering Our Dead”. Disponível em: www.rememberingour-dead.org (site inativo; acessado em 13 Junho de 2013). Ver também JACQUES, Juliet. Remembering Our Dead: Global Violence against Trans People. *openDemocracy* (digital commons), 26 November 2013. Disponível em: www.opendemocracy.net/5050/juliet-jacques/remembering-our-dead-global-violence-against-trans-people. Sobre as distinções entre pessoas transfemininas e transmasculinas e mulheres trans negras, ver O'BRIEN, Michelle. Tracing This Body: Transsexuality, Pharmaceuticals, and Capitalism. STRYKER; AIZURA, *Transgender Studies Reader 2*, p. 56–65.

que foram atraídas pelo sexo “errado” (portanto, não apenas ou necessariamente porque que estavam no corpo “errado”). Elas desejam passar como lindas, femininas, *sexy*. Embora uma política trans possa tornar tais formas de aprovação uma validação de uma identidade radical ou uma versão de assimilação, reconhecimento incorreto ou “vender-se”, para as pessoas integrantes da *TransJustice* tudo isto está quase sempre entrelaçado, ainda que obliquamente, evitando o assédio policial, a estigmatização da comunidade e a rejeição familiar. O envolvimento com o complexo industrial médico e com os desejos de transformação corporal não é necessariamente ou apenas vitorioso, empoderado por escolha ou, em última análise, construção de capacidade. A medicalização pode ser vivenciada como transformadora, capacitadora, debilitante, ou todos esses itens, além de excludente.⁵⁴ Essas pessoas não incorporam a “futuridade em si”; ao contrário, seus corpos podem ser lidos como locais de intensa luta (médica, educacional, laboral, jurídica, social) sobre quem de fato consegue encarnar – e experimentar – a futuridade, e quem, como resultado, serão os descartes dos danos colaterais de tais esforços para capturar a essência do futuro.

Kris Hayashi (2008, p. 100), ex-diretor do Projeto Audre Lorde, elabora sobre as ênfases da organização política trans em Nova York em geral e da *TransJustice* especificamente:

Em Nova York, jovens pessoas transgênero e não-binárias negras de baixa renda do bairro West Village enfrentam violência e assédio contínuos nas mãos da polícia, bem como de moradores que são principalmente brancos e de classe média a classe alta. Como resultado, a *FIERCE!*,

54 Para uma análise transnacional da diferença racial que informa a possibilidade de experiências transformadoras de procedimentos cirúrgicos, ver AIZURA, Aren Z. The Romance of the Amazing Scalpel. In: STRYKER; AIZURA, *Transgender Studies Reader 2*, p. 496–511.

uma organização liderada e administrada principalmente por pessoas transgênero e não-binárias de baixa renda e jovens pessoas negras em situação de rua, prioriza questões de brutalidade e violência policial, bem como gentrificação. A *TransJustice*, um projeto da ALP [Projeto Audre Lorde] que é liderado e dirigido por pessoas negras, tem priorizado questões de desemprego e acesso à educação devido às altas taxas de desemprego (60% – 70%) enfrentadas por pessoas negras. Também em Nova York, uma coalizão de organizações e grupos, incluindo *TransJustice*, *Welfare Warriors* e o Projeto de Identidade de Gênero do Centro Comunitário LGBT, priorizou os esforços para acabar com o assédio e discriminação regulares enfrentados por pessoas que buscam obter acesso à assistência pública. Finalmente, muitos grupos de pessoas transgênero e não-binárias liderados principalmente por pessoas negras em comunidades de baixa renda também têm priorizado o fim da guerra dos EUA contra o terrorismo, tanto internamente quanto no exterior.⁵⁵

O trabalho da *TransJustice* situa as relações vexatórias com a futuridade que a sua comunidade trans tem que mediar em termos de sobrevivência cotidiana. Ao fazer isso, ativistas da *TransJustice* expõem a transnormatividade na sua função de privilégio da branquitude, abrindo espaço para uma abordagem crítica da racialização das tecnologias de identidade trans. Suas análises

55 CURRAH, Paisley. Stepping Back, Looking Outward: Situating Transgender Activism and Transgender Studies — Kris Hayashi, Matt Richardson, and Susan Stryker Frame the Movement. *Sexuality Research and Social Policy*, v. 5, n. 1, p. 100, 2008.

centralizam o privilégio de quem *pode* ser pessoa com deficiência e quem *pode* ser transgênero em função do reconhecimento estatal e legal que muitas vezes é ilusório para seus corpos, demonstrando capacidade no centro desses projetos – a capacidade não apenas de ser, mas de se tornar, não de passar, mas de se montar – em vez de apenas debilidade, desvio, vitimismo, marginalização ou não-normatividade. O corpo trans que se monta, portanto, também não passa como gênero normativo masculino ou feminino, mas trans. Como Susan Stryker e Nikki Sullivan (2009, p. 51), elaborando sobre essa capacitação por meio da montagem, escrevem: “Nossa pesquisa... leva-nos a uma nova compreensão da integração corporal, baseada não na integridade orgânica do organismo humano, mas na aptidão do corpo para a integração, sua capacidade de ser integrado como recurso biopolítico em um campo sociotécnico mais amplo, ou em um aparelho como o Estado.”⁵⁶ Em outras palavras, fazem uma crítica ao modelo de reabilitação como intrinsecamente um retorno à completude. A integração através da montagem, em vez da totalidade através da passabilidade, torna-se uma vantagem valiosa nas sociedades de controle. Stryker e Sullivan (2009, p. 61) continuam: “A integridade do corpo — isto é, a capacidade do corpo de ser *integrado* — é, assim, paradoxalmente, dependente de sua encarnação como sempre já dilacerado, rasgado, incompleto e deficiente.”⁵⁷ Essa capacidade de se “integrar” – não de passar, mas de se montar – media, assim, a produção e as experiências vividas de categorias molares como raça, classe e gênero. O que estou argumentando aqui é que a capacitação em torno da saúde e consequentes registros de proezas corporais, não necessariamente as identidades trans ou de pessoas com deficiência ou sem deficiência ou queers

56 STRYKER, Susan; SULLIVAN, Nikki. King's Member, Queen's Body. In: _____. *Somatechnics: Queering the Technologicalisation of Bodies*. Farnham, UK: Ashgate, 2009, p. 51.

57 *Ibid.*, p. 61.

ou não-trans, em última análise, servem como a prática social divisória em termos biopolíticos.⁵⁸ Os debates sobre o eu “deficiente” e o outro “não deficiente” refletem discursos mais amplos de como esses “eus” são materialmente construídos por meio de abundantes discursos sobre corpos abjetos e corpos bem-sucedidos.

Embora a capacidade de se montar (de forma a passar como não passando) possa produzir novas formas de transnormatividade, Stryker e Sullivan (2009, p. 61) apontam, com razão, que os comportamentos corporais que não se esforçam para manifestar a completude ou um investimento no eu como coerente não precisam reproduzir as normas liberais do ser:

É esse aspecto do ser corporal que o discurso liberal dos direitos de propriedade em si mesmo não consegue e não pode explicar; é esse aspecto do ser corporal que buscamos destacar ao sugerir que as demandas individuais por alteração corporal são também, necessariamente, demandas por novos corpos sociais – novas soma-tecnologias que refiguram eticamente a relação entre corporeidades individuais e conjuntos agregados de corpos.⁵⁹

Portanto, essa formulação de novas soma-tecnologias que recusam o mandato individualizante dos paradigmas neoliberais de capacidade e debilidade corporal em favor da articulação de maiores conectividades entre “conjuntos agregados de corpos”, sinaliza justamente o desafio de elaborar praxes políticas de convívio. E, no entanto, também é o caso de que tais praxes políticas nunca devem desconsiderar as estratificações inerentes à busca de acesso a tais soma-tecnologias. O corpo transnormativo da futuridade que reflete as celebrações neoliberais da flexibilidade

58 Ver METZL; KIRKLAND, *Against Health*

59 STRYKER, Susan; SULLIVAN, Nikki. King's Member, Queen's Body, p. 61.

e da montagem permanece uma realidade ilusória para muitas pessoas. As distinções entre passabilidade e montagem são, portanto, fluidas e mutáveis, dados os tipos de construção do acesso médico e as acomodações legais que corpos trans negros são forçados a buscar em qualquer esforço para passar.

3 Devir Trans? Uma Geopolítica da Ontologia Racial

As linhas moleculares de fuga traçam pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas e impulsos; elas não são, entretanto, menos precisas; elas dirigem até mesmo processos irreversíveis... Muitas coisas se passam sobre essa segunda espécie de linhas—devires, micro-devires, que não têm o mesmo ritmo que a “história”. Por isso são tão enfadonhas as histórias de família, as referências, as lembranças, enquanto todas as nossas verdadeiras mudanças se passam em outra parte, uma outra política, outro tempo, outra individualização — Gilles Deleuze, *Dialogues II*, 1987, p. 124.

Até aqui, examinei como o reconhecimento biopolítico da deficiência instaurou uma versão da normatividade de gênero, neste caso especificamente por meio do aparato político da ADA. Em seguida, delinee formas de excepcionalismo corporal que podem produzir discursos trans capacitistas. Agora, mudo do foco na construção do sujeito – sujeito(s) trans e sujeito(s) com deficiência que são aclamados e/ou negados pela legitimação legal, reconhecimento estatal, acomodação pública e distribuição de recursos — para oferecer uma reconceitualização de agenciamentos corpóreos que colocam em primeiro plano contínuos ontológicos relacionados a bifurcações epistemológicas. Essa oscilação contínua entre as reivindicações identitárias ou baseadas em direitos

do sujeito trans e do sujeito com deficiência que buscam reconhecimento, e o controle biopolítico que opera em grande parte por meio da garantia das capacidades sub- e paraindividuais dos corpos para regimes privatizados — no caso dos Estados Unidos — de trabalho assalariado, é necessária porque esses “polos”, como observam Gilles Deleuze e Félix Guattari (1987, p. 147), nunca estão apartados: “Esses dois polos são inseparáveis; eles mantêm relações perpétuas de transformação, conversão, salto, queda e ascensão.”⁶⁰ Além disso, se for entendido que a batalha contra a extração e exploração das capacidades e habituações corporais não se dará apenas pelo terreno da política interseccional, e que, de fato, as sociedades de controle biopolítico funcionam insidiosamente usando o poder disciplinar para manter ou desviar nossa atenção da sujeição do sujeito, permitindo assim que o controle se manifeste sem impedimentos, eu proponho que outra interpretação dos aparatos disciplinares consiste em que, em parte, esses funcionam como um realce de mecanismos de controle. Executar essa oscilação significa partir de questões como o que é deficiência e o que é transgeneridade em direção a questões tais como: o que a deficiência produz e o que a transgeneridade produz. Nos estudos da deficiência, James Overboe (2009) desenvolve a noção deleuziana de vida impessoal — alguém sem um eu — para estabelecer um corte analítico nas políticas identitárias de deficiência que centralizam o indivíduo autorreflexivo. Ele faz essa intervenção com o objetivo de “afirmar vidas de pessoas com deficiência que simplesmente se expressam sem cognição, intenção ou agência.” Overboe (2009, p. 254) escreve:

O vitalismo de uma vida impessoal é muitas vezes considerado como um ruído que desaparecerá, em nome da clareza, em

60 DELEUZE Gilles; GUATTARI, Félix. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Trans. Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987, p. 147.

vista de abrir caminho para a verdadeira mudança social e a tão chamada emancipação. Isso restabelece e reinscreve a linguagem dominante ou o estilo de comunicação associado a ser uma pessoa ou indivíduo com agência.⁶¹

Há aqui uma recusa do impasse deficiência médica versus construção social, em parte porque a teoria deleuziana abraça a bio-materialidade, colocando em primeiro plano o vitalismo e a potencialidade da deficiência, em vez de buscar sua recontextualização no social. Overboe também nos lembra que a construção do próprio sujeito – mesmo o sujeito com deficiência – já é discursivamente capacitado.

Pode-se também apontar os esforços para articular a pessoa trans como uma força ontológica que impulsiona o movimento indeterminado e não como uma identidade que exige responsabilidade epistemológica ou como um movimento entre identidades. Paisley Currah, Lisa Jean Moore e Susan Stryker explicam “trans”(-trans-hífen) no campo sociopolítico;⁶² Jami Weinstein desenvolve a noção de transgênero.⁶³ O uso do termo *transexualidade* por Deleuze e Guattari abre para um espectro fluido de possibilidades:

61 OVERBOE, James. Affirming an Impersonal Life: A Different Register for Disability Studies. *Journal of Literary and Cultural Disability Studies*, v. 3, n., p. 254, 2009.

62 CURRAH, Paisley; MOORE, Lisa Jean; STRYKER, Susa. Introduction: Trans-, Trans, or Transgender? *WSQ: Women's Studies Quarterly* v. 36, n. 3, 4, p. 11, 2008.

63 WEINSTEIN, Jami. Transgenres and the Plane of Gender Imperceptibility. In: ed. GUNKEL, Henriette; NIGIANNI, Chrysanthi; SÖDERBÄCK, Fanny. *Undutiful Daughters: New Directions in Feminist Thought and Practice*. New York: Palgrave Macmillan, 2012, p. 155–168. Particularmente, Weinstein fornece uma importante releitura de Nietzsche e uma correção do uso de Judith Butler de “nenhum agente por trás do feito”, afirmando que o agente e o ato são ambos ficções segundo Nietzsche, e nos implora, em termos não essencialistas, para que “nos tornemos o que somos”.

trans como movimento, não como uma identidade, e trans como um continuum de intensidades. Nos estudos trans, Mel Chen argumenta que a “limitação e promessa simultâneas” de um Corpo sem Órgãos (CsO) é “precisamente porque os genitais (ou não-genitais) importam, mas não sendo necessariamente tolhidos por gênero e sexualidade normativos.”⁶⁴ Chen aponta as pessoas trans como uma reordenação da lógica de quais órgãos significam quais gêneros, ou se algum órgão precisa mesmo significar gêneros.⁶⁵

Apesar de anteriormente eu ter destacado o preocupante discurso de Kier sobre a transexualidade compartilhada em sua relação com a não-marcada e desigual biopolítica da distribuição de tóxicos, a sua formulação de transgênero como categoria abrangente – “todas as pessoas no planeta são agora abarcadas pela categoria de transgênero” – é sugestiva para mim não no sentido do desejo de manter a categoria transgênero, mas, sim, de sua imbricação com uma visão biopolítica interespecie em desenvolvimento. Kier (2010, p. 189) afirma que “talvez fosse melhor respondermos a esse rearranjo, não por medo dos pressupostos eco-catastróficos que a transexualidade invoca, mas abraçando nossa interdependente transexualidade compartilhada.”⁶⁶ Weinstein (2012, p. 156) também mobiliza a noção de devir como um desmonte da “própria especiação e construção identitária biopolíticas” que Michel Foucault elabora.⁶⁷ Em uma crítica à taxonomia de espécies, Julie Livingston e eu (2011) usamos o termo *antropomorfismo biopolítico* ou, reformulado mais apropriadamente, *antropocentrismo biopolítico* para “destacar os processos

64 CHEN, Mel. *Animacies: Biopolitics, Racial Mattering, and Queer Affect*. Durham, NC: Duke University Press, 2012.

65 Ver também CRAWFORD, Lucas Cassidy. Transgender without Organs? Mobilizing a Geo-affective Theory of Gender Modification. *Women's Studies Quarterly*, v. 36, n. 3, 4, p. 127 – 143, 2008.

66 KIER, Interdependent Ecological Transsex, p. 189.

67 WEINSTEIN, Transgenres and the Plane of Gender Imperceptibility, p. 156.

biopolíticos que coincidem com a centralidade do humano, e de certos humanos; e a tendência das análises biopolíticas de reinscrever essa centralidade, tomando a espécie humana como a base primária sobre a qual ocorrem as clivagens de raça e sexo.”⁶⁸ A biopolítica, como explica Foucault, é o processo pelo qual os seres humanos se tornam uma espécie (e de fato espécimes) para se juntar a todas as outras espécies biológicas. Esse devir é também o processo pelo qual os delineamentos antropomórficos do humano ganham força e se consolidam. Foucault (2009, p. 75) explica em *Segurança, Território, População* que “a dimensão na qual a população está imersa entre os demais seres vivos aparece e é sancionada quando, pela primeira vez, os humanos deixam de ser chamados de ‘o ser humano’ (*le genre humaine*) e passam a ser chamados de ‘a espécie humana’ (*l’espece humaine*).”⁶⁹ Ocorre um paradoxo: o animalismo dos humanos — “a vida do corpo e a vida da espécie” (Foucault, 1990, p. 146)⁷⁰ — é assumido como um projeto de construção de populações, e assim os humanos se juntam às espécies. O ser humano (androcêntrico) é, portanto, rearticulado como uma forma excepcional de animalidade dentro de uma categoria antropomorfizada: humanidade. Portanto, embora o próprio trabalho de Foucault não explore as implicações disso em termos de relação interespecie, sua teoria da biopolítica entende o antropocentrismo como uma faceta definidora da modernidade.

Os estudos transgênero assumiram a questão da especiação através de uma guinada pós-humanista ou não-humanista; na

68 LIVINGSTON, Julie; PUAR, Jasbir. Introduction: Interspecies. *Social Text*, v. 106, p. 3-14, 2011. Nos parágrafos que se seguem, eu parafraseio vários pontos da nossa introdução em coautoria.

69 FOUCAULT, Michel. *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977 – 1978*. Trans. Graham Burchell. New York: Picador, 2009, p. 75.

70 FOUCAULT, Michel. *The History of Sexuality, vol. 1, An Introduction*. Trans. Robert Hurley. New York: Vintage, 1990, p. 146.

verdade, estão abrindo caminho para indagações pós-humanistas, uma boa parte delas encorajadas pelo pensamento deleuziano. Esse encontro de estudos transgênero, estudos animais e estudos pós-humanistas é fantasticamente rico, complicando consideravelmente presunções humanistas de dimorfismo sexual⁷¹ e conceituando o sexo como uma norma de reação⁷² em emergência dinâmica com o ambiente e como um efeito de genes e ambientes (hormonais) que se interligam.⁷³ O trabalho de Myra Hird dissipa a distinção natureza/cultura ao desvendar o excepcionalismo humano embutido na evocação contínua do corpo humano trans como transgressor. Dada a sua completude em formas não-humanas, Hird (2008) argumenta que a pessoa trans não é um artefato cultural de meios tecnológicos, ou gloriosamente perversa por não ser natural, e sim que é de fato constitutiva da própria natureza. Hird expande a pessoa trans não apenas além ou através do sexo, mas também através de “classificações tradicionais de espécies.” Partindo da complexidade de pessoas intersexo e transexuais e da não aplicabilidade do dimorfismo sexual e de gênero à maioria das vidas não-humanas, Hird argumenta contra um binário natureza/cultura no qual o corpo humano trans é entendido como uma invenção tecnológica em si mesmo. O resultado do argumento de Hird é que a pessoa trans não é transgressora, mas, sim, e de fato, natural.⁷⁴ Em sintonia com a proposição de Vicky Kirby de

71 Ver ROUGHGARDEN, Joa. *Evolution's Rainbow: Diversity, Gender, and Sexuality in Nature and People*. Berkeley: University of California Press, 2004.

72 N.T.: Em ecologia e genética, a “norma de reação” descreve o padrão de expressão fenotípica de um único genótipo numa gama de diferentes condições ambientais.

73 Ver HAYWARD, Eva; KING, Malin Ah. *Toxic Sexes: Perverting Pollution and Queering Hormone Disruption*. *O-Zone: A Journal of Object Oriented Studies*, v. 1, p. 1-12, 2013. Hayward e King teorizam a toxicidade como uma ameaça e uma possibilidade.

74 HIRD, Myra. *Animal Trans*. In: GIFFNEY; HIRD. *Queering the Non/Human*, p. 242.

que a natureza está escrevendo e se re-presentando, e que talvez cultura tenha sido apenas natureza esse tempo todo,⁷⁵ Hird (2008, p. 242) argumenta que a tecnologia deve ser entendida através de suas dimensões interespécie:

O uso da tecnologia para distinguir entre natureza e cultura eclipsa a invenção e o uso muito reais e ativos da tecnologia por organismos vivos não-humanos... bem como até que ponto as chamadas tecnologias humanas na verdade imitam tecnologias já inventadas por outras espécies.⁷⁶

O argumento de Hird, que complica se não recusa a bifurcação natureza/cultura, tem vastas implicações para os debates nos estudos da deficiência com relação ao modelo biomédico versus o modelo social da deficiência. No contexto da jurisprudência transgênero e dos debates ativistas sobre o uso do modelo médico nas batalhas legislativas por atenção à saúde e consequentes provisões, sua análise sugere um desdobramento estratégico do modelo que pode desarmar conceituações patológicas quando postas como uma manipulação dos termos da tecnologia e do que constitui o natural.

Mas, apesar de desafiar a base primordial do humano e sua centralidade para definir os parâmetros de sexo, gênero e reprodução sexual, o aprofundamento das conversas entre estudos transgênero, estudos animais, e o pós-humanismo têm meticulosamente evitado um engajamento com os estudos da deficiência, um campo sempre em diálogo com arranjos do humano, especialmente no que se refere a deficiências cognitivas e mentais. Esse

75 KIRBY, Vicki. *Quantum Anthropologies: Life at Large*. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

76 Citação de MARGULIS, Lynn e SAGAN, Dorion In: HIRD. *Animal Trans*, p. 241.

fechamento é ainda mais notável à luz de um emergente e rico diálogo entre os estudos da deficiência e os estudos animais.⁷⁷ Além disso, a crescente parceria entre estudos transgênero e estudos animais tem ignorado discussões sobre diferença racial cruciais para debates sobre antropocentrismo biopolítico, evidenciando em vez disso, a categoria espécie, como se a espécie não fosse também um fórum para a compreensão das clivagens de diferença racial.⁷⁸ Um esforço para corrigir esse eclipsamento é a articulação que Chen faz do “prefixal trans-” — um materialismo gramático — como uma “maneira de explorar a complexidade da definição de gênero que situa-se entre os sistemas humanos de gênero e a genderificação dos animais” (Chen, 2012, p. 137).⁷⁹ Ao abordar a relação entre animais humanos e animais não-humanos como uma tecnologia racializadora da biopolítica, a análise de Chen articula a pessoa trans não apenas como “mutiladora de gênero”,⁸⁰ como o reordenamento e reorganização do gênero, mas também como mutiladora da raça, ou talvez melhor dito, como uma mutação da raça. Em alguns casos, essa mutação é uma re-territorialização e maior capacitação do privilégio racial e da projeção da coerência racial através da reorganização de gênero. Bobby Jean Noble

77 grande parte desse diálogo parece fixado em Temple Grandin, uma pessoa autista conhecida por seu trabalho sobre o comportamento animal do gado. Ver: WOLFE, Cary. Learning from Temple Grandin, or, Animal Studies, Disability Studies, and Who Comes after the Subject. *New Formations*, v. 64, p. 110–123, 2008. WEIL, Kari. *Thinking Animals: Why Animal Studies Now*. New York: Columbia University Press, 2012.

78 Ver a resenha de Max Hantel da obra *Queering the Non/Human*: HANTEL, Max. Posthumanism, Landscapes of Memory, and the Materiality of AIDS in South Africa. *Women's Studies Quarterly*, v. 40, n. 1, p. 251-256, 2012. Embora seja uma excelente coleção inicial sobre as conexões generativas entre estudos trans, estudos animais e estudos pós-humanistas, a obra, editada por Noreen Giffney e Myra Hird, participa desse eclipsamento.

79 CHEN, *Animacies*, p. 137.

80 SPADE, Dean. Mutilating Gender. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds.). *Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006, p. 315–332.

(2013, p. 249), por exemplo, descreve seu processo de regeneração de uma mulher lésbica *butch* da classe trabalhadora para um homem trans como sendo uma mudança de “anteriormente quase branca [para uma] agora pessoa branca” numa paisagem na qual “o ‘eu’ é a mercadoria capitalista mais atraente e pérfida.”⁸¹ Apesar da confusa designação de “quase branca”, Noble descreve essa capacitação da raça — um renascimento dos privilégios da branquitude agora proporcionados pela masculinidade — como um subproduto da modificação do corpo trans. Mesmo que questionemos esta formulação pouco original, no entanto, precisamos considerar a possibilidade da mutilação do gênero não ser tão facilmente clivada a partir da (desejos por?) recuperação racial, ou a partir de construtos de capacitismo. Que tipos de tentativa de recuperação, de um tipo ou de outro, subtendem ou mesmo introduzem esses rearranjos de gênero?

Lembremos que, para Foucault, o racismo não é derivado do biopoder, mas, sim, um pré-requisito para o funcionamento da biopolítica; ou seja, Foucault (2003, p. 255) arranca o racismo das noções de tolerância cultural ao afirmar que o corte no espectro biológico que é concedido à raça é necessário para permitir as quatro coordenadas da vontade biopolítica: fazer viver, fazer morrer, deixar viver, deixar morrer. Essa formulação do racismo como um “corte no domínio do biológico”⁸² pode ser mobilizado como uma crítica preventiva a um pós-humanismo que não reconhece a raça como um limiar crítico de demarcação. Dada a centralidade da demarcação racial para a biopolítica, leio as explicações posteriores de Foucault sobre esta, ou o que ele chama de regime de segurança, mais tarde recapitulado na teorização deleuziana

81 NOBLE, Bobby Jean. Our Bodies Are Not Ourselves: Tranny Guys and the Racialized Class Politics of Incoherence. In: STRYKER; AIZURA, *Transgender Studies Reader 2*, p. 249.

82 FOUCAULT, Michel. *Society Must Be Defended: Lectures at the Collège de France, 1975 – 1976*. Trans. David Macey. New York: Picador, 2003, p. 255.

de “sociedades de controle”, como de fato uma *geopolítica da ontologia racial*.

Re-costurando a função fundacional da raça dentro da biopolítica à produção de entidades ontologicamente irreduzíveis nas sociedades de controle, a geopolítica da ontologia racial marca a manifestação de diferentes regimes espacializados do corpo, de suas partículas, de tal forma que o corte biológico que demarca a clivagem do/para o racismo não é agora apenas uma questão da visível diferença racial ou da ciência taxonômica e eugênica da frenologia e do racismo científico do século dezoito ao início do século vinte. Ao invés disso, são as biotecnologias da engenharia genética, as tecnologias de reprodução assistida, o sequenciamento do genoma humano, e a variação fenotípica — que podem muito bem se cruzar com/aparecer como transformações de gênero — que significam que o “corte” do racismo não é feito apenas por meio de categorias disciplinares de raça, mas, mais perniciosamente, por meio do controle biopolítico de agregados de população.⁸³ Essa geopolítica da ontologia racial desestabiliza o foco incansável em correções epistemológicas que tendem a dominar as intervenções políticas. Porém, de forma mais contundente, a ênfase na geopolítica altera o que poderia ser uma

83 Muitas/os outras/os teóricas/os críticas/os da raça propuseram este ponto, incluindo Kim Tallbear, Nadia Abu el-Haj, e Dorothy Roberts. TALLBEAR, Kim. *Native American DNA: Tribal Belonging and the False Promise of Genetic Science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013. EL-HAJ, Nadia Abu. *The Genealogical Science: Genetics, the Origins of the Jews, and the Politics of Epistemology*. Chicago: University of Chicago Press, 2012. ROBERTS, Dorothy. *Fatal Invention: How Science, Politics, and Big Business Re-create Race in the Twenty-First Century*. New York: New Press, 2011. Denise da Silva escreveu sobre a passagem da biopolítica da raça para a nanopolítica: “Que as células cancerosas não indicam a pele negra escura ou narizes achatados podem ser concebidos como emancipatórios apenas se for esquecido, ou minimizado, o contexto político no qual os materiais laboratoriais serão coletados e os benefícios da pesquisa biotecnológica serão distribuídos.” DA SILVA, Denise Ferreira. *Toward a Global Idea of Race*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007, p. 8-9.

noção de ontologia sem localização, um investimento locacional não-marcado, comum em trabalhos recentes sobre ontologia, grande parte deles não dando conta da força produtiva da geopolítica dentro de sua alçada acadêmica nem reconhecendo as forças geopolíticas que possibilitam a teorização.

Na oscilação entre disciplina e controle, o que diz menos respeito ao fim do disciplinamento e mais à constelação de relações entre disciplina e controle, a pergunta: você é trans? transforma-se em: de que forma você é trans? Tanto a disciplina quanto o controle giram em torno da fantasia de um corpo que é concreta e distintamente um corpo trans real — o corpo (transnormativo?) que se monta — manifestando-se em oposição ao corpo que é certamente cisgênero. Da mesma forma, a pergunta, você é uma pessoa com deficiência? transforma-se em quão capacitado você é? e quão deficiente você é? No contexto de uma gama de procedimentos médicos que mudam em termos de acesso, significação, capital cultural, e socialização, os movimentos em torno dessas perguntas não sinalizam meramente uma questão de grau. O objetivo final — passar? se montar? — é impossível e sempre muda: não há *transição*. O tornar-se trans se disfarça de um movimento teleológico, como se alguém pudesse realmente se tornar trans. Este é muitas vezes confundido como o horizonte do ser trans e, como tal, é confundido com tornar-se trans como um *telos* linear, como um prognóstico que vira o diagnóstico contemporâneo do corpo e domestica o corpo trans nas normas reguladoras da permanência.⁸⁴

O *devoir trans*, portanto, em oposição ao torna-se trans, deve destacar essa impossibilidade de linearidade, permanência e pontos finais. Em termos deleuzianos, o *devoir* é o “eu” em cascata

84 Sobre a legislação do Reino Unido que exige que a aquisição do status de transgênero seja um compromisso “até a morte”, ver GRABHAM, Emily. Governing Permanence: Trans Subjects, Time, and the Gender Recognition Act. *Social and Legal Studies*, v. 19, n. 1, p. 107-126, 2010.

para o impessoal, o despojamento de todos os registros de significação que fazem cada corpo sucumbir à subjetivação em busca de “significação”. Devir, como afirma Weinstein, é uma “total desterritorialização do humano” e um “vir a ser imperceptível” — um desinvestimento de códigos, de significação, de identidade e um processo de assumir o registro do impessoal. Devir não é tentar tornar o corpo mais capacitado, e sim permitir e ler mais multiplicidade, multiplicidades do impessoal e do imperceptível. É importante ressaltar que devires não têm nenhum referente estático de ponto de partida, ponto final ou clímax; eles não têm narrativa. O devir é inundado de pura imanência, nunca coincidente consigo mesmo, marcado apenas por graus de intensidade e duração.⁸⁵ Mas, nada disso deve ignorar o fato de que o devir tem se tornado uma zona de lucro para o capitalismo contemporâneo, para a montagem e a exploração neoliberal, um modo através do qual o lucro tem sido agressivamente produzido. E, como tal, todas as teorizações do devir são geradas através e dentro da geopolítica da ontologia racial que habita.

Como a transição trans é cada vez mais teorizada como a mobilização, modulação, e modificação da matéria corporal em

85 Se seguirmos as linhas de pensamento que informam o “devir” de Deleuze e Guattari, veremos que o devir-animal e o devir-mulher (dois grandes exemplos que eles mobilizam) são trajetórias aspiracionais não em direção a essas coordenadas interseccionais, mas para além delas. Um devir se manifesta como uma ocupação não dessas categorias, mas da dissolução dos quadros binários que informam a coerência das categorias em primeiro lugar. O devir animal não é um alcance humano das experiências do animal, mas, antes, uma dissolução do binário humano animal/não-animal de tal modo que este não faça mais sentido, não seja mais um produtor de sentidos, sensato. O devir mulher, por exemplo, é a versão de Deleuze e Guattari do transexualismo real. É a potencialidade de avassalar – não desconstruir ou transcender, mas, antes, inundar através da multiplicidade infinita – diferença sexual em incoerência. Edward Mussawir escreve que o “‘devir mulher’, uma figura de fato sugestiva do transexualismo, liga a política ‘menor’ com uma ontologia do movimento”. MUSSAWIR, Edward. *Jurisdiction in Deleuze: The Expression and Representation of Law*. New York: Routledge, 2011, p. 53.

vez de um retroativo processo de cortar e amputar por estar no corpo errado, as sociedades de controle devem ser entendidas como profundamente simpáticas, se não parcialmente produtivas, dessa resignificação. O controle extrai gradações de superfície e profundidade, tensão e atenção, penetração e retirada, encontrando múltiplos usos para a diversificação de investidas e investimentos. Mais uma vez, porém, podemos desexcepcionalizar os corpos trans, pois eles não são excepcionalmente suscetíveis ao controle e suas formas de vigilância contínua (dadas as continuidades entre a rinoplastia e outros procedimentos cirúrgicos trans, por exemplo, e modificação corporal em geral),⁸⁶ nem são excepcionalmente capazes de modulação, flexibilidade e sintonia.

O controle biopolítico coloca em evidência as capacidades subindividuais, as capacidades não-humanas, as capacidades protéticas, as capacidades moleculares e as capacidades hormonais, e manipula o *telos* de atribuição de grau impulsionado pelo complexo industrial médico. Paul Beatriz Preciado (2013, p. 271) desenvolve a formulação do “farmaco-pornográfico” para descrever a proliferação de modulações corporais nas sociedades de controle, formas de micro-controle que ele chama de “tecnologias moles” que “entram no corpo para fazer parte dele: elas se dissolvem no corpo; tornam-se o corpo”: “Aqui o corpo já não habita os espaços disciplinares, mas é habitado por eles. O bio-molecular e a estrutura orgânica do corpo é um recurso último para esses sistemas de controle.”⁸⁷ Os espaços disciplinares de que Preciado escreve – englobando as categorias molares de raça, gênero, sexo – proliferam entre habitações corporais de identidade e *intra*-habitações do corpo. Esta *intra*-habitação é talvez uma das modalidades mais perniciosas de poder que o controle pode

86 Spade, *Resisting Medicine*.

87 PRECIADO, Paul Beatriz. The Pharmaco-pornographic Regime: Sex, Gender, and Subjectivity in the Age of Punk Capitalism,” In: STRYKER; AIZURA, *Transgender Studies Reader 2*, p. 271.

manifestar – o controle como disciplina por excelência, uma vez que a disciplina se reproduz continuamente ao longo do tempo e do espaço. Essas “micropróteses” de controle, que Preciado (2013, p. 271) afirma impulsionar “um processo de miniaturização”, “tomam a forma do corpo; controlam transformando-se em ‘corpo’, até se tornarem inseparáveis e indistinguíveis dele.”⁸⁸ Assim, o termo *modificação corporal* torna-se uma redundância: o corpo é (infinita) modificação. Esse corpo, no entanto, não é apenas o corpo orgânico contornado com uma raça e um sexo; ele consiste em compostos de informações que atravessam registros do espaço e do tempo disciplinares. O alvo são os dados, não apenas a identidade ou o sujeito ou sua representação. Comunidades identitárias de pertencimento — tradicionalmente entendidas através de categorias disciplinares de identidade, espacialidade, coerência — são reorganizadas por meio de populações estatísticas, estratificadas por meio de agregados de possibilidades de vida biopolítica no nexos onde os domínios estatal, mercadológico, científico e geopolítico se encontram.

Embora eu considere a descrição de Preciado das economias de controle da intra-habitação corporal muito persuasiva, ele descreve otimisticamente o molecular como a “condição paradoxal da resistência e revolta contemporâneas”:

Estamos molecularmente equipados para permanecer cúmplices das formações repressivas dominantes. Mas o corpo farmaco-pornográfico contemporâneo... *não* é dócil. Este corpo não é simplesmente um efeito dos sistemas farmaco-pornográficos de controle; é, antes e sobretudo, a materialização do . . . “poder da vida” que aspira a transferir para todos e cada corpo. Essa é a condição paradoxal da resistência e revolta contemporâneas: a subjetividade

88 Idem.

farmaco-pornográfica é, ao mesmo tempo, efeito das tecnologias biopolíticas de controle e o local último de resistência a elas (Preciado, 2013, p. 271).⁸⁹

Poderíamos querer nos deter na formulação do corpo molecular e do corpo não dócil dentro do qual ele reside como “o local último de resistência”, uma ontologização do molecular como um próspero local de resistência em virtude de sua mera presença e relação flexível com economias de controle biomédico (na verdade, parte do corpo transnormativo que se monta, e impulsiona a reterritorialização da branquitude). Dada a geopolítica das ontologias raciais que condicionam quaisquer possibilidades de devir, para uma desterritorialização total do humano, e dado que todas as coordenadas da relação do modelo médico com o modelo social e o acesso ao reconhecimento do sujeito e o complexo industrial médico giram em torno não apenas da alteridade de gênero e sexual, mas também da alteridade racial e da privação de direitos através da diferença racial, quero propor o *devir trans* como uma capacitação de raça, de ontologias raciais, que informam o funcionamento do controle geo- e biopolítico. Devir trans é um processo que busca atingir não apenas a transformação dos corpos em termos de gênero, mas também traz à tona a capacidade da raça de reinventar seus termos. Raça aqui é entendida não apenas como uma função ou sinônimo de cor, mas também, e talvez mais perniciosamente, como especiação. Devir trans é distinto do ser trans, ou normatividade trans que se deleita com a futuridade do corpo que se monta, porque especificamente e deliberadamente reconhece um compromisso político de pensar as formas de capacitação e reterritorialização racial que subtendem e informam movimentos trans.

Poderíamos ver, portanto, o devir trans como a dissolução dessa categoria de significação por meio da manifestação da

89 Idem.

multiplicidade intensiva de raça, ultrapassando as forças de significação que buscam conter e compartimentalizar o que é racializado, e o que não é racializado. Na medida em que *raça* continua a ser definida em relação ao Homem Branco que estabelece seus parâmetros, o que Amit Rai (2012) chama de “corrida racial” prolifera ontologias raciais que são irredutíveis e voltadas para si mesmas, em relação através de variação infinita em vez de diferença a partir (do Homem Branco).

O impulso para as corridas raciais decorre, para Rai, do contexto de organização antirracista na Grã-Bretanha, onde ele lamenta a reiteração contínua da centralidade e normatividade de sujeitos e corpos brancos mesmo nos fóruns políticos antirracistas mais progressistas. Pensando raça não de forma representativa, mas intensiva, o que ele chama de corrida racial, Rai (2012, p. 67) escreve:

Se alguém for pensar consistentemente a corrida racial como um processo intensivo, a multiplicidade de raça não tem qualquer semelhança consigo mesma; as multiplicidades da corrida racial dão forma a processos, não a este ou àquele produto final (uma raça, um nome...). De fato, os resultados finais de processos que produzem a multiplicidade podem ser altamente diferentes entre si, como a bolha de sabão esférica e o cristal de sal cúbico, ou como jazz e romance, “que não apenas não se assemelham, mas não guardam nenhuma semelhança com o ponto topológico que orienta sua produção”. A multiplicidade da corrida racial é de natureza obscura, mas diferente, bem diferente da identidade clara e distinta das essências racionalistas.⁹⁰

90 RAI, Amit. Race Racing: Four Theses on Race and Intensity. *WSQ: Women's Studies Quarterly*, v. 40, n. 1, 2, p. 67, 2012.

A corrida racial, como Rai elabora, acompanha o insistente devir da raça, a maneira como a raça — “sem qualquer semelhança consigo mesma” — está sempre mutilando e mutando (para invocar a linguagem de mutilar o gênero) sua forma de modo a re-situar e re-avivar sua capacitação no campo biopolítico. A corrida racial, então, permite uma leitura da capacitação racial — desterritorialização, reterritorialização — do devir trans. O devir trans é, evidentemente, apenas uma potencialidade da corrida racial. Mas se levarmos a sério, para invocar Chen e outras pessoas que pensam a pessoa trans como um movimento não apenas preso a modulações e modificações de gênero e sexualidade, mas também de espécie, a corrida racial transforma o devir trans na medida em que potencialmente muda o que é raça, prolifera suas formas intensivas e singulares, reorganiza seus registros de importância e significação, reterritorializa e multiplica sua capacitação, sua presença, sua mutabilidade. Mas o devir trans também carrega e desencadeia um processo de racialização uma vez que também marca uma corrida racial intensiva, um momento no qual a raça se torna futuridade. Não há dúvida de que a reterritorialização da branquitude, em particular das masculinidades brancas, pode ocorrer por meio da remontagem de gênero e sexualidade dentro de versões da transnormatividade. Mas o devir trans como prática e política assume uma força desterritorializante não só em relação a gênero e sexo, mas também em relação a raça e especiação. Portanto, a questão não é: a não-normatividade de gênero e sexo leva à não-normatividade racial? mas, sim, sobre linhas criativas de fuga que se transformam e se distorcem e desviam à moda lucretiana. Não desviar de, apenas desviar, criando diferenças intensivas em vez de qualificadas. Pensar no devir trans como uma forma de corrida racial ilumina as relações dos corpos transmasculinos normativos brancos da futuridade – aqueles que passam através de exemplar montagem — com os corpos negros transfemininos da *TransJustice*, aqueles que lutam para se montar (para talvez passar), vendo todos esses corpos como implicados na redistribuição

de capacitações e reterritorializações de raça em suas diferenças intensivas. A multiplicidade, e não a normatividade ou a não-normatividade, da diferença racial e de gênero está em primeiro plano. Assim, a passabilidade e a montagem seriam desestabilizadas de seus discretos referentes sexuais e raciais para serem compreendidas, antes, como produzidas por meio de conjuntos de agências interconectadas de des(re)territorialização, de proliferação não só de gêneros, mas também de raças e, de fato, de espécies.

Um modelo desconstrutivo de raça reposiciona insistentemente o sujeito masculino branco como determinante do que é raça, de fazer sentido ou sentido diferente de um formato ou fórum representacional; aqui, a linguagem domina a instância do político. Porém, autores como Arun Saldanha, Amit Rai e eu defendemos uma metodologia política e teórica que intensifique e prolifere a raça em vez de desconstruí-la, uma proliferação que, em vez de esperar dissolver binários, os faça desaparecer através da força esmagadora da multiplicidade ontológica, sintonizada com a diferenciação perpétua de variação para variação e com a multiplicidade dos devires afirmativos. Se raça é uma tecnologia de regeneração, de modo que a raça está insistentemente se reinventando de maneiras “obscuras” e “distintas”, como Rai afirma, essa metodologia persegue obstinadamente os movimentos inventivos da própria raça. Escrevendo que “a raça é um evento completo”,⁹¹ Saldanha (2006, p. 12) exorta:

Toda vez que o fenótipo faz outra conexão mecânica, há uma gagueira. Cada vez que os corpos estão ainda mais entrincheirados na segregação, por mais brutal que seja, é preciso que haja algum tipo de investimento afetivo. Este é o momento ruptural no qual intervir. A raça não deve

91 SALDANHA, Arun. Reontologizing Race: The Machinic Geography of Phenotype. *Environment and Planning: Society and Space*, v. 24, n. 1, p. 12, 2006.

ser eliminada, mas *proliferada*, voltando suas muitas energias para multiplicar as diferenças raciais de modo a torná-las prazerosamente cacofônicas.⁹²

Essa cacofonia prazerosa é, em parte, o que Rai (2012, p. 74) entende como “uma experimentação da própria raça”, que “mutaria continuamente, nunca se assemelhando a si mesma, mudando a métrica de sua própria medida através de uma ressonância que vai além de seus termos.”⁹³ Ao contrário de Preciado, para quem a resistência é simplesmente instalada a priori no molecular como o “local último da resistência” e totalmente indiferente a qualquer coletivo — uma política ontologizante e individualizante na melhor das hipóteses, como Jord/ana Rosenberg tão habilmente demonstra⁹⁴ — Rai apela para práticas sociais e políticas de experimentação, uma manipulação profundamente pragmática das capacidades de divisão dos corpos. Sugiro que esse “[mover] além de seus termos” é uma forma de atuar através e também contra a maneira como o controle biopolítico busca modular sub- e para-capacidades individuais do corpo (busca modular o impessoal, o devir) ao mesmo tempo que promove um recurso individual à identificação do sujeito. Devir trans, como sugerem as corridas raciais, seria uma política de manifestar além do que o controle pode controlar, uma linha molecular de fuga, um momento de intensificação no processo de devir característico das corridas raciais. Como acontece com todos os devires, as linhas de fuga são imanentes, e sua disponibilidade para a reterritorialização, ou capacidade de territorialização recente, é iminente. A revolução não é molecular; antes, o movimento reside no vaivém intersticial — “o momento ruptural no qual intervir” — entre a multiplicidade intensiva e sua mais provável recaptura.

92 Ibid., 20 – 21.

93 RAI. Race Racing, p. 74.

94 ROSENBERG. The Molecularization of Sexuality.

Referências

AIZURA, A. Z. Of Borders and Homes: The Imaginary Community of (Trans)sexual Citizenship. *Inter-Asia Cultural Studies*, v. 7, p. 295-310, 2006.

BARRY, K. M. Disabilityqueer: Federal Disability Rights Protection for Transgender People. *Yale Human Rights and Development Journal*, v. 16, n. 1, p. 1-40, 2013.

BEAUCHAMP, T. Artful Concealment and Strategic Visibility: Transgender Bodies and US State Surveillance after 9/11. *Surveillance and Society*, v. 6, n. 4, p. 395-410, 2009.

CHEN, M. *Animacies: Biopolitics, Racial Mattering, and Queer Affect*. Durham, NC: Duke University Press, 2012.

CLARE, E. Body Shame, Body Pride: Lessons from the Disability Rights Movement. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 175-187.

CURRAH, P. Stepping Back, Looking Outward: Situating Transgender Activism and Transgender Studies — Kris Hayashi, Matt Richardson, and Susan Stryker Frame the Movement. *Sexuality Research and Social Policy*, v. 5, n. 1, p. 93-105, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Translated by Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Dialogues II*. Edited by Claire Parnet & Gilles Deleuze. New York: Cambridge University Press, 1987.

FOUCAULT, M. *The History of Sexuality*. Vol. 1, An Introduction. Translated by Robert Hurley. New York: Vintage, 1990.

FOUCAULT, M. *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977–1978*. Translated by Graham Burchell. New York: Picador, 2009.

FOUCAULT, M. “Society Must Be Defended”: Lectures at the Collège de France, 1975–1976. Translated by David Macey. New York: Picador, 2003.

GORTON, R. N. Transgender Health Benefits: Collateral Damage in the Resolution of the National Health Care Financing Dilemma. *Sexuality Research and Social Policy Journal of NSRC*, v. 4, n. 4, p. 47-64, 2007.

HALBERSTAM, J. *In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives*. New York: New York University Press, 2005.

HAYWARD, E. Lessons from a Starfish. In: GIFFNEY, N.; HIRD, M. J. (orgs.). *Queering the Non/Human*. Burlington, VT: Ashgate, 2008. p. 249-263.

HERBERT, L. C. Transforming Transsexual and Transgender Rights. *William and Mary Journal of Women and the Law*, v. 15, n. 3, p. 1-36, 2009.

HIEGEL, A. L. Sexual Exclusions: The Americans with Disabilities Act as a Moral Code. *Columbia Law Review*, v. 94, n. 4, p. 1057-1100, 1994.

HIRD, M. Animal Trans. In: GIFFNEY, N.; HIRD, M. J. (orgs.). *Queering the Non/Human*. Burlington, VT: Ashgate, 2008. p. 89-103.

HONG, K. Categorical Exclusions: Exploring Legal Responses to Health Care Discrimination against Transsexuals. *Columbia Journal of Gender and Law*, v. 11, p. 575-610, 2002.

KIER, B. Interdependent Ecological Transsex: Notes on Re/pro-duction. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 482-496.

LEE, A. Trans Models in Prison: The Medicalization of Gender Identity and the Eighth Amendment Right to Sex Reassignment Therapy. *Harvard Journal of Law and Gender*, v. 31, p. 1-30, 2008.

LIVINGSTON, J.; PUAR, J. Introduction: Interspecies. *Social Text*, v. 106, p. 1-16, 2011.

MARKOTIC, N.; MCRUER, R. Leading with Your Head: On the Borders of Disability, Sexuality, and the Nation. In: MCRUER, R.; MOLLOW, A. (orgs.). *Sex and Disability*. Durham, NC: Duke University Press, 2012. p. 165-182.

MITCHELL, D. T.; SNYDER, S. L. Introduction: Disability Studies and the Double Bind of Representation. In: MITCHELL, D. T.; SNYDER, S. L. (orgs.). *The Body and Physical Difference: Discourses of Disability*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997. p. 1-28.

MITCHELL, D. T.; SNYDER, S. L. Disability as Multitude: Re-working Non-productive Labor Power. *Journal of Literary and Cultural Disability Studies*, v. 4, n. 2, p. 179-193, 2010.

MITCHELL, D. T.; SNYDER, S. L. *Narrative Prosthesis: Disability and the Dependencies of Discourse*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

NOBLE, B. J. Our Bodies Are Not Ourselves: Tranny Guys and the Racialized Class Politics of Incoherence. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 121-135.

OVERBOE, J. Affirming an Impersonal Life: A Different Register for Disability Studies. *Journal of Literary and Cultural Disability Studies*, v. 3, n. 3, p. 241-256, 2009.

PRECIADO, B. The Pharmaco-pornographic Regime: Sex, Gender, and Subjectivity in the Age of Punk Capitalism. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 300-313.

RAI, A. Race Racing: Four Theses on Race and Intensity. *WSQ: Women's Studies Quarterly*, v. 40, n. 1-2, p. 36-52, 2012.

SALDAHNA, A. Reontologizing Race: The Machinic Geography of Phenotype. *Environment and Planning: Society and Space*, v. 24, n. 1, p. 9-24, 2006.

SNORTON, C. R.; HARITAWORN, J. Trans Necropolitics: A Transnational Reflection on Violence, Death, and the Trans of Color Afterlife. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 1-13.

SNYDER, S. L.; MITCHELL, D. T. Ablenationalism and the Geo-Politics of Disability. *Journal of Literary and Cultural Disability Studies*, v. 4, n. 2, p. 147-157, 2010.

SPADE, D. Resisting Medicine, Re/Modeling Gender. *Berkeley Women's Law Journal*, v. 18, n. 1, p. 15-29, 2003.

STRASSBURGER, Z. Disability Law and the Disability Rights Movement for Transpeople. *Yale Journal of Law and Feminism*, v. 24, n. 2, p. 125-150, 2012.

STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. Introduction: Transgender Studies 2.0. In: STRYKER, S.; AIZURA, A. Z. (orgs.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013. p. 1-18.

STRYKER, S.; SULLIVAN, N. King's Member, Queen's Body. In: SULLIVAN, N.; MURRAY, S. J. (orgs.). *Somatechnics: Queering the Technologisation of Bodies*. Farnham, UK: Ashgate, 2009. p. 49-64.

WEINSTEIN, J. Transgenres and the Plane of Gender Imperceptibility. In: GUNKEL, H.; NIGIANNI, C.; SÖDERBÄCK, F. (orgs.). *Undutiful Daughters: New Directions in Feminist Thought and Practice*. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 33-47.

WILKERSON, A. L. Normate Sex and Its Discontents. In: MCRUER, R.; MOLLOW, A. (orgs.). *Sex and Disability*. Durham, NC: Duke University Press, 2012. p. 1-18.

A Crítica de Gênero e Raça à Ciência e às Estratégias de Dominação Epistêmica¹

Victor Limeira-Da Silva

O feminismo crítico da ciência se originou principalmente na constatação questionadora de que o homem branco ocidental não é o único sujeito produtor de conhecimento científico legítimo, e muito menos um tipo de padrão superior. Apesar de hoje aparentar como um truísmo para algumas e alguns de nós, essa percepção parece ter sido limitada, em muitos casos, ao nível dos nossos enunciados políticos, tendo sido pouco apropriada, efetivamente, na maneira como produzimos conhecimento científico ou acadêmico. Desde os postulados cientificistas e positivistas dos séculos XIX e XX, a ciência tem sido majoritariamente percebida como um campo neutro, acima das relações sociais, políticas e econômicas, e cuja função residiria na descrição e interpretação objetiva, sistemática e imparcial da natureza, da sociedade e de seus fenômenos. As macro teorias no campo das humanidades e das ciências sociais seguiram a mesma cartilha desses mitos filosóficos e históricos sobre a ciência que fomentaram o ideal de sujeito transhistórico da representação e da enunciação da

1 Este ensaio é um dos resultados do projeto de pesquisa de estágio de pós-doutorado no âmbito da Linha de Gênero, Diversidade e Relações de Poder do PPGSS-UEPB, sob supervisão da Prof. Dra. Jussara Costa, com bolsa e completo financiamento da CAPES durante todo o processo de investigação e produção.

verdade, base para a manutenção de teorias europeias de teor profundamente expansionista, colonialista, sexista e racista. Tal como Steven Shapin (2013, p. 381) refletiu a respeito da sobrevivência de signos e práticas de cientificismo nas noções de autoridade científica vigentes para a maioria de nós, “No presente, os mais fortes redutos da crença na existência, na coerência e no poder do Método Científico encontram-se nos departamentos de ciência humana, não nos de ciência natural.”

Entretanto, o amplo espectro feminista acadêmico e político, especialmente aquele influenciado pelo impacto do pós-estruturalismo no contexto do feminismo da diferença dos anos 1970 e 1980, passou a argumentar e mostrar em mais detalhes porque a ciência, historicamente construída, reflete, reforça e replica estruturas de poder e dominação. Mesmo tradições não acadêmicas ou científicas dos movimentos feministas, e uma diversidade de autores, começaram a pautar como a inferiorização das mulheres e de outros grupos sociais têm sido sistematicamente e historicamente justificada por discursos pseudocientíficos e científicos sobre as diferenças humanas de sexo, gênero e raça baseando-se em parâmetros mais analógicos e metafóricos do que propriamente empíricos (Stepan, 1994; Gould, 2014). De acordo com essa crítica, a ciência, postulada segundo princípios de neutralidade e objetividade autorreferentes, ocultaria suas bases profundamente políticas e históricas, reproduzindo dominações sistêmicas que nem sempre são aparentes, exatamente por serem de natureza epistêmica (Collins, 1990). Essa crítica feminista cresceu a partir dos anos 1980, incorporando análises mais aprofundadas da filosofia e da história das ciências naturais e sociais, revelando como gênero, raça, sexualidade e classe estruturam a produção de conhecimento científico e reforçam mecanismos de poder e controle (Keller, 1985, 1987; Harding, 1986; Longino, 1989; Haraway, 1989).

Esse poder é exercido sob a forma de dominação epistêmica, ou seja, o controle epistemológico sistemático daquilo que é

considerado conhecimento legítimo, de quem tem o direito de produzi-lo, reproduzi-lo, detê-lo ou representá-lo. A ciência, em suas raízes ocidentais modernas, foi elaborada exatamente em contextos de expansão imperial e dominação europeias, nos quais, as perspectivas de homens brancos e outras classes privilegiadas das elites masculinas, se configuraram como a base dos regimes de verdade que as diversas novas ciências biossociais se revezaram para sustentar (Sánchez Arteaga, 2007; Connell, 2012). De antigos processos de exclusão social e racial que se baseavam na preocupação dos Estados modernos com a vigilância do indivíduo, emergem novos interesses na gestão dos sujeitos como população, corpo-espécie, na passagem entre os séculos XVIII e XIX, notadamente a partir do surgimento de várias disciplinas científicas e no recurso à sexualidade como dispositivo de gestão e controle dessa interconexão entre o indivíduo e a nação (Foucault, 1976; 2009). Nesse contexto, a inferiorização estratégica e controle das mulheres — e especialmente do corpo feminino não-europeu — bem como de outros grupos sociais, racializados e sexualizados em vista da execução de projetos civilizatórios de controle, exploração e extermínio étnico-racial, foram duplamente atualizados a partir dos velhos esquemas binários de Platão e Aristóteles que estabeleceram os lugares fixos e assimétricos de “sujeito” e “objeto” do conhecimento; estando mulheres, pessoas escravizadas e “raças” supostamente inferiores do lado daquilo que é objeto de conhecimento e não sujeito de enunciação (Stepan, 1994).

O que chamo aqui de dominação epistêmica está diretamente ligado ao condão de determinar a verdade e com esta moldar o ethos social a partir de uma filosofia da representação e da consciência. O pensamento feminista crítico da ciência, portanto, surge não apenas para questionar o conteúdo da ciência, mas também seus métodos, bases teóricas e pressupostos ontológicos. A crítica feminista à ciência também não se resume à demanda por inclusão de mais mulheres na ciência, apesar de esta ser pauta política importante e necessária em toda a nossa produção acadêmica. Mais

radicalmente em termos epistemológicos, os estudos de gênero e ciência são uma tentativa de transformar as bases do conhecimento, de modo que, mesmo as mulheres e outros sujeitos subalternizados que consigam acesso à ciência, o façam dentro de uma lógica que não reafirme sua própria dominação, tal como Patrícia Hill Collins (1990) chamou atenção aos casos de mulheres negras na academia norte-americana. Portanto, este campo crítico de estudos se estendeu também para a forma como a ciência tem sido usada para racionalizar e legitimar hierarquias de gênero e raça, naturalizando diferenças que são, em grande medida, constructos sociais.

Em outro trabalho, ofereci uma sistematização da trajetória do campo de estudos “feminismo e ciência” ou “gênero e ciência”, classificando as principais tradições e perspectivas compartilhadas entre essas intelectuais e cientistas ao longo da segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI (Limeira-DaSilva, 2017). Meu objetivo central era situar a inteligibilidade do lugar específico de mulheres negras atribuído na historiografia da ciência que buscou recuperar as histórias não escritas ou deliberadamente esquecidas de mulheres na ciência ocidental, chamando atenção para as enunciações históricas de mulheres negras vítimas e cobaias de pseudociências ou da má ciência em geral, casos que são fartamente cobertos pela historiografia (Rassool; Hays, 2002; Damasceno, 2008; Skloot, 2011). O trabalho também ofereceu um quadro mais didático e detalhado comparado ao que posso oferecer neste ensaio, classificando o campo de estudos de gênero e ciência — obviamente de forma não exaustiva e nem naturalmente agrupado — em três tradições principais: a) primeiro, trabalhos mais alinhados aos “estudos de mulheres”, postulando uma pauta pragmática de acesso e democratização da ciência, bastante influenciada pelo programa feminista sufragista branco e de classe média; b) segundo, trabalhos de uma tradição que pode ser chamada de “feminismo crítico”, “científico” ou “empirista” da ciência, o qual deu um passo importante na identificação da ideia de comunidade científica como um espaço de poder que funcionaliza mecanismos

de inferiorização e princípios androcêntricos; c) e em terceiro lugar, trabalhos voltados para uma abordagem “filosófica”, cuja proposta radicalizou a rejeição de padrões de investigação e de definição objetivas da ciência, aprofundando um debate conflituoso travado também por outros campos de conhecimento com os filósofos e historiadores da ciência mais normativos, em um contexto que ficou conhecido como “guerras de ciência” nos anos 1990.

Neste ensaio panorâmico, oferecerei uma reflexão sobre possíveis parâmetros e potencialidades teórico-metodológicas que os estudos feministas críticos da ciência têm a oferecer para a nossa produção acadêmica sobre gênero, raça, sexualidade e classe no âmbito das ciências sociais, sociais aplicadas e das humanidades. Como afirmado por Evelyn Fox Keller (2006, p. 17-19), talvez o campo de gênero e ciência não tenha criado a ciência feminista com a qual suas colegas mais idealistas sonhavam; porém, ele ofereceu os caminhos possíveis e efetivamente reposicionou o lugar das mulheres na ciência em uma escala sem precedentes, além de ter indicado resultados importantes em campos científicos. A elaboração e disputa neste campo, colocou em evidência a percepção e/ou depuração de certas determinações de gênero em áreas na quais a questão foi levada mais a sério, tal como nos casos dos estudos sobre efeitos maternos no processo de fertilização humana, na ecologia e na primatologia.

Na síntese reflexiva que se seguirá, focarei em dois principais eixos: 1) A crítica feminista às ideias de neutralidade e objetividade da ciência; e 2) O campo de estudos críticos de gênero e os desafios para a investigação do domínio epistêmico nas nossas pesquisas sobre questões de raça, sexualidade e gênero no contexto da institucionalidade estatal. Dentre as pensadoras contemporâneas que nos oferecem ferramentas teóricas importantes para esse tipo de análise da ciência, do Estado e do próprio campo de estudos metacientíficos estão Donna Haraway e Jasbir Puar. Haraway é uma escolha que contribui com a radicalidade analítica importante para qualquer estudo que vise desafiar parâmetros enraizados de

objetividade científica, e pelo papel central desta cientista e teórica na própria trajetória do campo de gênero e ciência. Haraway nos possibilita pensar em exemplos teóricos e metodológicos de um processo de busca por ruptura epistemológica via perspectivismo, em chave de leitura multi-transdisciplinar que reconecta nossa produção de conhecimento científico com outras formas de ser humano e não-humano possíveis, levando em conta os nossos próprios avanços científicos e tecnológicos que possibilitaram infinitas formas de (re)imaginar o humano, através das próteses, das cirurgias de modificação corporal, dos clones, das redes digitais, e mais recentemente da inteligência artificial. Por sua vez, Puar também é uma teórica fundamental para as reflexões desenvolvidas neste ensaio, pois traz categorias ainda mais novas para pensar a ciência contemporânea como ferramenta de controle biopolítico. Enfatizando as institucionalidades, a ciência é entendida como tecnologia de poder com raízes coloniais que classifica e ordena os corpos marcados pelo gênero e pela raça, produzindo um arcabouço de saber que fundamenta a gestão estatal das próprias lutas dos grupos sociais, cuja identidade viável resulta de constructos sócio-científicos e médico-farmacológicos. Além disso, Puar se alinha com o tipo de análise da institucionalidade estatal via produção de discursos científicos e políticos sobre a diferença proposta por Michel Foucault (2009) em sua análise das relações de poder que permeiam a construção do saber no ocidente, e notadamente do conhecimento científico, como parte intrínseca do funcionamento das sociedades de controle biopolítico.

Na primeira seção, vou delinear a crítica feminista à ciência, com foco na questão da neutralidade e da objetividade científicas, pontos centrais do programa feminista compartilhado com as críticas pós-estruturalistas com as quais Foucault e Puar dialogam e que darão matéria para a próxima seção. Refletirei principalmente sobre como nossos sentidos de objetividade e autoridade científicas no campo das ciências humanas e sociais ainda reverberam lógicas científicistas e reducionistas de pensar os métodos da

ciência. Na segunda seção, aprofundarei a reflexão sobre como a produção do conhecimento científico, em contextos de controle e dominação, atua como mecanismo na configuração e exercício do tipo de poder que se expressa no Estado e nas instituições estatais que produzem e aplicam conhecimento técnico-científico sobre as diferenças e o gerenciamento das diferenças humanas, principalmente de raça, sexo e gênero. Também discutirei o que essas reflexões inspiradas em questões centrais evidenciadas por teóricas como Haraway, Puar e outras/os, apontam para a nossa produção de conhecimento científico na contemporaneidade. Proponho que o enorme crescimento de estudos acadêmicos com foco em questões de gênero, raça e sexualidade, notadamente nas ciências sociais aplicadas e nas humanidades como um todo, não tem sido acompanhado por um amadurecimento dos parâmetros em que devemos nos apoiar para uma crítica efetivamente coerente, não dogmática, perspectivista — não relativista — e transformadora da ciência e da sociedade.

A escolha do ensaio como o gênero textual deste trabalho se alinha aos objetivos desta coletânea e à perspectiva teórica de gênero e ciência empregada. Haraway (2023) chama nossa atenção para o papel e o funcionamento das “tecnologias narrativas” que empregamos no processo de produção do conhecimento científico. Ela nos mostra que o ato de contar histórias é intrínseco a muitos campos científicos, inclusive àqueles que tendemos a pensar como estritamente limitados à descrição técnica e “objetiva” dos fenômenos, tais como a biologia evolutiva, de desenvolvimento e comportamental. Para Haraway (*idem*), não há como ser um bom cientista sem ter a capacidade de desenvolver narrativas bastante engenhosas. Da mesma forma, a análise que Jorge Larossa (2001) faz da relação entre o ensaio e a escrita acadêmica abre um vasto campo de possibilidades para reconsiderarmos a capacidade analítica de um gênero textual historicamente subalternizado. Minha escolha se inscreve exatamente na potencialidade crítica, reflexiva e política do ensaio, o que segundo Larossa (2001) é

uma forma de escrita que privilegia a reflexão e a experimentação intelectual, distanciando-se de uma abordagem meramente objetiva e tecnicista, modelo contestado pelo próprio campo de estudos que fundamenta este trabalho.

1 A crítica de gênero e a neutralidade da ciência

Para discutir a crítica feminista à neutralidade da ciência é imprescindível estabelecer em primeiro lugar que o próprio conceito de objetividade, virtude epistemológica que aquela neutralidade buscava garantir, é um constructo histórico elaborado ao longo do desenvolvimento das ciências modernas. Tal como Lorraine Daston e Peter Galison (2007) argumentaram, objetividade nem sempre significou a mesma coisa, e nem todas as formas de objetividade podem ser historicamente identificadas com a forma de objetividade específica atrelada à emergência do naturalismo científico em meados do século XIX. A credibilidade (virtude epistemológica anterior e sobrevivente à objetividade), bem como a aceitação das observações e testemunhos, dependia de uma plethora de critérios e práticas que iam muito além do ainda emergente e reducionista conceito de objetividade científica. A palavra daquele ou daquela que observa e reflete era muito mais avaliada pela capacidade de memorização, síntese e análise de pontos em comum no imenso volume de diversidades naturais e humanas, através do exercício de múltiplos sentidos que não se reduziam ao mero e posteriormente reificado ato mecânico de “ver”.

A partir de meados do século XIX e ainda mais nas primeiras décadas do século XX, com a emergência de forte cientificismo, a capacidade de se deter na suposta verdade científica revelada no contexto da justificação consolidou-se no ocidente como a principal ou mesmo única forma de produção de verdade, baseada em um método que se acreditava ser capaz de fazer uma cisão entre o “observador” e o “objeto” de observação, garantindo uma representação real ou verossimilhante da natureza e da sociedade.

Obviamente, a ideia de neutralidade e objetividade científicas em questão foi amplamente desconstruída em muitas frentes, tendo as teorias feministas e o amplo campo do pós-estruturalismo se destacado neste debate (Peters, 2000), cuja trajetória pode ser compreendida desde o questionamento da exclusão das mulheres da ciência até a crítica da própria estrutura do conhecimento científico. As primeiras tradições de feministas da ciência estiveram focadas, em grande medida, na demanda pela inclusão de mulheres nos campos de saber. No entanto, por volta dos anos 1980, críticas mais profundas emergiram, revelando que a simples inclusão das mulheres na ciência e no mundo acadêmico seria insuficiente, pois a questão nodal não estaria apenas na cultura científica; estaria diluída nesta porque a própria epistemologia científica se encontra enraizada em valores masculinos, brancos e europeus.

Em *Um Manifesto para os Ciborgues* (1994, p. 183), Haraway desconstrói a ideia de que o conhecimento científico possa ser visto como neutro ou universal. O cientista está sempre enredado em relações de poder fomentadas por seu contexto social, político e institucional, visão que os estudos sociais da ciência de inspiração materialista e parte da historiografia da ciência também haviam defendido. Como uma das principais representantes do feminismo crítico da ciência, as análises de Haraway se situam na útil encruzilhada entre a filosofia da biologia, a primatologia, a história da ciência e da tecnologia, e os estudos de raça, espécie e gênero. Ao mirar principalmente a arquitetura da objetividade científica, Haraway ataca o “primado da visão”, utilizando esse sentido como metáfora do imperialismo e do dogmatismo que caracterizam a ideia de uma objetividade transparente e onipresente. A teórica recorre a suas pesquisas sobre biologia do desenvolvimento,² primatologia e a questão interespecie para questionar a

2 Biologia do desenvolvimento é o ramo da biologia que estuda os processos pelos quais organismos crescem e se desenvolvem, desde a formação inicial do embrião até o organismo adulto.

desqualificação de outros sentidos e formas de observação estabelecida pelo corte epistemológico do método científico em moldes reducionistas cartesianos.

Como proposta radicalmente distinta, Haraway sugere uma epistemologia perspectivista que considere as localizações (não necessariamente localidades ou lugares de fala) como alternativa ao relativismo generalizado, posição filosófica da qual parte das feministas da ciência e de outros campos críticos foram acusados. Segundo a teórica, a perspectiva parcial, ou seja, a localização do conhecimento e dos enunciados também contesta as noções de totalização e universalidade, uma vez que “Nas ideologias de objetividade, o relativismo é o perfeito gêmeo invertido da totalização; ambos negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial; ambos tornam impossível ver bem (Haraway, 1995, p. 24). No mesmo texto, *Saberes Localizados* (1995), a autora delineou a noção geral de que o sujeito produtor de ciência é localizado — seja em termos de gênero, raça, classe ou outros marcadores sociais —, e que esses fatores determinam tanto o tipo de conhecimento que é produzido quanto a forma como esse conhecimento é acionado e aplicado. O processo que envelopa a objetividade científica e o mito da neutralidade na caixa de pandora da ciência pode ser expresso no termo “a-localidade”. Como lembra Shapin (2013, p. 59), “De todas as formas de cultura, a ciência tem sido a menos pensada como marcada pelos lugares em que é produzida e avaliada. [...] O lugar da ciência está, [paradoxalmente], ao mesmo tempo, em todo lugar e em lugar nenhum,” princípio que para a crítica da ciência inviabiliza a própria objetividade pretendida. Portanto, a epistemologia científica perspectivista de Haraway retoma um caminho para a justificação e a validação do conhecimento que passa necessariamente pela “prestação de contas” ética e política daquilo que é enunciado como científico.

A noção básica subjacente aos postulados da crítica feminista à ciência pode ser resumida na percepção de que como sujeito subalternizado ou saber dominado, mulheres ou outros grupos

sociais historicamente oprimidos têm uma perspectiva privilegiada sobre o funcionamento desses mecanismos de poder. Conceitos como o de “perspectiva parcial” de Haraway (1995) se baseiam em ideias como a anterior, proposta por cientistas e teóricas como Sandra Harding, nome central do que foi em geral nomeado como “epistemologia do ponto de vista feminista.” Muito semelhante às propostas de Haraway, mas tomando outros caminhos, Harding argumentou principalmente em *The Science Question in Feminism* (1986, p. 52) que a própria definição de ciência moderna não pode ser distinguida da história de sistemas opressivos, sejam eles socioeconômicos, políticos ou epistemológicos, e que a suposta neutralidade da ciência teria se constituído como principal mecanismo de ocultação das estruturas históricas e culturais de poder que sustentam as formas ocidentais de produção de conhecimento.

Harding (1986) ainda sugere que devemos abandonar a pretensão de universalidade do método e adotar uma postura pluri-epistêmica, reconhecendo a legitimidade de diferentes pontos de vista não totalmente auto excludentes, mediante outras maneiras coletivamente definidas de validação. Não se trataria de considerar toda forma de conhecimento como ciência, ao contrário, outros tipos de saberes que não o científico devem ser definidos segundo seus próprios parâmetros, uma vez que homogeneizá-los como ciência não somente seria uma violência epistêmica como desconsideraria completamente uma perspectiva verdadeiramente pluri-epistêmica. Essa postura epistemológica se baseia na ideia de que o conhecimento, em qualquer de suas formas, é sempre parcial, tese importante para o feminismo crítico como um todo. Portanto, sendo a neutralidade da observação ou do ponto de vista impossível de ser alcançada, uma visão pluri-epistêmica não seria apenas possível como também necessária. Como um campo de pensamento com raízes profundamente políticas, o feminismo crítico da ciência considera que a única razão para a manutenção do mito da neutralidade e da objetividade subjacente é a sua função como invólucro para o que há de mais político, econômico e

social no conhecimento científico. Ao reconhecer a parcialidade de todo conhecimento, o feminismo introduz a possibilidade de uma ciência efetivamente multivocal, fazendo uso do antidogmatismo, virtude epistemológica já evidenciada pelo modelo de uma boa ciência ainda não feminista.

É necessário situar que o campo feminista de gênero e ciência se constituiu principalmente no universo de mulheres brancas cientistas naturais, sociais e acadêmicas de classe média. A crítica feminista negra de caráter epistemológico teve uma trajetória um pouco distinta, apesar de haver importantes pontos de conexão com o feminismo crítico da ciência no que diz respeito a suas versões acadêmicas. Nesse sentido, também nos anos 1990, teóricas das ciências sociais como Collins (2009) apresentaram sínteses dos parâmetros que dão base ao que foi nomeado como epistemologia feminista negra, identificando os principais *loci* de opressão racial subjacentes aos processos de validação do tipo de conhecimento eleito como legítimo no mundo ocidental. Destacando o fato de que o conteúdo do pensamento e as circunstâncias históricas nas quais as mulheres negras estão inseridas são indistinguíveis, a crítica feminista negra forçou outros feminismos em geral, e o campo do feminismo e ciência em particular, a ampliar e adensar ainda mais sua capacidade crítica, em termos das implicações da racialização do corpo feminino negro, como elemento central da arquitetura do conhecimento científico sobre a espécie humana no ocidente e do próprio humanismo (Haraway, 1991, p. 230, 239-240).

Não precisamos nos limitar ao contexto estadunidense para encontrar uma crítica feminista negra que potencializou a capacidade de leitura histórica ou contemporânea dos primados científicos ocidentais, tal como o de neutralidade. Também, em oposição ao regime de verdade, no qual a epistemologia normativa se sustentou por séculos, enraizada no Brasil principalmente pela forte racialização de todo o seu processo histórico, Beatriz Nascimento estava totalmente conectada com a crítica de viés epistemológico em sua produção historiográfica escrita e audiovisual,

Orí (1989). Não necessariamente um texto de crítica da ciência, a produção de Nascimento exemplifica como no mesmo período histórico da efervescência da crítica epistemológica de gênero, foram postas em prática diversas maneiras feministas de imaginar outros “[...] parâmetros para o pensamento [...], à medida que gênero, raça e classe, articulados com a potência da memória e do passado, se entrecruzam nesse processo de reflexão” (Sobrinho, 2020, p. 3-4). Trazer à tona outras formas de produção do conhecimento como legitimamente assentadas nas suas próprias formas de justificação e validação, sejam elas científicas ou não, é uma tarefa que Nascimento e outras pensadoras negras legaram para o feminismo crítico que reivindica uma postura pluri-epistêmica.

O feminismo crítico da ciência demonstrou grande capacidade de intersecção com as questões colocadas pelo pensamento feminista negro e por outros feminismos. Interseccionalidade, termo cunhado e tornado popular por Kimberlé Crenshaw (1991), nunca se tratou em seu sentido primeiro de uma ferramenta para identificar sistemas piramidais de opressão. Interseccionalidade se trata de uma forma de entender como os sistemas opressivos operam de maneira interconectada, e não seccionada, de modo que algumas vozes oprimidas se sobreponham às outras. Essa poderosa percepção sobre os processos que articulam os marcadores sociais da diferença, por meio do que Avtar Brah (2006) chamou de diferenciação, tem perdido muito do seu sentido nas apropriações mais simplistas da categoria. Na tríade que sustentaria as epistemologias de mulheres negras, as dimensões da consciência e da política de empoderamento foram aquelas que ganharam mais espaço nas nossas discussões e práticas, porém, a dimensão do conhecimento, parte integral desse programa crítico, raramente é questão ou objeto de crítica nas nossas discussões. O próprio subtítulo da obra clássica de Collins (1990) coloca as dimensões do programa epistemológico feminista negro como sendo: *Conhecimento, Consciência e Política do Empoderamento*. Em geral, da mesma forma que o feminismo negro produziu análises

de natureza epistemológica na sua crítica aos primados da neutralidade e da objetividade científicas que sustentam mecanismos de racialização, o campo de gênero e ciência também deu atenção central à articulação das categorias sociais e analíticas de raça, sexo, gênero e classe, seja no conteúdo investigado, seja na leitura teórica empregada. Haraway (2023), por exemplo, destacou recentemente que:

Todos nós sabemos pensar em “pares” ou em “trios”. Todos nós sabemos pensar em ninhos. Sabemos como pensar em argumentos hierarquicamente aninhados. Está tudo bem. Seríamos tolos em desistir dessas ferramentas. Mas acho que se fiz alguma coisa em torno da metodologia das práticas de pensamento, foi colocar em primeiro plano o pensamento em “Cama-de-Gato”.³ É cinético. Algo tem que ficar parado para que outra coisa se mova, e vai e volta. Tem toda uma dinâmica e estrutura embricada. Penso nisso como uma prática de pensamento e, nesse sentido, uma proposição técnica. É também uma metáfora, mas quase nada que me interessa é apenas uma metáfora.⁴

“Aninhar”, segundo a brincadeira usada como metáfora por Haraway, aquela em que formamos figuras com uma rede ou teia de cordões entrelaçados entre nossos dedos, ilustra um tipo de leitura

3 Em inglês, a brincadeira se chama “Cat’s Cradle” o que se traduziria literalmente como “berço de gato”. Preferi a expressão mais usual “cama de gato”, ambas implicando no mesmo sentido metafórico de “aninhar” proposto pela autora.

4 Tradução própria do original em: The HPS Podcast - Conversations from History, Philosophy and Social Studies of Science, 31 Maio, 2023. Disponível em: <https://www.buzzsprout.com/2180146/episodes/12949879>. Acesso em: 28 out. 2024.

muito cara ao feminismo crítico radical da ciência postulado por ela, a ideia de “consciência oposicional”, muito bem delineada por Chela Sandoval (2000, p. 149) em *Methodology of the Oppressed* e por outras pensadoras do feminismo chicano e de fronteira. “Consciência oposicional” se refere a como as interconexões de vários eixos do espectro das identidades, das diferenças e das perspectivas sociais mutuamente compreendidas têm a capacidade de transformar condições pré-existentes de subordinação em fontes de questionamento para a libertação. Noções como a de Sandoval se conectam com teorizações como as de Haraway. Por exemplo, a bióloga definiu o que ela chama de “circuitos integrados de opressão” para descrever as interseções entre ciência, tecnologias, capitalismo global e estruturas de poder que mantêm o funcionamento de sistemas opressivos e exploradores. Haraway (1994, p. 276-277) argumenta que essas tecnologias e relações econômicas agem como “circuitos integrados” que conectam e sustentam os sentidos atribuídos à gênero, raça e classe, criando uma rede que amplifica o controle sobre corpos e populações. Ela critica como essas interconexões se estabelecem e propõe uma análise que desestabilize e resista a esses sistemas de dominação que incluem em sua lógica a própria estratificação das diferenças. Raça e sexo, portanto, a primeira como uma categoria sócio-científica mais questionada e a segunda como categoria biológica bem mais enraizada no tecido social, são dois exemplos que sempre estiveram na mira da crítica feminista radical da ciência, atenta às implicações de processos de racialização atrelados aos de sexualização via genderificação na trajetória histórica e social do arcabouço científico do ocidente (Haraway, 2004, p. 230-231).

Em vista de sintetizar o que há de mais importante para as reflexões propostas neste ensaio, dois pontos podem ser destacados nesse delineamento das linhas gerais da versão epistemológica radical do feminismo crítico da ciência. O primeiro tem mais a ver com a questão da neutralidade. A ideia de que nenhuma forma de conhecimento é ontologicamente distinguível

ou isolável do contexto político, econômico e social de sua produção diz respeito ao reconhecimento de que o campo acadêmico e científico é operacionalizado por relações de poder em todos os seus níveis, desde o financiamento e o processo formativo até a investigação e a divulgação e/ou aplicação do conhecimento. Gênero não é a única categoria analítica que revela a parcialidade de todo conhecimento, incluindo o científico e acadêmico, porém, o mais importante que é revelado pelo papel do estudo de gênero e ciência é que mesmo a função política dessa crítica não visa apenas as principais pautas de mulheres, mas todo um regime de verdade instaurado por um largo conjunto de teses pseudocientíficas e científicas sobre as diferenças humanas de raça, sexo e gênero como base para a naturalização de superioridades e inferioridades implícitas ou explícitas (Saini, 2020). As ciências naturais têm se tornado terreno fértil para a revisão e crítica das bases hierarquizantes, totalizadoras e colonialistas do chamado método científico. Nas ciências humanas e sociais talvez precisemos aprofundar mais a crítica da neutralidade do método, terreno que nossas ciências abriram para as ciências naturais através da crítica ao determinismo a partir de meados do século XX. Precisamos nos afastar definitivamente de um período em que as nossas ciências precisaram se agarrar ao que havia de mais cientificista para garantir nossos lugares no *hall* das disciplinas científicas e acadêmicas. Penso que a crítica de gênero ao mito da neutralidade científica seja um caminho importante por onde devemos começar a explorar.

O segundo ponto diz mais respeito à questão da objetividade científica. A crítica de gênero e ciência se afasta da ideia ocidental de objetividade não porque considere que no mundo só existam “subjetividades”. Ao contrário, como refleti anteriormente, não existe uma única forma de objetividade possível e nem mesmo a ideia da existência de *um* método científico *per se* é mais sustentada por qualquer campo seriamente e reconhecidamente científico. É necessário pontuar que a crítica ao método e ao seu

sustentáculo, a objetividade reducionista, não se trata de um abandono da rigorosidade da pesquisa científica. Objetividade nunca foi sinônimo de rigorosidade e sim de homogeneização e totalização (Haraway, 1995, p. 27). Pensar em objetividade é necessário porque este constructo nos leva imediatamente para a ideia aparentemente oposta de subjetividade. Não raramente, no passado e mesmo em alguns momentos atualmente, os estudos de gênero, sexualidade e raça foram taxados de “subjetivistas”.⁵ À parte o fato de a crítica feminista da ciência ter demonstrado que aquilo que consideramos “objetivo” nada mais é do que um termo utilizado para se referir a uma forma de treinamento — e em alguns casos adestramento — das nossas subjetividades e potencialidade crítica, é mais interessante pensar em subjetividade como a matéria de processos de “subjetivação”, ou seja, de construção do sujeito, tão largamente pensada nos trabalhos de Foucault (1984) e que será mais explorada na próxima seção. Teóricas e teóricos contemporâneos da ciência, tais como Daston e Galison (2007), têm nos mostrado que a produção do conhecimento científico deve considerar o papel central da construção do próprio sujeito que produz ou mobiliza tal conhecimento. Não se trataria de um retorno ao sujeito imanente e ao sujeito transhistórico, mas à construção que resulta do processo que modela os agentes dessa relação, sejam humanos, não-humanos, institucionais ou sociais. Para os autores (2007, p. 367), “[...] aprender a observar e a representar numa ciência é adquirir, ao mesmo tempo, um

5 Indico o levantamento contextual e o estado da arte apresentados no trabalho de: MENDONÇA, B. S. P. S. A produção intelectual do Serviço Social sobre gênero e raça sob a governança da extrema direita no Brasil (2017-2022). Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campina Grande, 2024. A dissertação aponta as diversas incoerências na crítica aos campos de estudo de gênero, sexualidade e raça, nomeados erroneamente como “pós-modernos”. Para maior aprofundamento, ver: PETERS, M. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ethos e um modo de ver. Os mesmos bem desenvolvidos padrões de atenção, que destacam certos objetos num certo recorte, [...] também padronizam/moldam um *self*.” O recorte da tradição de estudos de gênero e ciência aqui evidenciado nos coloca em condições de compreender exatamente os lugares ocupados pelas subjetividades e por outras formas de objetividade na trajetória da produção de conhecimento científico sobre recortes nas macro diferenças humanas de raça, sexo, gênero e classe, objetos da gestão estatal e institucional das diferenças, lastro temático da segunda seção deste ensaio.

2 Ciência, Estado e a crítica de gênero: pensar a racionalização estatal das diferenças

Escrevi a seção anterior com o objetivo de estabelecer os parâmetros epistemológicos a partir dos quais analisarei linhas gerais de como a questão da ciência pode se situar nas nossas pesquisas e estudos sobre grupos sociais marcados por raça, sexo e gênero nas dinâmicas da gestão estatal das diferenças humanas, eixo central desta coletânea e objeto desta seção. Até aqui, entendemos que o processo de produção do conhecimento científico é assentado sobre relações de poder que vão do nível da comunidade científica até a relação da ciência com macro estruturas como a sociedade e as relações de gênero. Os estudos feministas identificaram de que modo as determinações de gênero, sexo, raça e classe podem ser encontradas e depuradas do conhecimento e da prática científica, restando a nós entendermos como se apropriar de uma crítica de gênero à ciência quando lidamos com questões e problemas que demandam uma análise das dinâmicas que envolvem o Estado e suas instituições, *loci* de produção e aplicação do saber para a gestão das diferenças humanas e dos direitos.

Gostaria de aproveitar a oportuna participação da Professora Jasbir K. Puar nesta coletânea para refletir a partir de um tema caro a suas pesquisas, e que tem se demonstrado muito promissor

para a análise do papel da *big* tecnociência nos processos estatais de classificação, organização e normatização das formas de reconhecimento das identidades e das diferenças de gênero e raça, no contexto das sociedades biopolíticas neoliberais. Desde os estudos pioneiros de Haraway sobre a questão de raça como uma questão necessariamente da espécie e mesmo das questões interespecie, trabalhos como o de Puar (2024) têm insistido na importância de considerarmos o papel do complexo científico-tecnológico-médico-farmacológico na forma como o biopoder tem sido exercido pelos Estados de viés neoliberal via processos de reconhecimento das diferenças e concessão de direitos. Mais ainda, mesmo que as definições de Foucault sobre biopolítica, na qual parte da análise de Puar se apoia, não tenha avançado para a consideração das relações interespecie na discussão sobre raça, a questão do humano como população e espécie é central na leitura que Foucault faz do racismo. O primeiro elemento que gostaria de destacar na leitura do papel da ciência na formatação moderna dos conceitos de raça e espécie, é resumido por Puar (2024, p. 115-116) quando delinea a forma como Foucault define o que ele chamou de “racismo de Estado” ou “racismo científico”:

Lembremos que, para Foucault, o racismo não é derivado do biopoder, mas, sim, um pré-requisito para o funcionamento da biopolítica; ou seja, Foucault arranca o racismo das noções de tolerância cultural ao afirmar que o corte no espectro biológico que é concedido à raça é necessário para permitir as quatro coordenadas da vontade biopolítica: fazer viver, fazer morrer, deixar viver, deixar morrer. Essa formulação do racismo como um “corte no domínio do biológico” pode ser mobilizado como uma crítica preventiva a um pós-humanismo que não reconhece a raça como um limiar crítico de demarcação.

Mesmo que a maioria das disciplinas científicas modernas não tenham sido profissionalizadas e institucionalizadas academicamente até inícios do século XX, a análise arqueológica de Foucault nos leva a ter atenção às condições de possibilidade do nascimento das disciplinas na passagem do século XVIII para o XIX e do tipo de saber que estas passaram a elaborar sobre as diferenças humanas, notadamente a racial, em vista do esquadramento e governo das populações e a formatação das identidades nacionais, questões centrais para o Estado moderno capitalista e industrializado. Os conceitos modernos de espécie e raça humanas têm uma história diretamente ligada ao de gênero como percepção sobre os sexos. Muito comumente, a ciência racial institucionalizada da análise de Foucault, se valeu — e ainda se vale em muitos casos (Saini, 2020) — de esquemas analógicos e metafóricos para a classificação dos indivíduos segundo a raça e o sexo. Nancy Stepan (1994), outra referência importante dos estudos de gênero, raça e ciência, explorou profundamente essa questão, mostrando que raça e gênero na ciência atuam como um par siamês, cujos sentidos se complementam na compreensão do que é a espécie humana, segundo parâmetros do racismo científico e a partir de uma escala hierárquica das diferenças que entende, por exemplo, o “sexo feminino” como a “raça inferior” da relação entre os gêneros.

O primeiro elemento que tenho destacado, o racismo científico, tem implicações muito importantes para as nossas pesquisas e estudos. Fazer uma crítica do racismo científico não se trataria apenas de identificar o que há de mais gritante no racismo cotidiano ou no racismo estrutural nas nossas instituições acadêmicas, mas de investigar também as formas mais sofisticadas de hierarquização das identidades e das diferenças humanas delineadas pelo Estado com base no conhecimento que produzimos sobre os grupos e as classes sociais. Ao compreender que investigamos principalmente a maneira como o Estado neoliberal classifica, ordena e gerencia os grupos sociais marcados pelas diferenças, se

torna urgente identificarmos e entendermos qual o tipo de racismo científico (tipo diretamente atrelado ao Estado) que se manifesta nas bases dos processos institucionais que estudamos e nos quais atuamos. Este seria um passo até simples se considerarmos outra tarefa ainda mais densa que é investigar o racismo científico nas bases históricas e nos fundamentos das nossas próprias ciências.

Quero destacar que nesse sentido, o Serviço Social, dentre as ciências sociais aplicadas, deu um passo importantíssimo com o trabalho do Professor Robson de Oliveira (2019) sobre o lugar dos primados pseudocientíficos da eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil nas primeiras décadas do século XX. A partir da analítica genealógica de Foucault, Oliveira analisa trabalhos de conclusão de curso no Serviço Social das décadas de 1930 e 1940, além de resultados de atividades de atuação profissional no Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941) do Rio de Janeiro e a própria narrativa estabelecida sobre os fundamentos históricos da disciplina. O autor revela em detalhes como a eugenia, uma das formas mais institucionalizadas de racismo científico, criou as condições de possibilidade para a emergência de um profissional como o/a Assistente Social para o trabalho de higienização social das pessoas consideradas disgênicas, ou seja, racialmente indesejáveis. Para além da narrativa da emergência do Serviço Social por meio de um processo mais simples de secularização via absorção pelo Estado e distanciamento da Igreja, a busca pela compreensão das bases racistas e pseudocientíficas que atualmente buscamos depurar, enriquece e complexifica nossas metanarrativas e crítica. Para retomar a noção de “conhecimento situado” de Haraway, fazer as taxonomias e as genealogias das bases racialistas do nosso conhecimento ou das nossas ciências constitui-se como um exercício indispensável se queremos que, de fato, nossas investigações sejam críticas. O “prestar contas” do conhecimento situado inspirado nos postulados de uma ciência feminista implica considerar condições de possibilidade e eventos históricos não como um capítulo do passado, mas como matéria

para a descolonização dos nossos parâmetros e da nossa pesquisa acadêmica.

A tarefa de investigar profundamente o racismo científico não se trata de uma consequência da nossa crítica, e sim de condição *sine qua non* para qualquer análise que tome como foco o contexto brasileiro. O racismo científico, apropriado e reforçado pelo Estado, pelas instituições, pelos/as intérpretes do Brasil e mesmo pela literatura, é parte integrante da conformação do conjunto de sentidos e padrões que veio a ser definido como a identidade nacional brasileira. Tendo os estudos científicos sobre a natureza, o clima, e as “raças” constituintes do Brasil através do IHGB, do Museu Nacional e de outras instituições científicas e intelectuais sido empregados como a fonte na qual o Império e depois a República encontrou matéria para o delineamento do povo e dos grupos que o constituem, para entender o contexto societal brasileiro em torno das diferenças de raça, sexo e gênero exige um exame detalhado do racismo científico. Em *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de finais do XIX*, Richard Miskolci (2012, p. 110-113) ofereceu uma análise de como o processo de construção da identidade nacional brasileira esteve entrelaçado com o ideal de branquitude atrelado de forma mútua com modelos específicos de masculinidade, mostrando que o discurso científico, as práticas culturais e as políticas de Estado criaram e reforçaram ideais de raça e gênero que impactaram a formação do próprio sentido do que é ser brasileiro. Todo esse processo resulta em um modelo de nacionalidade e de identidade marcado por um profundo “desejo de branquitude”, a ser realizado não apenas em termos de representações, mas principalmente na execução de políticas de controle da sexualidade feminina e do fomento ao “casal heterossexual branqueador”, tendo como base parâmetros científicos e pseudocientíficos.

Portanto, o racismo científico é uma questão completamente contemporânea, enredada na própria estruturação das instituições e das ideias sociais e jamais expurgada como as visões mais

utópicas tenham imaginado ou, talvez, ainda imaginem. Como membros da comunidade das ciências sociais e das humanidades como um todo, fomos levados a acreditar no mito de que a forte crítica que algumas das nossas ciências fizeram ao racismo científico e ao determinismo biológico em meados do século XX nos blindou completamente de incorremos nas mesmas falácias, erros científicos e limitação ética. Muito recentemente, Angela Saini (2020) analisou o que ela chamou de “retorno” da ciência racial para ironizar o sentido da volta daquilo que nunca se foi completamente. Em geral, a autora traçou as trajetórias, analisou um amplo conjunto de publicações científicas e entrevistou um diversificado conjunto de autointitulados cientistas naturais e sociais que, ao longo do século XX e XXI, realizaram pesquisas e publicaram sobre diversidade humana ou sobre “raça” mais estritamente nos principais periódicos especializados e selos editoriais científicos. Desde os chamados “realistas da raça”, verdadeiros defensores do racismo como consequência natural de dados científicos objetivamente reunidos, passando pelas implicações racistas de concepções centrais dos estudiosos da biodiversidade humana (termo alternativo à raça), até a redefinição do conceito de “raça” pela UNESCO nos anos 1950 com forte base nas ciências humanas e sociais, Saini mostra que um certo “realismo da raça” esteve e continua muito presente em todos os momentos dessa trajetória em torno da ideia de diferenças humanas. Esta presença, nem sempre explícita como em outras modulações do racismo, estaria inclusive nas versões mais *soft* de entender e revalorar raça como etnia, em uma tentativa pouco bem-sucedida de se afastar dos sentidos mais deterministas atrelados à história e ao presente desse conceito. Em geral, o mais importante que a pesquisa de Saini nos aponta é que identificar os nomes sobreviventes e ainda atuantes na comunidade de “realistas da raça” é uma tarefa primária e urgente. Porém, o grande desafio colocado por essas constatações diz respeito à autorreflexão: o que temos feito para abolirmos de nossas

pesquisas não apenas meros termos, mas sentidos profundos sobre a diversidade humana e as diferenças étnico-raciais, de gênero e outras que estão assentados em lógicas essencialistas oriundas da crença na determinação da raça, do sexo ou de outros marcadores de classificação biológicos?

O segundo elemento que quero chamar atenção nas formas como podemos considerar o problema da ciência na investigação sobre dinâmicas sociais e institucionais das diferenças humanas é a questão dos processos de subjetivação em torno das identidades e das diferenças, no contexto do reconhecimento estatal neoliberal. A compreensão da maneira como determinações de raça, sexo e gênero conformam a produção de conhecimento ultrapassa o nível de nossa própria prática científica. Por isso, uma análise mais ampla dos processos que dão base ao lugar das identidades e das diferenças na governamentalidade estatal é imprescindível. Tendo estabelecido que os discursos científicos ocupam espaço central em toda a trajetória do tipo de poder exercido pelo Estado e suas instituições, é útil retomar a forma como Foucault define o Estado neoliberal, nas palavras sintéticas de Oliveira (2019, p. 55):

Em *Nascimento da Biopolítica*, compõe-se uma análise do Estado liberal clássico e a ascensão de um novo tipo de governo, o neoliberal. Neoliberal aqui não é compreendido a partir de prerrogativas amplamente compartilhadas que o afirma como uma “ausência do Estado em detrimento do social para a ampliação dos capitais privados”. O governo neoliberal, na analítica foucaultiana, é resultado de um Estado que jamais se ausenta, e de uma forma de governamentalidade que deve definir o quanto um bom governo deve interferir na vida social, centralmente na economia. Essa presença, por vezes exasperante, é materializada em temas assumidos

como próprios do governo, tais quais os fenômenos postos a prova pelo conjunto de viventes (população): saúde, higiene, natalidade, longevidade, imigração, raças.

Nesses termos, a governamentalidade neoliberal imprescinde da produção sistemática e contínua de informação e conhecimento científico sobre o conjunto da população e das diferenças esquadrihadas nesse conjunto. Diferente de como geralmente tendemos a pensar as identidades dissidentes de sexo, raça ou gênero, por exemplo, no espectro da negação e da exclusão, uma análise atenta de como o Estado neoliberal requer o papel do complexo científico-médico-tecnológico na produção dos sujeitos, revela mecanismos e tecnologias de controle muito mais sofisticadas e eficientes. Não se trata mais de um racismo, sexismo ou homo e transfobia que se manifesta unicamente através de processos de exclusão, mas também e principalmente de inclusão e inteligibilidade dentro da lógica biopolítica de que a inviabilidade de alguns corpos é pré-condição para a viabilidade de outros, seja para o exercício da cidadania neoliberal, seja para a produtividade do mercado. Em *Corpos com Novos Órgãos*, publicado como texto teórico principal nesta coletânea, Puar (2024) identifica e analisa as formas como as identidades trans podem ser capturadas pelo discurso neoliberal da fragmentação e “montagem” do corpo, envelopado pelas promessas transformadoras da ciência, da medicina e das tecnologias como o caminho para o sujeito normativo capacitado e viável da cidadania neoliberal. O que Puar (2024) interpreta como expressões de um trans(homo) nacionalismo — dobra no próprio conceito da teórica que define a normatização das identidades segundo aspirações nacionalistas e capitalistas — diz respeito à captura do desejo pela aceitação do corpo diferente nos marcos da institucionalidade que chancela o tipo de sujeito neoliberal inteligível, através de padrões e discursos médico-científicos e farmacológicos de cunho cientificista, patologizante e capacitista.

No acordo de direitos que tem lugar nas sociedades de controle neoliberais, a questão das identidades e das diferenças de raça, sexo e gênero se constituem como matéria-prima para o funcionamento dos próprios mecanismos de Estado. Nas análises que caracterizam o poder como imanência do Estado ou da classe dominante, perderíamos de vista as formas como o poder se capilariza e alcança o indivíduo que reivindica sua identidade e seus direitos. A captura do desejo de ser “alguém” na multitude das identidades viáveis e capacitadas passa necessariamente pela atualização dos mesmos mecanismos de hierarquização legados pelo arcabouço científico ocidental. Nossa insistência na essencialização que beira a “re-biologização” das categorias de raça e sexo quando investigamos principalmente a questão de direitos, é um exemplo de como nossos parâmetros podem reverberar padrões de compreensão científica e institucional que atendem aos interesses imediatos do Estado neoliberal, essencialmente racista, eugenista e capacitista-nacionalista — conceito de Sharon Snyder e David Mitchell para definir “os contornos capacitistas da inclusão nacional e dos registros da produtividade” (Puar, 2024, p. 81).

A análise da função dos discursos científicos na conformação das subjetividades e identidades, como processo integral do exercício do biopoder, também aponta para outros alcances dessas tecnologias de controle e domínio epistêmico nos processos de subjetivação. Acontece que nas sociedades da biopolítica nem todas as formas de vida, e, portanto, nem todas as identidades de gênero e raça, são inteligíveis, seja para a produtividade do mercado ou para a garantia do status de cidadania. O corte racial no biológico elucidado por Foucault e mencionado anteriormente, foi exatamente a condição de possibilidade histórica para o tipo de gestão do conhecimento científico para fins do governo da população que emerge com a biopolítica. Como exemplo de reprodução dessa lógica que põem em funcionamento a vontade biopolítica e a atuação do Estado e da ciência nesse cenário, Puar (2024,

p. 82) recupera os estudos transgênero de Susan Stryker e Aren Z. Aizura para definir o problema do reconhecimento estatal das identidades normativas, principalmente brancas, como um:

“Processo de extração de valor dos corpos negros” que ocorre tanto nacional quanto transnacionalmente. Pensando nessa dinâmica racial como um processo de extração de valor destaca a impossibilidade de uma plataforma de direitos que incorpore a inteligibilidade das posições de pessoas trans negras, pois essa ininteligibilidade é uma pré-condição para a emergência do projeto de direitos, sem contar que é fundamental para a sua implantação e integração bem-sucedida na legibilidade nacional. Acrescentando a capacidade biopolítica a esse cenário, Aizura escreve que essa cidadania trans implica “desaparecer na população [...] mas também o imperativo de ser ‘adequado’ aos olhos do Estado: reproduzir, encontrar emprego apropriado; reorientar o corpo ‘diferente’ para o fluxo de aspiração nacionalizada por posses, propriedades [e] riquezas.”

Ao acrescentar o papel do conhecimento científico e acadêmico e das instituições que produzem conhecimento nesse cenário, damos um salto analítico e crítico qualitativo em termos de atingir a compreensão da lógica que estrutura o Estado em sociedades de controle neoliberais. O conhecimento científico, seja natural ou social, tem grande potencialidade de fomentar a estratificação das vidas que demandam a ação estatal através da invocação dos direitos e das identidades. Uma das principais estratégias do Estado neoliberal, legada a este pelo conhecimento científico e pseudocientífico sobre as diferenças humanas, é a reatualização da lógica da “guerra de raças”. Antes uma luta

travada principalmente pela conquista de territórios e recursos com bases na questão étnica e cultural, a guerra de raças assume contornos biologizantes com a emergência do racismo de Estado, e hoje, sob a ótica dos processos de subjetivação fomentados pelo Estado biopolítico, aquela se atualiza na maneira como o sujeito normativo branco (ou branqueado) da identidade se torna central para as lutas sociais institucionalizadas. Ao analisar a partir de Puar e Aizura um dos nossos temas centrais de investigação e atuação, os direitos e as lutas por direitos nos marcos da cidadania, ganhamos muito em termos da expansão da nossa leitura. É muito importante identificar, por exemplo, como as aspirações dos indivíduos ao pertencimento completo a certas identidades essencializadas, nas lutas por direitos, possuem flagrantes cumplicidades com a lógica neoliberal do sujeito empresário de si mesmo.

A questão que tenho evidenciado a partir desses autores gira em torno da nossa capacidade de elucidar como certos processos como o de “extração de valor dos corpos negros”, na formatação das identidades dentro dos marcos da nacionalidade, pode se expressar nos fenômenos que temos investigado em áreas como a concessão de direitos e o gerenciamento de aparelhos estatais de assistência à população dissidente de sexo ou gênero. O elemento científico de todo esse processo, expresso tanto na produção do discurso que chancela as diferenças como na materialidade do gerenciamento dos grupos sociais, me leva a concluir esta seção retomando uma das mais citadas e precisas assertivas de Foucault (1979, p. 15) quando afirmou que “[...] o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar.” Portanto, as relações de poder que perpassam a produção de conhecimento científico, ponto com o qual iniciei as reflexões neste ensaio, não se manifestam unicamente nas discrepâncias da geopolítica do conhecimento, mas também e principalmente nas maneiras como acionamos o saber que produzimos cotidianamente na academia sobre as diferenças humanas de raça, sexo e gênero.

Considerações Finais

Eu não poderia deixar de começar as palavras finais deste ensaio sem apontar pelo menos aquilo que considero como o maior desafio para as nossas tentativas de crítica à dominação epistêmica através da investigação das dinâmicas de raça, sexualidade e gênero imbricadas na produção do conhecimento científico. A mais recente vociferação de visões que geralmente nomeamos como anti-ciência ou negacionismo científico recoloca a questão da relação ciência-sociedade no centro da nossa atenção. Uma crítica radical das bases epistemológicas ocidentais em vista de uma ciência feminista ou decolonial exige estabelecer com o máximo de precisão possível de que forma nossa crítica à ciência também é ferramenta para combater radicalismos negacionistas nocivos. Sem sombra de dúvidas, uma grande parcela da reemergência ou fortalecimento de discursos anti-ciência se deve às implicações históricas do sentimento generalizado de desconfiança, principalmente, na ciência aplicada em momentos chave da história no século XX.⁶ A crítica de gênero e raça à ciência se enquadra no próprio espectro científico, uma vez que se o conhecimento científico não possuísse valor epistêmico para o pensamento crítico de gênero, seus esforços para construir outros parâmetros teóricos, metodológicos e epistemológicos possíveis para a conformação da “boa ciência” não possuiriam sentido algum.

Neste ensaio eu busquei me juntar a esse esforço crítico a partir de leituras e pesquisas mais recentes durante estágio de pós-doutorado. Apesar do campo de gênero e ciência não ser um interesse novo na minha trajetória acadêmica, a experiência de estender o olhar para temas e problemas mais evidenciados pelos estudos de gênero no contexto do Serviço Social e das ciências

6 Sugiuro como aprofundamento a palestra de Olival Freire Jr. sobre a relação entre ciência e sociedade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EgLU2OUMTUI&t=2612s>. Acesso em: 24 out. 2024.

sociais em geral redimensionou o alcance da minha investigação. A principal tarefa se apresenta como a busca por outros parâmetros epistemológicos em vista de garantir a coerência teórica e metodológica de nossas investigações sobre grupos sociais recortados pelas dinâmicas de articulação de marcadores da diferença, um dos pontos nodais que identificamos nas experiências atuais no campo de gênero, sexualidade e raça principalmente no Serviço Social.

Em geral, este ensaio trouxe uma reflexão em dois blocos interdependentes, mas com objetivos distintos. Na primeira seção, contextualizei em termos históricos e contemporâneos como a crítica elaborada pelo campo de gênero e ciência, e por outras tradições críticas do pensamento feminista, se desenvolveu em torno de uma reavaliação profunda dos principais postulados científicos ocidentais que sustentam a noção de neutralidade e, por consequência, de objetividade científica. Essa crítica, feita em diversas frentes e campos, mas com destaque para a trajetória da epistemologia do ponto de vista feminista, possibilitou reconsiderar completamente a ciência como produto da cultura humana totalmente imerso em micro e macro relações de poder. Como categoria analítica, gênero se transformou em uma ferramenta muito útil para a crítica da ciência em diversos campos, além de ter garantido que outras questões e marcadores sociais, tal como o de raça, pudessem ser considerados seriamente na nossa autocrítica científica.

Na segunda seção, mudei o foco da minha reflexão para problemas e questões com implicações mais imediatas para os estudos de gênero e raça no campo das ciências sociais aplicadas, tal como o Serviço Social. A análise de natureza epistemológica, evidenciada pela crítica delineada na primeira seção, reverbera diretamente na questão da institucionalidade estatal da gestão das identidades e das diferenças humanas de raça, sexo e gênero. Detalhei as formas que a ciência e o conhecimento científico são e se tornaram parte integral do tipo de governamentalidade atrelada ao Estado de viés neoliberal nas sociedades da biopolítica.

Em primeiro lugar, direcionei a análise para o tema do racismo científico, e indiquei que essa postura pseudocientífica encontra reprodutividade em toda a rede científica de produção de conhecimento, uma vez que essa versão do racismo institucionalizada pelo Estado é pré-condição para a própria gestão das identidades e das diferenças que são viáveis ou não para a legibilidade nacional e as premissas neoliberais. Em segundo lugar, explorei de que forma os discursos científicos nutrem e/ou fomentam processos de reconhecimento estatal das identidades e das diferenças de gênero e raça nos marcos da cidadania neoliberal. Para delinear o funcionamento desses mecanismos e de que modo eles determinam a nossa própria prática científica e acadêmica, analisei contribuições recentes dos estudos de gênero, raça e ciência que têm desvelado as bases do saber que informam uma compreensão das diferenças humanas na qual se assenta o acordo de direitos neoliberal e a governamentalidade estatal.

Referências

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26, jan.-jun. 2006, p. 329-376.

COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 1990.

CONNELL, R. O império e a criação de uma ciência social. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 2, n. 2, p. 309-336, jul.-dez. 2012.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, 1991, p. 1241-1299.

DAMASCENO, J. O corpo do outro: construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro - O caso da Vênus Hotentote. In: *Anais do VIII Seminário Fazendo Gênero*, 2008, Florianópolis. p. 1-7.

DASTON, L.; GALISON, P. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de A. A. D. P. do Amaral. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, M. *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977 – 1978*. Trans. G. Burchell. New York: Picador, 2009.

FOUCAULT, M. The Subject and Power. *Critical Inquiry*, v. 8, n. 4, p. 777-795, 1987.

GOULD, S. J. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARAWAY, D. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, v. 22, p. 201-247, 2004.

HARAWAY, D. *Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of Modern Science*. New York; London: Routledge, 1989.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de L. Venturini. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, D. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991.

HARAWAY, D. Storytelling in Science. *The HPS Podcast - Conversations from History, Philosophy and Social Studies of Science*, 31 maio 2023. Disponível em: <https://www.buzzsprout.com/2180146/episodes/12949879>. Acesso em: 28 out. 2024.

HARAWAY, D. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 243-88.

HARDING, S. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

KELLER, E. F. Feminism and Science. In: HARDING, S.; O'BARR, J. F. (eds). *Sex and Scientific Inquiry*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1987.

KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, v. 27, p. 13-34, 2006.

KELLER, E. F. *Reflections on Gender and Science*, New Haven, CT: Yale University Press, 1985.

LAROSSA, J. O ensaio e a escrita acadêmica. In: PINEAU, P; LAROSSA, J; DUSSEL, I (org.). *Educação, cultura e sociedade*. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 95-116.

LIMEIRA-DASILVA, V. R. A natureza de um problema para a história das ciências: reflexões sobre a história e historiografia de mulheres negras na ciência. In: *Anais do III Seminário Internacional Desfazendo Gênero*, 2017, Campina Grande: Universidade Estadual

da Paraíba, Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais - NINETS/UEPB, 2017. p. 218-228.

LONGINO, H. Can there Be a Feminist Science?. In: GARRY, A.; PEARSALL, M. (eds.). *Women, Knowledge, and Reality*. Boston: Unwin Hyman, 1989.

MISKOLCI, R. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012.

NASCIMENTO, B. *Ôrí*. Direção de R. Gerber. Brasil: [s.n.], 1989.

OLIVEIRA, R. de. *Nasci errado e estou certo: a presença da Eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro*. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Florianópolis, 2019.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PUAR, J. K. *Corpos com Novos Órgãos: Devir trans, devir “deficiente”*. Tradução de Victor Limeira-DaSilva. In: LIMEIRA-DASILVA, V. R.; COSTA, J. C. (Eds.) *Multitudes Metodológicas: Raça, Sexo, Gênero e Estado na Articulação de Marcadores da Diferença*. Campina Grande: EDUEPB, p. 71-118, 2024.

RASSOOL, C.; HAYES, P. *Do trabalho de campo à exposição do império: a viagem da bosquímana /Khanako pela África do Sul, 1936-1937*. In: MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 313-340.

SAINI, A. *Superior: The Return of Race Science*. Boston: Beacon Press, 2020.

SÁNCHEZ ARTEAGA, J. *La razón salvaje: la lógica del dominio: tecnociencia, racismo y racionalidade*. Madrid: Lengua de Trapo, 2007.

SANDOVAL, C. *Methodology of the Oppressed*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

SHAPIN, S. *Nunca pura: estudos históricos de ciência como se fora produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade*. Tradução de Erick Ramalho. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço; Campina Grande: EDUEPB, 2013.

SKLOOT, R. *A vida imortal de Henrietta Lacks*. Tradução: I. Korytowski. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOBRINHO, G. A. Ôrí e as vozes e o olhar da diáspora: cartografia de emoções políticas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 60, p. e206002, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664558>. Acesso em: 28 out. 2024.

STEPAN, N. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLANDA, H. B. de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 33-56.

Por outros caminhos possíveis: Teoria, Método e Epistemologia nas nossas Práticas de Conhecimento

Jussara Carneiro Costa

A enunciação pública de grupos marcados pela diferença adentra o século XXI problematizando os vínculos entre processos de categorização e classificação social das populações humanas baseados em elementos como raça, sexo e gênero, bem como os processos de violência epistêmicos associados à dinâmica da expansão colonial que redundam na atual configuração geopolítica global.

Articulam-se, para tanto, intelectuais engajada/os desde a crítica feminista à ciência, estudos subalternos sul-asiáticos, perspectiva decolonial latino-americana e os estudos queers. A partir desses campos e suas interações com outros campos do saber, como, por exemplo, o pós-estruturalismo, enfatizam a estratégia epistêmica como crucial para o desenho das dinâmicas globais do ocidente, nos marcos da qual se constroem subjetividades precarizadas pela desclassificação de seus conhecimentos e formas de apreensão do mundo, surrupiando-lhe a faculdade da enunciação, como encontramos em Gayatri Spivak (2010).

Referindo-se às questões aportadas pelos diversos campos de saber que se constituem nesse processo, intelectuais de campos e áreas distintas¹, sugerem a emergência de paradigmas de

1 Dentre os quais Norman Denzin, 2008; Joshua Gamson, 2008; Yvonna Lincoln & Egon Guba, 2008; Gloria Landson-Billings, 2008.

pesquisa marcados pela participação e colaboração entre pesquisadore/as e interlocutore/as das práticas articuladas à produção do conhecimento.

Para Gamson (2008) a insurgência desses saberes se dá em todos os campos e, por isso, não há luta por incorporação, mas formação de alianças em torno de projetos epistemológicos, campos e linhas de investigação que surgem da recusa em se tornar fonte adicional ou complementar para matrizes teóricas institucionalizadas. Ao seu modo, cada uma retira seu ímpeto crítico e criativo de uma tensão com relação aos saberes disciplinares e, por isso, são costuradas pelo entendimento de que as formas de opressão priorizadas por cada campo de pesquisa, em particular, são interdependentes, extraindo-se o máximo possível do encontro transdisciplinar para ampliar o alcance das questões tomadas para problematização.

Dentre esses, destaca-se a interrogação estratégica do feminismo, pela densidade heurística acumulada nos seus próprios tensionamentos internos e nas interações com outros campos de saber, com os quais compartilha o entendimento de que a interpretação do mundo é fundamental para a definição de meios e formas de nele viver e atuar. Ressalte-se, ainda, a maneira como recupera as técnicas de captura associadas à produção de discursos sobre a diferença, articulando simultaneamente, processos de racialização, sexualização e humanização; a definição de agendas estratégicas para ciência e tecnologia e, por isso mesmo, a preocupação em aferir como as ferramentas utilizadas para investigação e análise conseguem alcançar as engrenagens que, com a raça, o sexo e o gênero, tecem a desigualdade.

A preocupação se justifica tendo em vista que a maneira como se interpreta essa relação está inserida em territórios complexos e polissêmicos. Um grande desafio a ser considerado reside no fato de que as estratégias e ferramentas de análise que utilizamos são talhadas no âmbito de instituições constituídas com a finalidade de reproduzir a racionalidade que se pretende atacar:

universidades, aparatos de governo e do Estado e um conjunto de aparelhos políticos com todas as suas aferências.

Como argumentado em Costa (2023), por tratar-se de esferas pouco problematizadas nas nossas discussões sobre violência epistêmica, deixamos de escrutinar criticamente a cumplicidade de nossas práticas com esses processos. Como resultado, avolumam-se truncados processos de teorização que não conseguem lidar com a tarefa de produzir análises que preservem a coerência entre epistemologia, teoria e método, reiterando premissas que deveriam atacar.

Ao passo que propõe um diálogo sobre esses desafios, o presente artigo deseja constituir-se como subsídio para exercitar a ruptura epistêmica, para ajudar a exercitar outros modos estratégicos de pensamento e organização de práticas acadêmicas como a reflexão ensaística, investigação, análise e produção textual.

O caminho percorrido abarcou a crítica feminista ao entendimento da construção social empregada nas abordagens voltadas à categorização do gênero como fenômeno sociocultural, aportando importantes elementos para repensar o processo de teorização de outros categorizadores sociais que também são delimitados a partir desse enquadramento.

O exercício precede o esforço que será realizado no segundo momento, no qual, com base nas interpelações reunidas até então, apresento a sistematização de princípios e postulados epistêmicos que necessitam ser atacados, problematizados e refutados nos trabalhos de investigação e análise que embasam processos de teorização comprometidos com o enfrentamento da violência epistêmica. A reflexão é acompanhada pela preocupação em situar o impacto desses pressupostos na configuração dos saberes locais, bem como, os desafios metodológicos para incorporá-los nos nossos constructos de erudição.

Considerando os arranjos metodológicos que podem ser vislumbrados perante o desafio lançado pelas interpelações feministas, chegamos ao terceiro momento com uma apresentação

resumida de aspectos da análise discursiva empregada por Foucault ao longo de suas pesquisas arqueológicas e genealógicas.

Em estreita relação com essas interpelações, o quarto momento dedica-se ao exercício imaginativo de alternativas metodológicas vislumbradas para incorporar os saberes locais em consonância com os princípios aqui reunidos e apresentados.

1 Mapeando entraves no entendimento da construção social

Como observa Karen Barad (2017), a década de 1980 foi marcada pela problematização dos estudos feministas sobre gênero, ciência e conhecimento para com a maneira como se interpreta o caráter sócio cultural que enredaria a construção do gênero e sexualidade como fenômenos.

Carole Vance (1984) é uma das primeiras autoras a manifestar a preocupação com a relação entre gênero e sexo nas estratégias de desconstrução. Considerando que a construção social abrange um campo teórico diversificado de coisas que podem ser construídas, observa que uma leitura atenta dos textos construcionistas possibilita constatar que o uso generalizado do termo desconstrução, como vocábulo e como paradigma, tem obscurecido o fato de que, sob o pretexto de recusar definições transhistóricas e transculturais da sexualidade, autores/as que utilizam-no em sentidos diversos acabam produzindo análises que nada dizem sobre como a construção se processa.

Donna Haraway (1995; 2004) associa a preocupação com o caráter construcionista empregado nas análises feministas à urgência estratégica de uma política dirigida à ciência e tecnologia, advertindo como noções de “humano”, “natureza” e “técnica” ainda se articulam nas estratégias feministas sem problematizar a dualidade dicotômica como premissa epistemológica, sem estranhar distinções tidas como familiares e óbvias.

Ao analisar problemas encontrados na teorização feminista acerca do gênero como categoria analítica, Joan Scott (1995) observa como os processos de circulação e acoplamento das teorias feministas seguem trajetórias tortuosas, inflexionadas por contextos e acontecimentos políticos que provocam torções e deslocamentos em relação aos contextos em que se enunciam. Reconfiguradas nos processos de recepção e apropriação, acabam redundando em constructos nem sempre coerentes quanto a afiliações epistêmicas e delineamentos teórico-metodológicos e analíticos. Daí ser necessário a recomposição desses movimentos, precisamente, porque na maneira como se delineiam as categorias e conceitos utilizados como mediação encontra-se a chave para reconfigurar aquilo que tais categorias buscam dar conta.

Na problematização dos sentidos empregados ao termo gênero pela história social, identifica duas abordagens: na primeira, de cunho descritiva, “se refere à existência de fenômenos ou de realidades, sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade” (Scott, 1995, p. 74). A segunda, de ordem causal, busca teorizar sobre a natureza dos fenômenos, compreender como, e porque, eles tomam as formas que têm.

No seu uso descritivo, o termo gênero é, então, associado ao estudo de coisas relativas às mulheres; no uso causal, representa um novo tema, um novo domínio da pesquisa histórica, mas não tem poder analítico suficiente para questionar, e mudar, os paradigmas históricos existentes. Por isso, embora nessas utilizações se sublinhe o fato de que as relações de gênero são socialmente construídas, o que se diz sobre como se dá essa construção, como funcionam essas relações e como podem mudar, é ainda bastante impreciso, impossibilitando categorizar o gênero num patamar em que o seu poder, de agir e funcionar como um criador de processos sociais, seja alcançado; como parte do próprio significado do poder, de maneira que, ao pormos em questão ou ameaçarmos alterar qualquer um de seus aspectos, desencadeemos, simultaneamente, um movimento que faça desmoronar, por inteiro, todo

o sistema que o organiza. Outra consequência gerada a partir daí é a dificuldade de estabelecer a interação do gênero com outros categorizadores sociais, como raça e a própria sexualidade.

Gamson (2008) endossa a preocupação com a problematização das diferentes tendências da investigação construcionista e suas variadas contribuições à análise da sexualidade, tendo em vista que parte considerável do construcionismo reitera a preocupação com a origem, com base em noções essencialistas.

Retomando as provocações de Haraway (2004), Judith Butler (2003; 2010), coloca o processo de materialidade do corpo no centro da discussão, questionando as hierarquizações vinculadas à dicotomia estabelecida entre natureza e razão, como capacidade de racionalização, bem como a cadeia de analogias que articula, através da qual diferença sexual é associada às diferenças materiais, não apenas funcionando como norma, mas tornando-se parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa. Assim, observa que repensar o processo pelo qual uma norma corporal é assumida, apropriada e adotada não como obra e graça de um sujeito, demanda, por sua vez, a problematização do modelo construcionista pelo qual o social atua unilateralmente sobre o natural, revestindo-o com seus parâmetros e significados.

A partir daí identifica duas perspectivas de construcionismo que devem ser problematizadas e refutadas. Na primeira, o natural é subsumido à sua concepção pelo social, o sexo não adquire significados por ele mesmo, pois é substituído pelos significados sociais que adota. Nesse caso, o gênero consiste nos significados sociais que o sexo assume, então o sexo permanece inerte nos processos de significação social, não figura como elemento de oposição ao gênero, mas como termo dessubstancializado em favor deste, que o absorve e o desloca. Na versão construcionista denominada como linguístico radical a distinção sexo/gênero torna-se ainda mais problemática, pois o sexo é referido como sendo anterior ao gênero, à linguagem e à construção. Tomado dessa forma, torna-se o efeito da colocação, o produto da construção, circunscrito a um

domínio pré discursivo, à condição de não explicável no interior dos termos da construção, resultando no exasperado debate com o qual temos convivido, no qual

(1) o construcionismo é reduzido à posição de um monismo linguístico, pelo qual se entende que a construção linguística é gerativa e determinista (pode-se ouvir os críticos que fazem essa suposição dizerem: “se tudo é discurso, o que ocorre, então, com o corpo?”) ou (2) quando a construção é figurativamente reduzida a uma ação verbal que parece pressupor um sujeito, podemos ouvir os críticos que trabalham no interior dessa pressuposição dizerem: “se o gênero é construído, então quem faz a construção?”; embora, obviamente, (3) a formulação mais pertinente desta questão é a seguinte: “se o sujeito é construído, quem, então, constrói o sujeito?” (Butler, 2010, p.159).

Por pertencer a um tipo de monismo, ou linguisticismo discursivo, que “recusa a força constitutiva da exclusão, do apagamento, de uma violenta inclusão, da abjeção e de seu retorno perturbador no interior dos próprios termos da legitimidade discursiva” (p. 161), presente na afirmação de que “tudo é discursivamente construído” (idem). A primeira versão supõe que a construção age de forma determinística, tornando a agência humana uma caricatura. Nesse processo, toma o lugar de uma agência divina, que pode não apenas causar, mas também compor tudo que é seu objeto. Já na segunda acepção, o construcionismo toma como pressuposto um sujeito voluntarista que faz o seu gênero através de uma ação instrumental, colocando a necessidade de um sujeito para guiar o curso da construção, reabilitando mais precisamente o sujeito voluntarista do humanismo, justamente aquele que o construcionismo feminista, em certos momentos, colocou em

questão. Além disso, oculta o fato de que esse sujeito é constituído mediante sistemáticas operações de exclusões e, portanto,

não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são constituídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos “humano”, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm a limitar o “humano” com seu exterior constitutivo e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação [...] Existe um exterior relativamente aquilo que é constituído pelo discursivo, mas não se trata de um exterior absoluto, um lá ontológico que excede ou contraria as fronteiras do discurso; como um “exterior” constitutivo ele é aquilo que pode apenas ser pensando – quando pode – em relação àquele discurso, nas suas – e com suas – mais tênues fronteiras. (Butler, 2010, p. 160)

Aqui a filósofa aponta a necessidade de reestabelecermos as conexões epistêmicas e teórico-metodológicas para se completar o processo de desnaturalização. A primeira operação consiste em recuperar o processo de construção da própria noção de natureza como passiva, inerte, como base para a problematização do modelo de construção pelo qual o social atua unilateralmente sobre o natural e, com seus parâmetros e significados, produz seu cancelamento. Ademais, observa ser necessário enfrentar a cadeia de binários à qual se articula, uma vez que a “concepção de construcionismo calcada no binário natureza versus cultura diminui a matéria como algo inferior, associado à passividade” (p. 157-8).

A partir das exortações aqui apresentadas, identifica-se como desafio atacar o núcleo central que permite a reiteração

da teleologia que opõe natureza e racionalidade. Para tanto, há que se refutar sistematicamente alguns princípios e pressupostos epistêmicos, sobre os quais me deterei, a seguir.

2 Princípios e pressupostos epistêmicos que necessitam ser confrontados

Em primeiro lugar observa-se a necessidade de redefinir o entendimento formulado sobre o modo como se exerce o poder que embasa as nossas análises. Por refutar categoricamente os postulados epistêmicos que caracterizam a racionalidade ocidental, aqui se aplica estrategicamente a noção de poder encontrada em Foucault, sistematizada por Deleuze (1988), cujo esforço de síntese apresento brevemente.

O primeiro postulado se refere à noção de propriedade: em Foucault, “o poder jamais pode ser tomado como relação hegemônica de quem o detém, ou não” (DELEUZE, 1988, p. 35-6). O segundo refere-se à noção de localização, ou seja, não se pode localizar o lugar ou o núcleo do poder do lado de baixo, invertendo as posições. O terceiro reporta à noção de subordinação, pela qual se recusa a compreensão de que há uma centralização global do poder. O quarto refere-se à noção de essência ou atributo que deteriam aqueles/as que o possuem. Ao invés de uma essência, o poder se exerce operativamente e atributos ou caracteres individuais que aí atuam constituem efeitos dessas relações de força. O quinto postulado toma a noção de modalidade, como modo de ação do poder, a forma como age, considerando que essa atuação não se procede de forma dupla ou com dupla forma: sobre o corpo através da violência, sobre as almas mediante artifícios ideológicos. Por isso não faz sentido tomar o poder como negatividade, mas em sua capacidade criadora de realidades, cuja eficácia produtiva se processa: a) dividindo os corpos no espaço, ordenando-os, dispondo-os em série e hierarquizando-os; b) ordenando-os no tempo; c) decompondo o poder no espaço-tempo; d) produzindo

saber. Por último, o sexto postulado toma a noção de legalidade como expressão maior do poder do Estado, devendo ser atacado justamente porque encobre, através de uma visão jurídica, o mapa estratégico de forças e funcionamentos.

A analítica se completa com a noção de dispositivo como diagrama estratégico das relações de força que suportam tipos de saber que conformam determinadas relações de forças e poder, uma tecnologia que, funciona, como observa Sylvio Gadelha (2013, p. 42), por um lado, como grade de análise, uma rede de inteligibilidade, por outro, constituindo as práticas elas mesmas, ou seja, “um diagrama de práticas heterogêneas, concreto e operativo que, na modernidade, produz individualidades, organizando-as e subjetivando-as no tempo e no espaço”.

A recusa aos postulados apontados por Deleuze demanda, por seu turno, um combate com o princípio da representação, cujo primado foi estabelecido com objetivos morais precisamente delimitados para o enquadramento categórico das diversas funções sociais a serem ocupadas por sujeitos e indivíduos.

Recuperando as bases estabelecidas para a compreensão racional do mundo, característica do pensamento ocidental formulado desde a filosofia clássica, Foucault (2012) observa aí a articulação de uma operação pela qual o reconhecimento do mundo se dá, por meio da contemplação e rememoração, com base em valores transcendentais e universais, para se chegar a verdadeira natureza das coisas, sua suposta essência ou identidade, a ser revelada através da representação. Aí, o conhecimento constitui-se como *mathesis*, traduzindo-se pela estreita relação com a identidade, numa ordenação em que o signo se coloca como elemento principal, cuja finalidade é estabelecer relações de substituição entre dois termos, o que lhe permite representar a própria relação de representação. Trata-se de uma relação duplicada, pois a representação exige uma imagem do pensamento que a reduplique e a represente como real. Assim, representar significa revelar a verdade dos seres, sua identidade e sua essência.

Conforme Deleuze (2006), pela representação se estabelece a relação entre pensamento e verdade e uma relação com o mundo que tem por objetivo principal reconhecê-lo segundo parâmetros colocados pela doutrina das dualidades constitutivas e latentes apresentadas por Platão, a partir da qual se opera uma distinção entre o mundo sensível e inteligível, entre essência e aparência. Nessa operação, o mundo inteligível se constitui como superior, aquele que possibilita conhecer o mundo inferior, sob o domínio do sensível.

Foucault (2012) observa que a partir do século XVII enfatiza-se a experimentação científica em detrimento da contemplação, esmaecendo a representação nesse período, que volta a ser relocalada pela configuração epistemológica específica do século XIX, como “o próprio campo das ciências humanas, em toda a sua extensão” (2012, p. 503). Essa reconfiguração do saber é determinada pelo aparecimento do homem como questão, “um ser que não existia outrora no campo da episteme” (idem) e resulta da articulação de três operações fundamentais, a partir das quais se torna possível a produção do saber no século XIX: a primeira é determinada pela articulação entre as ciências matemáticas e físicas; a segunda engloba ciências empíricas como a biologia, economia e filologia, encarregadas, respectivamente, pelo mundo da vida, do trabalho e da linguagem; a terceira é articulada pelo direcionamento da atividade filosófica para as ciências empíricas, como base para a produção da reflexão. No espaço intersticial entre as três operações articula-se a formação das ciências humanas, em constante relação com esses ramos do conhecimento.

Assim, se no mundo clássico a representação se constrói como forma de conhecimento, a partir do século XIX se constitui como objeto de estudo das ciências humanas, estabelecendo com as ciências empíricas uma relação de reduplicação, não havendo possibilidade de sua existência fora dessa relação com outras ciências e com elas mesmas.

Foucault destaca ainda a relação íntima, direta e fundamental com as técnicas de controle estabelecidas entre a produção do saber e os diversos mecanismos de gerenciamento de conduta estabelecidos através do controle disciplinar sobre os indivíduos, bem como, seu refinamento através de biopolíticas e as técnicas de governo aplicadas sobre as populações. Assinala-se aqui uma forma de gestão das condutas que se diferencia das anteriores, que tem a ver com a formação de uma razão de Estado, com o fortalecimento e afirmação do Estado, do governo e não do governante, constituindo uma racionalidade que funciona como catalisadora da representação, a governamentalidade.

A alternativa proposta por Deleuze (2006) retoma o esquema platônico das dualidades, enfatizando a dualidade latente como a mais fundamental, por ser através desta que Platão nos apresenta a diferença entre os dois tipos de imagem formuladas pelo pensamento: a boa cópia, sob o domínio da transcendentalidade, e a cópia simulacro, sob o domínio do sensível. A primeira, reproduz uma imagem de semelhança e correspondência com um exemplar original, a identidade; a segunda, desqualificada e turva, apresenta apenas um vestígio fantasmagórico do real ou da verdade, o espaço no qual se constitui a diferença.

Subvertendo o modelo platônico, Deleuze identifica no esforço de fixar a diferença na exterioridade ontológica as razões e possibilidades para restitui-la estrategicamente, por outros caminhos. Recorre, para tanto, ao diálogo com filósofos que já vinham fazendo o confronto à filosofia racionalista, mas, também com a interpretação filosófica formulada anteriormente a instituição do modelo, como, por exemplo, Bergson, Nietzsche, Spinoza e Heráclito. Mirando os efeitos de controle e poder exercidos pela teleologia que projeta a transcendentalidade a um futuro incerto para alguns grupos e, inatingível, para outros, se apoia em seus esquemas de pensamento para apontar possibilidades de um retorno da diferença como imanência, promovendo uma reorientação para o tempo presente local; como eterno retorno, abrindo uma compreensão do tempo como repetição

cíclica e sem pontos de origem, com possibilidades cotidianas de reinvenção artística da existência e superação de si; como devir, refutando a noção de essência ou identidade e reestabelecendo a primazia ontológica da mudança constante.

Por refutar qualquer interpretação intelectualista ou racionalista do ser, o abandono do primado da representação acarreta, por seu turno, a recusa ao primado do sujeito. Remetendo ao sentido etimológico da palavra, do latim *sub-iéctus* ou *subjectus*, Foucault (1995) atenta aos sentidos criados para o termo: como posição de submissão, através do controle e da dependência criada por normas institucionais ou, como indivíduo, preso a uma identidade, através da consciência ou do conhecimento de si; ou, ainda, como o próprio processo de subjetivação.

Enfatize-se ainda que o sujeito apresentado pelo filósofo se constitui como síntese das teses representacionistas reiteradas pela modernidade iluminista, coincidindo com a invenção da noção de homem e de um tipo específico de racionalidade, resultando daí sua vinculação como fonte de ação ou agência.

As reflexões são de fundamental importância na construção de outros caminhos investigativos e analíticos, considerando que, no âmbito das provocações epistemológicas aqui acionadas, essas práticas são profundamente marcadas pelo apelo à ação. Como observam Lincoln & Guba (2008, p. 178) “qualquer que tenha sido a fonte do problema, a mudança em direção a união da pesquisa, da análise política, da avaliação e/ou desconstrução social com a ação passou a caracterizar grande parte do trabalho investigativo de novos paradigmas”.

As observações são lastreadas pela experiência acumulada nas interpelações feministas às práticas científicas. Sondra Farganis (1997), Alison Jaggar & Susan Bordo (1997) enfatizam a crítica à ciência positivista como parte dos esforços feministas para desconstruir o pensamento ocidental, por sua perspectiva conflitante com as experiências das mulheres. Cecília Sardenberg (2007) aponta como as indagações formuladas pela pesquisa feminista

nunca estão desvinculadas do propósito de mudar condições de vida de alguém – no caso, das mulheres.

Elizabeth Hirsh & Gary Olson (1995) lembram que a construção feminista da *standpoint theory*, para referir-se a teorias perspectivistas ou do ponto de vista situado, insere-se na proposta de busca pela reflexão sobre as relações existentes entre os sistemas de ordenamento das ideias e as estruturas sociais às quais se encontram articuladas. Opondo-se a ficção de um indivíduo a-situado e universal, procuram demonstrar que o gênero do sujeito impacta na sua produção do conhecimento e, por conseguinte, deve ser considerado para a construção de reflexividades e critérios de validação de métodos e técnicas. Para estas autoras, “a *standpoint theory* provoca, portanto, o retorno e a expansão do domínio dos métodos científicos para o ‘contexto da descoberta’ em vez de restringi-lo ao ‘contexto de justificação’” (p. 193-194).

O apelo à ação enseja, por conseguinte, a recusa ao postulado da objetividade, tomada por Haraway (1995, p. 9) como “falso dilema, uma quimera: uma criatura mitológica que nunca existiu”. Guacira Louro (2012) associa a emergência dos estudos queers à transgressão sistemática de pressupostos como objetividade, neutralidade, distanciamento e isenção. Para Landson-Billings (2008, p. 261) trata-se de “um meio enganosamente empregado como código dentro de uma metanarrativa para atacar o rigor, a objetividade ou a honestidade”.

Adensando a argumentação em torno de uma ciência posicionada, Farganis (1997) chama a atenção para a necessidade de problematizar os interesses não manifestos associados à defesa imparcialidade na investigação. Sardenberg (2007) localiza a objetividade no sistema de cadeias duais que naturalizam a inferioridade feminina, pois

conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência, cultura, dentre outros que estruturam os princípios da Ciência Moderna, foram identificados como

“masculino”, ao passo que os demais termos das dicotomias – objeto, corpo, emoção, subjetividade, imanência, natureza, sobre os quais os primeiros se sobrepõem hierarquicamente – fazem parte do que historicamente se construiu como “feminino” (Sardenberg, 2007 p. 8)

Para Farganis (1997), no âmbito dessas cadeias dicotômicas a objetividade ensejada, como requisito de controle e fidedignidade na tradução do real, reitera, por meio destas, o espectro representacionista. Assim, a recusa a objetividade pressupõe a recusa obrigatória de qualquer perspectiva representacionista da verdade que implique no compromisso da ciência com a sua transmissão ou revelação; o afastamento de qualquer ótica meramente representacional, segundo a qual a produção da realidade se dá em um momento anterior a linguagem, como observam Décio Rocha & Bruno Deusdará (2005). Para Álvaro Pires (2008, p. 44)

o simples desejo de objetividade se torna amplamente problemático, sobretudo quando esta busca da objetividade é concebida como devendo ser neutra em relação aos valores [...] nos paradigmas participativos cede lugar à existência de um desejo de solidariedade, articulada a uma ética social que deve referenciar os parâmetros de controle ético e científico da produção do conhecimento (Pires, 2008, p. 43-44)

Lincoln & Guba (2008) corroboram a perspectiva de Pires(idem), enfatizando ainda que

Se o positivismo isola a articulação com a ação e o controle é feito por meio da objetividade, por meio da qual se procede à separação daquele que se deveria conhecer nas epistemologias emergentes a validade

do conhecimento é completamente diferente de objetividade [...] um constructo mais perturbador que aponta para questionamentos sobre a autenticidade das descobertas da pesquisa, em especial quanto ao fato de poder basear-se nela para poder construir políticas. Neste campo, controle não significa uma questão de defesa, mas um meio de promover a emancipação, a democracia e a capacitação da comunidade e de compensar desigualdades de poder e opressões (Lincoln & Guba, 2008, p. 181).

Denzin (2008), Landson-Billings (2008) e Pires (2008) sugerem a existência de uma nova relação com interlocutore/as de pesquisa, na qual a dimensão ética passa a envolver o controle daquilo que se diz por parte da comunidade interessada, bem como o compromisso dos/as estudioso/as em perguntarem não apenas sobre quem trata a pesquisa, mas, também para quem ela é destinada.

No entanto, como lembra Raymond Boudon (1989), a substituição do desejo de objetividade pelo desejo de solidariedade em termos de conhecimento científico é complexa e nada tranquilizadora. Os problemas apontados pela crítica feminista possibilitam dimensionar o tamanho do desafio. E, como nos exorta Machado (2007), o exercício de fazer reaparecer a potencialidade subversiva dos saberes dominados não prescinde da utilização de instrumento da erudição, constituindo o que poderia parecer um estranho paradoxo: querer agrupar em uma mesma categoria os conteúdos do conhecimento erudito e os saberes locais.

Haraway (1995, p. 23) nos adverte sobre os perigos associados ao privilégio epistêmico da “visão de baixo” ou subalterna, especialmente quando se é tão forte vinculação do/a pesquisador/a com o problema investigado. Por isso considera que a teoria feminista tem que estar atenta ao uso da “dupla visão”, que consiste na afirmação

de que os grupos oprimidos têm uma vantagem epistêmica e acesso a um espaço conceitual crítico maior, especialmente porque certos tipos e contextos de opressão certamente podem corroborar a verdade dessa asserção, incorrendo numa forma de relativismo que compromete todo o investimento investigativo e analítico.

Como o define Uma Nayaran (1997), o relativismo implica que uma pessoa só poderia ter conhecimento daquilo que vivenciou pessoalmente, sendo totalmente incapaz de comunicar quaisquer dos conteúdos a alguém que não tenha tido a mesma experiência. Daí conclui:

Não só isso parece claramente falso e talvez até absurdo, como provavelmente nos dá uma boa ideia sobre visões *a priori* que implicaria, ou que todo nosso conhecimento é sempre suscetível de ser comunicado a todas as outras pessoas, ou que alguma parte do nosso conhecimento não é suscetível de ser comunicada a determinada categoria de pessoas (Nayaran, 1997, p.285).

Para esta autora, nosso comprometimento com a natureza contextual do conhecimento não exige que afirmemos que aqueles/as que não integram esses contextos nunca poderão ter qualquer experiência ou algum conhecimento sobre eles. Esse comprometimento permite sustentar apenas que é mais fácil e mais plausível para as pessoas oprimidas formularem uma percepção crítica sobre as condições de sua própria opressão do que para aquelas que vivem fora dessa estrutura.

Haraway (1995) enfatiza ainda que o conhecimento situado possui como crédito o fato de facilitar a prestação de contas e a localização política, pois, ao se evidenciar a tomada de posição, evita a associação da análise com qualquer forma de relativismo. Ressalva, no entanto, a necessidade de um denso esforço de recuperação dos contextos em que se dão as enunciações locais.

Suas preocupações são corroboradas por Scott (1998), ao lembrar que, atentar para o caráter localizado que a crítica deve adotar, exige tomar a experiência dos sujeitos conectada às condições que as tornam possíveis. Para ela, tomar a experiência como ponto de explicação originária enfraquece o impulso crítico da diferença, na qual a representação é vista como atributo inerente aos indivíduos, descontextualizada. “Há que se perguntar como ela é estabelecida, como opera, de que maneira constitui sujeitos que veem e atuam no mundo” (p. 301). Ao analisar as estratégias articuladas em torno da (in)visibilidade, lembra que

a experiência, concebida tanto por meio de uma metáfora de visibilidade, quanto por outro modo que tome o significado como transparente, reproduz, mais que contesta, sistema ideológicos dados, conformando um tipo de análise na qual as categorias aparecem de forma a-histórica, descontextualizada; na qual o projeto de tornar a experiência visível impede o exame crítico do funcionamento do sistema ideológico em si, suas categorias de representação suas premissas e suas inflexões sobre ideais de sujeito, origem e causa (p. 302-3).

Por isso enfatiza que, ao tomar essa direção, a análise incorre numa série de equívocos, como, por exemplo, uma visão de história equivocada, como cronologia que torna as experiências visíveis, na qual as categorias aparecem, entretanto, como a-históricas. Dessa forma,

o projeto de tornar a experiência visível impede a análise dos funcionamentos desse sistema e a sua historicidade; ao invés disso, reproduz seus termos. Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressivos,

mas não sua lógica ou seus funcionamentos internos; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída em relação mútua. Por isso precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que tem experiência, mas, sim, os sujeitos que são constituídos pela experiência. (Scott, 1998, p. 302-3)

As reflexões são fundamentais, além disso, para redefinir a relação com interlocutores/as da pesquisa fora do espectro representacionista, na reorientação com o que se considera fonte ou dado da pesquisa, cujo ponto de vista torna-se tão problemático quanto o do/a pesquisador/a, como lembram Jean Deslauriers & Michèle Kérisit (2008).

Não mais vistos/as como detentore/as de um conhecimento a ser revelado, livres das amarras associadas à dicotomia sujeito *versus* objeto, surge daí um entrelaçamento de processos na pesquisa que passa pelo comprometimento das pessoas envolvidas na situação de investigação, pelo acerto franco e interessado entre ambos/as, pelo qual os/as envolvidos/as participam do planejamento, monitoramento e avaliação, aponta Landson-Billings (2008). A reflexividade aí surgida enseja formas participativas de pesquisa, a possibilidade de que o/as participantes se comuniquem utilizando os meios por ele/as mesmos/as planejados,

Livres da busca da verdade científica transcendental, os investigados agora têm liberdade para reconstruir em suas relações com os participantes da pesquisa de maneira mais ou menos descontraída para criar representações que ataquem os problemas de inscrição e de reinserção das metanarrativas e dos outros instrumentos teóricos que obscurecem a extensão de

que a ação humana é influenciada em termos locais e temporais (Lincoln & Guba, 2008, p. 182)

Como tática que permite incorporar os saberes locais nos processos de erudição, passo a seguir a apresentar, de forma bastante resumida a proposta de análise de discurso empregada por Foucault ao longo de suas pesquisas e análises empreendidas no âmbito da arqueologia e genealogia.

3 Um caminho pensado com Foucault: a análise do discurso nos domínios da arqueologia à genealogia

Na acepção foucaultiana, os discursos se constituem como práticas que instituem as realidades que nomeiam, num modo de organização da experiência humana, simultaneamente, exitoso, arbitrário e provisório, uma vez que os significados que atribuem ao real, ainda que apresentem uma continuidade histórica, conformam-se de forma precária, constantemente ameaçados de serem desconstruídos. São os discursos que criam a realidade, não existindo algo que lhes seja anterior.

Alfredo Veiga Neto (2011) afirma não existir ruptura entre a fase arqueológica e genealógica, pois toda genealogia comporta uma arqueologia e a genealogia se faz presente em muito do trabalho considerado arqueológico. Assim como não existe no projeto arqueológico e genealógico uma teoria ou proposta metodológica sistematizada sobre o discurso ou análise de discurso, também não existe uma sistematização metodológica de como se lidar com a genealogia, enfatizando haver, na verdade, um direcionamento da análise para os jogos de poder e não para as regularidades linguísticas, entendidas elas mesmas como efeitos desses jogos.

Para este autor, é importante apreender que, tanto a análise arqueológica quanto a genealógica, não procuram depreender de qualquer estrutura universal, de qualquer sistema de

conhecimento ou moral, mas de tratar como os discursos articulam o que pensamos, desejamos, dizemos e fazemos, constituindo os acontecimentos históricos.

Conforme Machado (2007), a arqueologia é posta em funcionamento para descobrir como nós, na modernidade, nos tornamos sujeitos assujeitados do conhecimento, através de processos instituídos no âmbito da linguagem, no mundo das trocas, do trabalho e da vida que rebatem num só: a construção do sujeito compreendido como produto da modernidade articulado a partir das três grandes ciências dos séculos XVII ao XIX: a Linguística, a Biologia e a Economia. Por essa razão, o procedimento metodológico utilizado na análise arqueológica é o da escavação em camadas; nunca a busca por um ponto de origem, mas a proveniência.

Desenvolvida no esteio da análise arqueológica, a noção de episteme, como saber de uma época, não tem por finalidade reconstituir ou justificar o sistema de postulados que rege a organização e validação dos conhecimentos, mas, escrutinar o campo vasto e indefinido de relações em que se inscrevem tais processos. Ao recuperar as conexões entre a produção das ciências, epistemologias, positivities e práticas discursivas, torna-se possível compreender o jogo das coerções e limitações que marcam essas práticas, aquilo que, na sua positividade, assegura as condições para a existência das epistemologias e das ciências. O que ela põe em jogo é, portanto, a maneira como se constitui o direito a ser uma ciência. Coerentemente com a compreensão de poder formulada pelo autor, a análise arqueológica não relaciona tal fato à instância de uma doação originária que fundaria, em um sujeito transcendental, o fato e o direito, mas a processos históricos nos quais se encontram incrustados.

Machado também observa que o projeto genealógico marca uma inflexão na trajetória de Foucault em relação à fase arqueológica. Enquanto a trajetória arqueológica é marcada pela preocupação com pesquisas históricas, pelo projeto de uma construção da arqueologia das ciências do homem, a genealogia

se fixa no interesse pelo poder, no refinamento das técnicas de governo e controle dos indivíduos pelo governo de seus corpos, na formação da subjetividade². Lembra, ainda, que a introdução do conceito de saber em *As Palavras e as Coisas* altera o projeto da arqueologia. Não invalidando o passado, Foucault agora parte para outra questão, seu objetivo não é principalmente analisar as compatibilidades e incompatibilidades entres saberes a partir da configuração de suas positivities; o que pretende, em última análise, é explicar o aparecimento de saberes, a partir de condições de possibilidades que lhes são externas. “É essa análise dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações, situando-os como peças de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político, que utilizando um termo nietzschiano, Foucault chama genealogia” (Machado, 2007, p. 168).

Provocado pelo interesse no que denomina de saberes dominados, a articulação do projeto genealógico foucaultiano deve-se ao fato de identificar no investimento sistemático e ordenado para sua desqualificação e categorização como irracionais, uma estratégia de poder acoplada à maneira como se constitui o discurso científico e da cientificidade. Daí a definição da genealogia como insurreição, antes de tudo, contra os efeitos de poder centralizadores ligados à

2 Sugerimos a consulta a Veiga Neto (2011) que propõe a organização da obra foucaultiana segundo critérios de classificação metodológicos e cronológicos. A primeira fase compreendida como arqueológica incluiria a produção de obras como *História da Loucura* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963), *As Palavras e As Coisas* (1966) *Arqueologia do saber* (1969). Já a segunda fase, compreendida como a fase genealógica se delinea pelas obras: *A Ordem do Discurso* (1971), *História da Sexualidade*, volume I: *A vontade de Saber* (1976), passando por *Vigiar e Punir* (1975). A Terceira fase, denominada de fase ética se delinea pelos Volumes II (*O Uso dos Prazeres*) e III (*O Cuidado de Si*) da *História da Sexualidade*, ambos publicados em 1984, ano de sua morte. Observa ainda que metodologicamente não há inovação da segunda para a terceira fase e não há separação rígida, mas incorporação e refinamento.

instituição e ao funcionamento do discurso científico organizado no interior de uma sociedade, à maneira como se organizam conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência.

Considerando que a institucionalização do discurso científico se realiza na universidade, nos aparelhos políticos com todas as suas aferências, assevera o compromisso da genealogia com o combate aos efeitos de poder do discurso científico aí delineado. Como ele mesmo descreve: “a reativação dos saberes locais contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias” (Foucault, 2007, p. 170).

Por se cumprir mediante a análise das condições histórico-políticas que tornam possível a emergência dos autorizados e autorizadores, o projeto genealógico delinea-se, dessa maneira, como “novo caminho para análises históricas dos saberes” (Machado, 2007, p. 169), sua efetivação acontece articulando pesquisas genealógicas múltiplas, por meio das quais se promove,

ao mesmo tempo, redescoberta exata das lutas e memória bruta dos combates, como acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas, do conhecimento com as memórias locais que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais (idem)

Na atividade genealógica, não se trata de opor a unidade abstrata da teoria à multiplicidade concreta dos fatos, de classificar o especulativo para lhe opor, em forma de cientificismo, o rigor de um conhecimento sistemático. Trata-se, antes, de “ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns” (p.169-70).

Por essa razão, as genealogias comportam-se como anti-ciências e não comportam nenhum tipo de proposta de retorno a qualquer forma de objetivismo positivista. Ao contrário, atentam para as formas locais assumidas e a investigação dos procedimentos do poder. Portanto, a investigação deve estar atenta à maneira como realizam um controle detalhado e minucioso do corpo, gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos, pois aí se encontra a chave para entender sua eficácia produtiva.

Corroborando a asserção de Foucault de que o saber permeia o mundo das ficções, narrativas, regulamentos institucionais e decisões políticas, Scott (1994, p. 67) ressalta que “a noção de saber não se refere apenas a ideias, mas a instituições, estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, a um modo de ordenar o mundo que não antecede a organização social, mas é inseparável dela. Ou seja, são independentes e autônomos em relação às ciências e habitam outros tipos de discursos”.

O deslocamento promovido pela orientação da análise genealógica para os saberes dominados aparece como possibilidade de encontrar, nesse percurso, as técnicas inspiradoras para novas rotas de subjetivação. Por essa razão, o adensamento da analítica do poder em termos de técnicas e estratégias aparece de maneira mais sistematizada através das análises que permitem visualizar o modo de funcionamento do poder.

Antes de adentrar na apresentação dos procedimentos utilizados por Foucault para análise do discurso, deve-se observar que o enquadramento metodológico na arqueologia e genealogia depende de decisão tomada pela investigação e/ou análise, considerando que a empreitada genealógica demanda operações mais complexas que incluem, além da identificação do saber local objeto de silenciamento e desqualificação; os motivos estratégicas para desqualificá-los ou silenciá-los; as estratégias utilizadas e, além disso, a incorporação desses saberes na análise do fenômeno. Esse exercício pode se promover gradualmente ao longo da trajetória,

iniciando o trabalho com pesquisas arqueológicas que incorporem, gradativamente, o enfoque genealógico.

3.1 Procedimentos adotados na análise do discurso

Ao constatar a impossibilidade de encontrar um ponto homogêneo que permitisse agrupar o objeto – como, por exemplo, a loucura – em um único local, Foucault concluiu que a unidade dos discursos não teria a ver com o objeto – a loucura – em si, mas com as regras que possibilitam sua emergência em épocas diferentes, medidas e categorizadas de acordo com práticas diferentes. Em função disso, a análise arqueológica deveria se centrar no jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão, dos pontos de escolha que ele deixa escapar. Como ele mesmo observa,

estariamos errados, sem dúvida, em procurar na existência desses temas (o evolucionismo, por exemplo) os princípios de individualização de um discurso. Não seria mais indicado buscá-los na dispersão dos pontos de escolha que ele deixa livres? Não seriam as diferentes possibilidades que ele abre no sentido de reanimar temas já existentes, de suscitar estratégias opostas, de dar lugar a interesses inconciliáveis, de permitir, com um jogo de conceitos determinados, desempenhar papéis diferentes? Mais do que buscar a permanência dos temas, das imagens e das opiniões através do tempo, mais do que retrair a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas? (Foucault, 2012, p.45).

Após colocar em pauta e refutar quatro maneiras diferentes de definir a unidade do discurso³, percebe ser necessário dar atenção às dispersões, ao que separa e ao que faz cada enunciado ser único num dado momento. A arqueologia trata, assim, de sistemas de dispersões, não de quadros de diferenças, cadeias de inferência ou de qualquer forma contínua e linear de compreensão do discurso. Esse sistema de dispersão carrega consigo uma determinada formação discursiva, que descreve sua regularidade, seu núcleo. Para se chegar às formações discursivas, devemos, portanto, indagar sobre como atua tal sistema de dispersão: a) no nível dos enunciados; b) dos objetos; c) dos tipos de enunciação; d) dos conceitos e escolhas temáticas. Os jogos de poder, que permitem a formação discursiva, se dão nesses quatro níveis e a relação entre eles constitui a regularidade do discurso. Daí a importância de recuperar as regras que tornam possível a existência de enunciações diversas, incluindo aí, de maneira especial, o que foi silenciado.

A materialidade do enunciando é de ordem institucional, sua identidade depende de sua localização em um campo institucional e qualquer *corpus* de análise deve se voltar para a atuação das práticas institucionais por meio dos enunciados. Interessam as formas de exercício de poder diferentes do Estado, a ele articulados de maneiras variadas e indispensáveis à eficácia de sua ação; os modos de funcionamento, a mecânica do poder que se expande por toda a sociedade, assume formas localizadas e concretas, investindo em instituições, assumindo o controle dos corpos com o conjunto

3 Operação que procede em quatro etapas: 1) tentando verificar a permanência dos objetos e percebendo que vários diferentes objetos com o mesmo nome são dispostos nos enunciados da loucura; 2) tentando verificar os modos enunciativos e percebendo que há várias maneiras de coleta e indução de dados para um mesmo discurso; 3) tentando observar uma continuidade das mesmas noções, conceitos e ideias e percebendo que diferentes conceitos, até mesmo antagônicos, podem estar presentes no mesmo discurso; 4) por fim, colocando em foco os temas, as escolhas estratégicas, observando a partir do exemplo do evolucionismo, que o mesmo discurso permite a saída para suas escolhas estratégicas.

articulado de técnicas de dominação; compreender como o poder intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos, imiscuindo-se no próprio corpo social e não acima dele, adentrando a vida cotidiana, caracterizando-se como micropoder ou subpoder. Promove-se, dessa maneira deslocamento tanto do espaço da análise quanto do nível em que se efetua.

Para rastrear a dispersão faz-se necessário buscar as séries de enunciados que o constituem e observar suas separações. São as diferentes conexões, funcionamentos e transformações estabelecidas entre estes, que constituem uma formação discursiva:

Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condição de existência, mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento em uma dada repartição discursiva. (Foucault, 2012, p.47)

Como observa Machado (2007), os objetos não interessam em si, nem os modos de enunciação, escolhas estratégicas ou conceitos, mas, as regras que possibilitaram a existência de tais regularidades. O que interessa é a regularidade entre os enunciados que permite definir um sistema de dispersão, em que eles se agrupam e se separam sob o mesmo conjunto de regras, num dado momento e num dado local. “Ao se determinar os quatro níveis em que se constituem as regras de formação discursiva, aquilo que está sendo definido é um saber” (p. 169), observa.

Por essa razão, do ponto de vista metodológico, propõe-se um caminho de análise ascendente, que permita dar conta do nível molecular de exercício do poder sem partir do centro para a periferia, do macro para o micro⁴, “uma análise ascendente toma o poder

4 O que caracterizaria um tipo de análise descendente.

não como uma dominação global e centralizada que se difundiria e repercutiria no outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo existência própria e formas específicas no nível mais elementar” (Machado, 2007, p. 170). Como última seção do trabalho passarei, a seguir, a apresentar observações complementares a serem consideradas na construção de estratégias metodológicas de investigação e análise que, nos ajudem a caminhar nessa direção.

4 Possibilidades estratégicas de reinvenção metodologia com os saberes locais

A argumentação até aqui arregimentada atualiza o fato de que as questões que atacamos são paradigmáticas e epistemológicas e, dessa compreensão, nascem os itinerários metodológicos. Desse modo, revela-se necessário submeter o método às perguntas que orientam a investigação e análise. Assim como dados não falam por si só, como lembra Pires (2008), nunca podemos prever de antemão que o modelo que construímos seja a chave da compreensão, mas tomá-lo apenas como alternativa para abrir o leque de interpretações possíveis, pois “toda metodologia tem seus limites, daí ser improdutiva a universalização de regras e procedimentos” (p. 43). Lincoln & Guba (2008, p.177) acrescentam ainda que “dentro de cada paradigma, metodologias mistas podem perfeitamente fazer muito sentido”. Gamson (2008, p. 352) observa que “todos os métodos têm seu lugar em determinados regimes de verdade e que nenhum conhecimento gerado se encontra longe das relações políticas. Os estudos queer surgiram a partir dessa mistura epistemologicamente cética e metodologicamente crítica”.

Afirma-se, desse modo, a necessidade de uma abordagem multimetodológica, reunindo técnicas diversas na composição de um *corpus* de investigação e/ou análise⁵, a ser tomado como

5 A noção é adotada de Michel Pêcheux (1990) que o considera como “conjunto de sequencias discursivas estruturadas segundo um plano definido

rede discursiva não coesa, com interesse especial nas tensões e lacunas, espaços para observação das questões perseguidas pela investigação.

É necessário atentar que as investigações e análises orientadas pelas exortações aqui reunidas enfrentam o desafio de lidar com experiências densamente localizadas na dispersão, como objeto de operações sistemáticas de operações de silenciamento e desqualificação: “deformadas”, soterradas ou ausentes nas narrativas históricas oficiais e acessíveis a partir de campos como a literatura, cinema, comportam formas de vida ainda ininteligíveis aos processos de racionalização empregados pelas instituições do saber.

Considerando os princípios que orientam o delineamento do projeto genealógico, além de situar a localização “marginal” no âmbito da produção do conhecimento, faz-se necessário problematizar os efeitos dessa localização na vida cotidiana dos grupos socialmente categorizados no âmbito da diferença, lembra Gamson (2008), ao analisar como as investigações abordam o cotidiano dos mundos gays e lésbicos. O impacto das estratégias adotadas pelos grupos na relação com o Estado também é outro aspecto para o qual adverte o autor.

A ênfase na análise das práticas cotidianas é ainda adensada por autoras/as como Jaggar (1997) e Ken Plummer (1981) que, observando a importância de estudos que apresentem as experiências de grupos marcados pelo gênero e sexualidade, apontam como a relação com as fontes e com o campo de pesquisa demanda,

em referência a um certo estado de condições de produção do discurso, basicamente o material de análise que deve ser definido pelo pesquisador-analista, segundo indicações de suas hipóteses” (Pêcheux, 1990, p.163). Celi Pinto (2006) observa que, seguindo a orientação de Pêcheux, “deve ser definido observando duas condições importantes: ter uma unidade que possibilite estudá-lo como um fenômeno específico e conter nessa unidade a pluralidade de discursos que possibilite dar conta de hipótese de trabalho” (Pinto, 2006, p. 95).

em circunstâncias específicas, imersão profunda, retomada da observação e densidade descritiva.

Nesse sentido, Lupicinio Iñiguez (2005, p. 114) considera estratégico o uso das técnicas articuladas pela etnografia para realização da análise do discurso, por entender a observação etnográfica como forma de se chegar aos elementos contextuais, históricos, culturais que sustentam as interações sociais tomadas para análise; pela atenção especial conferida as linguagens que técnicas aportadas por outros métodos têm dificuldade em alcançar; por proporcionar estabelecer de maneira mais precisa a conexão dos elementos locais e aqueles localizados no contexto da globalidade e; além disso, por compartilharem a interdisciplinaridade como elemento constitutivo comum.

Em Cláudia Fonseca (1996) encontramos dicas para o uso tático dos recursos etnográficos por diferentes áreas do saber e práticas profissionais, como ferramenta para pensar a interação com a experiência cotidiana. Como lembra, o importante é não investir em receituários teóricos, mas, priorizar o adensamento da descrição. Tomando como exemplo suas possibilidades de utilização por parte de educadores/as, observa que

esses provavelmente não cumprirão o método etnográfico ao pé da letra, pois não terão a disponibilidade para passar horas a fio fazendo observação participante, tampouco terão o luxo de passar “incógnitos” e, entretanto, poderão tomar de empréstimo alguns dos elementos para chegar a novas maneiras de compreender seus “clientes” e interagir de forma criativa com eles (p. 76)

Temos, ainda, um importante suporte para problematizar a múltipla localização no processo da pesquisa, mediante o necessário estranhamento da familiaridade que marca a dupla relação como pesquisador/a e parte do problema pesquisado. Frederick Erickson (1992), observa que, ao cruzar dados, comparar

diferentes tipos de discurso, confrontar enunciações de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade, possibilita reconstituir a tessitura da vida social. Ao mesmo tempo em que se enfatiza as formas de envolvimento das pessoas como atore/as, exige-se do/a pesquisador/a um detalhamento criterioso na descrição do comportamento: olhares, pausas, tom de voz, detalhes da interação...

Carmem Mattos (2011) sugere que a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não deve seguir padrões rígidos ou pré-determinados, mas, devem ser guiadas pelo senso desenvolvido a partir do trabalho de campo no contexto da pesquisa, lembrando que, muitas vezes, as técnicas têm que ser reformuladas para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, “o processo de pesquisa será determinado, explícita ou implicitamente, pelas questões propostas pelo pesquisador” (p. 01).

Há que se mencionar, por último, sua adequabilidade às finalidades genealógicas nas argumentações levantadas por esta autora, ao apontar como pessoas diferentes, passíveis de serem desprezadas em outras abordagens de pesquisa, por não constituírem um padrão determinado e validável para generalizações relativas ao todo da sociedade, perfilam entre participantes mais comuns em pesquisas etnográficas. Portanto,

pelas possibilidades abertas para que o diálogo aconteça, a reflexividade é realizada por essa ida e volta que constitui um jogo de alternâncias entre dois universos simbólicos nem sempre possibilitado pela situação da entrevista. Atentando para as diferenças atrás das aparentes semelhanças entre pesquisadores e interlocutores é que se cria um espaço para o diálogo acontecer. (Mattos, 2001, p.3)

Para arrematar, uma última observação sobre a organização do material e tessitura dos textos que sustentam nossas análises.

O filósofo Jorge Larrosa (2003) chama atenção para o fato de que os dispositivos de controle do saber também controlam a nossa relação com a linguagem, nossas práticas de leitura, escrita, fala e escuta; para o fato de que o triunfo da filosofia sistemática e da razão técnico-científica promoveu a desqualificação de outras formas de escrita, que tiveram grande importância, por exemplo, no Renascimento e Barroco. Também alerta para o fato de que essas formas de escrita são caracterizadas como híbridas, impuras, ambíguas, localizadas entre gêneros de escrita dificilmente classificáveis nas atuais divisões do saber. Além disso, salienta, que sua derrota implica, também, a marginalização dos territórios onde são produzidas, relegando-os à periferia da cultura, tomadas como “terras de poetas, romancistas, ensaístas, mas nunca terra de filósofo(a)s ou cientistas” (p 105).

Gamson (2008), por sua vez enfatiza que os textos produzidos no âmbito da contestação epistêmica buscam, a partir dessa experiência,

romper com o binário existente entre a ciência e a literatura, retratar a emancipação humana, romper com as regras a serviço de mostrar, ainda que parcialmente, como seres humanos reais lidam tanto com as verdades eternas da existência humana como com as perturbações e as tragédias diárias com as quais se depara a nossa existência (Gamson, 2008, p. 352).

Corroborar-se, assim, a proposta de Larrosa quanto à urgência de se problematizar o modo como as políticas de produção do conhecimento, dominantes no mundo acadêmico, impõem determinados modos de escrita e excluem outros: “se quisermos compreender como funcionam as estruturas de produção, transmissão e controle do conhecimento, é melhor tentar averiguar o que proíbem” (p. 106), ele adverte. Por isso, considera impossível a insurgência intelectual que não seja também, de alguma forma,

uma insurgência contra o modo de nos relacionarmos com a linguagem acadêmica e com o que ela nomeia.

Nesse exercício, torna-se imprescindível atentar para as formas pelas quais a pesquisa pode tornar o/a pesquisador/a invisível. Por isso é necessário a identificação franca do/ autor/a e apresentação dos interesses da pesquisa, “que o sujeito do conhecimento apareça e anuncie seu lugar de enunciação” (Landson-Billings, 2008, p. 274). Haraway (1995) destaca a que o perspectivismo epistêmico feminista postula uma teoria do conhecimento que não apaga o contexto social do sujeito cognoscente, destacando a localização na escrita como estratégica para novas alternativas de controle, pois “a voz que professa os resultados não evita o corpo que fala e, assim, impossibilita o truque mítico de deus de ver tudo de lugar nenhum” (p. 19). A autora observa ainda que a escrita perspectivista e situada rompe não apenas com a ciência que esconde seu narrador, como também aponta que essa forma de produzir conhecimento se consolida a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes.

As razões para a escrita em primeira pessoa como opção política se complementam com outro aspecto da escrita. Lewis Richardson (2003) define o ato da escrita como um processo de descoberta e recriação, às vezes dos sujeitos da pesquisa, às vezes do problema propriamente dito e, às vezes, do próprio eu. Adverte também que esse processo de redescoberta só acontece mediante a abertura para o deslocamento do centro em direção às margens, com a disponibilidade para criticar e descentralizar o centro mediante o compromisso em criar uma ciência social cujo tema seja a vida humana e não os sujeitos.

Stepan (1994) aponta como, a despeito de serem classificadas como gêneros não compatíveis com a linguagem científica, metáforas e analogias foram amplamente utilizadas para conferir inteligibilidade sobre o humano a partir de cadeias articuladas de equivalência entre as diferenças de raça, sexo e gênero. Talvez tenhamos aí uma pista de como reimaginar a construção de outras

estratégias, caminhos e rotas para nossas investigações, análises e, quiçá, intervenções.

Últimas considerações

Anunciei como propósito deste artigo refletir sobre os desafios ainda encontrados nas nossas práticas de conhecimento para confrontar a racionalidade associada a violência epistêmica e, além disso, construir subsídios úteis ao exercício estratégico de outros modos de investigação, análise e reflexão.

Para cumprir o intento dialoguei com a problematização feminista à noção de construção social, utilizada para enquadramento categórico das diferenças nos processos de teorização social, que preservam a inteligibilidade criada a partir de cadeias articuladas de equivalência entre marcadores de raça, sexo e gênero, utilizadas para fixar a diferença na exterioridade ontológica do sujeito.

Tomadas como fio condutor, as interpelações guiaram a problematização de postulados epistêmicos que precisam ser confrontados. Dentre estes, a interpretação sobre os modos de exercício do poder, o postulado da representação e sua relação com a construção do sujeito; a objetividade neutra e os procedimentos de controle do saber.

O exercício foi acompanhado pela preocupação em evidenciar seus efeitos na desqualificação de sistemas de saberes locais e os desafios para incorporá-los na reinterpretação dos fenômenos sem reiterar pressupostos representacionistas e incorrer em relativismos. Como recurso estratégico para enfrentá-los, apresentei a análise discurso foucaultiana, nas suas configurações arqueológicas e genealógicas.

Em seguida, considerando a especificidade da relação com o que se considera “fonte” ou problema de pesquisa e/ou análise na esfera dos saberes locais, na última seção do trabalho, problematizei aspectos da relação com o método, evidenciando a necessidade de um enfoque multimetodológico que subverta os

efeitos da disciplinarização do saber. Para arrematar, apresentei possibilidades vislumbradas para o exercício da investigação, análise, reflexão e organização da escrita sem reiterar os pressupostos aqui atacados.

As reflexões aqui apresentadas encontram-se em estado de fluxo, num processo em que se aspira refinar estratégias de incorporação dos saberes locais às nossas práticas acadêmicas como tarefa urgente para delinear caminhos que efetivamente consigam restituir a capacidade de mediação associada a produção do conhecimento e a atividade intelectual.

Na experiência brasileira, esse exercício se iniciou problematizando práticas de enfrentamento coletivas desconsiderando o fato de que estas se servem de ferramentas teórico-conceituais talhadas em conformidade com os processos de violência epistêmica. Corroborando o entendimento deleuziano acerca da teoria como caixa de ferramentas, “que sirva é funcione” (Deleuze e Foucault, 2007, p. 70-71), talvez seja o caso de começarmos a problematizar nossas ferramentas, seus usos e funcionamentos.

Referências

BARAD, Karen. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. *Vazantes*, vol. 1, n. 01, 2017, p. 7-33

BOUDON, Raymond. *A Ideologia ou a origem das ideias recebidas*. São Paulo: Ática, 1989.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO. Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica 2010, p. 153-172.

COSTA, Jussara Carneiro. Uma “Dr” Necessária: Feminismos, Universidade e descolonialidades das Sexualidades Dissidentes. In: DUARTE, Marco José de Oliveira et al. (org.). *Sexualidade & Serviço Social: Perspectivas críticas, interseccionais e profissionais*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. p. 71-87.

DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo. Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles. & FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo, GRAAL, 2007, p. 70-81.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre, ARTMED, 2008.

DESLAURIERS, Jean Pierre & KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In. (2008, p.133). n. POUPART, Jean, et all (orgs). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, 2008 (p. 127-153).

ERICKSON, Frederick. Ethnographic microanalysis of interaction. In M. D. LECOMPTE, W. I. Milroy, & PREISSLE, J. eds. *The handbook of qualitative research in education*. Durham: Duke University Press, 2003. New York, Academic Press, pp. 201–225.

FARGANIS, Sondra, O feminismo e a reconstrução da ciência social. In. JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 1997, p. 224-40.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, jan./abr., 1999, n^o 10, p. 58-78.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In. DREYFUS, Hubert L & RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In. FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder (org. Roberto Machado). São Paulo, Paz e Terra, 2007, p. 167-178.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In. DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre, ARTMED, 2008, p. 345-362.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), 1995, pp 07-41.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In. *Cadernos Pagu* (22). 2004. p.201-246.

HIRSH, Elizabeth; OLSON, Gary A. Starting from Marginalized Lives: A Conversation with Sandra Harding. *A Journal of Composition Theory*, v. 15, n.2, p.193-225, 1995.

IÑIGUEZ, Lupicínio A análise de discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas e modelos. In. IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual da análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis, Vozes, 2005 – Prefácio, p. 105-132.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In. JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 1997 p. 157-185.

LANDSON-BILLINGS, Gloria. Discursos racializados e epistemologias étnicas. In. DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. (Orgs) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre, ARTMED, 2008, p. 261-279.

LARROSA, Jorge. O Ensaio e a Escrita Acadêmica. **Revista Educação e Realidade**. jul/dez.2003, p. 101-115.

LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre, ARTMED, 2008, p. 345-362.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis, Vozes, 2012, p. 18-60.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In. FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. São Paulo, Graal, 2007a, 23 ed., p. VII a XXIII. (Introdução)

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. Rio de Janeiro, UERJ, 2011.

NARAYAN, Uma. Projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não Ocidental. In. JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 1997, p. 276-92.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as Ciências Sociais. In. POUPART, Jean, et al (orgs). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos, 2008, p. 43-94.

PLUMMER Ken. Identidade. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE. Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Tradução de Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

ROCHA, Décio e DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. Rev. Alea, volume 7, número 2. julho – dezembro 2005.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista. Labrys/estudos feministas. janeiro/junho 2007. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>. Acesso em 17 outubro de 2024.

SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. Cadernos Pagu (3) 1994: pp. 11-27.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Rev. Educação e Realidade, jul./dez. 1995 20(2):71-99.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. Projeto História (16). São Paulo, fev. de 1998. p. 297-325.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte, UFMG, 2010.

STEPAN, Nancy L. Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque. Tendências e impasses, o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 72-96.

VANCE, Carole. "Pleasure and danger: towards a politics of sexuality". In C. Vance (org.), Pleasure and danger: exploring female sexuality. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1984.

VEIGA NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

“Aonde”¹ estão as políticas de trabalho e geração de renda para a população trans no Brasil?

Jessyka Kaline Augusto Ribeiro

É inquestionável a importância da criação de políticas públicas para garantia de acesso a direitos fundamentais como saúde, trabalho, educação e assistência. Nessas mesmas políticas também é fundamental introduzir, fortalecer e transversalizar dimensões como gênero, classe, sexualidade, geração e raça.

Isso é importante, tendo em vista que quando se fala em política pública, pois trata-se de uma política cuja principal marca é o fato de ser pública, isto é, de todos/as. O seu caráter público não é atribuído apenas pela sua vinculação com o Estado e nem pelo tamanho do aglomerado social que lhe demanda atenção, mas pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade (Pereira, 2009, p. 95). As políticas públicas, sociais e econômicas expressam conflitos de interesses das camadas e classes sociais, assim, para pensar a política pública é necessário entender o terreno,

1 Considero importante pontuar o uso do termo “Aonde”, que indica a ideia de movimento, ação contínua, deslocamento; entendo aqui que esse processo de desaprender no campo teórico tá em movimento, e em um lugar que não é estático e não está definido a priori.

quais as especificidades da população que serão beneficiadas por essas políticas.

No âmbito das políticas para pessoas trans no Brasil, não é possível apontar grandes conquistas, considerando que ainda somos o país que mais mata pessoas trans no mundo, pelo 15º ano consecutivo². Em 2023, foram 145 mortes, um aumento de 10,7% em relação ao ano anterior. Um reflexo da ausência do Estado brasileiro no desenvolvimento de políticas que promovam a efetivação de direitos fundamentais, especialmente no campo do trabalho e geração de renda.

O objetivo deste artigo, portanto, é o de apontar a insuficiência do Estado na formulação de políticas públicas de trabalho e geração de renda para pessoas trans. Demonstrando assim que onde deveriam existir políticas, encontramos ações e/ou iniciativas — quando existem — se caracterizam como insuficientes e tímidas, e que não apontam efetividade em sua meta.

1 Particularidades da Política Pública Brasileira

Está certo que a política social brasileira tem peculiaridades que devem ser consideradas. Não obstante a isso, vale lembrar que essas peculiaridades não se dão no vácuo. No Brasil, as definições e os rumos da política social não estão imunes a influências internacionalmente hegemônicas, que, embora se processem de forma diferenciada, não estão desconectadas (Pereira, 2012, p. 730).

No Brasil, as políticas sociais são caracterizadas, historicamente, por sua pouca efetividade social e subordinação a interesses econômicos dominantes, revelando incapacidade de interferir no perfil de desigualdade e pobreza que caracteriza a sociedade brasileira. A política social brasileira é constituída

2 De acordo com o Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras em 2021 da ANTRA, a cada 48 horas uma pessoa trans morre, sendo 82% das vítimas pretas e pardas (ANTRA, 2022).

distintamente da política social de outros países, tendo em vista que nosso país não vivenciou o período conhecido por *Welfare State* quando se constituíram as políticas sociais nos países centrais.

Mota (2011), em estudo sobre as tendências da Seguridade Social e as crises econômicas, indica que nas experiências pós-fordistas, sob a influência do neoliberalismo, a tendência nos sistemas de Seguridade Social é “privatizar os programas de previdência e saúde e ampliar os programas assistenciais, em sincronia com as mudanças no mundo do trabalho e com as propostas de redirecionamento da intervenção social do Estado.” (p. 122). Em outras palavras:

[...] a contra-reforma no sentido de retirar os obstáculos no âmbito do Estado a superexploração do trabalho avançou a passos largos nos anos 1990, destruindo o movimento organizado que vinha se fortalecendo no período anterior, que se viu: colocado na defensiva pela reestruturação produtiva promovida pela macroeconomia do Plano Real; seduzido por lideranças transformistas; ou enfrentando com violência e truculência. Aspectos que, por sua vez, revelam um elemento cultural de fundo na sociedade brasileira desde os tempos da escravidão, apesar de tantos anos de assalariamento: o desprezo pelos que vivem do trabalho. (Behring, 2008, p. 227).

Por isso, quando se trata da política de geração de trabalho e renda no Brasil, historicamente observamos ações de mercantilização e privatização da política que sempre levaram à expansão do desemprego. As privatizações que começaram a ocorrer nos anos 1990 desprezam as conquistas da Carta Constitucional no terreno da seguridade social. Behring e Boschetti (2011) assinalam que a privatização gera uma dualidade discriminatória entre aquelas

pessoas que podem e aquelas que não podem pagar pelos serviços, ao passo em que propicia um espaço lucrativo para o capital.

As mudanças no sistema de seguridade social no Brasil fazem parte da agenda de reformas neoliberal, compondo o conjunto das medidas de enfrentamento da crise econômica. Behring e Boschetti (2011), assinalam que a seguridade social possui caráter bastante regressivo quando se observa as fontes de financiamento ou quando se identifica quem paga a conta.

Nesse movimento, Grosfoguel (2009) demonstra que a solução para as desigualdades sociais exige imaginar alternativas decoloniais globais utópicas e que se superem os modos binários de pensamento. Para o autor, um sistema de dominação e exploração que opera em escala mundial, como é o caso do sistema-mundo capitalista, precisa de soluções decoloniais de âmbito global. Sobretudo, no aspecto da “erradicação das contínuas transferências de riqueza do Sul para o Norte e a institucionalização de uma redistribuição global e da transferência de riqueza do Norte para o Sul” (p. 82).

Desde a década de 1990 estamos assistindo à redução dos direitos da classe trabalhadora, também assistimos desde o século XIX que esse corpo que compõe a classe trabalhadora traz antigas e novas questões ao debate. Assim, quando observamos os cenários das políticas públicas existentes no Brasil para pessoas trans, além da falta de garantia ao acesso das poucas políticas, não há quaisquer direitos fundamentais de acesso a trabalho, qualificação profissional, educação, cultura, lazer, segurança, cidadania, entre outros.

Nesse sentido, aponto e denuncio aqui a omissão histórica do Estado brasileiro com relação a emprego e geração de renda para pessoas trans no país. Partindo do pressuposto da quase ausência do Estado brasileiro no desenvolvimento dessas iniciativas e políticas, é possível verificar que os tipos de trabalhos oferecidos possuem características de precarização e subcontratação que reforçam ainda mais os processos de exclusão e

transfobia existentes, tendo em vista que existem barreiras na contratação e podem existir obstáculos no desenvolvimento da função empregada.

2 Crise do capital e rebatimentos no mercado de trabalho

O que vivenciamos na atualidade são traços da crise estrutural do capital, que tem sua expressão mais nítida na crise do sistema de produção fordista, marcada pela baixa nas taxas de lucros aliada à diminuição dos investimentos produtivos e a altas taxas de inflação, com fortes rebatimentos nos países periféricos que foram atingidos por essa recessão através do aumento das matérias-primas e do agravamento da crise financeira. Conforme já falei, as políticas neoliberais que buscaram desconstruir as políticas ativas de emprego e renda, resultaram no aumento do desemprego, na precarização do trabalho, na queda de renda, no aumento da desigualdade, da pobreza, da violência e da exclusão social.

Hoje, o emprego fixo torna-se cada vez mais escasso e dá lugar ao trabalho temporário, informal e flexível. A atual política, no que concerne a trabalho e renda no Brasil após todos os processos de contrarreformas conservadoras que vivemos e continuamos a viver, demonstra que o Estado tem sido preponderantemente omissivo com relação aos interesses da classe trabalhadora.

Poucas são as iniciativas de inserção, ainda mais em um contexto de crise sanitária que enfrentamos com a pandemia da Covid-19. Cabe enfatizar que o país não possui políticas efetivas de trabalho e geração de renda para a população geral, quicã quando se trata de populações trans.

O mercado de trabalho passou por diversos processos de mudança com as crises do capital e seu processo de reestruturação. O fato é que aqui o principal em mostrar, é que as mudanças que ocorreram na classe trabalhadora comportam disparidades

de acordo com idade, sexo, gênero, classe social, escolaridade, raça/etnia e, por fim, o corpo encarnado pela classe trabalhadora.

Para a classe trabalhadora em geral, há inúmeras dificuldades de inserção no mercado de trabalho, sobretudo por não termos iniciativas de trabalho e geração de renda, muito menos políticas públicas que operacionalizam ações. Conforme aponta Behring e Boschetti (2011), a trajetória das políticas sociais brasileiras é conectada à política econômica monetarista e de duro ajuste fiscal. Assim se encaminhou o ajuste fiscal pelos caminhos da privatização para aqueles/as que podem pagar, da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, da descentralização, vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações de 1988.

De acordo com a pesquisa de Cardoso (2013), no Brasil, o trânsito entre trabalhadores/as entre posições sociais ditas formais e informais é intenso: “Homens e mulheres entram e saem de relações assalariadas e não assalariadas de trabalho ao longo do curso de suas vidas e, a partir de certa idade (que raramente ultrapassa os 40 anos), é cada vez menor a chance de que consigam outro emprego formal, tendo perdido o seu” (p. 90). Isso mostra também que, historicamente, nosso mercado de trabalho sempre ofereceu para a maioria dos seus ocupantes um trabalho precário e flexível.

Observa-se com as mudanças no mundo do trabalho uma dinamicidade de processos que atinge os/as trabalhadores/as. Dentre eles, podemos citar: a diminuição da classe operária nos moldes tradicionais, a intensificação do trabalho assalariado, a ampliação dos setores de serviços, a incorporação da mão de obra feminina, o encadeamento do trabalho parcial, temporário e precarizado. Todos esses elementos, com as determinações de gênero e raça/etnia, adensam os aspectos de exploração e dominação da classe-que-vive-do-trabalho, tendo como seu maior expoente a expansão do desemprego em escala globalizada.

Em contexto de crise do capital, exploração do trabalho, desemprego estrutural e destruição de direitos conquistados

historicamente pelos/as trabalhadores/as e trabalhadoras, o conservadorismo encontra espaço para se reatualizar, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias, irracionais e preconceituosas. Iamamoto (2015) indica que o trabalho se encontra no centro da questão social, ela evidencia a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Tal fratura se manifesta na “banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social” (p. 144).

Atualmente, no mundo do trabalho, um dos setores que mais absorve a força de trabalho, em especial de jovens mulheres e LGBTs, é o setor de serviços. Para Nogueira (2006), o setor permite evidenciar que tal força de trabalho tem como característica a atribuição de tarefas monótonas, repetitivas, estressantes, como é o caso do telemarketing. De acordo com Costa (2010), na atualidade, as atividades de serviços passam a fazer parte da dinâmica de acumulação do capital, configurando-se como uma das questões que assumem relevância no conjunto das recentes transformações societárias. A autora também destaca que o processo de incorporação das atividades de serviços à forma capitalista de produção põe em evidência um acelerado processo de expansão e diversificação deste setor.

Algumas pesquisas, como a de Marinho (2017) demonstraram um dado importante no que diz respeito ao processo de trabalho no telemarketing. A autora apontou que há um interesse da gerência na contratação de pessoas travestis e transexuais “por enxergar produtividade além da média, maior índice de cumprimento de metas e baixos níveis de absenteísmo” (p.365). Portanto, há uma apropriação da população considerada como mais produtiva e dedicada, que valoriza o posto de trabalho e, dessa forma, é mais passível de ser domesticada. Também é interessante observar que no telemarketing isso se agrava devido ao controle do Tempo Médio Operacional (TMO) ou o Tempo Médio de Atendimento (TMA), que

é extremamente intenso nesse tipo de trabalho, como forma de garantir as metas de produtividade e obter acumulação de capital.

Pesquisas como as de Nogueira (2006; 2009) e Antunes (2009) demonstraram que as transversalidades entre classe, gênero, raça, etnia, geração aparecem frequentemente no setor do telemarketing e *call centers*. Destaca-se que a organização do trabalho nas empresas deste setor apoia-se na eliminação dos tempos mortos, associando alta tecnologia a velhos preceitos de controle dos/as trabalhadores/as, aperfeiçoados pela tecnologia, permitindo maior extração da mais-valia. Para Antunes (2018), o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais para a preservação e ampliação da lei do valor.

Desde o começo da pandemia da Covid-19, o Governo Federal fez transparecer o quão não estava preparado, tampouco continha um plano de ações devidamente organizado e articulado para amenizar os efeitos da pandemia. Na questão das políticas de trabalho e renda no Brasil, as medidas que foram tomadas, não têm sido capazes de conter a forte queda da renda da classe trabalhadora. E, como possuímos um mercado de trabalho no país que ainda mantém fortes marcas escravagistas, os efeitos da pandemia acabaram afetando fortemente determinados grupos de trabalhadores/as.

A relação entre a diversidade sexual, de raça, gênero e outros marcadores da diferença no mundo do trabalho é um campo muito amplo, ainda a ser explorado. Destaco a necessidade de uma compreensão da exploração do trabalho na sociedade capitalista, a partir da análise das intersecções entre raça, gênero, classe e outras.

3 “Aonde” estão as políticas e para quem são destinadas?

Não é difícil constatar que Travestis e transexuais estão inseridas/os no Mundo do Trabalho em espaços diversos. Estão no

trabalho doméstico, no trabalho sexual, no trabalho eventual (por demanda), às vezes nas artes, em atividades ilícitas, e muitas/os nas atividades informais (ambulantes, faxineiras, passeadores de cães, lavadores de carro, feirantes). E aqui destaco as/os trabalhadoras/es dos serviços de entrega por aplicativo, que vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, em especial pós pandemia. Além destas atividades, vale lembrar que há aquelas/es que realizam atividades formais, o que nos leva a afirmar que há, de fato, inserção da população trans no mercado de trabalho.

Porém, há questões sobre essa inserção. E há questões sobre a inserção a partir dessas iniciativas. Porque muitas iniciativas possuem oferecimento de condições de trabalhos precárias, poucas possibilidades de progressão funcional, acesso a benefícios. Não assegurados os direitos trabalhistas; altos requisitos de formação profissional demandados pelas/os contratantes. Infelizmente há poucas iniciativas, quase inexistentes. Grande parte foram criadas por órgãos não governamentais.

São iniciativas pontuais e que não possuem continuidade. Realizada por Organizações da Sociedade Civil (ONGs), movimentos sociais e grupos que possuem alguma ação, e nada que consista em uma política pública em nível Brasil. Assim, constato que podemos afirmar uma inexistência de políticas definidoras de qualificação para o mercado de trabalho voltados para as pessoas trans dentro da política pública brasileira.

Há claramente um negligenciamento do Estado nessa questão. E eu falo isso para vermos alguns sintomas do não reconhecimento. E isso perpassa a questão do não reconhecimento de sua cidadania. De não ter acesso pleno a direitos fundamentais como identidade, direito ao autorreconhecimento, direito de ir e vir, direito à saúde, e direito ao trabalho que é o ponto de reflexão que proponho aqui. As políticas de Estado, elaboradas por interesses burgueses, centralizam em ações políticas conservadoras, e assim fazem a manutenção de um estado de exclusão da população trans no mercado de trabalho.”

E uma questão importante é observar o quanto temos um mercado de trabalho cisgênero e cis-heteronormativo. E não só o mercado de trabalho cis, mas todas as instituições. Em especial esse Estado. Que fomenta uma cultura de inferiorização de alguns corpos.

Questiono, quais corpos estão no mercado de trabalho? A gente vai vendo que os marcadores da diferença incidem no mercado de trabalho. Não é difícil ver que são os corpos negros, gordos, com deficiência, pessoas LGBTI+ e outros que são os mais vulnerabilizados. Butler (2018) aponta, que “nós nos deparamos, de uma maneira nova, com a ideia de que algumas populações são consideradas descartáveis” (p. 17). Na qual está baseada a racionalidade do mercado que decide quais saúdes e vidas devem ser protegidas e quais não devem ser.

A inferiorização social de alguns corpos com esses marcadores da diferença vai alimentando a dinâmica estrutural do capitalismo implicando nos processos de precarização da classe trabalhadora. Então, a gente tem um entendimento que pessoas desprotegidas precisam de algum dispositivo, que seriam Políticas Públicas.

Ressalta-se aqui a compreensão da criação de políticas e ações na oferta de formação profissional e incentivos à inserção qualificada no mercado de trabalho. De acordo com Saffioti (2013), ter um emprego significa, por vezes, muito mais do que receber um salário, é participar e construir a vida comum, sendo que a atividade ocupacional também se constitui como fonte de equilíbrio.

Considerações

As pessoas trans permanecem ocupando o que Marx (2017), chama de superpopulação estagnada, trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, por isso, vagam de ocupação em ocupação para tentar garantir a sobrevivência. Se destacando como lumpemproletariado, discriminadas no mercado de trabalho porque são trans, mas também por sua interseccional subalternidade na sociedade capitalista.

Ainda mais grave é que os trabalhos precários sejam naturalizados como a única realidade para essa população. Quando observamos os cenários das políticas públicas existentes no Brasil para pessoas trans, além da falta de garantia ao acesso das poucas políticas, não há quaisquer direitos fundamentais de acesso a trabalho, qualificação profissional, educação, cultura, lazer, segurança, cidadania, entre outros.

A sociedade brasileira ainda não enxerga a população trans como seres humanos, nem mesmo dignas/os de venderem sua força de trabalho, tal a cisheteronormatividade que incide sobre esses corpos. Tal percepção fortalece a transfobia, em todas as suas formas, incluindo o extermínio. Isso porque, a convivência nos espaços de trabalho entre pessoas trans e pessoas cisgêneras efetivamente pode colaborar para uma naturalização da convivência em outros espaços públicos e privados:

O sentido inferiorizante das identidades de trans, assim como o desejo de manter essa população invisibilizada e em um lugar subalterno gera engajamento e tem promovido adoecimento, contribuindo para a vulnerabilização e criminalização de pessoas trans e NBinárias, com diversos casos sendo denunciados em perfis no Twitter, Instagram, TikTok, Facebook e grupos de WhatsApp/TELEGRAM (ANTRA, 2021, p. 09-10).

Se, atualmente um dos grandes problemas enfrentados pela população brasileira, como um todo, é a exposição à violência e ao desemprego, a situação torna-se ainda mais agravante quando se foca o olhar sobre a população trans. A falta de políticas públicas dirigidas à população trans tem sido um agravante para que tais crimes permaneçam subnotificados e não recebam as devidas punições. Essa violência tem origem no “aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e

poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e disseminação” (Iamamoto, 2015, p. 144).

Um reflexo dessa barbárie também consta na própria expectativa de vida de tal população que gira em torno dos 30 anos, enquanto, em média, a expectativa de vida de um brasileiro é 74,6 anos segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Empregabilidade e respeito a seus direitos podem influenciar num ganho efetivo de expectativa de vida.

Quando observamos os cenários das políticas públicas existentes no Brasil para pessoas trans, além da falta de garantia ao acesso das poucas políticas, não há quaisquer direitos fundamentais de acesso a trabalho, qualificação profissional, educação, cultura, lazer, segurança, cidadania, entre outros.

Referências

ANTRA. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>

ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. “Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?” IN: ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy. Infoproletários: degradação real do trabalho virtual; Cortez, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2011

BUTLER, Judith. Corpos em Aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia / Judith Butler; tradução

Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

CARDOSO, Adalberto. Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

COSTA, Maria Dalva Horácio. “Os serviços sociais na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços”. In: MOTA, A. E. (Org.). A nova fábrica de Consensos. São Paulo, Cortez, 2010.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: Revista Periferia, v. 1, n. 2, jul./dez. 2009

IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social em tempo de capital fetiche. 9ª ed., São Paulo: Cortez, 2015.

MARINHO, Silvana. “Trajetórias em campo minado: juventudes trans e o mundo do trabalho”. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro-RJ, 2017

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Karl Marx; tradução Rubens Enderle. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da Crise e Seguridade Social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. “As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho?” In: ANTUNES, Ricardo &

BRAGA, Ruy (orgs.). INFOPROLETÁRIOS: degradação real do trabalho virtual. São Paulo; Boitempo, 2009.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O Trabalho Duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 1. Ed. São Paulo. Expressão popular, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. "Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil". Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre a política social como política pública e direito de cidadania. In: Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, SILVANA Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs). São Paulo: Cortez, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. "A mulher na sociedade de classes: mito e realidade". 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2013.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos & OLIVEIRA, Leidiane. "Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços". Katálysis. Florianópolis. V. 13 n. 1 p. 11-19 Jan./jun. 2010.

Gênero, Raça e Sexualidades: dinâmicas locais e institucionais interagindo na (con)formação da transexualidade

Kelly Alves de Souza

Apresento esta pesquisa, fruto da dissertação de mestrado intitulada “Família, escola e trabalho na experiência de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande – Paraíba”, que objetivou analisar como os elementos locais mediados pelas dinâmicas da(s) institucionalidade(s) interagem e incidem sobre corpos e identidades circunscritos por uma concepção de gênero não conforme: mulheres transexuais e travestis.

É mister destacar que com esta pesquisa e os resultados nela presentes, não se tem como intenção, sob quaisquer hipóteses, delinear e/ou delimitar perspectivas generalizantes acerca desta população, considerando as limitações deste trabalho, bem como por reconhecer a complexidade das dinâmicas sociais, os mecanismos estratégicos de controle, de subjetivação, que, em graus variados, suprimem e/ou impossibilitam que essas mulheres tenham inteligibilidade enquanto corpos e existências políticas na cena pública.

Importante se faz evidenciar que os nomes enunciados e que referenciam as interlocutoras no discurso e na análise, considerando os preceitos da ética na pesquisa, lançamos mão de pseudônimos — escolhidos por elas, inclusive, como uma forma de resguardar as suas identidades.

Como possibilidade do entendimento das complexidades sobrepostas às experiências trans, tendo, portanto, o objetivo de se fazer entender como o dispositivo da sexualidade intersecciona a transexualidade, assim como as técnicas de disciplinamento no âmbito da família nuclear, recorreu-se a Foucault (2019; 2010; 2024), fazendo-se compreender a sua localização na experiência transexual, igualmente as estratégias de controle e o exercício de poder sobre esses corpos dimanados enquanto mecanismos de dominação.

Além disso, dialoga-se com Butler (2017; 2020; 2024), tentando desdobrar e reconhecer os mecanismos engendrados socialmente a partir de uma perspectiva normativa do corpo e do gênero, o que, sem dúvida, corrobora para com a precarização das vidas das pessoas trans nos cenários enunciativos de representação dos seus corpos, além da compreensão da abjeção a elas imputada à medida em que negam os pressupostos do sexo e da sexualidade como determinantes na (con)formação do gênero, como também analisa e sugere Louro (2018).

Salienta-se, considerando estas notas iniciais, que a pesquisa se ancora na noção de experiência formulada por Scott (1999; 1998), além, claro, daquelas análises apresentadas por Haraway (1995), em que dispõem de um repertório discursivo e também analítico acerca da experiência, sendo, nesse sentido, fonte privilegiada na reprodução dos novos saberes.

Clarifica-se que, inicialmente, tendo por intenção situar o/a leitor/a, acerca de como esses corpos estão posicionados na cena política pública, apresenta-se o perfil socioeconômico das interlocutoras desta pesquisa, vislumbrando entender como tais experiências estão localizadas e interagindo com as dinâmicas locais em várias esferas sociais. Por conseguinte, demonstra-se a topicalização da estrutura do texto, em que traçamos uma análise acurada da experiência transexual e as intersecções com os aspectos locais, seguindo-se, com as notas finais.

1 O Percurso da Pesquisa e as Interlocutoras

No que se refere à proposta metodológica prospectada para a consolidação desta pesquisa em se tratando da coleta de dados; realizou-se o trabalho de campo entre os dias 25 de junho a 12 de julho de 2022, utilizando um roteiro semiestruturado com perguntas de questões “fechadas” e abertas, ansiando alcançar a descrição do perfil socioeconômico das interlocutoras, bem como oportunizando-nos desenvolver uma análise acurada da experiência dessas mulheres no contexto local.

Conforme a proposta deste trabalho, as interlocutoras compreendem uma amostra de dez mulheres transexuais e travestis residentes em Campina Grande, com idades entre 18 e 72 anos; sendo que 40% dessas mulheres tinham entre 18 e 29 anos de idade, 30% entre 32 e 35 anos, por conseguinte, outras 30% com idades entre 41 e 72 anos.

Da amostra acima descrita, 50% dessas mulheres se autodeclararam transexuais/trans, e 40% como travestis, sendo que 10% se autodeclararam como sendo “apenas” mulher. Seguidamente, quanto à origem e/ou proveniência, 70% são de Campina Grande, Paraíba, 10% de Serraria, no brejo paraibano, 10% do Ceará e 10% de Pernambuco. Sobre o pertencimento racial/étnico, 40% se enunciam como pardas, 30% brancas, 10% pretas, 10% negras e 10% como loiras.

Sobre o pertencimento racial/étnico enunciado (autodeclarado) pelas interlocutoras; analisando o direito e o respeito à autodeterminação da pessoa enquanto pertencente a um determinado grupo, procurou-se legitimar as demandas que lhes são intrínsecas, ao entender que o lugar de enunciado político reivindicado por cada uma delas está cruzado por níveis de inteligibilidade que sobremaneira precisam ser considerados nas nossas práticas de pesquisa, que, conforme Haraway (2023, p. 73) “precisamos estar plenamente cientes dos perigos de usar regras antigas para contar novas histórias”.

Mesmo ponderando esses aspectos e os mecanismos que são acionados por cada uma das interlocutoras ao se enunciarem social e politicamente, vislumbra-se lacunas relativas à compreensão de que uma leitura dessas categorias “fora” dos pressupostos historicamente listados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); enquanto pertencimento étnico e racial implica de maneira irrestrita no não entendimento dos condicionantes que social, cultural e politicamente têm afetado populações consideradas marginais, igualmente no que tange à não formulação de políticas públicas que sejam capazes em dar respostas às demandas postas por identidades e corpos que desde a sua constituição histórica estiveram e ainda estão posicionados no lugar de outro, desse outro não-normativo, abjeto, inimputável de inteligibilidade.

No que se refere à orientação sexual, 70% respondem que têm a heterossexualidade como sexualidade, conseqüentemente, 30% se auto reconhecem como pansexuais.¹

Sobre religião e/ou práticas religiosas, 20% alegam pertencer ao catolicismo, 10% ao catolicismo e umbanda, 10% se manifestam como agnósticas, 10% como universalistas, 10% como espíritas, 10% como espiritualistas, 10% se autodeclaram sem religião, mas que creem em Deus, 10% afirmam se aproximarem das práticas de terreiro, sobretudo da jurema, todavia, já pertenceram ao cristianismo e hoje tentam encontrar um espaço em se tratando da espiritualidade nas religiões acima descritas; 10% afirmam não terem religião, contudo, respeitam todas as denominações e filiações religiosas.

No que tange à escolaridade, 40% têm o ensino médio completo, 10% se encontravam cursando o ensino médio, 20% superior incompleto (cursando), 10% com o ensino médio incompleto,

1 Pansexualidade está relacionada às pessoas que se sentem atraídas erótica, afetiva e amorosamente por outras, independente de orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras múltiplas expressões de gênero e de sexualidade.

interrompido no momento, porém, manifestaram o desejo de retornar, e 10% cursavam pós-graduação (em nível de doutorado). Do universo, 10% não possuem escolaridade, ou seja, não alfabetizadas.

Quanto a relação com o mundo do trabalho, 30% estão vinculadas ao setor público, regidas por contratos de trabalho junto ao estado, 10% possuem vínculo com o poder público municipal, 20% encontram-se desempregadas, tendo trabalhado apenas em atividades pontuais, 10% declaram nunca terem trabalhado, 20% estavam vinculadas ao mercado formal de trabalho em regime da Consolidação das Leis Trabalhistas/CLT, nos setores de comércio varejista e indústria. Neste último caso, o ingresso se deu através do projeto de inclusão de pessoas trans ao mundo do trabalho “AlpaTRANSforma: futuros possíveis”. Há ainda o contingente de 10% que trabalham como autônoma na área de autocuidado e beleza.

Quanto à remuneração obtida com as ocupações descritas, observa-se que 40% recebem até um salário mínimo, 50% delas recebem em torno de um salário mínimo e meio a dois, de modo concernente, com renda pessoal e familiar, somando até quatro/cinco salários mínimos, é de 10%.

Indagadas sobre experiências passadas no que tange à inserção no mundo do trabalho, 10% afirmam que atuam de forma autônoma como garçonne em bares, além da realização do trabalho sexual nesse meio tempo; 10% afirmam já terem trabalhado como atendente em lanchonete, anteriormente à transição de gênero; 20% observam que sempre atuaram em trabalhos informais, pontuais e de pouca durabilidade; 20% responderam já haver atuado na área de estética e beleza; 10% alegam terem atuado na área da beleza, com cabelo e maquiagem, e 10% asseguram já terem trabalhado no setor público vinculado ao estado; enfatiza-se que, dentre a amostra da pesquisa, 10% asseguram que mesmo com o trabalho formal ainda realizam o trabalho sexual e 10% relatam nunca terem trabalhado em nenhuma atividade e que sempre tiverem no trabalho sexual/prostituição um meio de subsistência.

Considerando os aspectos analisados, também buscamos informações acerca das condições de moradia e habitação, constatando que 50% residem em casas ou apartamentos próprios e 50% em residências alugadas. Dentre essas, todas dispõem de infraestrutura mínima como quartos, salas, entre um e dois banheiros, cozinha, eletrodomésticos e eletrônicos básicos para o dia a dia, como fogão, geladeira, máquina de lavar, televisão, micro-ondas, computadores, celulares e tablets.

Verificou-se ainda que 40% residem com suas famílias consanguíneas, pai, mãe, irmãos/as, dentre outros pertencentes a família nuclear; 20% residem com seus cônjuges e 40% sozinhas. Todas expuseram que mantêm contato e boas relações com suas famílias de proveniência.

Nesses termos, também buscou-se informações no que se refere ao acesso a serviços sociais públicos; apenas 10% afirmaram que não se encontram em vulnerabilidade e por isso não os buscam, 10% asseveraram acessar a atenção básica (saúde), mesmo assim de forma eventual. O acesso sempre vem mediado por algum órgão ou política de referência criada para a população, sendo que 20% acessam os serviços oferecidos pelo Centro de Referência Estadual LGBT de Campina Grande, além do ambulatório para Travestis e Transexuais Marcela Prado, ambos ligados à Secretaria de Estado da Saúde, além de 10% que asseguram terem procurado o Centro de Referência em Assistência Social/CRAS e o Instituto Nacional do Seguro Social/INSS.

As Unidades Básicas de Saúde/UBS referentes ao município são acionadas em momentos específicos e pontuais, com isso, 30% relatam que não acessam esses dispositivos sociais; 10% informam desconhecer e não acessar, 10% acessam os serviços oferecidos pelo Hospital Universitário/HU.

Sobre as formas de lazer praticadas, 50% afirmam saírem nos finais de semana para barzinhos, praia, pegar sol, e tomar cervejas com amigos/as, 20% preferem ficar no conforto de casa, com as atividades de rotina, além de assistirem tv e praticar jogos

de games, 10% não saem de casa, pois referenciaram que com os altos preços dos produtos não compensa, sendo mais econômico sempre que possível pedirem lanches e se socializarem em casa, 10% afirmam que os shows e performances realizados são os momentos de descontração preferidos e, além de ter se tornado uma fonte de renda; por fim, 10% afirmaram que o único programa que têm feito nos últimos tempos é passear com o seu animal de estimação (cachorro) nos finais de tarde, pelas ruas do centro da cidade.

1.1 Campina Grande, Paraíba: *um olhar sobre transexualidade e travestilidade no contexto local*

Diante das discussões proporcionadas no trabalho em tela, analisa-se como as relações intrafamiliares, escolares e de trabalho interseccionam as experiências de gênero de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande, Paraíba, bem como os deslocamentos e as rupturas provocados nessas esferas, ponderando os mecanismos, as estratégias na produção de subjetivação das identidades e os processos de sociabilidades gerados a partir de cada uma delas.

1.2 Análise: *Breves considerações sobre os dados levantados*

Para 50% dessas mulheres, a relação com a família se dá de maneira direta, tranquila, com problemas pontuais, como em quaisquer outras relações e processos de sociabilidades inerentes. Para 30% as relações no seio da família se dão de maneira ainda conflituosa em alguns aspectos, mas que mesmo assim, mantém-se o contato – laços afetivos; nesse ínterim, para 20%, a relação ainda é meio distante, contudo, há contatos mesmo que de maneira esporádica. A esse respeito, conforme Louro (2018, p. 81), “os custos cobrados desses sujeitos, são altos. São-lhes impostos custos morais, políticos, materiais, sociais e econômicos”.

Nesses termos, para ilustrar as discussões e análises ora versadas sobre o processo de transição de gênero, as descobertas e os conflitos internamente ocasionados e o embaraço em apreender a codificar e/ou manusear o gênero, observa-se que, para as interlocutoras;

1.3 A transição

Whitney Houston: *Fui me descobrindo aos poucos. Eu via roupa feminina; como toda trans e travesti começa a usar da mãe escondida, né? Sapato e tal, mas não sabe que ali é uma mulher trans, pensa que é uma brincadeira de criança. Eu pensava que era uma brincadeira de criança. Via as novelas antigas como “que rei sou eu”, eu achava lindo aqueles vestidos compridos, né? Cheio de armação. Eu achava lindo. Dançava quadrilha, mas eu queria dançar com a roupa da menina, mas não podia, tinha que me conformar com roupa de homem, né?*

Uiara: *Ele foi muito confuso [risos], muito confuso, muito confuso, porque eu não conseguia entender o que tava acontecendo. Então as redes sociais me ajudaram muito, muito, porque elas me deram vocabulário, elas me deram alternativas, eu não me sentia tão só, e... começar tomar hormônio, por exemplo, porque eu pesquisava na internet e uma trans falando de um hormônio “X” no Youtube, ou tinha uma descrição de um médico endocrinologista falando sobre qual medicamento tomar, ou alternativas pra retificar meu nome que eu não tinha ideia que isso era possível.*

Catarina: *Não, na nossa época era tudo mais difícil. Hoje em dia é normal. Hoje em dia você entra em qualquer loja, você entra em qualquer canto, ninguém diz nada, lhe respeita e na nossa época num, ninguém num, num tinha o respeito que tem hoje. A gente foi que abrimos caminho pra muitas delas hoje em dia.*

Catarina é uma travesti de 72 anos de idade. Podemos entender a sua existência como sendo a matriarca no que tange à todas as outras experiências de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande. Como ela mesma relata, nos dias atuais muitas coisas contribuem para que mais experiências de gênero cruzadas pela transexualidade e travestilidade possam se expressar para a sociedade compreendendo o lugar de enunciação político por cada uma delas reivindicado. Entretanto, é importante ressaltar e reconhece-se que há muito o que se avançar nesse e em vários outros aspectos, não apenas em âmbito local, mas também em abrangência nacional.

No que tange às estratégias e mecanismos de vivenciar o gênero para além das diferenças dos corpos, observa-se que “o que quer que signifique, gênero certamente nomeia, para alguns, uma sensação consciente do corpo, em suas superfícies e profundidades, a sensação vivida de ser um corpo no mundo *desta maneira*” (Butler, 2024, p. 33).

1.4 Experienciado o gênero e seus desdobramentos ao negar os pressupostos hegemônicos na (con)formação do corpo

Tiffany: *Hoje em dia eu percebo que já [interrompe o discurso]. O que eu sofri no início, na época de minha transição, foi algo assim, passageiro até certa, certo ponto, sabe? Porque no início é como eu falei, eu não me sentia muito feminina, então eu não me sentia muito à vontade. Hoje em dia eu vejo que o que eu sofro já são por, pelas questões que já existem na sociedade, né? De... das pessoas acabarem vendo pessoas trans como algo muito estranho, algo muito diferente, e na mente de muitas pessoas você é algo ruim, muito ruim às vezes, né?*

Tiffany, aos 18 anos de idade, tendo transitado há menos de dois anos, faz essas analogias e algumas intersecções com os processos de não aceitabilidade e legitimação das identidades

trans, reverberando que não mudou muito. No entanto, na visão dela, é mais fácil lidar com essas questões, mesmo referenciando que para a maioria das pessoas, as identidades trans ainda soam como algo estranho.

Considerando os discursos ora analisados, podemos, por exemplo, considerando as reflexões contidas nas falas acima, trazer para o diálogo, as concepções postuladas por Foucault (2010), a respeito do monstro, insurgidas no século XIX, quando o filósofo nos faz pensar e analisar a figura do sujeito (a)normal, sendo aqueles indivíduos lidos socialmente como incorrigíveis, passíveis de disciplinamentos.

Foucault (2010, p. 288), certificando-nos a respeito dos processos que decorrem da anormalidade, apresentando “o indivíduo “anormal” que, desde o final do século XIX, tantas instituições, discursos e saberes levam em conta deriva ao mesmo tempo da exceção jurídico-natural, do monstro, da multidão dos incorrigíveis pegos nos aparelhos de disciplinamento e do universal secreto da sexualidade infantil”.

A estranheza funciona como dispositivo que confere significado em todos os processos que negam essas identidades, posicionando-as sempre nos limites da própria humanidade ao negarem a hegemonia dos corpos, considerando inteligíveis aqueles que (con)formam o gênero a um corpo genitalizado, por conseguinte, ao sexo, igualmente a uma sexualidade normativa, ou seja, a heterossexualidade como significante na ordem dos gêneros. Assim, para Louro (2018, p. 81) “a coerência e a continuidade supostas entre sexo-gênero-sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e das sociedades”.

Ao serem indagadas se têm e/ou mantêm relação com sua família de proveniência, considerando que é nessa esfera social que as socializações se instauram, pondera-se o seguinte.

1.4 Processos de sociabilidades intrafamiliares

Eva: *Depende. É porque assim, a minha família, ela, a família nuclear, né? Especificamente, pai e mãe, eles se separaram quando eu era adolescente, e aí, meu pai sempre teve questões com, não só necessariamente comigo por conta da minha identidade, mas com outras pessoas também da família. Então ele é uma pessoa complicada por si só [risos]. E aí, é... por muito tempo eu não tive nenhum, eu, não tive nenhum vínculo com ele, mas com minha mãe sempre foi tranquilo.*

Juliana: *É bem tranquila. No começo da minha transição houve bastante resistência da parte da família. A minha mãe, ela num... num queria que eu fosse trans pelo fato da, de sofrer mais preconceito da sociedade. A questão trabalhista, e tudo mais, mas aí, é a minha natureza, né? Mas aí, houve resistência.*

Bianca: *Sempre há complicações, né? Logo no começo, né? Com nossos pais, com família, mas eu superei tudo. Hoje a gente vive super bem, eu, meu pai e minha mãe, que a gente mora junto.*

Entre os vários aspectos analisados, diante do que se avalia nas experiências dessas mulheres, mecanismos e estratégias de violências e violações múltiplos se insurgem e se cristalizam em suas experiências, como, por exemplo, expulsão de casa.

1.5 Exclusão do meio familiar

Cláudia Raia: *Porque assim, por eu ser uma mulher transexual, eu me identifiquei muito cedo, aos 13 anos de idade, e aos 18 anos de idade teve a expulsão de casa. Passei a conviver, é, em lugares de favor, prestando ajuda pras pessoas por troca de uma dormida, um prato de comida. E a ligação da gente é muito distante, só mais por via telefônica e WhatsApp, mas, não temos uma ligação tão próxima, afetiva.*

Bianca: *E eu saí de casa, fui pra casa de... [emociona-se ao lembrar que amigos/as a acolheram nesse momento claramente doloroso e marcante em sua experiência enquanto mulher trans]. Fui pra casa de amigos e de pessoas que você chega, e lá também há discriminação, né?*

Ao se analisar os discursos, observa-se que a família é tida como uma das esferas sociais que hegemonicamente promove os processos de sociabilidades primários.

Aclara-nos nas reverberações das interlocutoras a maneira como os processos de sociabilidades em torno do gênero não hegemônico se consolidam nesse espaço. Neste caso, ao se ponderar os discursos acima delineados, esta instituição sobremaneira é responsável pelos processos de aceitabilidades, de modo igual, deslocamentos e rupturas no que concerne às experiências trans e travestis. Essa função (normalização e de correção dos corpos) atribuída à família se evidencia no processo de transição.

Portanto, a família tem atuado no sentido de cristalizar a norma, que funciona como um dispositivo de disciplinamento e docilização de corpos, normatizando os comportamentos e as formas de gestão dos/as sujeitos/as, sendo que, à medida que a transexualidade tensiona esses limites, institui-se múltiplas formas de atuação no sentido de estabelecer as técnicas disciplinares, conforme argumenta Foucault (2014, p. 168) “o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzem a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis sobre quem se aplicam”.

As violências estão sendo acionadas e deliberadas de todas as formas nas experiências dessas mulheres no âmbito da família, a exemplo, de situações de violência na trajetória – perpassadas pela negação, ridicularização, exclusão, violência sexual.

1.6 Violência sexual

Cláudia Raia: *Meus pais não me conhecia como filha, meus irmãos também não me via como irmãos. Então foi aonde aconteceu uma série de abusos sexuais, né? Na qual eu me sinto à vontade em está falando aqui, que passei a ser abusada pelos meus irmãos, praticamente todos, porque eles não me via como pessoa da família, e praticava aqueles abusos achando que seria certo, né? Por conta que não fui criada com eles. Também fui abusada sexualmente pelo meu pai. Tive uma infância e uma adolescência totalmente atordoadada, de muitos abusos, muitas violências. [...]. Depois dos abusos sexuais, vieram a rejeição deles, que foram a violência, é... viado, num sei o que, me rejeitavam.*

Bianca: *Tem coisas assim que a gente lembra de infância, né? De você sair com ele [pai] e ele olhar assim pra você [faz um olhar de desprezo], dizer “- ajeite o andar, que andar mais feio, essa sua voz”. Eu me lembro que às vezes, no domingo eu ia pra casa da minha tia e a gente [...], ele avisava logo, “quando chegar lá você não abra sua boca por conta da sua voz que é muito fina”. E quando ele foi a descobrir que eu era [trans], mas é, ele já sabia, [...], aí começou os ataques, né?*

O gênero interseccionado pelo feminino olhando um corpo (transgressor, ainda está sendo percebido e entendido como um dispositivo, que a partir dele se instituem processos de violências e violações diversos, da negação, às agressões moral, psicológica, física e como relatado acima, as violências sexuais/estupros praticados no seio intrafamiliar. Além disso, também se perpetram outras maneiras de se consolidar outras violências, e que são informadas por uma leitura enviesada de gênero e sexualidade, e sobre as reverberações desses mecanismos, vê-se que

Cláudia Raia: *Influenciou porque eu já tinha aquelas, eu já era afeminada, é..., quando eu voltei pra*

casa deles, né? A minha transição, ela começou com uns 13 anos. Quando eu digo começou com 13 anos, foi quando realmente eu me autodescobri, comecei a tomar hormônios por conta própria, comecei a vestir trajes femininos, roupas femininas, acessórios, tudo que me fazia bem, aí, era nesse sentido que, que eu falo.

Whitney Houston: *Ninguém sabe essas coisas que a gente passa, né? No oculto, a gente não fala que é pra não causar atrito, nem magoar ninguém. Que eu era menino ainda, aí, eu tinha acho que uns 14 anos na época. Aí, o ex-marido da minha prima, ele vendia umas coisas, tipo, carro, essas coisas e eu gostava, aí eu disse quanto é, fulano? Quanto é esse carrinho aqui? Eu sempre gostei. Eu acho interessante, Kelly, que eu sempre gostei de coisas de menino, nunca gostei de boneca, nunca brinquei com boneca, eu sempre brinquei com videogame, sempre brinquei de bola. Eu sempre brinquei com meninos, nunca brinquei com mulheres, sempre tive amizade com homens cishéteros, sabe? Aí ele falou assim “você que é viado não brinca de carro não”.*

Há múltiplos e reiterados processos de correção sendo acionados, de pedagogização, de normalização no que se refere aos corpos interseccionados pelo feminino, tornando-se, portanto, uma existência impossível enquanto humanidade. De maneira clara, percebe-se que a sociedade “tolera ou aceita” um homem gay, por exemplo, mas performar, reivindicar-se no feminino, não é possível.

O feminino nessas relações está posicionado em um lugar social desqualificado, ininteligível, cruzado por uma existência precarizada, que se desumaniza à medida que esses processos emergem, negando as experiências para além dos corpos e as diferenças a eles inerentes, ou, dito de outra forma, as diferenças sexuais. Portanto, ser mulher significa estar posicionada em um lugar social e político subalterno, subalternizado, experienciando uma existência potencialmente improvável.

A esse respeito, está instalada “a ideia de que homens e mulheres são duas categorias mutuamente excludentes de uma oposição “natural” – que, por sinal, não existe”, segundo a antropóloga Cultural Gayle Rubin (2017, p. 31).

Entre os mecanismos e interações com as dissidências de gênero acionados como meio repressor, olhando para a transexualidade como uma das múltiplas expressões de gênero, a proteção se dá sob uma concepção violenta nas relações intrafamiliares.

1.7 Mecanismos e estratégias de normalização e correção dos corpos trans

Uiara: É uma proteção violenta, porque ela age na base do problema como se o problema, ele tivesse na minha transexualidade ou na minha transgressão, sendo que eu não tenho culpa na violência que o outro produz, né?

Na estratificação social, a mulher está disposta em um lugar de inferioridade e ininteligibilidade em relação ao homem. Todos os condicionantes impostos ao gênero feminino, como sendo “naturalmente inferior” em relação ao masculino, estão baseados e se estruturam na diferença entre sexos como “verdade” fundante na construção dos mecanismos de controle que a partir deles são acionados.

Estas análises nos revelam que “seja qual for o termo que utilizemos, o importante é produzir conceitos que permitam descrever adequadamente a organização social da sexualidade e a reprodução de convenções de sexo e de gênero”: (Rubin, 2017, p. 20). No que se refere às reflexões apresentadas nos discursos das interlocutoras, verifica-se que sobre a retificação de prenome e sexo/gênero (documentação), equipamentos acessados;

1.8 Equipamentos implementados pelo estado da Paraíba e viabilização dos direitos da população trans e travesti

Lívia: Eu procurei o centro LGBT. Foi a primeira coisa que pediram pra eu procurar, que eu queria muito. Quem em indicou foi Y.. que trabalha lá no espaço. Quem fez toda minha orientação foi o advogado de lá, que me levou pra mim mudar minha certidão de nascimento, [...]. Tirei tudo novo [os novos documentos].

Whitney Houston: *Pronto, é como eu disse a você, o centro de referência, né? O centro LGBT aqui em Campina Grande, que é ótimo, excepcional. A equipe é maravilhosa, que montaram pra esse espaço. Não tive nenhum empecilho, foi tudo muito fácil as coisas, foi muito acessível. Pessoas que tornaram tudo possível pra mim.*

Juliana: *Serviço público? Mulher, assim, logo quando eu comecei fazer minha retificação, né? Eu fui assim, muito bem recebida pelo serviço estadual, o centro de referência estadual, que na época era em João Pessoa.*

O acesso a serviços públicos, inicialmente, deu-se pelo Centro de Referência LGBT de João Pessoa, capital da Paraíba, o primeiro em âmbito estadual, e hoje, majoritariamente, segundo as colocações das interlocutoras, os acessos estão referendados no Centro de Referência Estadual LGBQIAP+ Luciano Bezerra, em Campina Grande, o segundo do estado, inaugurado em 2018.

Além desse importante dispositivo na viabilização dos direitos, também temos o Ambulatório de Saúde Integral para pessoas Transexuais e Travestis Marcela Prado, inaugurado no Hospital de Emergência e Trauma, em março de 2022, o segundo no estado. O que se pode analisar é que não há ações de inclusão por parte do poder público municipal que contemplem as necessidades/demandas da população de pessoas transexuais.

1.9 A escola e as estratégias de pedagogização dos corpos trans e travesti

Com o intuito de acessar as memórias da vida escolar, buscamos analisar sobre as questões inerentes a assédio, ao uso do banheiro, humilhações, infraestrutura, além da pobreza que servem como indicadores, e que aumentam a vulnerabilidade na ambiência de sala de aula, como pode ser visto na ênfase conferida ao bairro;

Juh: *No âmbito escolar eu sofri bastante. É, eu estudava no estadual de Bodocongó, fiz o ensino fundamental lá. E o ensino médio. O ensino médio foi o pior, mas isso, essas questões nunca deixaram, é, fizeram eu parar de estudar, entendeu? Que muitas meninas desistem de estudar, né? como é um bairro periférico, Bodocongó, e, é vizinho ao Pedregal, na hora deu sair da escola ameaçavam matar, jogava bicicleta em cima, agrediam com tapas ou empurrões. Era horrível. Foi um, assim, foi traumatizante essa época. A gente não esquece.*

Sobre ter cursado pré-vestibular em uma escola de ensino privado da cidade;

Juh: *no primeiro ano eu não utilizei [banheiro], em 2008. Em 2009 fui proibida.*

Cláudia Raia: *No meu ambiente escolar, não foi tão fácil pra mim terminar o ensino médio. Desde a adolescência, no terceiro ano eu já vim sofrendo bullying, né? Por não poder usar o banheiro feminino. [...]. No ensino médio, quando eu estava terminando... estudando EJA, eu fui agredida fisicamente por um aluno da turma, onde ele me empurrou das escadarias do primeiro andar.*

Eva: *Eu sofri assédios, inúmeros na escola, e a escola pra mim realmente foi o espaço que reforçou a impos-*

sibilidade de ser quem eu sou. Foi onde realmente eu entendi que eu precisaria reprimir tudo o máximo possível e viver uma vida camuflada para que eu pudesse sair dali, pra que eu tivesse condições de permanecer naquele espaço até o momento em que eu pudesse sair. Então a escola pra mim, ela foi sempre um lugar de, de... sofrimento, porque eu não tinha condições de existir ali socialmente.

Juliana: *Eu acho que... o, um episódio marcante da minha infância foi quando o professor me chamou de viadinho na turma. Foi bem marcante. Assim, foi um reboliço na sala, o maior auê. Querendo ou não ele me desrespeitou, né? Eu não sabia dos meus direitos na época, mas mesmo assim, eu ainda... é... reivindiquei, né? Outros professores e outros alunos viram que ele tava errado por me tratar daquela forma. E logo depois também, na fase adulta já; eu fui fazer um técnico de enfermagem também onde eu fui proibida de utilizar o banheiro da instituição, o banheiro feminino. Também foi um episódio muito marcante pra mim, assim, de, de forte preconceito, entendeu?*

Sobre esses processos de violências intramuros, nas ambiências de sala de aula, é importante analisar que os nossos repertórios discursivos e analíticos, além de (re)produzirem subjetividades, também são responsáveis por estruturarem formas diversas de violências. Precisa-se, portanto, ter clareza sobre as nossas práticas discursivas, para que nesse mesmo movimento, não reforçemos e legitimemos outros mecanismos impulsionadores de outros processos de exclusão e de violências.

Os discursos, antes de tudo, precisam ser entendidos, enquanto agentes e mecanismos políticos na (re)produção das novas subjetividades. Jorge Leite Junior (2011, pp. 213-214), traz importantes análises acerca das estratégias de nomeação que circunscrevem as categorias travesti e transexual, assegurando que: “mas, apesar de muito desta diferenciação ser embasada pelo discurso médico,

ela é usada também como um instrumento de distinção social nos embates cotidianos entre as próprias pessoas assim classificadas.”

As instituições sociais estão aí o tempo todo regulando, impondo limites no trânsito dos corpos transgressores diante das regras estabelecidas, trabalhando na produção e reprodução das hegemonias. A escola se apresenta como um desses dispositivos reguladores das normas produzidas intramuros. As violências, as negações, os processos de pedagogização estão o tempo todo em pleno funcionamento.

A esse respeito, avalia-se que a forma como os currículos se estrutura, as práticas e os discursos em sala de aula, estão promovendo rupturas e consequências sem precedentes nas experiências desses corpos, conforme as análises subscritas, ao informar que “diferenças, distinções e desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, na verdade a escola produz isso” (Louro, 2014, p. 61). Nas ambiências escolares historicamente têm se (re)produzido a partir das diferenças os processos de diferenciação. Diferenciação, no sentido de hierarquizar e categorizar os corpos e as identidades desconsiderando as singularidades e as especificidades que os circunscrevem, consolidando, portanto, diferentes tecnologias de opressão.

1.10 Memórias que marcaram essas experiências no âmbito da universidade

Não apenas nas ambiências escolares se materializam múltiplas violências e violações, mas, de modo igual, o mesmo ocorre no espaço da universidade — memórias dolorosas marcadas pela ironia, sarcasmo, passabilidade, infraestrutura pedagógica, nome social, banheiro;

Eva: Eu tenho memórias, tipo, as mais perversas possíveis. Porque por um lado em que eu tive uma base, por exemplo, da reta guarda de amigos que me deram uma estruturação para eu vivenciar o meu processo

de maneira segura na universidade, a instituição em si é extremamente violenta também: primeiro, pela solidão de ser a única pessoa trans, né? Do espaço, eu digo necessariamente do departamento de psicologia [UEPB], né? Porque tinha outras trans pinçadas na universidade, mas no departamento era somente eu.

Juh: *Assim, a exclusão social na universidade [UFCG] durante a graduação. Quando eu estava na universidade eu já era Juh, com certa passabilidade, eu acho. Já era Juh, retificada e cirurgiada. E aí, quando eu cheguei na universidade, ninguém sabia quem eu era, nem de onde eu vinha, mas depois eu ouvi burburinhos de que eu era “X” ali dentro, aí, foi quando eu fui saber, e saíram comentando pelos corredores. Durante a graduação eu sofri um isolamento social, trabalhos não me chamavam, eu era sempre sozinha. Constrangimento, assim, vergonha, aí, me isolava, me deixava sozinha pra cima e pra baixo, entendeu?*

Uiara: *Depois da minha transição quando eu começo a me afirmar, brigar pelo meu nome dentro da UEPB, a fazer barraco em PROGRAD, e apontar o dedo e dizer que você está despreparado/a, você não tem uma formação de qualidade, você não está preparado para dar aula, você não está preparado para ser chefe de departamento [risos], você não está preparadoooo.... Você não estava preparado pra minha chegada e eu cheguei bagunçando tudo. Então era essa a inconveniência, é ser inconveniente porque todo mundo faz questão de mostrar que eu não deveria existir, todos os dias, e isso de maneira muito sutil, porque a política da boa vizinhança precisa ser mantida. Os entraves foram institucionalmente.*

A universidade como importante esfera do Estado, nas falas de Eva, por exemplo, podemos analisar a maneira como as sociabilidades dentro do espaço acadêmico se gesta do centro para as margens, ou seja, as experiências por ela vivenciadas em todas as esferas sociais, por si só, foram suficientes em dizer que o

espaço universitário não lhe é uma prerrogativa, não podendo adentrar e a permanecer nessa ambiência enquanto uma sujeita.

Os dispositivos discursivos reiteradamente acionados e implementados a coloca numa posição de subserviência e de objeto no sentido mais amplo da palavra; ao ponto de um professor se achar na autoridade de vociferar que sua presença, estaria, de maneira clara, condicionada a uma suposta permissividade compulsória.

Os mecanismos de normalização no ambiente universitário estão em constante funcionamento, (re)produzindo subjetividades e rotineiros mecanismos de exclusão.

Se analisarmos o sentido e o caráter da (a)normalidade e sua emergência e consolidação em finais do século XIX, seguindo no século XX, como pressuposto da sociedade burguesa; nesse sentido, as reverberações desse período estão em constante movimento nas sociedades ocidentalizadas em pleno século XXI, conforme Miskolci (2003).

A diferença, se é que se pode falar em diferença, é que há a implementação de um repertório discursivo ressignificando as práticas, bem como os/as considerados/as não normais, não normativos, sendo a transexualidade um importante dispositivo utilizado por alguns campos saber, ainda nos dias atuais, retirando desta categoria sua inteligibilidade ao defenderem uma suposta ideia de verdade em torno dos gêneros, considerando legítimos única e exclusivamente aqueles/as que mantém uma coerência entre gênero, corpo, sexo e sexualidade. Ou seja, todos/as que negam esses pressupostos hegemônicos na (con)formação do gênero, tonando o sexo como verdade axiomática, são posicionados/as nos limites de todas as relações societais, os/as considerando/a como abjetos/as.

Nas falas de Juh, ao referenciar que mesmo sendo cirurgiada, com nome e gênero retificados, evidencia-nos que esses dispositivos que entrariam como legitimadores do gênero compreendendo seu ingresso na graduação, na Universidade Federal de Campina Grande/UFPG, na prática, foram negados dentro daquele espaço.

As instituições sociais ante sua hegemonia na (re)produção do saber, reiteram em seus repertórios discursivos e práticas acadêmicas a deslegitimação e o não reconhecimento do gênero construído fora do espectro da cisgeneridade como única forma de existência possível.

Mesmo percebendo-se com certa passabilidade, não se mostrou suficiente no que concerne à inteligibilidade forjada pelo gênero, como sugere Bento (2008, p. 44), ao alegar que “as formas idealizadas dos gêneros geram hierarquias e exclusão”. Os regimes de verdades estipulam que determinadas expressões relacionadas como gênero são falsas, enquanto outras são verdadeiras e originais, condenando a uma morte em vida, [...]”. E nesse limiar vivem as pessoas transexuais e travestis.

Percebe-se, portanto, que a universidade não se preparou e nem prepara os/as seus/suas funcionários/as e sua estrutura para oferecer expedientes de sociabilidades no que tange às dissidências de gênero, de raça, de sexualidades, entre outras consideradas marginais. Por conseguinte, faz-se imperativo considerar ante o que se discute nesta pesquisa a percepção de que a estrutura disponível serve a um propósito deliberado de exclusão do corpo trans daquele espaço.

As estratégias de normalização e pedagogização dos corpos, geram agravos, deslocamentos e rupturas, quando não são percebidos, ou, de outra forma, são negligenciados, o que é clarificado no discurso da interlocutora;

Uiara: Se você tem um problema, esse problema já foi estatisticamente comprovado. Se você reconhece que há necessidade de cotas para travestis e transexuais é porque você reconhece que há um atraso, se não um atraso, uma exclusão de corpos trans e travestis no espaço institucional. Então você já conseguiu reconhecer isso, agora a pergunta pra questão é: o que é que tem sido feito pra que esses corpos permaneçam nesse espaço, quais são os arcabouços que têm sido fornecidos pra que essas pessoas continuem?

As falas das interlocutoras revelam uma série de violências, e estratégias de cunho completamente excludentes que estão em curso, sendo implementadas no ambiente universitário, fazendo com que essas existências não consigam ascender social e intelectualmente no que tange à vida acadêmica, oportunamente, profissional. Respectivamente, o que Juh, Eva e Uiara estão fazendo são denúncias concernentes à universidade, considerando toda a sua estrutura e conformidade, desde a sua concepção, suas intersecções ante os arcabouços teórico, epistêmico, metodológico e, principalmente, práticos consolidados, suas reverberações nas experiências dos/as dissidentes em sua constituição humana e política ao ocuparem esses espaços que desde o princípio estão produzindo subjetividades.

As escolas/universidades, a família, os hospitais, os presídios, o próprio Estado com suas funções jurídico/políticas, são instâncias que historicamente dedicam-se à manutenção e (re)produção das normas sociais. As estratégias de controle, de normalização implementadas estão sendo acionadas reiterada e rotineiramente, lançando sobre esses corpos as técnicas de regulação, controle e exercício do poder, Foucault (2021-2010).

1.11 Migração involuntária

Analisando a estrutura local/municipal e a falta de expedientes de sociabilidades para mulheres transexuais e travestis, observa-se também processos de migração forçados associados à falta de oportunidades;

Catarina: *Minha mãe mandava eu estudar, eu num queria estudar, ficava, morava no sítio, aí ela dizia “vai timbora estudar, menino”, e eu não queria estudar, queria andar a cavalo, queria andar com meus sobrim dentro dos mato. Era o quê? Seis, sete anos naquela época, oito anos. Com nove anos eu vim mimbora pra qui pra Campina; com doze eu fui mimbora pra São*

Paulo. Voltei aqui com vinte, tirei meus documentos tudim e fui mimbora pra Europa.

Ao mesmo tempo, importa-nos reverberar sobre os tipos de ocupação: como afetam a todo trabalho, ridicularizar, colocar tarefas difíceis e cansativas.

1.12 Violências no ambiente de trabalho

Bianca: *Teve um daqui da loja, inclusive uma pessoa bem influente, que essa pessoa chegou e disse pelo fato da loja tá mais parado, disse é... “diga a eeeee, diga a ele que faça isso, essa peça”. Uma coisa que eu nunca fiz aqui, que o meu trabalho é como estilista num é fazendo isso. “Então diga a ele que enrole a peça”; peças pesadas, coisa que eu nunca fiz, disse duas vezes, diga a ele [com tom de desqualificação e negação ao gênero dela].*

Cláudia Raia: *O único vínculo que eu tive, assim, foi quando eu tive que morar em um bar, ter que beber e ter que viver lá, pra ficar, se prostituir pra poder ter a minha sobrevivência. Lá também sofri agressões psico... psicológica e física por parte dos filhos da dona. Fui agredida. Na época eu era muito nova. Eu tenho recordações que eu não aguentava mais bebida, e deitava pra descansar, mas a dona do bar, quando chegava homens e mais homens, a dona do bar me chamava, me acordava porque queria minha presença ali naquele salão para mim chamar atenção. [...] Meu corpo foi explorado dessa maneira. Eu tava naquele lugar porque eu não tinha onde ficar, onde morar. Eu já tinha saído de casa, tinha sido expulsa. E depois teve um relacionamento abusivo também.*

Há nessas relações a instauração de processos diversos de desqualificação dessas experiências. A transfobia no espaço de trabalho é um dos mecanismos estratégicos de supressão das

capacidades laborativas e de subjetivação de mulheres transexuais e travestis, que para

Bianca: *Aquele episódio que eu falei pra você da discriminação pelo fato de ser trans e que o ambiente dela não cabia uma pessoa como eu, por ser trans. Se fosse um gay até afeminado, é... feminino gesticulando, poderia estar ali, menos uma trans, pelo fato de não saber o que dizer quando o cliente perguntasse. Do mesmo jeito foi na outra loja que eu trabalhava. [...]. Que discriminava por eu ser trans.*

De forma nítida se tenta demonstrar que o fato de você ser trans, configuraria incapacidade, inabilidade enquanto uma profissional, em não conseguir dar conta das atribuições, de não assimilação de suas capacidades laborativas na função de estilista, sendo um homem gay mais eficiente e mais inteligente do que uma mulher trans.

Sobre as maneiras apresentadas e encontradas como meio de subsistências também se observou bolsas de estudo como fonte de renda – conquistas associadas ao investimento na qualificação profissional e acadêmica;

1.13 Bolsa de estudos como meio de subsistir

Juh: *Inicialmente eu trabalhava como cabeleireira e maquiadora, em salão de cis. E aí, tudo bem, na adolescência. Aí, no ambiente acadêmico eu não tinha renda, quem me sustentava era o meu ex. No mestrado eu tinha bolsa de estudos. Minha renda sempre foi assim, até então. A vida me trouxe pelo caminho acadêmico. Até então eu não consegui passar num concurso público, e... também não é fácil, né? Como a gente já sabe. [...]. E aí, minha renda é de bolsa de estudos, proveniente de bolsa de estudos, mestrado e atualmente doutorado. E hoje como coordenadora, gerente aqui do ambulatório TT do hospital de trauma de Campina Grande.*

Nesta pesquisa, mostra-se que 40% dessas mulheres estão ligadas a serviços públicos. Contudo, é importante observar um condicionante importante, devendo ser analisado com certo cuidado; mesmo considerando sua indubitável importância, é o fato de que boa parte dessas mulheres está restrita a estes espaços, ou seja, delimitados as questões de gênero; e o que isso nos diz? Se não houvesse esses equipamentos, será que essas mulheres estariam inseridas em alguma relação de trabalho em outras instâncias/esferas sociais?

Compreender essas e outras questões é primordial para entender a localização precária dessas mulheres na cena pública. Todas elas estão tendo o seu primeiro vínculo formal, com exceção de Juh, que em 2018 atuou como recepcionista no Centro de Referência LGBT, contudo, mais uma vez, esteve vinculada a uma esfera delimitada às dissidências de gênero e sexual enquanto ambiência referente ao mundo do trabalho.

1.14 Meios que possibilitam dignidade a essas mulheres

Em relação às expectativas (projetos) que acalentam no que se refere à família, escola e trabalho – desejo de moradia própria e trabalho, também fazem parte do repertório discursivo.

Cláudia Raia: *Eu acho que, assim, moradia, né? Que estamos precisando, assim, que é algo municipal ou estadual. É esse projeto que não é mais minha casa minha vida, é a casa verde e amarela, né? AlpaTRANS, que deu bastante empregabilidade pras mulheres trans daqui de Campina. É... eu acho que tirando disso, assim, moradia, né? Que estamos precisando.*

Tiffany: *Tem, até então eu conhecia. Eu acho que um projeto foi “O mais educação” (governo federal). Que era um projeto que tinha no tempo da escola que envolvia família, poderia envolver trabalho também e educação, e, eu gostava bastante, sabe? Porque lá você poderia escolher alguns tipos de atividades. No tempo*

eu fiz aula de violão que poderia sim, ser algo pra minha vida, né? Então, acho que é o único que conheço.

Uiara: *Não! Não essas três esferas juntas, mas alguns aspectos, por exemplo, o projeto “Batalha do Pedregal” tem um trabalho com famílias da periferia. Esse trabalho é tanto de serviço social, no sentido de assistência social, mas ele é também um, um trabalho de trazer alternativas, por exemplo, de entretenimento para essas famílias, e pra essas crianças, que eu acho que falar de criança é você falar necessariamente de família, né?*

No esforço de mapear a inserção em redes de apoio coletivo e solidário por essas mulheres frequentados, 20% declararam não conhecer qualquer iniciativa do tipo e por isso não responderam por não conhecerem, 30% não participam por desconhecerem, constatou-se que apenas 10% reconhecem a existência desses espaços, associando-os ao Centro de Referência em Assistência Social/CRAS.

Do contingente analisado, apenas 10% manifestaram interesse em participar de alguma iniciativa semelhante e 10% participavam do grupo Doutores da Prevenção, mas com a morte do então presidente, a organização acabou encerrando as atividades que vinham sendo desenvolvidas há anos, promovendo eventos/palestras e campanhas a respeito dos cuidados e prevenção concernentes às IST's, 10% participavam apenas de grupos de WhatsApp como meios de sociabilidade, mesmo que de maneira virtual; e 10% têm participado do Projeto Batalha do Pedregal, além de participação no Centro Acadêmico de Filosofia/CA da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB), militando em partido de esquerda, no caso com filiação referente ao Partido Social Liberal/PSOL.

1.15 Religião e as reverberações nas experiências de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande, Paraíba

Retomando os aspectos locais: Campina Grande é considerada uma “cidade cristã”, conservadora, tradicional; a cidade da “consciência cristã”, com históricos de inúmeros eventos envolvendo

discriminação, intolerância e ódio religioso, além dos relacionados à identidade de gênero e sexual. Assim, também atentamos para as questões religiosas locais e suas interações nas experiências dessas mulheres.

Whitney Houston: *Na religião que eu frequento, que é a umbanda, né? Eles não têm preconceito. Eles nos acolhe muito bem. Então, como acolhe os gays, eles respeitam. Então muitos gays, transexuais e travestis vão muito para essa religião, né? Tanto espíritas kardecistas, como de umbanda, candomblé, porque nos aceitam, né? Como aceitam os... os, os espíritos que vêm nos ajudar, nos orientar. E a nossa, assim, a nossa aceitação é muito boa, muito legal aqui em Campina Grande.*

As religiões de matriz africana, a exemplo da Umbanda e Candomblé, ainda aparecem como sendo os segmentos religiosos mais progressistas e inclusivos. Precisa-se analisar para além dessas observações, pois, ainda existem algumas que em seus espaços delimitam os corpos a partir das diferenças sexuais. Sendo assim, para algumas correntes mais tradicionais, não há prerrogativas para que mulheres trans e/ou travestis sejam iniciadas como Ekedí², por exemplo, uma vez que, “a religiosidade afro-brasileira é marcada por binarismos de gênero bastante definidos. Por isso, as pessoas trans, em geral, encontram vários entraves para se estabelecer no Candomblé” (Dias, 2019, pp. 17-18).

Registram-se vários processos de segregação concernentes aos corpos trans e suas intersecções religiosas, com discursos que se pretendem inclusivos, não essencialistas ou transfóbicos. As religiões consideradas subalternas ainda se mostram inclusivas em relação às tradicionais, como o protestantismo e o catolicismo.

2 No Candomblé é a representação de uma figura feminina designada para cuidar do Orixá.

Juh: *No umbandismo eu encontrei paz. Não gosto muito de dizer. O povo julga, e desqualifica. É mais uma forma de preconceito que você tem que enfrentar. Às vezes é bom que as pessoas não saibam, mas, eu encontrei paz, eu encontrei o caminho.*

Uiara: *Não tem muita ligação com a religião, mas tem porque o carro dessa pessoa tava adesivado com o adesivo da consciência cristã, e aí, inevitavelmente pra mim é uma experiência que se dá no cunho religioso também, né? Que aquela pessoa ela é, pelo menos em tese, cristã. Eu tava andando com a minha esposa de mãos dadas, a gente tava voltando do centro, inclusive pra ir no centro de referência pra resolver alguma coisa, eu acho que foi pegar uma cesta básica, e aí a gente voltou. Voltando, nisso, passa uma 4 x 4, carro 4 x 4 é um carro muito importante, pra gente entender qual é o tipo dessa pessoa. Um carro 4 x 4, ele passa uma vez, ele buzina, e grita e passa o carro do nosso lado, a gente tava no acostamento, ele joga o carro pra cima, ele faz isso uma vez, e dá o retorno passa tudo de novo e volta de novo, buzina e faz a mesma coisa... O que demarcou aquilo?*

Juliana: *Tenho essa questão religiosa eu me lembro a primeira vez que eu fui numa missa, é, digamos assim, montada, né? Na época, assim, eu, eu já me tra... já me vestia enquanto mulher, mas aí, não assumi a minha personalidade no dia a dia. Mas aí eu resolvi botar um salto e ir pra igreja, e assim, eu me senti meia, assim, muito observada, num fui nem rejeitada, assim, escoraçada da igreja, mas assim, eu me senti muito observada, todo mundo me observava, me olhava e tudo mais, e aquilo ali foi o que me fez me distanciar um pouco da religião. Hoje eu sou espiritualista, mas eu gosto de todas as religiões, respeito todas as religiões, prático todas, mas eu não frequento, o que me fez parar de frequentar foi isso. [...].*

Faz-se imprescindível compreender as organizações e enunciações políticas de determinados grupos na sociedade, analisando

os processos sociais e culturais que os circunscrevem, igualmente os deslocamentos, as rupturas a partir deles gerados.

As estratégias de subjetivação acionadas e direcionadas a alguns corpos considerados subversivos – marginais, dentre eles, os que estão interseccionados pela dimensão da religiosidade e de práticas religiosas não hegemônicas estão servindo como importantes dispositivos de supressão da formação da identidade, não apenas na compreensão do corpo a partir da identidade de gênero e/ou sexual, mas, também, em se tratando da religiosidade.

Nas indicações de Costa e Medeiros (2016), sobre os aspectos relativos aos saberes historicamente produzidos em torno dessas experiências, como citado na discussão, também religiosa, faz-se imperativo analisar, que os saberes precisam ser entendidos como parte de toda estrutura social que os intercepta, considerando os processos e mecanismos de interação cotidianos, além das reverberações que impactam na formação e na consolidação das relações sociais, de gênero, sexuais, de classe, entre outras, o que tem estabelecido múltiplas tecnologias de opressão, a exemplo do racismo religioso, que não só desqualifica, mas também retira sua inteligibilidade; o que não ocorre na mesma proporção com religiões hegemônicas como no caso do catolicismo e do protestantismo.

1.16 Elementos locais e suas interações com os corpos trans e travestis

Sobre as formas de socialidades analisadas e suas interações com mulheres transexuais e travestis aqui da cidade, buscou-se analisar elementos da realidade local e os impactos no adensamento do marcador geracional – experiência da velhice.

Uiara: É uma velhice que não existe, não é? Porque a gente é uma cidade polo qualquer, qualquer espaço que tenha uma estratégia aqui na Paraíba ela mira em João Pessoa ou Campina Grande. [...]. É a capital

do São João do mundo. Então a gente recebe muita gente, a gente recebe principalmente pelas universidades, a gente recebe UFCG, Universidade Federal, UEPB, Universidade Estadual. A gente recebe muitas pessoas dos estados circunvizinhos, e o que isso reflete diretamente, os pontos de prostituição.

Juliana: *Aí, na velhice, mulher, eu acho que afeta na forma de isolamento, né? A maioria. Assim, eu não conheço muitas mulheres trans da terceira idade, mas as poucas que eu conheço, eu vejo que elas são muito isoladas pelo fato de não ter tido estudo, pelo fato da família num aceitá-las totalmente, né? De num ter criado vínculo com ninguém. Então eu acho que a solidão é o que mais afeta a nossa população. Eu acho que a solidão, questão de, de envelhecer sozinha, quando você envelhece. [...]. Mas esse pessoal lá de 70, de 80 já é mais difícil, né? [...]. São isoladas tanto da família, quanto pela questão de escolaridade, e também trabalho, né?*

Whitney Houston: *Olha! Trabalho; primeiro, eu vou começar com trabalho. Trabalho é aquela coisa que nos mantém, dá a nossa dignidade, né? Porque a gente é muito discriminada por já ser uma pessoa entre aspas, diferente da sociedade, que a sociedade é mais fácil aceitar um homem gay e uma mulher lésbica do que uma travesti ou uma trans. Parece que é um insulto pra eles. não sei porquê. [...].*

Para finalizar a análise da experiência, como uma maneira de legitimar as falas das interlocutoras e a importância delas nesse processo, pediu-se que apresentassem considerações ou sugestões que gostariam para a pesquisa — visibilidade dos problemas, expectativas de se ver na própria trajetória da pesquisadora;

1.17 Expectativas sobre a pesquisa

Juliana: *Eu só tenho que agradecer a pesquisa, a sua pesquisa que querendo ou não abre sua mente, né?*

Você vai levar esse trabalho pra outras pessoas também analisarem e tudo mais e conhecer um pouco da nossa convivência. Eu acho que é mais ou menos por aí. Se todas pessoas, os acadêmicos realmente se voltassem pra estudar, pra aprender, pra levar o conhecimento pra os colegas, isso já estaria fazendo uma mudança muito grande na nossa sociedade. Só de você conhecer e entender o mundo e saber assim, ah! você vai virar ali à esquina e você vai ver uma trans, uma travesti, você dizer ô, essa menina deve ter passado por isso, e por isso.

Livia: *A questão da visibilidade, quanto mais visibilidade, melhor pra gente, mais oportunidade surge, entendeu? Acho que deveria trabalhar mais nessa área da visibilidade porque tendo visibilidade a gente consegue as coisas mais fácil. Fiquei muito feliz porque você tá vindo aqui. Tá fazendo essa entrevista comigo. [...].*

Whitney Houston: *É, eu acho bem legal. Você é uma chave pra abrir algumas portas pra gente. Você vai ser assim, nossa transmissão pra outras pessoas, você pode, por exemplo, pode tá lá, na hora que você tiver falando ter uma pessoa que é empresária, uma pessoa conhece alguma pessoa que é empresária, eita oh, tal, vamos procurar saber mais sobre essas pessoas, tal. Vamos dar mais empregabilidade, vamos oferecer mais oportunidade, né? Você pode ser uma chave pra abrir algumas portas pra pessoas como eu, como outras pessoas transexuais.*

Uiara: *Amiga, assim, sendo bem pessoal, mas também objetiva, eu acho que a sua pesquisa ela já é inovadora desde a concepção, então só o fato de ter uma pesquisa com esse sentido, com esse olhar, com essa direção argumentativa, pra mim eu já me sinto satisfeita, porque dentro da produção científica hoje a gente tem um bum de produção de pessoas trans e travestis, mas é muito rarefeito, em Campina Grande nem se fala. Como é que eu faço política pública sem dados, sem problematização, sem questionamentos? Como é que eu estruturo o funcionamento dos serviços públicos, do*

Serviço Social sem falar sobre essas questões? Não há como.

Por fim, considerando os elementos prenunciados nesta pesquisa, as reverberações a ela atinentes; nas falas das interlocutoras fica nítido a legitimidade do lugar de enunciação político por cada uma de nós ocupado. Ao referenciarem que é importante essas pesquisas estarem sendo desenvolvidas por pessoas transexuais e travestis nos coloca em lugar de legitimidade, responsabilidade, ética e compromisso para com a nossa população e todo o conjunto da sociedade.

No entanto, no que se refere às falas das interlocutoras sobre a representação, cabe destacar, que essas falas não devem ser analisadas sob uma perspectiva em que invalida ou deslegitima os saberes que outrora têm sido desenvolvidos por pesquisadores/as não trans. Para tanto, reforça esse lugar não só de representação que podemos ocupar, mas que nos tem sido negado, quando possibilitado, está interseccionando por uma série de condutas e práticas que nos colocam nos limites discursivos do pressuposto científico.

A representação, aqui, nesta pesquisa, pode ser compreendida como parte de um dispositivo que nos confere existência e inteligibilidade intelectual ao nos posicionar, e que, para Haraway (2023, p. 338) “o posicionamento, é, portanto, a prática chave que fundamenta o conhecimento organizado em torno do imaginário da visão, como é organizada grande parte do conhecimento e do discurso filosófico ocidentais”.

Notas Finais

Com esta pesquisa não se pretendeu lançar um olhar generalizante acerca das experiências de mulheres transexuais e travestis, mas, tão só, analisar como as dinâmicas locais, mediadas pela

institucionalidade estatal lança suas técnicas de controle e de subjetivação sobre esses corpos na cena política pública brasileira.

Pôde-se perceber também que não só na instituição família, mas, principalmente, que as escolas e as universidades têm promovido mecanismos e estratégias de normalização dos corpos trans e travestis ao tentarem acessar suas ambiências.

As negativas circunscritas nesses espaços (das escolas e universidade) em relação a não oportunizarem expedientes de sociabilidades (inclusivos) para mulheres trans e travestis, têm ocasionado múltiplos deslocamentos e rupturas dessas experiências, reverberado de maneira incontornável em suas vidas, alijando-as das possibilidades de acessarem, por exemplo, o mundo do trabalho, prejudicando-as, portanto, na ascensão de classe, considerando que nem a sua mão de obra é abarcada pela sociedade capitalista, até por compreender que para se desenvolver quaisquer atividades por menos complexas que possam parecer, exige-se do/a sujeito/a que se dispense o mínimo de esforço intelectual na sua execução.

Isso denota que ao haver o processo de ruptura dessas identidades com a sala de aula, outras dimensões de suas experiências estão prejudicadas, analisando que é nesses espaços que conquistamos a “liberdade” do conhecimento, responsáveis, nesse sentido, em cristalizar capacidades intelectivas que são (serão) abarcadas pelo capitalismo como mercadoria.

Além disso, aclarou-se que ao acessarem o mundo do trabalho, grande parte dessas mulheres enfrenta a precarização dos vínculos, não conseguindo, em vista disso, acessar outras esferas e dimensões respectivas ao mundo do trabalho. Essas mulheres ainda estão localizadas nessa esfera da vida social em lugares especificados, ou seja, inviabilizando que outras capacidades sejam consideradas e legitimadas enquanto forma de atuação e existência política na cena pública.

Por fim, considera-se, mediante as análises dispostas que a estrutura do estado (Paraíba) tem atuado, em se tratando da

efetivação dos direitos desta população; enquanto o mesmo não ocorre no âmbito da municipalidade, corroborando, deste modo, para que essas identidades permaneçam, ainda, mesmo considerando os avanços existentes, que são pontuais, nos limites discursivos de suas experiências, igualmente sob a ótica dos direitos constitucionais e humanos.

Esses fatores atuam inclusive numa perspectiva de privação das possibilidades de subsistir no contexto local. As sociabilidades ainda se dão de maneira precária, o que determina uma existência potencialmente precarizada dessas mulheres.

Referências

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* Tradução Heci Regina Candiani. 1. – ed. – São Paulo: Boitempo, 2024.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da não violência*. [tradução Andreas Lieber; revisão técnica Carla Rodrigues]. – 1. ed.; 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020. – (Filô).

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 15º ed. Judith Butler; tradução de Renato Aguiar. – 15º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. – (Sujeito e História).

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3º ed. / Salvador, BA: Editora Devires, 2017. 252. P. BENTO, Berenice.

BENTO, Berenice. *O que é Transexualidade*. São Paulo: editora; Brasiliense, 1º edição 2008 (Coleção Primeiros Passos: 328) 2º Edição, 2012.

COSTA, J. C.; MEDEIROS, L. G. Faz diferença como a gente pensa: aspectos da resistência forjada no entrecruzar cosmológico das tradições afroameríndias em Campina Grande, Paraíba. *Aceno*, v. 3, n. 6, p. 228-244. ago.-dez. 2016.

DIAS, C. da S. Vivências de gênero dissidentes em religiosidades de matrizes africanas: alguns aspectos sobre as transexualidades na religião. *Veredas da História*, [online], v. 12, n. 2, p. 11-43, dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11ª ed; organização, introdução e revisão técnica Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. *A história da Sexualidade I: A vontade do saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A Guilhon Albuquerque. – 9º ed. – Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de R. Ramalheite. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 13. reimpressão, 2024.

FOUCAULT, M. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de E. Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

HARAWAY, D. *A reinvenção da Natureza: Símios, Ciborgues e Mulheres*. Tradução de Rodrigo Gonçalves. – São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2023.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.5, p. 7- 41, 1995.

JÚNIOR, J. L. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. Apresentação de B. Bento. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2011.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria queer*. 3. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Bibliografia, 6. reimpressão, 2018.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre anormalidade e desvio social. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 13/14, p. 109-126, 2003.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. *Dispositivos de dor: saber – poderes que (con)formam as transexualidades*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

RUBIN, G. *Políticas do Sexo*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SCOTT, J. W. Experiência: tornando-se visível. In: SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. (orgs.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55. Tradução de Ana Cecília Adoli Lima.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. *Proj. História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998. p. 297-325. Tradução de Lúcia Haddad. Revisão técnica de Maria Maluf.

A Invisibilidade da Mulher Trans: uma análise da violência institucional na previdência social

Luiz Carlos da Costa Braga Junior
Edil Ferreira da Silva

É necessário fazermos uma análise complexificada sobre a questão trans e os aspectos que contribuem para as problemáticas que atingem as pessoas transexuais e travestis, aspectos esses que geram a invisibilidade social de um grupo segregado. Precisamos abordar como se dão as relações de gênero e sexualidade em uma sociedade que, majoritariamente, se norteia por princípios e leis fundamentados por uma heteronormatividade compulsória, que constitui papéis sociais e determinam os lugares que devem ser ocupados pelo gênero.

Essa imposição de papéis sociais¹ acompanha o sujeito desde a infância, passando a ser orientado e condicionado, em termos de gênero, a se comportar de uma forma que seja “coerente” com o seu sexo biológico. Nesse sentido, concordamos com Vanessa Bezerra de Souza e Renato Veloso (2015, p. 14), quando desenvolvem as diferenciações sexuais, por meio dos papéis sociais que são construídos “sobre ‘fêmea’ (atributo natural), e a ‘mulher’ (construção social), o mesmo ocorrendo em relação ao homem.”

1 Erving Goffman (1989 [1959], p. 24), define “papel social como a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social.”

O fato de que cada indivíduo tem atribuições específicas no convívio social com os demais membros da sociedade, faz com que haja diferenças entre homens e mulheres gerando pesos e medidas contrastantes, sobretudo para as mulheres. De acordo com Maurício Paniza Marcielly Moresco (2022, p. 14), “Essa incorporação dos papéis sociais tradicionais de gênero também parece ser uma estratégia adotada por pessoas trans para lidar com a sua expressão de gênero e serem mais aceitas em seus ambientes profissionais.” (Paniza e Moresco, 2022, p. 14). Nesse sentido, toda expressão humana ligada ao universo do “feminino”, como por exemplo as identidades de mulheres transexuais e travestis, passam a vivenciar experiências opressivas. Isso, porque, na sociedade brasileira, trazendo para o nosso contexto social, a mulher é levada a uma posição de inferioridade em relação ao homem devido a toda uma herança deixada pelo colonialismo fundamentado no machismo e sexismo que se naturalizou na nossa cultura (Ferrara, 2019, p. 5). Ora, se a mulher cisgênero² é colocada em um nível inferior ao homem, o que dizer da mulher trans que, dentro dessa sociedade, se torna invisível, sobretudo no que se refere ao acesso aos direitos sociais e civis e às políticas públicas? (Melo, et.al., 2023; Oliveira e Romanini, 2020; Dias, et.al., 2015).

Essa invisibilidade faz com as mulheres trans enfrentem o preconceito e a discriminação, principalmente na busca por inserção no mercado de trabalho formal (Santos e Oliveira-Silva, 2021), pois, tendo negado esse acesso, resta às mulheres a busca por alternativas de sobrevivência que as colocam em situações de vulnerabilidade social e risco de vida ainda maiores. “Consideradas transgressoras pela sociedade, travestis e transexuais enfrentam

2 Segundo Lorraine Campos (2022), “cisgênero” é a pessoa que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu. Um exemplo de cisgênero é uma pessoa que nasceu com genitália feminina e cresceu com características físicas de “mulher”, além disso adotou padrões sociais ligados ao “feminino”, comumente expressados em roupas, gestos, tom de voz.

diversas barreiras em ambientes distintos” (Santos e Oliveira-Silva, 2021, p. 4).

Segundo Eloisa Cunha Folle (2021), “não existe estudo específico para avaliar as taxas de emprego nacional da população trans.” Entretanto, a autora mostra que de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), estima-se que 90% das mulheres trans e travestis trabalham na prostituição. Esses dados podem até ser questionados, uma vez que não são oficiais, ou não apresentam uma metodologia clara, porém eles são contundentes. Para André Dias et. al (2015, p. 219):

A rua se coloca como espaço de estabelecimento de parcerias e redes que se constituem a partir de diferentes contextos, de interação. Uma vez nas ruas, a prostituição também se apresenta como oportunidade de trabalho, quase sempre única, evidenciando a difícil e dura realidade.

No entanto, por serem colocadas à margem do mercado formal, boa parte dessas pessoas trans estão mais propensas à informalidade, sem perspectiva de um futuro digno e sem proteção social. “De qualquer forma, é impossível negar que pessoas trans seguem segregadas do mercado de trabalho formal, e, quando conseguem adentrar, encontram ambientes opressores e hostis à sua existência” (Folle, 2021, p. 17).

Entretanto, essa invisibilidade das pessoas trans se relaciona de forma mais acentuada à determinados marcadores sociais, como a raça/etnia, classe social e gênero. Para o Estado neoliberal, as políticas públicas direcionadas à população trans, servem premissas de segregação racial e social. Pois, quando se fala em concessão de direitos às minorias sociais, não há plataforma que contemple em sua totalidade as demandas e localizações de pessoas trans, sobretudo mulheres trans negras e periféricas. Ou

seja, entra em cena o fator da interseccionalidade como elemento que contribui para que o Estado neoliberal, assentado em padrões de masculinidade branca, determinem quem deve e quem não deve ser contemplado em seus direitos. A esse contexto societal e político, Foucault (1988 *apud* Copetti e Wermuth, 2020) chamou de biopolítica, sendo essa configurada pelas práticas de controle social exercidas pelo biopoder (controle do corpo como espécie), atuando como um tipo amplo de medicina social que se aplica à população com o propósito de governar sua vida como um todo.

Quando falamos sobre as diferenças sociais de gênero, devemos levar em consideração que essas diferenças induzem à busca por igualdade em um contexto do reconhecimento estatal via identidades normativas. Nesse sentido, nos atentamos à Joan Scott (2005) que é enfática quando diz que essa busca pela igualdade é um “conceito político”. Essa busca por igualdade é perceptível na luta por direitos sociais e efetivação de políticas públicas, principalmente aquelas específicas às pessoas pertencentes a grupos sociais categoricamente discriminados por raça/etnia, classe social, gênero e sexualidade.

Porém, como as pessoas trans podem lutar por igualdade se algumas identidades trans não são nem categorizadas no espectro do humano? No corte racial do biológico estabelecido pela biopolítica, certas formas de vida racializadas e sexualizadas são consideradas dispensáveis ou não viáveis para a produtividade do trabalho ou as relações sociais, o que revela que a compreensão das lutas deve partir de uma abordagem crítica que considere as abjeções e as estratificações raciais sustentadas pelo espectro das identidades normatizadas. Adicione-se a isso o estigma como um dos fatores que contribui para o julgamento social e a ampliação do preconceito e discriminação advindos das parcelas mais conservadoras da sociedade. No geral, em termos de visões sociais (mas não necessariamente de abordagem estatal), por não serem reconhecidas/os no espectro do humano, pessoas transexuais e travestis notadamente negras são entendidas como não merecedoras

de direitos, uma vez que o que foge dos padrões da heteronormatividade branca e cristã é encarado como “diferente”, segregado ou mesmo “profano”.

Nesse sentido, este texto busca discutir as formas como as relações de gênero e sexualidade impactam de forma significativa nas questões ligadas à promoção e a execução das políticas públicas e concessão de direitos sociais e civis à população trans no Brasil. Para que possamos compreender como se configuram essas relações de gênero e sexualidade na sociedade brasileira, faremos uma reflexão a partir das ideias de autores/as que abordam a questão trans na perspectiva dos marcadores da diferença no contexto da violência institucional que resulta de um Estado que segrega formas de ser mulher, tais como as pessoas transfemininas, como não dotadas de direitos tais quais mulheres cisgêneras, criando reações ao que desafia fronteiras sociais, culturais e/ou biológicas estabelecidas como convenções.

Nesse contexto, percebemos que a transexualidade pode ser vista como uma experiência abjeta na medida em que desafia as normas tradicionais de gênero e sexualidade. Principalmente as pessoas trans não-binárias, exatamente por não aspirarem o binarismo de gênero,³ podem suscitar reações contrárias mais fortes em uma sociedade que frequentemente se baseia em categorias rígidas e dicotômicas de compreensão dos sexos. A transexualidade, em particular, pode desafiar a fronteira entre o masculino e o feminino, entre o biológico e o socialmente construído. Para muitos, essa transgressão representa uma ameaça à ordem simbólica, levando a sentimentos de repulsa ou desconforto. A abjeção surge

3 Binarismo de gênero é uma ideologia construída pela afirmação de mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável. Como qualquer ideologia, ele produz um ocultamento da realidade social, destinado a esconder das pessoas o modo real como as relações sociais são produzidas (CFESS, 2016).

aqui como uma defesa contra aquilo que não pode ser facilmente categorizado ou compreendido dentro das normas estabelecidas.

Porém, nosso objetivo nos levar a olhar com mais atenção para outras modulações da abjeção, expressas, por exemplo, através de violência institucional, a qual pode ser definida como qualquer forma de violência que é sancionada ou perpetrada por instituições estatais ou sociais, através de leis, políticas, práticas ou negligências que prejudicam determinados grupos. No contexto das pessoas transexuais e travestis, essa forma de violência pode manifestar-se de várias maneiras, incluindo discriminação legal, exclusão dos serviços públicos como saúde, assistência social e, no caso que mais nos interessa, previdência social. Muitas vezes, as leis não protegem adequadamente as pessoas trans, ou até mesmo institucionalizam a discriminação perpetrada contra elas.

O panorama que se apresenta tanto pelo Regime Geral ou pelos Regimes Próprios da Seguridade Social, é o de obstaculizar o acesso aos direitos sociais, justamente porque não reconhecem as pessoas trans, mais precisamente as mulheres trans como pessoas merecedoras do direito à aposentadoria dentro das regras aplicadas às mulheres cisgênero. Com base nesses fatores, observamos que no caso da aposentadoria de mulheres transexuais e travestis, o que possibilita o acesso a esse direito ou uma aproximação dele, são jurisdições que dão possíveis respostas aos questionamentos burocráticos institucionais, visto que no cenário atual, não há uma legislação específica voltada para as demandas da população trans.

O objetivo aqui é analisar os critérios exigidos pelo aparelho estatal que, por sua vez, é burocrático, rigoroso, mas também ardiloso, quando a pauta em questão é concessão de direitos, sobretudo em relação aos direitos previdenciários das mulheres trans. Pois, como menciona Jin Haritaworn e C. Riley Snorton (apud Puar, 2024, p. 73) “a institucionalização desigual das políticas para mulheres, gays e trans, produz um sujeito transnormativo” que se alinha com projetos biomédicos, neoliberais e racistas. Nesse contexto, observamos que o Estado, enquanto ente responsável

pela concessão e gestão de direitos e políticas públicas, posiciona-se de forma ainda mais segregadora com relação às pessoas trans, principalmente mulheres trans, negras e periféricas. Esse grupo de pessoas, perante o Estado neoliberal, são descritas por Achille Mbembe, (2018) como quase “inconcebíveis”, devido à exclusão sistêmica que incide principalmente na maneira como certas formas de vida e trabalho são eleitas como a norma pelos discursos institucionais e sociais. O autor nos mostra que, em diversas sociedades, algumas vidas são rebaixadas à posição de existência meramente biológica, consideradas indignas de proteção ou reconhecimento, tornando-se essencialmente ininteligíveis nas estruturas de poder.

Dessa forma, partiremos do pressuposto de que a Previdência Social, direta ou indiretamente, exerce violência institucional ao não reconhecer a identidade de gênero de mulheres transexuais e travestis no ato da solicitação de aposentadoria, além de não levar em consideração os marcadores sociais como classe e raça/etnia que também marcam os corpos dessas mulheres no decorrer de suas vidas. Outro fator a ser destacado é a expectativa de vida da maioria das mulheres trans, visto que estas são massivamente as maiores vítimas dos crimes de ódio e outras formas de crimes violentos, na maioria das vezes de forma prematura. Grande parte desses crimes são cometidos com tamanha crueldade que demonstram visar, além do corpo, a destruição total da vítima. O objetivo é apagar por completo a existência trans (Benevides, 2018).

Esse reconhecimento ao qual nos referimos não se trata apenas da afirmação de uma identidade de mulher segundo os registros da institucionalidade, tais como alteração de nome em documentos de identificação ou procedimentos cirúrgicos de mudança do sexo biológico. Reconhecimento aqui se refere à compreensão integral da pessoa que se identifica ou se entende segundo determinado gênero, garantindo-a direitos que sustentam em outras bases que não a patologização institucional ou a estigmatização dentro dos marcos legais.

O presente artigo é constituído por três tópicos. O primeiro aborda o Estado como um agente de exclusão que reforça desigualdades ao ignorar as necessidades específicas da população trans, chegando a essa assertiva por meio de uma análise geral crítica das instituições estatais. No segundo tópico, o foco mudará para a demonstração de como a construção de corpos “concebíveis” está intimamente ligada ao racismo, sexismo e classismo intrínsecos às políticas públicas e sociais. No último tópico, aprofundaremos a questão da violência institucional e a crítica ao aparato estatal no que se refere à garantia de direitos sociais trans, enfatizando a necessidade de reconhecer as demandas específicas dessa população principalmente no contexto previdenciário.

1 O corpo trans e o processo de abjeção nas relações sociais de gênero e sexualidade

Quando partimos para a reflexão das relações sociais de gênero e sexualidade em um contexto de opressão, verificamos que o sistema social heteronormativo funcionaliza mecanismos de controle que miram todos os indivíduos constituintes de uma dada sociedade. Para aquelas ou aqueles cujos corpos ou identidades não são conformes com o modelo cisheteronormativo, o controle não é exercido de modo a apenas excluir ou reprimir, mas principalmente convencer por meio de normas e convenções a aspirar um corpo ou identidade o mais próximo possível do padrão normativo. Essas relações envolvendo gênero e sexualidade são configuradas através de profundas desigualdades de poder. Essa desigualdade é resultado de uma estrutura social e histórica que atribui papéis de gênero fixos e assimétricos que por sua vez garantem uma série de privilégios aos homens cisheteronormativos em detrimento das mulheres e outras identidades dissidentes. Segundo Raewyn Connell (1995, p. 77) “A masculinidade hegemônica é aquela que garante a dominação masculina sobre as mulheres e [sobre] outras formas de masculinidade”. São essas relações sociais cheias

de conflitos e contradições que contribuem para o processo de produção e reprodução da exploração de um sexo sobre o outro, e isso acaba favorecendo um terreno fértil para a ampliação das opressões e repressões que se manifestam no terreno das próprias identidades e busca por direitos.

As diferenças estão muito atreladas às relações de poder. Guacira Lopes Louro (2003) propõe que as relações de poder se dão pelas inúmeras diferenças e desigualdades que surgem dentro de categorias, consideradas como marcadores sociais que, além das questões ligadas às relações sociais de gênero e sexualidade, englobam também questões de classe, etnia, raça etc. O poder, conforme destaca Scott (1995, p. 42), se configura através do gênero que é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...]”, além de que “[...] o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder.” Podemos afirmar que esse poder apresenta uma dupla faceta na sua expressão, como “potência” ou como “impotência”.

Nesse contexto, mulheres, gays e pessoas trans, sobretudo se estiverem incluídos/as no espectro da leitura da interseccionalidade (raça/etnia, classe social, orientação sexual), estão mais familiarizados com o poder sob a sua facete de “impotência”. Impotência no sentido que empregamos se refere à ação deliberada e institucionalizada de “esquecer” certos sujeitos de modo que outros sejam evidenciados. Essas expressões do poder presentes nas relações sociais de gênero e sexualidade se estabelecem de forma conflituosa, pois os indivíduos se diferenciam em meio à própria diferença, ou seja, por meio da multiplicidade de marcações sociais que podem estar atreladas ao sexo e ao gênero.

A mulher, e todo o universo do feminino (aqui se inclui, principalmente, as pessoas transfemininas), são colocados em posição de inferioridade, no sentido de exterior constitutivo da forma normativa de masculinidade. Neste sentido, criam-se leis que segregam não apenas o corpo feminino no sentido biológico, mas toda forma de ser marcada por alguma diferença. Em outras

palavras, cria-se um verdadeiro “*Apartheid*” dentro do espectro da exclusão, sobretudo em relação à mulher trans negra e periférica. Sobre essa construção do sujeito, e das experiências vividas por eles, Scott (1995, p. 230), afirma que “sujeitos são construídos discursivamente e experiência é um acontecimento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas nenhum deles está confinado a uma ordem fixa de significado”. A autora sustenta que as experiências são construídas através de linguagens e discursos específicos que não apenas descrevem, mas também criam realidades sociais. Isso significa que as relações de supressão de um grupo são permeadas por um simbólico e abstrato ambiente, produzido e estruturado sob relações de poder e normas culturais que acarretam diferentes formas de desigualdade.

É por meio dessa estrutura de poder que se percebe uma desigualdade nas relações sociais de gênero e sexualidade, o que tem raízes históricas profundas. De acordo com Nancy Leys Stepan (1994), ao longo da história, a ciência e a medicina não só refletiram, mas também elaboraram e reforçaram ideias preconceituosas sobre as capacidades e papéis naturalmente determinados de mulheres e homens. A autora nos mostra que, desde o século XIX, as teorias sobre a evolução, a biologia reprodutiva e a psicologia foram frequentemente utilizadas para justificar a inferiorização das mulheres, baseando-se muito mais em metáforas e analogias do que propriamente em conhecimento empírico, tal como Victor Limeira-DaSilva (2024) aprofunda em ensaio publicado nessa coletânea. Cientistas da época frequentemente concluíam que as mulheres eram biologicamente destinadas a serem menos racionais, mais emotivas e mais aptas para funções reprodutivas e domésticas, em comparação aos homens. Stepan (1994, p. 84) ainda pontua que “[...] a analogia entre mulher e raça se firmou na ciência, achava-se que a mulher dividia outros pontos de semelhança com raças inferiores.”

Nesse contexto, as mulheres transexuais e travestis inseridas no espectro da interseccionalidade, estão discursivamente inabilitadas para a reivindicação do próprio acesso aos direitos sociais

e às políticas públicas, uma vez que a própria concepção estatal sobre essas identidades ainda atualiza sentidos propostos por teorias pseudocientíficas sobre o que deve ser considerado como homem ou mulher. A necessidade de recriar o que Puar (2024, p.76) chama de “corpos capacitados” em termos de produtividade econômica, faz com que as pessoas trans sejam colocadas em outros patamares de desigualdade que se referem à própria condição de inabilidade para o exercício do trabalho e da cidadania, dando abertura para uma série de violações em outras áreas da vida que também foram impossibilitadas pela falta de acesso a condições humanas básicas.

Esses direitos violados se configuram de inúmeras formas, tais como: os desrespeitos em relação ao uso do nome social, as formas de significação da pessoa trans de acordo contrária ao gênero com o qual se identifica, a proibição do uso dos banheiros femininos para mulheres trans e travestis — ou dos banheiros masculinos para os homens trans — e o não reconhecimento da identidade transgênero no processo de aposentadoria por idade dentro da regra aplicada a mulheres cis, que destacaremos mais à frente.

Antes de adentrarmos na questão da violação de direitos por parte das instituições estatais previdenciárias, precisamos entender como essa abjeção à população trans se configura na sociedade brasileira como um todo. O corpo trans, principalmente na fase de transição, pode ser visto como abjeto por aqueles/as que não conseguem compreender ou aceitar a dissociação entre o corpo biológico e identidade de gênero. Esta dissociação pode ser percebida como uma contaminação da “pureza” dos papéis atribuídos aos sexos, provocando reações contrárias que chegam a se basear em noções como a de “monstro humano”. Foucault (2001, p. 69-70) conceitua “monstro humano” como o sujeito que viola não apenas as leis impostas pela sociedade, mas também as leis da natureza, ou seja, as leis biológicas, “o monstro é o que combina o impossível com o proibido.” É justamente essa imagem bizarra que a sociedade, moldada pela normatividade,

faz da pessoa trans, visto que ao desafiar as normas estabelecidas há séculos, a pessoa trans combina o até então impossível com o proibido. Em concordância com o apontamento de Foucault sobre o ato de transgredir a norma, J. Weeks (1986, p. 45) enfatiza que: “O resultado disso é que o ato de cruzar a fronteira do comportamento masculino ou feminino apropriado (isto é, aquilo que é culturalmente definido como apropriado) parece algumas vezes, a suprema transgressão.”

Para superar a abjeção se faz necessário reconhecer que existe uma diversidade de formas de ser humano. Isso implica a desconstrução de categorias rígidas nas relações sociais de gênero e sexualidade e uma maior amplitude na compreensão das identidades trans como parte legítima da experiência humana. Ao promover uma compreensão mais ampla sobre as identidades das relações sociais de gênero e sexualidade e das experiências trans, é possível pelo menos reduzir o desconforto e a repulsa associados ao desconhecido e ao “outro”. Ao humanizar, de forma crítica e não antropocêntrica, as pessoas trans e mostrar as diversidades dentro de suas próprias comunidades, é possível reduzir a percepção da transexualidade ou transgeneridade como alvo de abjeção.

As reações adversas à transexualidade, por exemplo, podem se manifestar por meio de inúmeras formas de violência, inclusive a violência institucional que acaba sendo mais naturalizada, ou seja, se exerce esse tipo de violência rotineiramente e legalmente no seio das instituições, seja na família, na religião e, no caso em questão, no Estado por meios dos aparelhos que o compõem, que se colocam em um posicionamento de omissão quando se trata de intervir nas pautas direcionadas às populações vulneráveis, não como a omissão do Estado liberal clássico, mas como um esquecimento ou apagamento intencional, como parte do próprio funcionamento dos mecanismos de Estado através de “situações preconceituosas, de violência e exclusão *direcionadas* à população transexual” na sociedade e nas instituições (Melo, et. al., 2023, p. 10. Grifo nosso). Segundo Bruna G. Benevides (2018, p. 7):

[...] o primeiro contato de uma Travesti ou Transexual com a sociedade é através da violência. Algumas no próprio seio familiar e de forma muito precoce. Momento em que conhecem também a exclusão, que as coloca pra fora da possibilidade de disputa nos espaços sociais, que vem sendo historicamente negados.

Um dos exemplos mais evidentes de violência institucional é a dificuldade enfrentada por mulheres trans no processo de aposentadoria por idade. O sistema previdenciário brasileiro baseado no sexo biológico, não reconhece plenamente a identidade de gênero. Isso resulta em uma série de obstáculos burocráticos e legais que negam às mulheres trans o direito à aposentadoria nas mesmas condições que outras mulheres. A falta de uma legislação específica que contemple a diversidade de gênero no contexto previdenciário, perpetua a exclusão e a invisibilidade dessas mulheres, pré-condição para que o Estado distribua os direitos sociais e as políticas de acordo com os mandatos neoliberais e a vontade biopolítica.

2 A invisibilidade trans e a violência institucional

A violência institucional contra a população trans refere-se a ações, políticas e práticas perpetradas por instituições governamentais, legais, médicas, educacionais e assistenciais, que discriminam ou marginalizam indivíduos com identidades de gênero não conformes. Essa violência pode ser direta ou indireta, explícita ou implícita, e pode ocorrer em várias esferas da vida. “Ela é dada mediante a diminuição, ridicularização, demonização [...] é uma maneira de desumanizar [...] como se eles fossem depravados ou inexistentes só por serem diferentes” (Ferreira, 2019, p. 6).

Pessoas trans, cotidianamente, enfrentam barreiras significativas, isso é perceptível, por exemplo, na busca por cuidados no

sistema de saúde ou na busca por direitos violados no sistema de justiça. A falta de conhecimento e o despreparo dos profissionais que lidam com a população trans, resulta em tratamentos inadequados e na recusa de atendimento. Além disso, a cobertura de seguros para cuidados relacionados à transição é frequentemente insuficiente, agravando, ainda mais, a vulnerabilidade dessa população. Pessoas transexuais, especialmente aquelas de cor e classe social menos favorecida, são desproporcionalmente alvos de vigilância, detenção e violência policial. Nas prisões, enfrentam condições ainda mais severas, incluindo violência física e sexual, além de negação de cuidados médicos sensíveis e adequados.

O reconhecimento biopolítico e a normatividade de gênero passam a ser questões centrais nas demandas e reivindicações da população trans. Os corpos trans são frequentemente recrutados para se transformarem em corpos capacitados e produtivos economicamente. De acordo com Sam Bourcier (2020), as novas questões impostas por esse novo regime de produção que se apresenta na sociedade, passam a cobrar dos indivíduos, sobretudo aqueles que se localizam na categoria de pessoas trans, sua contribuição no sentido de ser produtivo e minimamente adequado para a o mercado. Sem contar que os critérios para a concessão desse lugar no acordo de direitos neoliberal implicam em inúmeros questionamentos: “Quanto você custa?”, “Quanto você nos custou?”, “Quanto você produz?”, “Quanto você vale?” (Boucier, 2020, p. 67).

No caso de pessoas trans, especificamente mulheres, a inviabilidade de acesso ao mercado de trabalho as condiciona a uma situação ainda maior de dependência socioeconômica de políticas públicas para a conquista da mínima sobrevivência. Tal intensificação de desigualdades acarreta uma série de problemáticas que impactam profundamente o presente o futuro dessas pessoas. O fato de não se enquadrarem no modelo de corpo capacitado para a produtividade e a condição legal de contribuição para a Previdência

Social amplia a violação dos direitos. Nesse contexto, pessoas trans experimentam de forma ainda mais densa a violência que se manifesta nos marcos da legalidade e do âmbito institucional:

O trabalho é reconhecido universalmente como um direito humano fundamental. Apesar disso, a população de travestis e pessoas transexuais enfrenta diversas barreiras para sua inserção no mercado de trabalho, em função do estigma e da discriminação relativos à sua identidade de gênero (Silva, 2018, p. 43).

Socialmente, a violência institucional perpetua um ambiente de insegurança, aumentando a vulnerabilidade à outras forma de violência e exploração. Com base nisso, entende-se a urgência em combater a violência institucional, mas como é possível combater o que é oficialmente estabelecido por um órgão estatal amparado pela normatividade de gênero e o primado neoliberal e biopolítico? Para isso, há uma necessidade de um esforço multifacetado que só se torna possível por meio de reformas legais e políticas, no sentido de implantar e reforçar leis que garantam e protejam os direitos específicos de pessoas trans, garantindo pelo menos o acesso a serviços sensíveis e benefícios sociais; promovendo a educação sobre a questão da identidade de gênero e inclusão de pessoas trans em todos os níveis da sociedade, estabelecendo mecanismos para monitorar e responsabilizar instituições por práticas discriminatórias.

Sam Bourcier (2020, p. 121) destaca em uma fala de Hillary Clinton que, em 2011, discursou sobre os direitos LGBTQIAPN+ e disse algo muito importante que merece uma reflexão mais profunda. Para Hillary, “cada vez que um grupo é tratado como inferior, isso implica em custos”. Ou seja, “se o capital da governabilidade neoliberal é o ‘capital humano’, um de seus setores mais lucrativos é a discriminação”. Em geral, principalmente na era em que o neoliberalismo impera nas políticas públicas e sociais, observamos que as tecnologias biopolíticas que impactam o trabalho e a saúde “são mais moduladores do que disciplinares”. Bourcier (2020, p. 164) aprofunda essa análise, afirmando que:

O neoliberalismo agarrou o elemento social que o liberalismo havia deixado anteriormente para o Estado. Que ele havia desdenhado como uma “coisa de esquerda”. O neoliberalismo se importa com direitos sociais e culturais: ele os apropriou com maldade “regulando” o desemprego (agora é preciso trabalhar quando estamos desempregados), transformando funcionários/as em auto empreendedores que devem sozinhos assumir plenamente todos os riscos e pagar pelo seu próprio seguro de saúde. [...] O objetivo não é mais o pleno emprego, mas a precarização generalizada, a maximização do/a empregado/a ou trabalhador/a e a privatização dos direitos sociais. [...] As empresas públicas e privadas que multiplicam as medidas de combate à discriminação, têm o mesmo objetivo: a maximização da empregabilidade, da produtividade, do “homossexual”, (da pessoa trans), da “pessoa com deficiência”, que eles insistem, além disso, em se referir a eles por meio de denominações que não são as escolhidas pelas minorias interessadas, mesmo após um bom século de lutas.

Na maioria das vezes, as leis não dão cobertura total às demandas da população trans, e, por causa disso, institucionalizam a discriminação. Um exemplo evidente o da documentação de identidade. O que se observa é a intencional omissão de muitas jurisdições que dificultam ou impedem a alteração de documentos de identidade para refletir o gênero vivido pelas pessoas trans. Isso dificulta o acesso a benefícios e serviços simples do nosso cotidiano, como viajar, votar, e principalmente se aposentar. “O discurso dos direitos se apresenta antes de tudo como um discurso moral, como o velho *socius* (tolerância, respeito, etc.)” (Bourcier,

2020, p. 102), o que serve como máscara para processos opressivos mais sutis. Apesar de haver leis que repudiam toda e qualquer forma de preconceito ou discriminação, há também legislações e normas que implícita ou explicitamente discriminam pessoas trans, tais como as que iremos explorar mais à frente. A própria legislação se estrutura sobre concepções de sujeito informadas por mandatos corporais e comportamentais normativos, atualizando constantemente princípios do mercado sobre divisão sexual do trabalho e sobre adequação às conformidades de sexo e gênero. As biopolíticas neoliberais são exatamente pensadas para o benefício de alguns, por meio da exclusão sistêmicas de outras e outros (Bourcier, 2020).

3 Aposentadoria por idade das mulheres trans no Brasil: realidade ou utopia?

Na contemporaneidade, tem se destacado, sobretudo nas pautas políticas, assuntos relacionados às questões ligadas à diversidade de gênero que não diz respeito apenas ao binarismo de gênero, ou seja, a homens e mulheres, mas a múltiplos gêneros, orientações sexuais e fatores sociais e biológicos que envolvem essas discussões. “Com a evolução significativa da sociedade ao longo dos anos, se começou a abordar questões, que anteriormente eram tratadas como tabu, referentes à diversidade de gênero” (Silva, 2019, p. 133), como por exemplo, questões relacionadas aos direitos e garantias das pessoas trans.

Devemos reconhecer que, apesar das barreiras impostas pelo sistema estatal e pela própria sociedade, na tentativa de impossibilitar espaço e direitos às pessoas trans, houve alguns avanços e conquistas, sociais e jurídicos, para essa população que, mesmo a passos lentos, vem garantindo seus direitos gradativamente. No entanto, o exercício desses direitos não é simples, apesar de estarem garantidos por leis. Na prática, a realidade é diferente, pois essas pessoas vivem em um sistema que segrega os indivíduos

com base em marcadores de diferença, como classe social, raça/etnia e sexualidade. Isso ocorre porque as leis são formuladas com base nos padrões de corpos viáveis e produtivos, de acordo com os objetivos do neoliberalismo, muitas vezes expressos nas plataformas de direitos e no processo de reconhecimento legal. De acordo com (Bourcier, 2020, p. 39):

Chegamos a um estágio em que é urgente criticar a política de direitos e a da igualdade de direitos, porque ela se tornou compatível com o cúmplice do neoliberalismo que, diferente do liberalismo, é um verdadeiro governo da sociedade que se comprometeu a privatizar o social e a reprivatizar o sexual em todas as suas dimensões.

Nesse contexto, se faz necessário observar o papel do Estado enquanto instituição provedora de direitos e políticas públicas, cuja versão mais atualizada compactua diretamente com os ideais neoliberais que criam legislações pautadas em mandatos de comportamento corporal de sexo, raça e gênero para a maximização do lucro, tendo como pré-condição o descarte de corpos trans não conformes, considerados inviáveis a viverem a “vida plena” da aquisição de direitos e do trabalho.

Mencionamos anteriormente que na contemporaneidade a população trans tem tido mais acesso às políticas públicas e tem garantido alguns direitos sociais e civis. No entanto, quando partimos para a análise sobre as conquistas relacionadas aos direitos previdenciários, observamos que estes não têm contemplado a população trans em sua totalidade, principalmente de identidades trans não normativas que sob a égide dos interesses governamentais biopolíticos do Estado e os ditames do capital neoliberal, ditam as regras de distribuição das “benesses” do estado de bem estar social, priorizando corpos considerados mais produtivos e menos dispendiosos para a máquina governamental.

A omissão do Estado em relação à população trans no Brasil tem se tornado uma pauta necessária para ser discutida, porém, tratar sobre políticas públicas voltadas às pessoas trans é bastante complexo, pois envolve questões de direitos humanos, saúde, segurança, educação e principalmente, mercado de trabalho. Segundo Lima e Cardoso (2022, p. 89):

Com o corolário da falta de acesso ao mercado de trabalho formal, têm-se a ausência de histórico previdenciário no decorrer do tempo, o que resulta no não atendimento dos requisitos de acesso aos benefícios previdenciários, pois a cobertura previdenciária nasce do exercício de atividade remunerada e do respectivo recolhimento das contribuições que devem totalizar uma quantidade mínima, a depender do benefício requerido.

A não execução de políticas públicas e de ações afirmativas impactam, negativamente, a vida das pessoas trans, sobretudo mulheres trans, negras e periféricas. Sem essas políticas, as pessoas trans enfrentam dificuldades ainda maiores em garantir acesso às necessidades mais básicas:

É dever do Estado Democrático Social de Direito concretizar direitos sociais, sobretudo o previdenciário, a favor de minorias flagrantemente ameaçadas por permanentes riscos sociais, violador dos direitos humanos. Deve o princípio da igualdade material, assumir a direção da construção de regras previdenciárias adequadas, considerando a realidade social dos grupos minoritários. Assim tem-se a possibilidade de construir regras próprias que estabeleçam idade e tempo de contribuição mínimos (Lima e Cardoso, 2022, p. 91).

Embora o Supremo Tribunal Federal tenha permitido a alteração do nome e do gênero no registro civil sem a necessidade de cirurgia, ainda há barreiras burocráticas e falta de informação que dificultam o acesso a esse direito. No processo de aposentadoria das mulheres trans, as regras são as mesmas aplicadas as mulheres cisgêneros, desde que comprovem a mudança do gênero no documento de identificação. Entretanto, o que se configura como violência institucional contra as mulheres trans é a racionalização estratégica que o Estado faz, enquanto instituição provedora dos direitos, de que majoritariamente essas mulheres têm uma expectativa de vida menor do que as demais mulheres cisgênero. O corte estabelecido pela gestão biopolítica das identidades e dos direitos se dá exatamente no nível profundo da viabilidade daquela vida para os cofres públicos e os interesses de mercado. Larissa Bortoni (2017), mostra que a expectativa de vida da população trans representa menos da metade da média nacional, que é de 75,5 anos, ou seja, de acordo com o IBGE, a expectativa de vida de uma pessoa trans é de apenas 35 (trinta e cinco) anos de idade.

Diante desse quadro, somos levados e levadas à corrida pelos direitos sem considerar primeiro que as estratificações inferiores de algumas formas de vida, considerados em grande medida como descartes da biopolítica, servem ao propósito de garantir interesses de gestão dos recursos e dos direitos nos marcos neoliberais, fomentando a crença de que os direitos são acessíveis a todos e todas. No entanto, Bourcier (2020) nos alerta que “o objetivo da política de igualdade de direitos é nos fazer acreditar que ela trabalha visando uma igualdade real [...]” (Bourcier, 2020, p. 79), quando na verdade a desigualdade dentro do próprio universo da exclusão de corpos marcados pela diferença permite o funcionamento dos sistemas estatais e dos fluxos de capital humano. Sobre o caso específico do acesso a direitos previdenciários, mesmo quando o Estado reconhece a base na qual o direito se assenta, a sua garantia exige a normatização completa do gênero e da

identidade legalizada nos marcos da heterossexualidade e do capacitismo.

Grande parte das plataformas políticas queer e transfeministas tem se empenhado em promover a transformação da realidade que envolve a questão trans e suas implicações para outras lutas por justiça social. O ponto central que essas perspectivas evidenciam é que o reconhecimento e inclusão nos marcos da institucionalidade e segundo registros de similitude, não apenas de gênero, mas, também, de raça, aponta para a necessidade de transformação radical da nossa percepção sobre como devemos lutar pela garantia de direitos. Conforme aponta Bourcier (2020, p. 89):

Nem reconhecimento, nem inclusão, mas transformação e redistribuição: esse é o lema mínimo das políticas queer e transfeministas. São antipolíticas de igualdade que se apropriam de uma agenda de esquerda para se opor ao liberalismo e ao neoliberalismo individualizantes, despolitizantes e injustos, cujas políticas para as minorias visam apenas a fração rica e branca dessas minorias. O Direito não apenas restringe a biopolítica e o tecido da subjetividade, mas o faz sub-repticiamente e gerando uma consciência tranquila.

No Brasil, a legislação previdenciária é regida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de benefícios da Previdência Social – Lei nº 8.213/1991 e por outras normas complementares. Com base nessa legislação, são requisitados alguns pontos específicos para aposentadoria de mulheres trans que incluem além da mudança do nome e do gênero, a exigência da idade e do tempo de contribuição aplicado às mulheres de modo geral, a saber: 62 anos de idade e 30 anos de contribuição. Porém, diante dessa realidade, levanta-se um grande questionamento que precisa ser analisado e discutido como pauta de urgência, pois tem gerado conflitos. Se

a população trans no Brasil, estatisticamente tem um período de vida total, não apenas produtivo, muito mais reduzido do quaisquer outras frações populacionais, o reconhecimento previdenciário de pessoas transexuais e travestis, segundo critérios cisgênero é flagrante estratégia de negação ou retardamento de direitos.

É perceptível o quanto que as mulheres trans enfrentam desafios significativos para conquistarem seus direitos previdenciários, além da burocratização e dos impedimentos institucionais se soma o preconceito, discriminação, e atos de transfobia que dificultam ainda mais o acesso ao mercado de trabalho formal, onde as contribuições previdenciárias são garantidas perante a lei. Isso resulta em menor tempo de contribuição e, conseqüentemente, dificuldades para o cumprimento dos requisitos de aposentadoria.

Para compreender o contexto específico da aposentadoria de mulheres trans brasileiras, é necessário pontuar que os critérios utilizados pelo legislador previdenciário, como idade e tempo de contribuição, são de fundo sociocultural e biológico. De acordo com Silva (2019, p.134):

Os fatores socioculturais são aqueles que estão ligadas à sociedade na qual esta mulher está inserida, tendo como principais fatores grau de instrução, entidade familiar e o mercado de trabalho, desse modo, pesquisas apontam que mesmo que haja uma maior escolaridade do sexo feminino, devido ao machismo arraigado na sociedade, as mulheres ganham 38% menos que os homens exercendo a mesma função e possuindo a mesma carga horária. Já no que se refere ao fator sociocultural, a respeito da entidade familiar, as mulheres são tratadas com diferença dentro de seus próprios núcleos familiares, tendo em vista que em diversos momentos os afazeres domésticos são tidos como femininos

e o sustento da família seria principalmente masculino.

A média salarial de mulheres trans é geralmente mais baixa devido à discriminação no mercado de trabalho. Contribuições menores ao longo da vida laboral resultam em benefícios de aposentadorias mais baixos. O fato é que, há uma necessidade de se criar uma política de trabalho para pessoas trans com o objetivo central de capacitar e promover, além do acesso aos direitos previdenciários por meio das contribuições, a emancipação e a autonomia dessas mulheres que são colocadas à margem de grupos sociais que por sua vez também são marginalizados.

Entretanto, para que haja uma maior visibilidade das pessoas trans na sociedade, se faz necessário também promover e estimular programas de educação e sensibilização sobre a identidade de gênero nas empresas, na escola e na sociedade em geral para que, assim, possam ser minimizados pelo menos o preconceito cotidiano e a discriminação. É preciso e também urgente formular mudanças na legislação previdenciária para a considerar das particularidades existentes na trajetória profissional das mulheres trans, o que pode ajudar a garantir uma aposentadoria sensível e mais digna. As mulheres trans não deveriam ser consideradas a partir dos padrões atualmente considerados pelas instituições previdenciárias e principalmente pelo judiciário, pois esse é “[...] quem deverá nos próximos anos produzir decisões que virão a se tornar base para uma possível alteração na lei sobre o assunto devendo os julgadores manterem a mente aberta para os novos tempos” (Silva, 2019, 137). Nesse sentido, o que principalmente deve ser levado em consideração, além do contexto de vulnerabilidade e marginalização no qual grande parte das mulheres trans estão inseridas, é que por ser mulher, elas preenchem todos os requisitos do ponto de vista do direito civil, não devendo ser diferente nos casos de consideração do tempo de contribuição e

idade para adquirir o benefício da aposentadoria. Refletindo a partir de Silva (2019, p. 138):

Sobre a mulher trans, faz-se necessária a análise de casos hipotéticos para uma maior compreensão do fenômeno jurídico que futuramente será vislumbrado. Imaginando o caso de um homem que durante toda sua vida se sentiu desconfortável com o próprio corpo, não se identificando com o gênero masculino, após passar pela transgêneralização, passando a ser mulher perante a sociedade, e com a passagem de alguns anos, ao preencher os requisitos para a aposentadoria por idade, é impedida de se aposentar por faltar ainda cinco anos, tendo em vista que nasceu homem. Ora, se para efeitos do direito civil, por exemplo, ela possui todos os direitos inerentes a qualquer outra, não deve o direito previdenciário tratá-la de forma que a diferencie das outras pessoas do mesmo sexo, sendo que durante a maior parte de sua atividade laboral e contributiva esta pertenceu ao gênero feminino

É diante de situações como essa que a legislação previdenciária não tem base para a manutenção da distinção de mulheres trans com relação a outras mulheres, visto que tal julgamento, segundo Francisco Lopes e Viviane Coitinho (2013), pode afrontar os princípios da dignidade humana no geral e se constituir como tremendo retrocesso da lei. Dessa forma, a legislação previdenciária deverá fazer uso também do princípio da isonomia, no objetivo de enxergar a desigualdade entre as pessoas enquanto seres dotados de direitos e assim, minimizar os tratamentos desiguais que são atribuídos às pessoas mais vulneráveis, inseridas em uma sociedade que se utiliza de marcadores da diferença de fundo biologizante para determinar quem deve ou não possuir direitos.

Considerações

A burocratização na concessão de direitos tem sido um obstáculo para o pleno exercício da cidadania. Por falar em cidadania, vale ressaltar que em via de regra, ela tem sido uma falácia, pois o próprio processo utilizado para conquistá-la se dá por meio de um pacto de direitos baseado na exclusão e no “deixar morrer” de outros sujeitos. Tal como colocado por Puar (2024), a falta de uma análise interseccional dos movimentos por direitos no geral e do próprio movimento pelos direitos trans, deixa uma visão parcial de quem se beneficia desses direitos.

A complexidade e a ineficiência dos processos administrativos afetam negativamente o acesso a direitos fundamentais, impactando especialmente os grupos mais vulneráveis. Muitos processos exigem uma quantidade excessiva de documentos, alguns dos quais são difíceis de obter, como por exemplo a Certidão de Tempo de Contribuição – CTC, exigida geralmente nos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, cuja exigência feita pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para fornecê-lo, é extremamente burocrática, tendo que apresentar diversos outros documentos complementares, e mesmo assim, corre-se o risco de ter a solicitação indeferida por não ter cumprido algum dos requisitos. Lima e Cardoso (2022) sinalizam que “a tendência é que o INSS indefira os requerimentos de aposentadoria feitos por transgêneros, tendo em vista inexistir normas que protejam a população trans.” Os trâmites administrativos são frequentemente longos e complexos, com múltiplas etapas que podem ser confusas ou totalmente impeditivas para pessoas sem conhecimento técnico, acesso à assistência jurídica ou condições básicas.

E quando essa burocratização estatal se soma a fatores ligados a questões de gênero e sexualidade, o cenário fica ainda mais caótico. A maneira como o Estado brasileiro violenta a população trans manifesta-se em diversas áreas, desde a saúde e segurança até a educação e o mercado de trabalho, que gera uma problemática

gigantesca em situações futuras como a aposentadoria. Isso quando se chega à aposentadoria, pois além da burocratização, existe o fator expectativa de vida que é esmagadoramente mais desfavorável à população trans em termos estatísticos e comparativos.

A falta de políticas públicas eficazes e de ações concretas para combater a discriminação e promover a inclusão resulta em graves violações de direitos humanos e marginalização social. Para Bourcier (2020, p. 66) “As políticas de igualdade, da maneira em que foram realizadas por organizações gays e lésbicas institucionais, não levam em conta a população”. O que acontece é que essas instituições “ou negligenciam seções inteiras ou se encontram do lado da administração e, portanto, do biopoder.” O grande problema a ser considerado é que o próprio Estado gerencia o processo de exclusão em vista da manutenção de sistemas de opressão, isso porque ele se alinha à vontade biopolítica que toma a vida como o bem supremo, e portanto, o maior capital, e o neoliberalismo que inaugurou novas formas de exploração do corpo nos ditames das próprias identidades. Finalizamos com um prognóstico que não é animador, mas útil para pensar: “Dessa forma, estando a previdência social, sob uma administração estatal neoliberal e excludente, espera-se um agravamento da situação previdenciária da população trans” (Lima e Cardoso, 2022, p. 103).

Referências

BENEVIDES, B. G. A Luta por Sobrevivência no País que Mais Mata Travestis e Transexuais do Mundo. In ANTRA. *Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais: Brasil, 2018. p. 7-31.

BENEVIDES, B. G. & Nogueira, S. N. B. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Editora Expressão Popular/ANTRA/IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos>. Acesso: 22 jul. 2024.

BORTONI, L. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. *Jornal do Senado*, n. 4721, 20 jun. 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/538498>. Acesso: 21 out. 2024.

BOURCIER, S. *Homo incorporated: o triângulo e o unicórnio que peida*. Tradução: Maria Bechara. São Paulo: Crocodilo, 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BRASIL. Lei 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto da República. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso: 11 maio 2024.

CAMPOS, L. V. Cisgênero e Transgênero. *Site Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/sexualidade/cisgenero-transgenero.htm>. Acesso: 03 jul. 2024.

CFESS. *Transfobia*. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014 – 2016). Série: Assistente social no combate ao preconceito, Brasília – DF, 2016.

COPETTI, D.; WERMUTH, M. Â. D. O conceito de biopolítica em Michel Foucault: uma análise a partir do sistema prisional brasileiro. *XXVIII Seminário de Iniciação Científica*. UNIJUÍ, Rio Grande do Sul – RS, 2020.

DIAS, A. L. F. et al. À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua. *Gerai, Rev. Interinst. Psicol.* [online]. v. 8, n. spe., p. 214-233, 2015. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo>.

[php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202015000200005](https://www.scielo.br/j/ref/a/yrrw8nKKHGgrK6tG3yfkJrB/).

Acesso: 28 out. 2024.

FERREIRA, J. A. Diálogo entre colonialidade e gênero. *Rev. Estudos Feministas*. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yrrw8nKKHGgrK6tG3yfkJrB/>. Acesso: 28 out. 2024.

FOLLE, E. C. *Precariedade e informalidade: uma perspectiva sobre a empregabilidade trans no Brasil*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Porto Alegre, 2021.

FOUCAULT, M. *Os anormais: curso no Collège de France (1974 – 1975)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

LIMA, M. S. F.; CARDOSO, F. S. Gênero, binaridade e previdência social: reflexões sobre os paradigmas de aposentadoria para a população trans no Brasil. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 8, n. 3, p. 72–108, (2022).

LIMEIRA-DASILVA, V. R. A Crítica de Gênero e Raça à Ciência e às Estratégias de Dominação Epistêmica. In: LIMEIRA-DASILVA, V. R.; COSTA, J. C. (Eds.) *Multitudes Metodológicas: Raça, Sexo, Gênero e Estado na Articulação de Marcadores da Diferença*. Campina Grande: EDUEPB, p. 119-150, 2024.

LOPES, F. R.; COITINHO, V. D. *Faces do Direito Previdenciário: aposentadoria por tempo de contribuição para o transexual*. 1ª ed. Santa Maria: Mineli, 2013.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELO, R. A. et al. Situações de vulnerabilidade vivenciadas por pessoas transexuais. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 12, e5109. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2023.e5109>. Acesso: 28 out. 2024.

OLIVEIRA, I.; ROMANINI, M. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgêneras nas políticas públicas de saúde. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 1, e170961, 2020.

PANIZA, M. D. R.; MORESCO, M. C. À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho. *Rev. Administração de Empresas FGV EAESP/RAE*, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 1-20, 2022.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193–198, 2011.

PUAR, J. K. *Corpos com Novos Órgãos: Devir trans, devir “deficiente”*. Tradução de Victor Limeira-DaSilva. In: LIMEIRA-DASILVA, V. R.; COSTA, J. C. (Eds.) *Multitudes Metodológicas: Raça, Sexo, Gênero e Estado na Articulação de Marcadores da Diferença*. Campina Grande: EDUEPB, p. 74-118, 2024.

SANTOS, K. M. de O.; OLIVEIRA-SILVA, L. C. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. *Cadernos Pagu*, n. 62, 01 out. 2021. DOI: 10.1590/18094449202100620021.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez 1995.

SCOTT, J. W.; HADDAD, L. C.; MALUF, M. R. T. A invisibilidade da experiência. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 16, p. 65-77, 2012.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, UFSC, Florianópolis, SC, v. 13, n. 1, p. 7-18, 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000100001.

SILVA, M. A. *Travestis e transexuais no Estado de São Paulo: inserção no mercado de trabalho*. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Santa Casa de São Paulo, 2018.

SILVA, P. M. Aposentadoria do transexual uma análise doutrinária com base nos direitos fundamentais. *Rev. de Direito Faculdade Dom Alberto*, Santa Cruz do Sul – RS, v. 8. n. 1, p. 120–145, 2019.

SOUZA, V. B. *Gênero e serviço social: desafios a uma abordagem crítica*. São Paulo: Saraiva, 2015.

STEPAN, N. L. Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 72-96.

WEEKS, J. *Sexuality*. New York: Routledge, 1986.

Nas brechas das normas se tecem resistências: Experiências Não-Heteronormativas na escola¹

*Emannuely Maria da Silva Santos
Nerize Laurentino Ramos*

A escola parece ser, depois da família, a instituição que mais dispõe do tempo da infância e adolescência dos indivíduos, enquanto núcleo social de relações secundárias. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (2017), a educação básica é obrigatória a partir dos quatro anos até os dezessete anos de idade. Desde a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio se somam, aproximadamente, treze anos destinados ao processo de escolarização. É, pois, a instituição na qual, desde muito cedo, por um tempo variável e submetidos/as às variadas tecnologias de poder, que nós construímos relações de socialização, conhecemos códigos, valores socioculturais, nos confrontamos com o estranho, o diferente, o “outro”.

Esse encontro com a diferença pode ser conflituoso pois o “outro” é de outro gênero, de outra raça, de outra sexualidade. Ao desconstruir os pressupostos de neutralidade sob os quais se

1 Esse artigo foi publicado primeiramente na Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, [S. l.], v. 32, n. 72, p. 266-280, 2023. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2023, v32, n72., p266-280. Disponível em através do link: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/17712>.

assentam o espaço escolar, o sociólogo Richard Miskolci (2012) aponta que a educação e a escola, em particular, são mecanismos de socialização que, agenciando poder e saber, fabrica um contingente de sujeitos normalizados por intermédio do alcance do que há de mais íntimo da subjetividade dos/as jovens em período de formação.

Uma análise acurada é capaz de observar que a escola atua como uma espécie de *continuum* das complexas bases que organizam a vida social contemporânea, o processo de diferenciação (Brah, 2006). No campo das normas, a atribuição sempre é realizada a partir de lugares sociais que ocupamos, no ato da demarcação de fronteiras entre aqueles/as que representam a referência e aqueles/as que ficam fora dela, alocados/as na margem social. Entretanto, a questão não é a diferença em si, senão como é produzida, por quem e sobre quem recai, porquanto essas operações elegem arbitrariamente quais sujeitos são referências para um “outro” assujeitado.

Assim, como acontece em outras ambiências de sociabilidades, na escola, aqueles/as que são marcados pela diferença, convivem com os olhares de reprovação, constrangimento, afastamento pensado, falas de rejeição até ações que causam sofrimento físicos. Essa parece ser a maior razão para alguns/algumas estudantes viverem sua identidade sexual em completo segredo, calando os indicativos que se possa suspeitar. Essas experiências da “clandestinidade”, do escárnio, das exclusões, de agressões físicas são características da condição de abjeção, que nada mais é que a punição para esse “outro” que ousa romper com a norma, especialmente, com a heteronormatividade (Miskolci, 2007). Isso significa que o processo de normalização da heterossexualidade na escola só é possível pelo ordenamento de diferenças, classificações e processos de diferenciação imbricadas nas relações de poder².

2 Compreendido sob a perspectiva do filósofo Michel Foucault (1979), os poderes microfísicos ultrapassam as simples determinações repressivas.

Nos últimos vinte anos, observamos o reconhecimento e a implementação de políticas educacionais que introduzem debates sobre relações de gênero e sexualidade nas salas de aula. Esses dispositivos legais representam uma oportunidade para a construção de uma escola sem LGBTQIAPfobia, evidenciando que a instituição escolar não é neutra em relação a essas questões; pelo contrário, contribui para o processo de naturalização da heterossexualidade como modelo hegemônico

No entanto, esses avanços, em termos de documentos oficiais que norteiam a educação, parecem estar sendo contidos por uma onda neoconservadora que desfaz o que, a muito custo, foi conquistado por movimentos feministas e o movimento LGBTQIAP+. Esse desmonte tem efeitos adversos para aqueles/as estudantes que não reiteram a norma da heterossexualidade. Por vezes, esses/as são convocados ao abandono escolar ou a conformação do cotidiano hostil, na condição de haver ou não interferências da comunidade escolar.

A Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar, de 2016, em parceria com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Grupo Dignidade e o Centro Paranaense da Cidadania, o Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual e o Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná³, indicam que 73% dos/das estudantes já foram agredidos/as verbalmente em razão de sua orientação sexual, 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por sua identidade de

Eles se configuram como forças significativas, capazes de produzir saberes, moldar subjetividades, constituir realidades e formar discursos.

- 3 Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. *Ebook*. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2024.

gênero, 27% foram agredidos/as fisicamente por sua orientação sexual, 25% foram agredidos/as fisicamente por sua identidade de gênero e 56% foram dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente.

O esforço em problematizar essas dimensões chanceladas como naturais, é necessário na medida em que o problema da abjeção social relacionado aos marcadores de gênero e sexualidade estão para além da instituição escolar. A série heterogênea de dispositivos que circulam compulsoriamente pela sociedade acerca do corpo, no interior de circunstâncias históricas particulares, atuam como “um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapolam os muros da escola, mas encontra nesse espaço um terreno fértil de disseminação” (Bento, 2011, p.555-556).

Podemos constatar essa preocupação mesmo nos embates políticos durante as elaborações do Plano Nacional da Educação (PNE) e o Plano Municipal de Educação (PME), em 2014, onde se deflagram indignações coletivas em torno dos conteúdos sobre igualdade de gênero e diversidade sexual. Anterior a isso, sob a rubrica do movimento “Escola sem partido” iniciado em 2004, em prol da interdição desse debate temático em sala de aula, se instaurou o início de um grande “pânico moral”, como denominou Gayle Rubin (2012).

Mesmo havendo a dimensão da LGBTIQIAPfobia, de preconceitos diversos e retaliações na escola, são muitos/as os/as que vivem as experiências da sexualidade e gênero dissidentes de formas explícitas e autodeclaradas. O controle, a disciplina e a vigilância não são as únicas faces da relação com o poder para os/as estudantes que não correspondem a heteronormatividade.

Considerando isso, buscamos analisar em uma escola urbana e pública de ensino fundamental e médio localizada no município de Queimadas (PB) a noção de poder expandida. Quais são as formas de resistências que os/as jovens escolares não-heteronormativos/as encenam para superar as experiências de abjeção causadas pela LGBTIQIAPfobia? Nossa hipótese é a de que dois polos antagônicos

estejam em um embate neste contexto: o desejo pelo controle e o desejo pelo enfrentamento.

Para alcançar os resultados da pesquisa, recorreremos ao uso da metodologia qualitativa para ampla visualização do problema a ser investigado. Combinamos as seguintes técnicas: i) o uso de entrevistas semiestruturadas com os/as estudantes realizadas na Plataforma Gsuite/Google Meet; ii) diálogos através do aplicativo de mensagens WhatsApp; iii) uma coleta de dados online por intermédio do Google Forms e a revisão da literatura específica sobre o tema. O acontecimento das entrevistas de maneira digital se deu, especialmente, pelos pedidos dos/as estudantes na justificativa de que a pesquisa trata de questões demasiadamente íntimas.

Os dados das entrevistas foram transcritos e analisados na historicidade que os caracteriza, atribuindo à própria linguagem um marcador histórico-social, que constitui nossas experiências, nossa realidade, nosso mundo de significados. Partindo das orientações de Michel Foucault (1996), não ambicionamos buscar no universo do discurso uma essência, uma origem, um não-dito; nem tampouco considerar que as reflexões aqui alçadas podem ser conclusivas.

Desenvolvemos um roteiro de entrevista para conduzir nosso estudo compondo vinte e três perguntas, que conta com questões iniciais elementares acerca da idade, naturalidade, raça/etnia, religião, identidade gênero e sexual, pois entendemos que as composições das distintas identidades particularizam as experiências e narrativas dos/as estudantes. Ao todo, foram entrevistados/as dezesseis alunos/as do segundo e terceiro ano do ensino médio. A faixa etária destes/as compreendem dos dezesseis aos dezoito anos. Todas as entrevistas resguardam as identidades dos/as informantes para que suas intimidades não sejam expostas, por isso, todos os nomes que aqui aparecem atribuídos a uma fala são fictícios.

A proposta dessa pesquisa evidencia os níveis diferenciados de percepções e sensibilidades, pois a partir de um lugar particular de poder e inserção social, os/as estudantes marcados pela diferença falam com autoridade sobre suas experiências escolares localizadas

em um município que possui mais de 40 mil habitantes, distribuídos numa área de 403 km, com densidade demográfica de 118,33 por km. Da população total, 18.561 mil habitantes moram em domicílios urbanos e 15.687 mil residem na zona rural. É, nesse sentido, a maior cidade do Estado da Paraíba em número de moradores rurais, segundo os dados do IBGE (2022). A taxa de escolaridade de 6 a 14 anos de idade representa, em termos percentuais, 96,6%. No ensino fundamental se registra 6.839 matrículas distribuídas em 41 escolas. No ensino médio, 1.931 matrículas para 4 escolas.

O esforço de realizar o recorte socioespacial do município em questão exige evidenciar que há pouco mais de dez anos, a cidade foi marcada pelo mais violento crime, conhecido como a “barbárie de Queimadas”, um caso planejado de estupro coletivo seguido de homicídio de Izabella Pajuçara Frazão Monteiro, professora da escola pesquisada nesse artigo, e a recepcionista Michelle Domingues da Silva. Com máscaras de carnaval, seis homens invadiram uma festa de aniversário, anunciaram um assalto e renderam cinco mulheres com cordas e lacres do tipo “enforca-gato”, na madrugada do dia 12 de fevereiro de 2012. Três das vítimas conseguiram escapar, principalmente, por não terem reconhecido o rosto dos algozes. Nesse pequeno município do interior da Paraíba, é comum que os habitantes estabeleçam algum laço de convivência. No entanto, surpreendeu a um grande número de pessoas que os executores e envolvidos nesse crime tenham sido amigos das vítimas e de suas famílias.

A crueldade nas dobras do crime apontou que os estupros representaram para o mentor da ação um presente de aniversário pensado para um dos seus irmãos. Na apuração dos fatos, sete homens foram presos e três adolescentes apreendidos. Mas no dia 17 de novembro de 2022, a memória coletiva queimadense volta a ser inflamada quando um dos condenados fugiu pela porta lateral da Penitenciária de Segurança Máxima Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes, na cidade de João Pessoa (PB). Capturado apenas em março de 2024.

A perversidade das ações alcançou repercussão nacional, se tornando um precedente caso de violência de gênero na cidade de Queimadas (PB), e merece ser uma importante fonte de dados para contextualizar essa pesquisa considerando que a base do acontecimento está no imaginário coletivo misógeno e sexista.

As discussões aqui realizadas possibilitam adensar o debate das políticas educacionais para as juventudes do Estado da Paraíba, tendo em vista que as investidas da onda neoconservadora vêm cerceando as escolas brasileiras e se intensificam cada vez mais em episódios de crise sociocultural e política, instaurando um verdadeiro pânico moral em torno do debate sobre igualdade de gênero e diversidade sexual. É importante destacar que no ano de 2018, o então prefeito do município de Queimadas, José Carlos de Sousa Rêgo, no uso das suas atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, aprovou e sancionou a Lei 547/2018 que: “Proíbe as atividades pedagógicas que visem a reprodução de conceito de ideologia de gênero na grade de ensino da rede municipal e da rede privada do Município de Queimadas-Paraíba, e dá outras providências”. Revogada pela lei nº 551/2018.

1 O corpo em cena

Os tentáculos da modernidade alcançaram o corpo, tornando essa dimensão alvo do governo da vida, de disputas públicas e políticas que ambicionam a força da verdade. Nesse terreno de tensões, a sexualidade é uma das searas mais polêmicas, sobretudo, porque envolve outras interseções políticas e culturais, como gênero, classe, raça, etnia e geração.

Ambivalências alcançam e consubstanciam o debate podendo ser ilustrado como grupos sociais neoconservadores⁴ que evocam

4 No Brasil, podem ser designados neoconservadores: grupos fundamentalistas religiosos que exercem atividades parlamentares na Câmara e no Senado;

a ordem moralista que marca, com o peso da diferença, os sujeitos não-heteronormativos *versus* os grupos sociais que interpelam, desestabilizam as fronteiras sexuais forjadas como intransponíveis, expressando inconformidades a ordem sexual do presente: a heteronormatividade. Esse regime supõe que não cabe o questionamento da superioridade da heterossexualidade, senão, que o indivíduo cumpra as expectativas sociais adequadas para o seu sexo e gênero (Miskolci, 2012).

Nesses termos, a sexualidade “ideal” perpassa pelo constructo sociocultural do sistema de gênero, elemento fulcral para definição de masculinidade e feminilidade, possuindo como parâmetro a atração erótica e sexual pelo sexo oposto. Disso resulta, a interdependência entre gênero e sexualidade como dimensões inseparáveis. Para a socióloga Ana Maria Brandão (2008), decorre desse imaginário a condenação social da lésbica máscula e do gay afeminado podendo ser identificados/as pelos indícios de uma orientação homoerótica.

No entanto, esse potente investimento discursivo sobre as sexualidades não se localiza apenas na contemporaneidade. Na medida em que a sociedade exerce sua preocupação aguda com o governo da vida aprimorando suas técnicas de controle sobre a população — “pelo bem da uniformidade moral; da prosperidade econômica; da segurança nacional ou da higiene e da saúde” (Weeks, 2018, p. 65) — vê-se em torno do sexo “uma verdadeira explosão discursiva” (Foucault, 2020, p.19) constituindo o que o filósofo chamou de “dispositivo da sexualidade”, acionado e incorporado aos discursos e saberes médicos, jurídicos, educacionais, entre outros obstinados a elaborar verdades sobre o sexo.

Passado o tempo em que os códigos de decência, obscenidades eram menos rigorosos, se comparado aos decoros das atitudes com relação ao sexo nos séculos XVIII e XIX, adentramos em um

grupos que compõem o espectro direita, defensores do neoliberalismo e populistas autoritários.

regime vitoriano⁵, o qual a sexualidade é, segundo Foucault (2020), cuidadosamente encerrada. Na condição do princípio do segredo e da garantia à reprodução, o sexo é confiscado em atos e palavras. Mas, acerca da sexualidade se fala no mais extenso detalhamento, em uma linguagem depurada.

[...] o Ocidente não é realmente um negador da sexualidade – ele não a exclui -, mas sim que ele a introduz, ele organiza, a partir dela, todo um dispositivo complexo no qual se trata da constituição de individualidade, da subjetividade, em suma, a maneira pela qual nos comportamos, tomamos consciência de nós mesmos (Foucault, 2020, p.76).

Ao pensar a sexualidade em matéria discursiva inventada historicamente, Foucault amplia a tese bem aceita da hipótese repressiva, em que se pese o pudor moderno em proibir e fazer calar o sexo no plano real e no nível da linguagem. O autor argumenta que, há três séculos, nós não o condenamos à obscuridade, mas, sim, a um regime de verdades consagradas para valorizá-lo em diferentes instituições, não recorrendo apenas às elaborações estritamente morais, mas, também, pelas vias de discursos racionais.

Novos/as especialistas surgem para dar conta cientificamente desse campo definindo quem está autorizado a falar sobre o sexo, em que contextos e em quais relações sociais. Na pretensa vontade

5 Período em que o Reino Unido esteve sobre o reinado da rainha Vitória entre os anos de 1837 a 1901. Com o fim da Era Georgiana, se dá início a novos contornos morais sobre as condutas sexuais e a irrupção de novas restrições. Tornam-se rigorosos os códigos sociais e a tolerância para atos criminosos. Nesse momento, a sexualidade passa a ocupar centralidade nos problemas de ordem social, cultural e econômica. A difusão desses valores circulara por todo o mundo reverberando, inclusive, na maneira como lidamos até hoje com nosso corpo, sexo e sexualidade.

de saber “organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos em torno das mínimas fantasias” (Foucault, 2020, p.40). Ao lado de algumas instituições, as quais o filósofo chama de instituição de sequestro, Foucault cita a escola como lugar “capaz de capturar nossos corpos por tempos variáveis e submetê-los a variadas tecnologias de poder” Foucault (1975, apud Veiga-Neto, 2007, p.76).

O caso é que, desde a multiplicidade de discursos sobre o ideal das experiências sexuais do corpo, desaparece a forma franca de se tratar sobre sexualidade entre educadores/as e alunos/as. São implantadas mais do que ordenações de interdições, a escola coloca em funcionamento um complexo arranjo disciplinar. Se aguçam as práticas de descrições e de tato para que nesse espaço não seja cometido o “pecado universal da juventude”. De acordo com Michel Bozon (2004, p.27) decorre que:

A entrada dos jovens na sexualidade se faz através do olhar e do controle dos parentes e dos mais velhos, que estabelecem regras segundo as quais os jovens — homens e mulheres — têm acesso a essa atividade estatutária da idade adulta. Em todas as culturas, a iniciação sexual é uma etapa marcante para a construção social do masculino e do feminino (Bozon, 2002, p.27).

Convém considerar que, dentre as várias tecnologias de poder que constitui o dispositivo da sexualidade, o poder disciplinar é uma das formas de exercício de controle sob o corpo, nos menores detalhes do seu funcionamento e capacidades. Sendo essa materialidade alvo do poder com efeitos duradouros e profundos, cujas práticas disciplinares são possíveis por uma espécie de vigilância constante. Em resumo, o “[...] poder disciplinar ‘atua’ ao nível do corpo e dos saberes, do que resultam formas particulares tanto de estar no mundo - no eixo corporal -, quanto de cada um conhecer o mundo e nele se situar - no eixo dos saberes” (Veiga-Neto, 2007,

p.71). No espaço escolar, essas técnicas são tão sutis que por vezes são tomadas como naturais. A composição da distribuição do espaço e do tempo revelam que os sentidos dos/as estudantes devem ser educados para que se aprendam os sinais, desde um olhar hierárquico até recompensas ou medidas corretivas.

A escola torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino. [...] O treinamento dos escolares deve ser feito da mesma maneira; poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais – sinos, palmas, gestos, simples olhar do mestre, ou ainda aquele pequeno aparelho de maneira que os Irmãos das Escolas Cristãs usavam; era chamado por excelência o ‘sinal’ e devia significar em sua brevidade maquinal ao mesmo tempo a técnica do comando e a moral da obediência. [...] O aluno deverá aprender o código dos sinais e atender automaticamente a cada um deles (Foucault, 1993, p.149-150).

Observamos que dentre as diversas vigilâncias em torno das sexualidades na escola, o arsenal de atenção e advertência são, ainda mais, inexoráveis sobre aqueles/as estudantes que não correspondem às normas e expectativas sociais de gênero, os/as que inscrevem na sua performance expressões incoerentes e/ou ambíguas. Na medida em que acontece o embaralhamento de gênero e sexualidade, surgem incompreensões acerca dos/as que vivem na fronteira dessas dimensões porque são confusos ao regime de normalidade. “O corpo é interpretado como um local de resistência e contestação contra todas as formas de normalização” (Aboim; Vasconcelos, 2022, p.9).

Os gestos, a ação corporal, o movimento, a fala, a persistência e a exposição à possível violência entram para o campo visual e audível das reivindicações que busca minimizar e contestar as impossibilidades de viver abertamente a diferença. A principal maneira de enfrentamento para esses/as é uma espécie de “rede de mãos” que buscam tecer reivindicações coletivas e corporificadas para que suas existências escolares sejam tratadas igualmente e que sejam igualmente vivíveis.

2 Uma análise das formas de resistências

Em toda a história da instituição escolar se pode observar que, relativamente, o que há de mais comum, em termos espaciais e temporais, é a presença de tramas complexas de poder contextuais convertidas no espaço, no currículo e no cotidiano da escola. Entretanto, é um equívoco supor que os/as envolvidos/as nessa rede de ensino-aprendizagem, especialmente os/as estudantes, estejam, pois, submetidos/as inexoráveis tecnologias de poder postas em ação. Nas brechas desse domínio, se tecem resistências, possibilidades de atitudes criadoras, transformadoras, que transgridam as disciplinas.

Desde o início, de acordo com a analítica de Michel Foucault (1979), tratamos o poder em vias de positividade, de produção, antes de ser repressivo. Nesse momento, recorreremos novamente a essa compreensão, mas, agora, expandida: o poder à guisa da resistência. Essa dimensão, na perspectiva foucaultiana, coexiste com o poder e deve ser tão produtiva e inventiva quanto ele é.: “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (Foucault, 1979, p.241). Isso acontece porque “[...] a ‘agonística’ entre as relações de poder e a intransitividade da liberdade são uma tarefa política incessante; ela é, propriamente, a tarefa política inerente a toda existência social” (Branco, 2008, p. 205-206).

O que gostaríamos de explicitar e desdobrar é que na escola, o controle, a disciplina e a vigilância não são as únicas faces da relação com o poder para os/as estudantes que expressam sexualidades dissidentes e/ou não correspondem a heteronormatividade. Dois polos antagônicos estão no embate: o desejo pelo controle e o desejo pelo enfrentamento. Se depois de ser submetido/a ao enxovalho, como se reconhecer no que é rejeitado? Conforme o conjunto de narrativas que perfazem essa pesquisa, as principais formas de negociação e resistências são expressas através do acesso a busca de conhecimentos e informações em outras vias, além dos muros da escola, sobre identidades de gênero e diversidade sexual e a construção de sociabilidades dissidentes.

Ao interpelarmos quais as possibilidades que os/as estudantes apontam para o enfrentamento da LGBTIQIAPfobia na escola, oito destes/as apresentam a promoção de ações pedagógicas, atividades e debates acerca do respeito às diferenças e a desnaturalização da heteronormatividade. Essas narrativas parecem se intercambiar para uma só conclusão: a instituição aparenta ter dificuldades para tratar sobre as diversas expressões das sexualidades sob a argumentação dessas questões serem demasiadamente íntimas e que não competem ao processo de escolarização. Entretanto, sabemos que as omissões em torno da LGBTIQIAPfobia representam uma problemática forma de se educar e capturar a subjetivação dos/as jovens de idade escolar. O silêncio ante a uma situação de discriminação é uma afirmação de valores concordantes.

De acordo com as impressões dos/das estudantes, na escola, o “reino” da produção de conhecimento acerca das sexualidades é colonizado pela perspectiva do sexo seguro relativos à saúde, prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e os problemas da gravidez na adolescência. O que evidentemente não fazemos objeção crítica por se tratar de um problema de ordem sociocultural. No entanto, é questionável que os recônditos da temática sejam dados por encerrados pelas epistemologias da biologia e saúde. Miskolci, nos alertar que é preciso:

[...] superar de vez, isso é fundamental, qualquer visão da sexualidade apenas como algo biológico como, um tópico para lidar com DSTs, gravidez na adolescência, todo esse discurso é normalizante. [...] Precisamos repensar nosso modelo de recusa, mas também de aceitação (Miskolci (2012, p.57).

Sabemos que na puberdade e adolescência, as alterações hormonais implicam em maiores estados de excitação, ansiedade, curiosidade e experimentações que ocupam grande centralidade na vida dos/as estudantes, porque essa dimensão está presente nas músicas, nos gestos, nas entrelinhas, nos não-ditos, nas piadas, nos desenhos de órgãos genitais nas carteiras e banheiros da escola. Então, por que não abordar de maneira séria e comprometida as diferentes formas de experimentar o corpo e os desejos? Por que não esmiuçar as razões pelas quais aprendemos a rejeitar e hostilizar as sexualidades não normativas?

Acho que nunca ou quase nada estudei sobre o mundo LGBTQIA +. Talvez seja um tipo de medo ou sei lá. Tipo aquilo lá do pânico sobre educação sexual nas salas de aulas. Nunca tive aula sobre sexualidade fora da norma, ainda mais que isso deveria ter no projeto de vida, como autoconhecimento. Eu acho que seria legal se a escola dessa mais atenção a isso. Não só palestras, sabe? Não resolve muito. Massa seria se desenvolvessem ações para repensar as coisas, esses temas. O que muitas vezes é discutido em sala de aula é aquilo de sempre, prevenção, vírus do HIV e gravidez na adolescência. (Felipe, 17 anos, 3º ano médio, homossexual).

A respeito disso, a fala de Felipe parece encontrar complementaridade no argumento de outra estudante:

O que eu espero mais da escola, assim que eu tiver oportunidade vou expressar isso a professores e direção. Vou dizer que espero deles palestras incentivando o pensamento que ser lésbica é normal, ser gay é normal, ser bi é normal. Isso causa muita confusão. Merecemos respeito! Não só precisamos saber sobre contracepção e ISTs. Isso é importante e tal, mas não se resume a isso, sabe? Aos poucos, vou conquistando meu lugar na escola. Foi ótimo me expressar porque a gente não tem local de fala na escola pra falar o que eu acho sobre essas relações. Eu sempre procuro saber fora mesmo, na internet ou com um colega sobre essas questões. (Bruna, 16 anos, 3º ano médio, lésbica).

São muitas as razões pelas quais os temas mais “polêmicos” das sexualidades são mantidos fora do alcance das reflexões. Além do que já tratamos, em termos da prerrogativa do regime sexual presente, observamos que desdobrar essas questões sexuais na sala de aula ainda faz estudantes e professores/as ruborizar, a sentir vergonha e/ou reagir com gozações. Na maioria das vezes professores/as não têm acesso à formação específica para que saibam administrar suas próprias dificuldades diante do tema e da construção de pontes de confiança entre os/as estudantes. Acontece que:

Num contexto desses, as discussões morrem, todo mundo começa a olhar para o relógio e os/as estudantes saem da aula sem ter obtido qualquer compreensão sobre suas preocupações, sobre seus desejos, sobre relações sexuais. [...] as formas como isso é feito impede qualquer compreensão genuína do alcance e das possibilidades da sexualidade humana (Britzman, 2018, p. 108).

Podemos observar que há dois distintivos modos de tratar das questões da sexualidade, uma dimensão autorizada a discutir apenas em termos de prevenção e saúde, e outra em que o diálogo franco sobre diferentes formas de acessar os prazeres e desejos, é contida porque está presa ao que é moralmente repreensível. Fica evidente que a discussão está organizada apenas para cumprir formas avaliativas, e nesse contexto, os/as estudantes relatam que não se sentem dispostos a explorar suas curiosidades. O que nos parece ser problemático considerando que em diversos momentos dessa pesquisa, diferentes identidades sexuais aparecem e confirmam que no terreno da sexualidade nada é inequívoco e que existem múltiplas formas de significar os atos afetivos e eróticos para pessoas diferentes.

Pra mim, é um problema porque, vê, eu sou um cara gay, só consigo me envolver fisicamente com homens, isso de beijar e tudo mais. Só que assim com mulheres sinto uma coisa afetiva. Me atraio muito por pessoas que eu tenho admiração, uma coisa bem sapiosexual (risos). Aí, assim, é complicado não poder falar abertamente dessas coisas na escola porque eles tudo falam, sem dar espaço. Claro que, assim, todo mundo tem vergonha, né? Só que, assim, quando é todo mundo falando pode ser que todos se sentissem à vontade. A gente não pode conversar sobre isso em casa, só com nossos amigos que também tem suas coisas. Ainda bem que temos internet pra tá ligado de alguma coisa, sabe? (Tadeu, 17 anos, 3º ano médio, homossexual).

Na realização de uma espécie de autoetnografia, bell Hooks (2018) afirma que na sua carreira como professora, percebe que o significado de não tratar sobre questões eróticas é, também, herança de uma concepção binária metafísica no que diz respeito à noção de separação entre corpo e mente. Na situação de ensino, discussões sobre corpo e desejos são suspensas porque parece

não haver lugar para tais na sala de aula. As possibilidades de uma discussão sobre a sexualidade humana delineiam o contexto em que “os/as estudantes tendem a esquecer qualquer coisa que seja vista como algo que tenha a ver apenas com a autoridade do professor” (Britzman, 2018, p. 108).

O arranjo dessas narrativas nos permitiram indagar se os/as estudantes tiveram conhecimento na escola acerca da diversidade de gêneros e sexualidades. Majoritariamente, a resposta aponta que não. Informam que suas identidades de gênero e sexuais os/as convocaram a buscar outros mecanismos de acesso a essas discussões, uma vez que a escola não oferece espaços de reflexões sobre as dúvidas e curiosidades. Esses mecanismos aos quais se referem e acessam, são videoaula e perfis de pessoas LGBTQIAP+ que se destinam a tratar sobre essas questões nas redes sociais. Além disso, os/as estudantes afirmaram que esses materiais são compartilhados para outros colegas que estão em crise de identidade sexual e/ou de gênero.

A gente sempre dá um jeito de buscar informações sobre o que é gênero e orientação sexual. A internet permite isso, né? Mas vejo que muita gente meio que aprende nos canais errados. Tipo assim, é meio complicado se espelhar na pornografia pra saber como acontece essa coisa...de sexo. Tem que fazer bom uso. Eu repostou ou passo pra um amigo da escola sempre que encontro um vídeo massa desses influenciadores do Instagram (Thayonara, 16 anos, 2º ano médio e lésbica).

Essa rede que se forma para acessar e compartilhar informações, saberes acerca das dúvidas, curiosidades sobre as várias expressões da sexualidade humana e das identidades de gênero são em si potentes práticas de resistências porque nelas são planejadas ações com o objetivo de contestar o lugar de abjeção à qual estão sujeitos/as e acessar amplamente os saberes que historicamente são alvos de uma litania moral. A título de exemplo,

na ocasião que aconteceu um episódio homofóbico envolvendo um professor, muitos/as estudantes se organizaram para expor o ato nas redes sociais criando um grupo exclusivamente para conversarem a esse respeito.

Essas coisas não são discutidas por aqui, tá ligada? Mas como hoje nós temos acesso a mais informação pela internet mesmo, sabe? A gente tá muito ligado. Claro que não são todos nós, né? Eu vejo que assim, não é nem por mal que, às vezes, a escola não toma partido. É uma questão muito complexa até porque tem pai de aluno que não suporta saber que o filho está assistindo aula sobre esses babados. Falam aí de que estamos sendo doutrinados, uma coisa assim (Rafael, 16 anos, 2º ano médio e bissexual).

A ausência dessa temática na escola não é uma postura relativamente irrefletida, efeito de um coincidente desinteresse. É, senão, sintoma da preponderância das narrativas travadas para suprimir a presença dos conteúdos da igualdade de gênero e diversidade sexual nas escolas sob a tônica de discursos fundamentalistas e religiosos. Esse fenômeno alocado pelo conservadorismo há tempos vem cerceando as escolas brasileiras e se intensifica cada vez mais em episódios de crise sociocultural e política, instaurando um verdadeiro pânico moral.

Para alguns a sexualidade pode parecer um tópico sem importância, um desvio frívolo de problemas mais críticos como a pobreza, guerra, doença, racismo, fome ou aniquilação nuclear. Mas é em tempos como esse, quando vivemos com a possibilidade de destruição sem precedentes, que as pessoas são mais propensas a se tornarem perigosamente malucas sobre a sexualidade. Conflitos contemporâneos sobre valores sexuais e condutas eróticas têm muito em comum com disputas religio-

sas de séculos anteriores. Eles passam a ter um imenso peso simbólico. Disputas sobre o comportamento sexual muitas vezes se tornam o veículo para deslocar ansiedades sociais, e descarregar a concomitante intensidade emocional (Rubin, 2012, p.1).

Há tempos que as sexualidades nas escolas ocupam as agendas acadêmicas de pesquisadores/as sob as mais diversas e distintas bases ideológicas. É certo que desde a redemocratização do Brasil, sobretudo, com a parceria do governo federal e os movimentos sociais progressistas, ações são promovidas para que a instituição escolar trate de questões relativas às orientações sexuais e a LGBTQIAPfobia.

No Brasil, nos primeiros anos da década de 2001 se pôde visualizar o fortalecimento de ações do Estado em garantir que na agenda política fossem reconhecidas as produções e reflexões em torno dos corpos, sexualidades e gêneros. O diálogo travado entre Estado e sociedade civil deu novos contornos às políticas públicas de educação materializadas nos currículos, diretrizes, projetos educacionais e políticas de enfrentamento em relação à discriminação relacionada a orientação sexual e identidade de gênero.

Em 2004, o Ministério da Saúde em parceria com a Secretária de Direitos Humanos da Presidência do Brasil - SDH/PR elaboraram o Programa Brasil sem homofobia — Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e a promoção da cidade homossexual. No qual o item “V - Direito à Educação: promovendo a paz e não a discriminação” (Brasil, 2004, p. 5) dispõe em seu programa de ação apoios educativos para superação da homofobia, dentre alguns, estão: a formação inicial e continuada de professores/as na área da sexualidade, a produção de materiais educativos sobre as várias expressões da sexualidade, além do estímulo da circulação de pesquisas que contribuam para esse intento.

Esse conjunto de ações deram subsídios a criação do programa Escola sem Homofobia organizado pela extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, do Ministério da Educação, em parceria com as Organizações Não Governamentais: GALE — global Alliance for LGBT Education, a Pathfinder do Brasil, ECOS — Comunicação em sexualidade e a ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. É, portanto, aqui que se dão formas para um gigantesco pânico moral irradiado por todos os setores brasileiros sociais e políticos como objeto de discussão da igreja ao bar até a Assembleia Nacional. O programa Escola sem Homofobia é, então, condenado socialmente como propaganda LGBT ou nos próprios termos utilizados por parlamentares para se referir ao documento como “kit gay”, rechaçado por muitos/as ultraconservadores e fundamentalistas religiosos.

Não tardou para que, em 2014, os segmentos sociopolíticos ultraconservadores e fundamentalistas religiosos entrassem em embate com os movimentos sociais progressistas durante a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) que, em primeiro momento, mencionava em um parágrafo à igualdade de gênero, raça-etnia e a diversidade sexual (Brasil, 2014). Na ocasião dessa nebulosa oposição, os grupos fundamentalistas e ultraconservadores saíram vitoriosos. Por votação, o parágrafo foi retirado da minuta. Os termos “gênero” e “orientação sexual” foram suprimidos do PNE e recentemente da Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Ao apostar em uma genealogia do nosso recente pânico moral, César (2017) aponta que, junto a disseminação da ameaça de um “Kit gay”, foi acionado a introdução da noção de “ideologia de gênero”, cuja base ideológica se encontraria no marxismo. Segundo essa noção, a produção acadêmica e as ações que objetivavam enfrentar a discriminação à orientação sexual e identidade de gênero promovem a destruição da família, da moral, dos bons costumes, a inocência da criança e adolescente pela “confusão”

que se criaria na identidade dos/das jovens. No Brasil, essas narrativas emergem “como reação às práticas educacionais que seus defensores definem como ‘doutrinação política e ideológica na sala de aula’ e ‘usurpação do direito dos pais sobre a educação moral e religiosa de seus filhos’” (Miskolci; Campana, 2017, p. 729-730). O aguçamento crescente do conservadorismo legislativo alavancou condições para o desengavetamento do programa “Escola sem partido” (Brasil, 2015) objetivando suprimir a tal “Ideologia de gênero” nas escolas.

Se servindo da rápida circulação de *Fake News*, os grupos conservadores e fundamentalistas, assim como grupos organizados politicamente em partidos políticos, ocupantes de cadeiras eletivas nas casas legislativas brasileiras, fizeram propagar a “ameaça” moral, que uma vez inflamada se deflagrou em uma indignação raivosa da qual a comunidade LGBTQIAP+, militantes de esquerda e professores/as eram os/as principais bodes expiatórios.

Os pânicos morais cristalizam medos e ansiedades muito difundidos, e muitas vezes lidam com eles não pela procura das reais causas dos problemas e as condições que eles demonstram, mas deslocando-os como ‘Demônios do Povo’ em um certo grupo social identificado (comumente chamado de ‘imoral’ ou ‘degenerado’). A sexualidade tem tido uma centralidade particular em tais pânicos, e os ‘desviantes’ sexuais têm sido bodes expiatórios onipresentes (Weeks, 1981, p.14).

Do ponto de vista foucaultiano, podemos afirmar que nessa batalha narrativa, a verdade hegemônica do campo conservador é eleita, e foi transposta, para um dispositivo legal e governamental, ainda que “a ideologia de gênero” e a ladainha em torno da distribuição de um “kit gay” sejam a aposta mais estratégica e perversa para reiterar a heteronormatividade, as práticas misóginas e

LGBTQIAPfóbicas como o modelo fulcral de família e de sociedade. Tais convocações moralistas puderam ser acompanhadas em alguns dos municípios do Estado da Paraíba, na ocasião em que representantes do poder legislativo junto às comunidades religiosas ocuparam a câmara de vereadores como templos religiosos para acusar a temática de gênero como ameaçadora à sociedade.

À vista disso, podemos afirmar que as raízes sobre quais se firmam o dispositivo da sexualidade por intermédio da heteronormatividade são muito profundas e duradouras, que tornam ainda mais frágeis e precárias as possibilidades de uma escola justa e diversa para o hoje. O relato de Priscila a seguir aponta que, na escola, majoritariamente, seus/suas amigos/as são pessoas LGBTQIAP+. O que parece ser digno de problematização é que a fala dela tem muito em comum com outras entrevistas: sua identidade sexual é considerada “contagiosa” para os/as colegas que resolveram optar pelo afastamento.

Eu nunca falei sobre minha sexualidade. Tô meio que confiando em você porque você não vê minha foto, não sabe quem eu sou. Mas digamos que não sou feminina, tá ligada? Isso foi um prato cheio pra muita ex-amiga minha de escola se afastar. Eu nem fui atrás, mas soube que elas diziam por aí que se andasse comigo iam ser conhecidas como sapatão. Isso mexeu comigo, mas não posso fazer nada. Quase todo mundo amigo meu agora é como eu. É onde posso ser eu mesma, de boas (Priscila, 17 anos, bissexual).

O “segredo” de Priscila parece ser revelado quando indicativos de masculinidade são apontados pela estética, roupas e adornos considerados análogos à lesbianidade. Na medida em que corre pela escola a demonstração de uma “potencial” homossexualidade, a estudante é enquadrada como contagiosa e deve permanecer entre os/as iguais a ela. Com base em uma experiência muito próxima à relatada, Louro (2018, p. 36) constata que:

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse ‘contagiosa’, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com os sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. O resultado é, muitas vezes, o que Peter McLaren (1995) chamou de um apartheid sexual, isto é, uma segregação que é promovida tanto por aqueles que querem se afastar dos/das homossexuais como pelos/as próprios/as.

Ao tratarmos sobre as práticas de resistências elaboradas ante as formas de afastamento dos/as estudantes LGBTQIAP+ do convívio escolar, observamos que são criadas redes de sociabilidades dissidentes. Esses/as estudantes colocam em prática a formação de um circuito de trocas, convívio entre os/as colegas marcados pela mesma diferença. Esses vínculos que perfazem o cotidiano da escola permitem que a experiência da dissidência sexual não seja um processo solitário, pois juntos/as compartilham não somente os percalços amargados na escola, mas que, sobretudo, possam colocar a pretensa estabilidade da heteronormatividade em questão. Pois: se é a heterossexualidade tão natural, por que são alavancados repetidos e constantes esforços para garantir sua manutenção?

Eu sou uma pessoa que quanto mais não me querem ali, mas eu sou eu mesmo e permaneço! A escola é minha também! Fico mais alegre, sorrio, brinco, converso com meus amigos, também, LGBTs. A nossa maior vontade é que um dia todos possamos conviver com as diferenças em paz e felizes. E a escola, com seu dever, deve ensinar sobre respeito (Paulo, 3º ano médio, homossexual).

Do relato acima, podemos considerar que o próprio ato de “assumir-se” constitui condição de resistência, na medida em que a escola busca alocar as sexualidades dissidentes para o que não se pode ver nem, sobretudo, ser repetido por outros/as colegas. Sua fala representa um confronto às vias de pavimentação que tecem a expulsão escolar. Nesses termos, a capacidade de permanência é a estratégia primeira, sobretudo, na reivindicação pela escola que também é sua.

Essa realidade transpassa cotidianamente pelas experiências de abjeção dos/das jovens escolares, na medida em que a permanência representa um esforço desmedido para superar o sentimento de não pertencimento e dificuldades que os/as acompanham na trajetória de existência social na escola. “A insubordinação, o não acomodamento, a recusa ao ajustamento são algumas de múltiplas formas que a resistência pode assumir.” (Louro, 2009, p. 137), entretanto, não é nunca a única face de possibilidades. É importante dizer que a experiência do armário, de não se assumir homossexual, é para muitos/as estudantes a única possibilidade de permanecer, para isso elaboram uma série de automonitoramento de comprovação às normas, sendo o armário uma presença formadora de vida (Sedgwick, 2007).

Considerações

O universo das entrevistas apontou que a ação da heteronormatividade é resultado das várias tecnologias de poder postas em ação, desde a vigilância mais ínfima dos desejos e paixões até as punições como medidas corretivas, para que os/as desviantes se enquadrem na norma. Nesse contexto, a discriminação de gênero e de orientação sexual representam uma espécie de continuidade das violências que se iniciam no seio familiar, especialmente, sobre aqueles/as jovens que inscreve na sua corporalidade indicativos ambíguos de gênero. A escola que deveria amparar as tais angústias e conflitos, constrói possibilidades para expulsão desses/as,

considerando a frequência em que o abandono escolar parece ser a única maneira de diminuir a exposição às experiências de abjeção.

Nesse sentido, a pesquisa ampliou expressamente a nossa compreensão de como as relações de poder encontra na escola um lugar fértil para invisibilizar as diferenças relativas às sexualidades dissidentes sob o crivo da neutralidade, porquanto a interlocução entre poder-saber oculta determinados mecanismos de controle para que as normas possam ser toleráveis, sujeitáveis e aceitas. No mais, pudemos visualizar possibilidades de resistências tecidas nesse contexto. O movimento de normalizar as experiências afetivas-sexuais na escola, não se dá sem que haja confronto, contestações e reinvenções do cotidiano.

É importante destacar que os desdobramentos dessa análise não pretenderam de modo algum expor a escola em termos de condenação, mas consideramos necessário informar quais dos seus aparatos e técnicas servem a heteronormatividade, cujo regime extrapola os muros da escola. A realidade de tantos/as jovens escolares LGBTQIAP+ é, certamente, compartilhada por muitos outros/as estudantes de outras escolas brasileiras porque o fenômeno da LGBTQIAPfobia é um problema sociocultural que estrutura o fazer institucional há séculos.

À vista dos resultados, se faz necessário reflexões profundas sobre os rumos cada vez mais violentos e precários que nossas escolas estão delineando. Não basta tratarmos da diversidade sexual e de gênero em vias de tolerância ou mesmo apenas pelas perspectivas de prevenção e saúde, precisamos discutir com nossos/as estudantes quais processos sociais e barganhas do poder elegem às sexualidades dissidentes para o lugar de abjeção e quais são os propósitos. Considerando os desmontes de algumas das políticas educacionais que cumpriam as possibilidades abertas para uma escola sem LGBTQIAPfobia, acreditamos que a estratégia pode estar na instituição escolar assumir que não se posiciona no lugar de neutralidade, e sim das amarras dos dispositivos da

sexualidade, que podem ser contestadas e subvertidas, nos limites dos esforços institucionais.

Referências

ABGLT. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016) - as experiências de Adolescentes e Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em nossos Ambientes Educacionais**. Curitiba: Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, 2016.

ABOIM, Sofia; VASCONCELOS, Pedro. O lugar do corpo. Masculinidades Trans e a materialidade corporal do gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, 2022.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, p. 549-559, mai/ago, 2011.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **cadernos pagu**, p. 329-376, 2006.

BRANCO, Guilherme Castelo. Atitude-limite e relações de poder: uma interpretação sobre o estatuto da liberdade em Michel Foucault. **Revista semestral autogestionária do NuSol**, n. 13, p. 202-223.

BRANDÃO, Ana Maria. **Dissidência sexual, gênero e identidade**. VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa, 2008.

Brasil. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília : Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2014. *Ebook*: <http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf>. Acesso: 20 de outubro de 2024.

BRITZMAN, Deborah. *Curiosidade, sexualidade e currículo. O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte; Editora Autêntica, 2018. p. 107-142.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar em revista**, Curitiba, n.35, p. 35-51, 2009.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. *Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios*. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 66, p. 141-155, out/dez, 2017.

DA SILVA, Tomaz Tadeu et al. *A produção social da identidade e da diferença*. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes. 2000. p. 73-102.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Belo Horizonte: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1993.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da Sexualidade. In: LOURO, G.L. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 2018. p. 9-42.

HOOKS, bell. Eros, Erotismo e processo pedagógico. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 145-156.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama municipal. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/queimadas/panorama>. Acesso em: 08/10/2023.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11. Jan/jun 2009. p.150-182.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Questão das Diferenças**: por uma analítica da normalização. 16º Congresso de leitura do Brasil. 2007. p. 1-19.

MISKOLCI, Richard. **Reflexões sobre normalidade e desvio**. Estudos de Sociologia, Araraquara, 13/14. 2003. p.109-125.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 03, p. 725-748, 201

QUEIMADAS. Prefeitura Municipal de Queimadas. Plano Municipal de Queimadas. Queimadas, PB, 2014. Disponível em: <https://www.queimadas.pb.gov.br/public/index.php/publicacoes/planos-e-relatorios/plano-municipal-de-educacao>. Acesso em: 20 out 2024.

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo**: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. 2012. Disponível em Repositório UFSC. Acesso em: 10 jun 2022.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. In: **Cadernos Pagu**. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & educação**. Belo Horizonte, autêntica. 2007.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018. p.45-104.

Performances de Gênero e Sexualidade na Escola

Romualdo da Silva Sales

Este capítulo propõe uma perspectiva voltada para problematizar a escola enquanto instância produtora, reprodutora e reguladora de performances de gênero e sexualidade nas tramas da constituição do sujeito. Embora a sexualidade também seja constituída por dimensões biológicas e psíquicas, a concepção, ora apresentada, busca oferecer elementos para refletir acerca das dinâmicas de sociabilidade que regem as relações sociais e subjetivas no âmbito escolar, reproduzindo as configurações performáticas da ordem cisheteronormativa, costurando-a, de forma ambígua, aos discursos que apontam para o respeito à diversidade.

Nesse contexto, é nas tramas hierárquicas entre corpos, sexos, gêneros, sexualidades, desejos e afetos que os indivíduos constroem as linhas interpretativas de suas experiências de escolarização e se constituem enquanto sujeitos. Nessa perspectiva, é possível perceber que a escola atua como parte da agenda de construção do sujeito moderno através de uma relação de saber-poder. Essa agenda se torna ainda mais evidente quando se percebe o adensamento dos empreendimentos morais e religiosos que tentam instaurar na escola uma governamentalidade através das políticas educacionais, sobretudo em termos da constituição das subjetividades que por ela passam.

A cruzada contra o debate de gênero e sexualidade na escola faz parte dessa configuração social, que não permite que a performatividade de gênero e heteronormatividade sejam desafiadas, tampouco tenham suas fronteiras borradas. Esse projeto apresenta técnicas mais sofisticadas de governo da população, trazendo para o interior da escola o discurso do respeito à diversidade, sem, contudo, questionar as hierarquias entre as variáveis supracitadas. Em certa medida, é possível identificar uma economia performática em termos de gênero e sexualidade marcada pelas dobras da ambiguidade que permeiam o ambiente escolar, forjando os sujeitos nas tramas da história e da cultura em dominância no tecido social.

O trabalho aqui proposto, objetiva discutir, a partir de diálogos com o filósofo francês Michel Foucault, o funcionamento da performatividade de gênero e sexualidade na escola como parte da agenda de constituição dos sujeitos. Essa agenda se instaura, a partir de uma dimensão ambivalente pautada no neoconservadorismo, onde se aponta para o protagonismo dos sujeitos no espaço escolar ao mesmo tempo em que limita as suas possibilidades de agência no que tange às performances de gênero, sexualidades, desejos e afetos.

Este capítulo analisa alguns recortes de questões que apareceram na minha pesquisa de doutorado desenvolvida em 2022. A dimensão empírica que orienta a análise foi construída a partir do trabalho de campo desenvolvido numa escola da rede estadual da Paraíba, localizada em Campina Grande. Trata-se de uma escola que funciona na modalidade cidadã integral neste município.

Em termos de organização do texto, o capítulo encontra-se dividido em três partes. Na primeira seção, o leitor encontrará elementos para compreender como os discursos e saberes construídos acerca das performances de gênero e sexualidade, a partir da experiência de escolarização, informam a produção de sujeitos. Na segunda seção, apresentará a análise de elementos que constituem o funcionamento intersticial da escola sob o recorte de

gênero e sexualidade, bem como a operacionalização dos regimes de visibilidade que regem as configurações performáticas e identitárias dos indivíduos. A terceira seção, tratará das negociações institucionais relativas à temática analisada, bem como a sofisticação das técnicas de controle das expressões da dissidência de gênero e sexualidade na escola.

1 Gênero e sexualidade na escola

Durante muito tempo, a instituição escolar foi interpretada como sexualmente neutra, entretanto essa suposta neutralidade esconde parte da agenda ambiciosa que a escola encampa no tocante à constituição dos sujeitos, sobretudo a partir da Modernidade. A sexualidade, bem como as performances de gênero, foi interpretada, historicamente, como tema a ser tratado fora dos muros escolares. Todavia, essas dimensões sempre fizeram parte do espaço escolar, porque constituem os sujeitos que por ele passam.

O modus operandi da escola, no que se refere à sexualidade, revela ambiguidades em seu funcionamento nas relações socioinstitucionais estabelecidas entre seus atores. Vejamos que ao mesmo tempo em que o silêncio foi imposto às expressões da dissidência de performances de gênero e sexualidade no âmbito escolar – traduzido como sinônimo de neutralidade –, essa mesma instituição reitera os modelos-matrizes referentes às variáveis supracitadas, colocando em operação a agenda de formação de sujeitos conforme as paradigmáticas performances de masculinidade e feminilidade, conectando-as à ordem cisheteronormativa socialmente reconhecida.

Os discursos que a escola coloca em operação sobre as configurações de gênero e sexualidade¹ inscrevem nos indivíduos modos

1 O uso da expressão configurações de gênero e sexualidade, neste texto, remete ao conjunto de discursos, saberes e performances que constituem

de pensar, sentir e, sobretudo, desejar, bem como a rejeitar os arranjos performativos, afetivos e sexuais que escapam à referida ordem, forjando os sujeitos nas teias interpretativas da cultura.

Os sujeitos, assim como os projetos que os constituem, são historicamente localizados. Foucault (2010) demonstrou como o sujeito possui uma dimensão histórica, sobretudo ao analisar a agenda de assujeitamento a ele direcionada. Através do funcionamento de discursos performativamente costurados por saberes socialmente legitimados pelas esferas religiosas, científicas, filosóficas, entre outras, as técnicas de produção do sujeito se instauram no tecido social.

Esses discursos alinhavam as teias de sentidos e significados na tessitura de uma cultura em dominância. Nesse arcabouço, as práticas discursivas atuam agenciando os indivíduos na interpretação de seus corpos, sexos, gêneros, sexualidades, desejos e afetos, moldando as suas subjetividades nas tramas de saberes que produzem suas experiências sociais e afetivas a partir de normas em dominância na sociedade envolvente. Na esfera das configurações de gênero e sexualidade, os regimes de inteligibilidade, conforme aparecem nas teorizações de Butler (2019), orientam o modo pelo qual a sociedade interpreta as paradigmáticas performances de masculinidade, feminilidade e suas configurações em termos de sexualidade, bem como posiciona aquelas que se afastam desse script binário como inconcebíveis, inaceitáveis ou mesmo desprezíveis.

Esse conjunto de discursos, saberes e práticas socioculturais agenciam as configurações performativas de gênero e sexualidade, instaurando uma ordem normativa que opera a partir de uma suposta coerência entre sexo, gênero, desejo, práticas

estas categorias em termos de modelos-matrizes e suas variantes que constituem as múltiplas experiências dos sujeitos e dos não sujeitos — aqueles posicionados como abjetos — construídos pelas normas em dominância no tecido social.

sexuais e reprodução. As cosmovisões e epistemologias que fazem emergir esses saberes hierarquicamente em circulação na sociedade, atravessam o Estado e são traduzidas em políticas públicas direcionadas à população. Essas políticas — enquanto formas de governo da população — estabelecem os limites entre aceitabilidade e abjeção de corpos, desejos e afetos, bem como atuam na desumanização dos indivíduos que experimentam outras configurações performativas, afetivas e sexuais que escampam à suposta coerência estabelecida pela binaridade de gênero e pela heteronormatividade, tornando-os elimináveis em nome da manutenção da ordem estabelecida.

As políticas de produção de sujeitos, conforme a ordem estabelecida historicamente — inclusive no âmbito jurídico —, não atuam apenas numa dimensão repressiva por meio de regulação, controle ou mesmo suposta proteção destes. As relações de poder por elas colocadas em operação atuam em duas esferas, a saber: a primeira dimensão estabelece relações mais rígidas voltadas para uma dimensão disciplinar em termos socioinstitucionais; a segunda volta-se para vertentes produtivas e proliferantes que atuam definindo as linhas de interpretação pelas quais os sujeitos estabelecem as suas subjetividades e constroem suas experiências. Dessa forma, [...] “em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas” (Butler, 2019, p.19).

Nas esferas educacionais, tais políticas atuam no sentido de formatar os sujeitos que a ordem estabelecida demanda. A escola, neste contexto, se particulariza como instância na qual os discursos circulantes moldam os indivíduos, estabelecendo as prerrogativas pelas quais eles devem se submeter para que gozem do status de sujeitos conhecidos e reconhecidos pelas normas que lhes produzem.

A escola, embora tenha utilizado o discurso de suposta neutralidade, historicamente, tematizou questões de gênero e sexualidade, mesmo quando essas categorias não foram enunciadas nos

documentos oficiais em matéria de educação, currículos ou mesmo no cotidiano de sala de aula. A arquitetura da escola moderna, que se reproduz até os nossos dias, informa os lugares dos meninos e das meninas, bem como o modo pelo qual a distribuição dos corpos acontece em sala de aula, nos corredores, nas brincadeiras, na constituição de laços e vínculos sociais e afetivos, entre outros. O funcionamento da escola, a partir de uma cosmovisão que marca como estranhos os indivíduos que não se enquadram nos modelos-matrizes socialmente prescritos de gênero e sexualidade, não é uma atitude neutra, mas “efeitos” de políticas de produção e reprodução da ordem em dominância no tecido social.

Os indivíduos que se apresentam como diferentes em relação aos modelos-matrizes de gênero e orientação sexual não são estranhos em si mesmos. Estes aprendem que apresentam traços diferenciados a partir do contato com as normas sociais que desumanizam e violentam seus corpos através da violência simbólica, quando não física, que a escola coloca em operação através das relações estabelecidas em seu interior.

Recorrendo à analítica de Foucault (1999), é possível perceber que essa mecânica de funcionamento da escola opera a partir das dobras da ambiguidade dos discursos pedagógicos em circulação no ambiente escolar e das políticas de governo que perpassam o Estado. A sexualidade, enquanto dispositivo histórico de poder, colocou em operação uma gama de saberes que constituem as bases epistemológicas sob as quais os indivíduos forjam suas interpretações dos modos considerados normais e patológicos de amar, desejar e vivenciar seus afetos e prazeres.

É nessa efervescência discursiva que se instaura os regimes de verdade estabelecidos acerca da sexualidade como amplamente analisado pelo autor supracitado. O século XIX estabelece as teias de inteligibilidade que forjam as linhas interpretativas da sexualidade tal como as conhecemos, agenciando um conjunto de indivíduos marcados pela diferença estabelecida pelos seus discursos e saberes.

A injunção dessa gama de discursos e saberes colocados em operacionalização da sociedade envolvente, não objetiva promover a pulverização das normas que regem as performances de gênero e sexualidade, mas trata-se da sofisticação das técnicas de governamentalidade da população através dos regimes de verdade por elas produzido (Foucault, 1999). Nesse contexto, a escola sofisticada as suas técnicas de produção de sujeitos, operando não apenas na sua versão disciplinar na qual os corpos são submetidos, mas também numa configuração biopolítica onde as políticas de Estado orientam não apenas as dimensões jurídicas e pedagógicas, mas as vidas dos indivíduos que passam por essa instituição.

Não se trata apenas de uma formatação dos corpos, mas de uma política de subjetivação que enfoca todos os atores que passam pela escola, mais especificamente, seus estudantes. Nas relações intersticiais do cotidiano das escolas, seus atores aprendem não apenas conteúdos, mas a estranhar os indivíduos que deslocam as performances de gênero dos padrões binários, assim como se interessam por pessoas do mesmo sexo. Estes, através de insultos, xingamentos e vigilância constante aprendem a silenciar sobre seus sentimentos e estabelecem uma zona dilemática entre seus desejos e a incidência das normas em operação nos espaços escolares e extraescolares, negociando com estas os modos pelos quais expressam suas experiências sociais e afetivas.

1.1 Nas tramas dos saberes que constituem os sujeitos

A partir do século XIX assistimos nas esferas médicas, jurídicas e educacionais o adensamento de discursos que agenciam a conformação de crianças aos padrões performativos fixos e desiguais no tocante às configurações de gênero e sexualidade. Esses padrões ganham ênfase de modo a produzir uma verdadeira pedagogia do sexo por meio da padronização de comportamentos de acordo com as normas sociais, conforme aparece nas análises de Miskolci (2014).

A psiquiatrização dos prazeres e a pedagogização do sexo produzem a concepção de desvio, sendo, por sua vez, formada por um conjunto de indivíduos que apresentam algum nível de inconformismo sexual e de gênero em relação aos modelos-matrizes disponíveis no repertório da ordem sexual estabelecida. Essa classificação estabelece as bases para a criação da categoria da homossexualidade, produzindo, nesse movimento social e histórico, a patologização dos prazeres ditos perversos.

A figuração do homossexual, produto dos saberes psiquiátricos, jurídicos e pedagógicos, é posicionada como anormal, doente ou criminosa. Esse cenário se reproduz, com algumas transformações pouco robustas, até a segunda metade do século XX. A década de 1960 marca um processo de contestação da classificação da homossexualidade como doença, sobretudo a partir de lutas travadas por movimentos políticos, sociais e acadêmicos. “O resultado mais visível disso foi que, na primeira metade da década de 1970, ascendeu o movimento gay liberacionista e o ‘homossexualismo’ (termo patológico) foi retirado da lista de doenças mentais da Associação Psiquiátrica Norte-Americana” (Miskolci, 2014, p. 95).

Esses movimentos contestatórios tensionam as fronteiras da performatividade de gênero, sexualidade e desafiam o funcionamento dos seus códigos normativos. Com Butler (2019) se aprende que as performances de gênero e sexualidade emergem de um conjunto de normas que inscreve nos corpos e subjetividades modos de interpretar e performatizar seus gêneros, sexualidades, desejos e afetos. Entretanto os inconformismos performáticos de gênero, bem como as vivências de desejos e práticas sexuais dissidentes, demandam reconhecimento e visibilidade na sociedade de modo geral e, na escola de forma particular, nas últimas décadas.

Em vez de uma sociedade completamente organizada segundo um binário sexual compulsório, vivemos em uma era de multiplicação de sexualidades, reinvenção dos gêneros e sua definitiva desvinculação do sexo biológico. Por mais que vigore a norma

hétero e a dominação masculina, formas contestatórias e diversas ganham visibilidade e expressão (Miskolci, 2014, p. 96).

Como apontado pelo autor supracitado, a multiplicidade de sexualidades e a reinvenção do gênero têm ganhado visibilidade e demonstrado possibilidades outras de se expressar, sentir, desejar e existir no mundo. Em reação às novas configurações de gênero e sexualidade que demandam visibilidade e reconhecimento social, nas primeiras décadas do século XXI, temos uma dobra discursiva que sofisticada ainda mais as formas de produção de sujeitos no âmbito escolar, tornando esse espaço altamente disputado. O respeito à diversidade aparece como uma expressão importante, nesse contexto, fazendo com que a diferença ganhe visibilidade na mídia, nas produções intelectuais, nas políticas educacionais e chegue à escola.

O discurso de respeito à diversidade inaugura uma sofisticação das formas de lidar com as expressões das dissidências de gênero e sexualidade no espaço escolar. Instaure-se no funcionamento intersticial da escola a necessidade de costurar duas dimensões antagônicas em relação as variáveis em análise: 1) a manutenção das tecnologias disciplinares de controle das expressões que escapam à ordem cisheteronormativa; 2) promoção do respeito à diversidade das mesmas expressões em seu interior, desde que elas não afrontem a referida ordem, tampouco corroam as bases epistemológicas que garantem a sua reprodução.

Embora a diversidade adentre o espaço escolar, a escola atua reproduzindo a ordem cisheteronormativa em seu cotidiano, bem como as hierarquias que estabelecem as posições das identidades de gênero, expressões de gênero e orientação sexual. Dessa forma, o *modus operandi* normativo continua em operação, mostrando que a diversidade existe e adenta os seus muros, mas as posições desiguais se mantem em funcionamento.

Os regimes de visibilidade — conforme à conceituação de Miskolci (2017) —, referentes às categorias analisadas estabelecem níveis de visibilidade que as expressões convergentes e

dissidentes de gênero, bem como seus arranjos afetivos e sexuais ocupam no espaço social. A partir desse arcabouço, é possível identificar a existência de uma economia de performances de gênero e orientação sexual que posiciona os indivíduos de acordo com os capitais sociais, simbólicos e estéticos atribuídos às suas identidades de gênero, expressões de gênero e orientação sexual. Trata-se de um mercado performático no qual os sujeitos são tensionados a adaptarem as suas performances de gênero, sexualidade, desejos e afetos para acessarem e permanecerem nesse circuito altamente complexo.

Como aparece em Sales (2023), nessa economia, as performances cisheterossexuais são altamente valorizadas neste mercado performático; na sequência aparecem as performances cishomossexuais, ou seja, que não quebram as expectativas binárias de gênero e numa posição menos valorizada — em alguns circuitos consideradas elimináveis do tecido social —, encontram-se as configurações transgêneras, transexuais e travestis. Essa economia se estabelece através da injunção de regimes de inteligibilidade, visibilidade e dizibilidade de gênero e sexualidade conforme a performatividade em vigência na sociedade envolvente. Esses regimes informam os níveis de visibilidade, invisibilidade, bem como os enunciados que podem circular nas várias esferas da vida social em que os indivíduos circulam. Nessa perspectiva, a escola se particulariza como espaço estratégico, haja vista as experiências produzidas em seu interior, no processo de reiteração performativa de discursos em dominância que orientam a constituição dos sujeitos demandados socialmente.

A economia de performances de gênero e orientação sexual funciona como um conjunto de discursos, performances, saberes e práticas que estabelecem as camadas de inteligibilidade, bem como atuam classificando e hierarquizando os indivíduos a partir da normatização das condições de visibilidade e apagamento das categorias supracitadas (Sales, 2023). Esse circuito se alimenta, em alguns aspectos, da insegurança dos indivíduos no tocante à

quebra de laços e vínculos familiares e afetivos; pela necessidade de garantir algum nível de aceitabilidade de outrem nos espaços em que circulam, mantendo seu status de sujeitos reconhecidos socialmente ou mesmo pela perda de estabilidade material, a moradia, por exemplo.

Durante o trabalho de campo numa escola em que desenvolvi a minha pesquisa de doutorado em 2022, no decorrer de uma entrevista com uma estudante do ensino médio que se autodefine lésbica, ela relata que sua família não sabe de sua orientação sexual. Objetivando garantir o sigilo dessa informação, ela negocia com as normas impostas no âmbito familiar e esconde tudo que tem a ver com seus relacionamentos; seu celular tem senhas de proteção de arquivos, entre outros. Nessa entrevista, num determinado momento, ela afirma que poderia perder a moradia caso essa informação passasse a ser conhecida pelos familiares (Sales, 2023).

Embora seja um recorte sobre as relações no espaço familiar, este relato evidencia o funcionamento da economia figurativa à qual me referi anteriormente. Essa economia produz uma ideia de agência dos sujeitos, mas esta suposta agência se apresenta como resposta as normas em operação por ela estabelecidas. Como analisa Miskolci (2017, p. 27): “Agência aqui designa a forma como sujeitos negociam seus desejos com as normas e convenções morais em voga, portanto como algo situacional e dinâmico que pode preceder a ação e envolve, inclusive, a construção social do desejo”.

Como demonstrado, essa economia performativa atua em várias instâncias da vida social, mas é na escola que ela encontra seu mote para incutir nos sujeitos os modos pelos quais negociam com os campos em que circulam. Mesmo numa escola que se apresenta, em certa medida, como acolhedora das diferenças, como foi meu campo de pesquisa, o compartilhamento de informações entre esta instituição e as famílias é um poderoso mecanismo de controle das expressões da dissidência constituintes de seus atores.

Constituída pelo temor de compartilhamento de informações com outras instâncias; pelas hierarquias construídas em relação à

forma de lidar com os relacionamentos no âmbito da instituição, bem como pela experiência de abjeção dos indivíduos que desafiam as normas da performatividade de gênero e sexualidade, a experiência de escolarização dos sujeitos que passam pela escola é forjada.

2 Marcas da diferença na experiência de escolarização

A experiência de escolarização sob o recorte de gênero e sexualidade é construída por múltiplas camadas que agenciam as relações socioinstitucionais e intersubjetivas na esfera educacional e fora dela. As políticas educacionais, sobretudo aquelas voltadas para uma suposta ‘autonomia’ dos estudantes, revelam suas contradições quando as relações estabelecidas na escola limitam as possibilidades de performatizar configurações de gênero e sexualidade que escapam à ordem cisheteronormativa.

Os painéis encontrados nas paredes da escola pesquisada apontam para a ideia de empreendedorismo e construção do projeto de vida dos estudantes. Esse discurso pautado na imagem do sujeito empreendedor alimenta uma concepção de agência, transformando indivíduos em empreendedores de si mesmos (Costa, 2009). Entretanto, esse projeto de protagonismo individual incorporado pelas escolas, sobretudo por aquelas que funcionam na modalidade cidadã integral, não permite que esse protagonismo se exerça nas esferas do gênero e da sexualidade. Estas dimensões continuam sendo altamente esquadrihadas e vigiadas no espaço escolar, evidenciando que a suposta liberdade de escolha não contempla a liberdade de existir a partir de desejos e pulsões que denotam inconformismos com a ordem supracitada.

A concepção de protagonismo dos indivíduos esbarra nas limitações impostas pelos agenciamentos da performatividade de gênero e sexualidade. As instituições educacionais, nesse contexto, são atravessadas por perspectivas anatômicas, haja vista que a

cruzada direcionada à denominada ideologia de gênero pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira, no âmbito educacional, avança em todo o país. Proposituras de projetos de lei que objetivam banir a discussão de gênero e sexualidade nas escolas acontecem em todo território nacional, nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas e no congresso nacional, incluindo o município de Campina Grande – PB, onde a minha pesquisa foi desenvolvida. As disputas que atravessam o espaço escolar apontam para ambivalências entre manutenção dos valores morais estabelecidos, protagonismo juvenil e respeito à diversidade. Porém é preciso perceber as estrias que essa ambiguidade coloca em operação no cotidiano da escola.

Na mesma escola onde painéis pregam a concepção de protagonismo, a sua arquitetura revela resquícios de modos pelos quais as configurações binárias de gênero, conectadas aos sexos, orientam as relações estabelecidas a exemplo dos banheiros. Desde as placas nas portas onde encontram-se as palavras masculino e feminino, a disposição dos objetos e mesmo a presença ou ausência deles, como no caso dos mictórios, denotam como a instituição escolar interpreta as performances de gênero a partir de dois polos fixos e assimétricos.

Esses discursos inscritos nos enunciados, de acordo com Butler (2019), não apenas descrevem, mas instituem e fazem proliferar a ordem estabelecida. Ambientes como os banheiros resguardam também possibilidade de subversão, se tornando espaços de arranjos afetivos e flertes dotados de potencial subversivo, sendo, portanto, fortemente vigiados. No campo de pesquisa, ambiente que percorri por diferentes espaços, os banheiros ficam localizados no primeiro pavilhão da escola, local altamente vigiado por todos/as que passam por ali.

Essa vigilância garante que a tessitura das fronteiras dicotômicas do gênero se mantenha sob controle, não permitindo que os sujeitos escapem de si. O protagonismo tão pregado não permite que os indivíduos se desviem desse projeto que atravessa o Estado

e se apresenta como uma biopolítica que constrói as experiências de escolarização convergentes e dissidentes dos indivíduos que passam pela escola.

Nas configurações do campo de pesquisa, o discurso formal aponta para a flexibilização do uso dos banheiros conforme as identidades de gênero dos indivíduos. Todavia, durante a pesquisa, consegui, através do diálogo com meus interlocutores, perceber que nem todas as pessoas transgêneras/transexuais conseguem exercer essa prerrogativa. Mesmo aquelas que conseguem utilizar os banheiros conforme as suas autodefinições de gênero, não escapam do regime de inteligibilidade que constitui a própria arquitetura da escola. Os discursos que orientam as configurações de gênero operam nas políticas de governo da população no âmbito do Estado, mas também continuam disciplinando os corpos nos mínimos detalhes, mesmo naqueles mais sutis que compõem os cenários dos espaços em que circulam.

Pensando com Bourdieu (2007; 2008), a arquitetura, assim como outras estruturas que constituem a vida social, são estruturadas por práticas, discursos e saberes configurados a partir de capitais social e simbólico a elas associados. Nessa perspectiva, essas estruturas são estruturantes das experiências dos sujeitos, garantindo o funcionamento dos mecanismos de conhecimento e reconhecimento destes nos espaços escolar e extraescolar.

No funcionamento intersticial do cotidiano escolar, as performances de gênero são configuradas não apenas nos corpos, mas nas múltiplas camadas que constituem os estudantes, professores e demais funcionários. Essas configurações moldam os figurinos, os moldes de cabelo, as cores selecionadas para meninos e meninas, mas também por indivíduos que não se enquadram nos padrões estabelecidos, borrando as fronteiras da performatividade de gênero e sexualidade com seus corpos, expressões de gênero, desejos e afetos.

Contudo, embora a diversidade exista, resista e desafie as performances de gênero referenciadas socialmente, essa posição

é altamente questionada e punida pelas normas sociais. Isso fica muito evidente, por exemplo, durante a festa junina da escola, período em que a diversidade participa ativamente da barraca do beijo, do concurso de rainha, das juninas improvisadas, porém sem ganhar grande destaque. Essas questões evidenciam que a diversidade adentra o espaço escolar, mas ainda ocupa uma posição depreciativa, ou seja, as franjas das relações normativas estabelecidas.

Uma situação emblemática que evidencia as dobras da ambiguidade nas teias das relações estabelecidas no tocante às categorias analisadas, se releva quando um dos estudantes transexual, nos jogos internos da escola, não foi aceito na composição do time masculino de futsal. Este estudante goza de reconhecimento em termos de identidade de gênero por ele autodefinido, bem como é conhecido pelo nome social, contudo, neste momento, as normas se asseveraram e não permitiram que ele ocupasse esse lugar historicamente masculinizado. Em sua narrativa sobre esta questão, ele disse que teve que se adaptar e jogou no time feminino de futsal.

A performatividade de gênero e sexualidade, na experiência de escolarização, mas também em outras esferas da vida social, define as posições dos indivíduos nas múltiplas escalas das relações sociais e intersubjetivas. Em resposta as incidências das normas, de modo situacional, como aparece em Miskolci (2017), o referido estudante teve que adaptar-se à ordem estabelecida para conseguir participar dos jogos na modalidade que desejava, mesmo tendo que integrar o time feminino.

Essa reação dos estudantes que não aceitaram o colega transexual em seu time, revela os lugares que a dissidência ocupa nas tramas das relações estabelecidas no espaço escolar investigado. A aceitabilidade do estudante é cambiável em relação aos espaços que ele pode ocupar, ao mesmo tempo em que limita o acesso ao exercício pleno do modo pelo qual se identifica em termos de gênero e sexualidade.

2.1 O substrato dilemático: *entre visibilidade e apagamento*

O espaço escolar investigado evidencia que a diversidade circula em seus corredores e ganha visibilidade na tessitura da experiência de escolarização. Entretanto, os regimes regulatórios de visibilidade de gênero e sexualidade definem os arranjos afetivos e sexuais que compõem o cenário da escola. Miskolci (2017, p. 149) afirma que:

Na esfera da sexualidade, regime de visibilidade é uma noção que busca sintetizar a maneira como uma sociedade confere reconhecimento e torna visível certos arranjos amorosos, enquanto controla outras maneiras de se relacionar por meio de vigilância moral, da coibição de sua expressão pública, em suma, pela manutenção dessas outras formas amorosas e sexuais em relativa discrição, invisibilidade ou mesmo em uma hipervisibilidade obscena.

O funcionamento de regime de visibilidade na esfera da sexualidade no espaço escolar, agencia o modo pelos quais os indivíduos vivenciam as expressões afetivas e sexuais nas tramas das relações estabelecidas. Sob a atuação da ordem cisheteronormativa, os arranjos amorosos estabelecidos por casais heterossexuais ocupam uma posição de ampla visibilidade, sendo naturalizadas as manifestações explícitas de beijos e carícias nos espaços públicos da escola pesquisada. Aos arranjos amorosos elaborados a partir de expressões que borram as fronteiras normativas, ou seja, entre pessoas do mesmo sexo, restam os espaços restritos de salas de aula vazias ou com poucas pessoas, quando as aulas não estão acontecendo, e outros espaços onde a vigilância moral não atua de modo tão incisivo.

As expressões da dissidência em termos de sexualidade se encontram em constante tensão e negociação com a ordem estabelecida, mesmo em espaços que se mostram acolhedores da diversidade. A observação direta de inspiração etnográfica desenvolvida na escola, revela algumas camadas desse processo que

marca a posição ambígua das instituições educacionais, sobretudo, no tocante às questões de gênero e sexualidade.

Um estudante do primeiro ano do ensino médio relatou que estava numa das salas de aula abraçado com um garoto, um outro estudante os viu e comunicou a uma funcionária da escola. Esta foi até o local e pediu que eles soltassem as mãos imediatamente, sem pedir que um casal heterossexual que estava no mesmo lugar e na mesma posição fizesse o mesmo. O caso foi encaminhado para a direção da escola e o gestor os repreendeu, enquanto o outro casal sequer foi questionado.

Este relato demonstra o potencial que a escola exerce sobre a produção de corpos e subjetividades dos seus atores. Ao reprimir a dissidência e permitir que a convergência em termos de arranjos afetivos e amorosos componha o cenário de forma explícita, a instituição escolar enuncia não apenas para os envolvidos, mas para toda a comunidade quais os padrões por ela reconhecidos como legítimos e demonstra a posição subalterna dos indivíduos que afrontam as normas da ordem cisheteronormativa. Como aparece em Bento (2011), a escola se particulariza como esse local em que a diferença é vigiada e esquadrinhada para que a convergência se estabeleça.

A partir da narrativa do estudante, evidencia-se que no espaço escolar, a vigilância moral rege as relações afetivas e sexuais. Manifestações explícitas de afeto entre pessoas do mesmo sexo não são reconhecidas pelos regimes de visibilidade em operação na escola, gerando a sua vigilância e controle pelos mecanismos de repressão institucional. Diante da operacionalização dessas normas, os indivíduos que borram as suas fronteiras são tensionados para negociarem não apenas as suas performances, mas o próprio desejo.

Ao percorrer os mesmos corredores da escola durante meses, a partir desse diálogo com o referido estudante, a focalização dos arranjos amorosos ganhou maior densidade nesse processo investigativo. Nessa incursão focalizada, percebo que

casais heterossexuais expressam abertamente seus relacionamentos amorosos em espaços de grande visibilidade na escola, como nas mesas que ficam próximas a secretaria da instituição. Suas manifestações de afeto sequer são interpretadas como um modo de se expressar, mas como uma dimensão aparentemente imperceptível aos olhares dos indivíduos que fazem a organização sociodisciplinar da escola.

Nesse mesmo cenário, pessoas dissidentes de gênero e sexualidade gravitam nas franjas das relações estabelecidas. Duas estudantes do segundo ano do ensino médio se encontram no mesmo ambiente de mãos dadas, durante alguns momentos trocam carícias discretas, mas logo soltam as mãos ao perceberem a chegada de alguém como se estivessem fazendo algo inapropriado.

Nas teias das relações cotidianas estabelecidas no espaço escolar, as performances de gênero e sexualidade são milimetricamente elaboradas pelo projeto de sujeito demandado socialmente nas tramas da história e da cultura. É nesse cenário de liminaridade entre visibilidade e apagamento que a escola evidencia o local dos considerados normais e as formas consideradas dissidentes de existir, sentir e desejar. Não é preciso falar de gênero e sexualidade para produzir as suas configurações performativas, uma vez que essas performances são construídas nas teias das relações sociais enquanto dispositivo histórico de poder (Foucault, 1999).

Embora exista todo esse arcabouço normativo, o debate sobre as temáticas de gênero e sexualidade adentram o espaço de sala de aula. As aulas de sociologia do terceiro ano do ensino médio trouxeram temáticas voltadas para as configurações de gênero, sexualidade e identidade no terceiro bimestre. O tema é proposto pelo livro didático da escola, mas o professor reforçou que ele particularmente acha importante trazer esse debate para a discussão.

Vale destacar que se trata de um tema sensível no tocante ao momento de ascensão do recrudescimento conservador em todo país. O ano de 2022 trouxe, mais uma vez, uma enxurrada de fake news, sobretudo associadas as questões analisadas neste

trabalho. Na sua exposição inicial, o professor explica para as turmas que não se trata de algo criado por sua cabeça, mas proposto no livro didático e ressalta a existência de uma lei que respalda este debate na escola.

Essa preocupação do docente revela as linhas de força que agencia as relações estabelecidas no âmbito escolar, incluindo os temas que podem ser tratados na escola. Como teorizado por Louro (2014), a formatação imposta pelas normas que regem as performances de gênero e sexualidade não disciplinam apenas os estudantes, mas aqueles que operacionalizam as políticas educacionais. A atividade docente também é atravessada por esse dilema estabelecido entre a necessidade debater as questões de gênero e sexualidade como demanda do discurso do respeito à diversidade, inclusive nos materiais didáticos, ao mesmo tempo em que tem que justificar suas práticas para que não sofram sanções morais, institucionais ou mesmo implicações jurídicas.

A exposição do conteúdo foi desenvolvida de forma didática, explorando questões históricas que perpassam a emergência dos estudos de gênero, passando pelo papel do movimento feminista e suas implicações para compreender as tramas das relações de poder. Relatos de experiência do professor, a partir de contatos estabelecidos por ele com alguns povos originários, foram apresentados de modo ilustrativo no tocante ao funcionamento das tramas socioculturais em relação à temática da aula. Num desses contados, ele foi classificado como fortemente masculinizado e em outro associado à homossexualidade. O objetivo voltava-se para demonstrar como as culturas produzem parâmetros de classificação acerca das configurações de gênero, sexualidade e identidade.

Durante a exposição, as participações das turmas se concentravam entre as estudantes, bem como de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Numa das turmas, dois estudantes expressam algum nível de desconforto com a temática, embora não tenham enunciado em termos verbais, suas expressões corporais denotam um certo tédio.

A experiência dos indivíduos modela a forma como eles reagem as temáticas apresentadas em sala de aula. A participação no debate promovido nas aulas sobre as temáticas de gênero, sexualidade e identidade se conecta as afetações e as conexões estabelecidas entre as questões discutidas e as experiências cotidianas vivenciadas. Os resquícios de uma sociedade machista e lgbtfóbica marca as histórias dos indivíduos que foram afetados pelo debate provocando as interações em sala de aula.

3 Notas sobre as reações socioinstitucionais

A escola enquanto instituição social, embora reproduza, em larga medida, as configurações normativas relativas às performances de gênero e sexualidade, nas últimas décadas vem sendo tensionada pelas expressões da dissidência das referidas performances que adentam os seus muros. Como demonstrado, esse cenário é marcado por disputadas de narrativas, discursos e saberes que constituem as teias das relações de poder no cotidiano das instituições educacionais.

A diversidade que adentra o espaço escolar, embora ocupe posições desiguais em relação aos modelos-matrizes de gênero e sexualidade, desafia as normas socioinstitucionais e demanda reconhecimento de suas performances e identidades. Essa luta por reconhecimento transforma as instituições educacionais numa arena de resistência e controle das expressões consideradas dissidentes pelas normatizações estabelecidas pela performatividade de gênero e sexualidade de acordo com a analítica de Butler (2019).

Na escola pesquisada, um caso emblemático desencadeia uma zona de imanência em relação à forma pela qual essa instituição lida com as expressões da dissidência de gênero e sexualidade em seu interior. Dois estudantes transexuais do ensino fundamental demandam o reconhecimento institucional no tocante ao uso do nome social, conforme informações fornecidas por uma professora

da escola, bem como mantinham um relacionamento amoroso considerado muito expressivo. O modo pelo qual os referidos estudantes se autodefinem em termos de performances de gênero e orientação sexual não é conhecido por seus familiares, mas na escola eles gozam de reconhecimento em termos de nome social pelos demais estudantes e são tratados, informalmente, também por alguns membros do corpo docente.

Existe, nesse contexto, algum nível de flexibilização no que tange à diversidade dentro da comunidade escolar em relação ao âmbito familiar. A escola se apresenta como um espaço mais aberto para a expressão da diversidade, porém ao mesmo tempo é pressionada para reestabelecer a ‘normalidade’ em termos performativos pela ordem social em vigência. Nessa zona dilemática, aconteceu o compartilhamento de informações entre a gestão escolar e as famílias dos envolvidos, gerando toda uma teia de tensões nas relações intrafamiliares dos estudantes, bem como nas relações estabelecidas no âmbito escolar.

Essas questões evidenciam as dobras da ambiguidade que constituem a experiência de escolarização e a posição dilemática da escola como aparece em Sales (2023). As tecnologias de controle operacionalizadas pela escola acerca da produção de corpos sexuados e generificados apresentam seus limites quando a diversidade adenta os seus muros. Entretanto, a escola ainda possui a prerrogativa de fazer funcionar os regimes de verdade e redefinir novas formas de controle das expressões que ameaçam a ordem estabelecida socialmente.

Os regimes de visibilidade, como aparece em Miskolci (2017), em operação na escola estabelecem níveis de expressividade de relacionamentos amorosos nesse espaço. O que se considera muito expressivo para manifestações de afetos entre pessoas do mesmo gênero e sexo, é naturalizado nas relações estabelecidas entre pessoas de gênero e sexo diferentes pelos códigos normativos. Os códigos regulatórios dos regimes de visibilidade atuam definindo as escalas de visibilidade e invisibilidade que a economia

das performances de gênero e sexualidade estabelece nas tramas das relações de poder em operacionalização no espaço escolar.

O compartilhamento de informações com as mães dos estudantes provocou reações no âmbito familiar e educacional. A mãe de um dos garotos agiu com um certo nível de aceitabilidade, porém não permitiu que a escola utilizasse o nome social do filho nos documentos formais. A mãe do outro falou abertamente que daria uma surra no filho e não aceitaria uma filha sapatão. Ao ser questionada dos motivos pelos quais não aceitaria, ela utiliza o argumento de cunho religioso que o homem nasceu para mulher e vice-versa.

Nas tramas das relações estabelecidas na escola, essa situação dilemática provocou reações importantes nas relações estabelecidas na instituição, sendo a mais expressiva, a insurgência de estudantes da escola contra a atitude da gestão. Eles promoveram uma mobilização política de resistência em relação ao fato ocorrido com os colegas, utilizando as redes sociais. Esta mobilização se estabeleceu através de postagens nas redes sociais acusando a escola de transfobia, sendo o perfil da instituição marcado nas postagens. Além dessa manifestação mais contundente, na escola era possível perceber o clima de tensão estabelecido em todas as suas esferas.

Nas tramas das relações de poder que agenciam as performances de gênero e sexualidade no âmbito escolar, mesmo os indivíduos que ocupam posições subalternas desafiam as normas. Com Foucault (1979), se aprende que o poder não se trata de uma substância, tampouco essência, mas um movimento tático exercido nas relações estabelecidas socialmente. Na escola, o exercício de poder se explicita a partir das reações socioinstitucionais e da mobilização política dos estudantes, sobretudo através das tensões que a diversidade impõe à escola, mesmo ainda ocupando uma posição subalterna. Alarga-se, desse modo, o espaço para que a diversidade possa ampliar os níveis de visibilidade nesse espaço marcado pela atuação de normas que regulam seus modos de existir e performatizar.

A professora do relato anterior me informou que o gestor, ao tomar conhecimento da mobilização dos estudantes, reagiu de modo a afirmar que o uso do nome social só seria permitido com a autorização dos pais para menores de 16 anos, conforme previsto na legislação. Diante do conflito instaurado na escola, a professora afirma ter esperanças que um evento sobre as questões de gênero e sexualidade previsto para acontecer na escola traga maiores esclarecimentos. Essa informação é importante para compreender as linhas de força que atravessam a escola e como ela pode reagir quando pressionada por movimentos insurgentes contra as medidas tomadas.

O compartilhamento de informações da escola com as famílias dos referidos estudantes marca a sofisticação das relações de poder. A exposição dos estudantes transexuais, ao repercutir na escola, também promoveu o temor em alguns estudantes da comunidade LGBTQIAPN+, haja vista que alguns expressam suas performances dissidentes de gênero e sexualidade na escola, mas no espaço familiar essas questões não são compartilhadas. Em relatos durante a pesquisa de campo, cheguei a conversar com estudantes que tinham algum receio que informações dessa natureza fossem compartilhadas com seus familiares, sofisticando ainda mais o modo como negociam suas performances com as normas socioinstitucionais em relação às variáveis aqui analisadas. Essa sofisticação das técnicas de controle forjam os sujeitos nas tramas das relações de poder estabelecidas na escola, dobrando-se sobre o grupo numa zona de negociação que aponta para o cuidado de si como analisado por Foucault (2010).

O evento ao qual a professora faz referência foi proposto por estudantes da comunidade LGBTQIAPN+ da escola, particularmente encabeçado por estudantes transgêneros/transexuais. Uma estudante transgênera apresentou a proposta ao professor de sociologia da escola que organizou a ação junto à instituição. O evento contou com a participação do Centro Estadual de Referência LGBT e foi desenvolvido em maio de 2022, contando

com a presença dos estudantes do ensino fundamental e médio. A equipe do referido centro fez uma exposição didática das categorias gênero e sexualidade para os estudantes e responderam as suas perguntas, no primeiro momento para as turmas do ensino fundamental e no segundo momento para as turmas do ensino médio.

O evento contou com a participação de todas as turmas da escola, sendo um momento que resguarda a ambiguidade que enforma a experiência de escolarização. Estudantes da comunidade LGBTQIAPN+ tiveram um momento de celebração em que pintaram seus rostos com as bandeiras que lhes representam em termos identitários. Estudantes que não fazem parte do grupo também se manifestaram em tom de apoio, embora alguns se mantivessem um pouco mais afastados. Contudo, em meio a celebração da diversidade, os discursos normatizadores aparecem de forma sutil e sofisticado, quase imperceptível aos olhares pouco atentos às dinâmicas de controle que permeiam o espaço escolar.

No primeiro momento voltado para o ensino fundamental, um dos professores, em meio as perguntas, direcionou uma voltada para a questão do uso do nome social por estudantes transgêneros e como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) restringe a autonomia dos estudantes com idade inferior aos 18 anos. O advogado do Centro de Referência (CR) corrobora a necessidade de autorização dos pais para o uso formal do nome social para pessoas com idade inferior aos 18 anos como prevê a legislação vigente no Brasil. No momento voltado para o ensino médio, uma professora faz uma pergunta no mesmo sentido, fazendo com que a equipe reitere esse discurso novamente para os estudantes que acompanham a ação desenvolvida pela escola.

Como aparece em Foucault (1999) ao analisar os discursos e saberes que geriam a sexualidade no século XIX, entre eles os saberes pedagógicos, psiquiátricos e jurídicos, ainda nos dias atuais, estes mesmos saberes continuam agenciando o modo pelos quais os indivíduos devem guiar a interpretação de seus corpos, desejos e afetos. A escola, quando é tensionada pela diversidade que

demanda reconhecimento dentro dos seus muros, recorre a esses saberes como forma de reestabelecer as fronteiras normativas.

O filósofo francês mencionado anteriormente, ao analisar a moral vitoriana, forneceu uma chave importante para compreender as dobras da ambiguidade nos discursos. Como ele mesmo desenvolveu em suas análises, colocar a sexualidade em discurso não se traduz num afrouxamento das normas sobre ela, mas uma sofisticação das relações de poder na construção de regimes de verdade que definem os limites do pensável acerca dela.

Nas tramas do evento temático da escola é possível perceber como os saberes jurídicos, construídos na articulação de demandas da sociedade, atuam como uma biopolítica de controle das populações. O Estado, através dos códigos jurídicos, normatiza a vida dos sujeitos e restringe, a partir a atuação dos regimes de inteligibilidade e visibilidade de gênero e sexualidade, os mecanismos de reconhecimento dos considerados 'anormais' a partir de suas instituições.

A partir das tramas construídas através das relações estabelecidas entre os saberes e os poderes mobilizados, os ânimos ficaram menos acirrados no funcionamento intersticial da escola, entretanto, as teias normalizadoras, continuam operando na tessitura da experiência de escolarização dos sujeitos sob o recorte de gênero e sexualidade. Os regimes de visibilidade e inteligibilidade seguem seus fluxos e anti-fluxos marcados pela ambiguidade que tenta acomodar indivíduos diferentes a partir da leitura de um mesmo código normativo. Esse código informa o pânico moral que se instaura na sociedade e é responsável por equilibrar as ambiguidades dos sujeitos por ele formado. Os inconformismos relativos às categorias aqui analisadas são dotados de potencialidade de questionamento dos regimes de inteligibilidade, alargando os limites do pensável. Esses deslocamentos são considerados assustadores por serem capazes, em alguns aspectos, de desequilibrar as normas e os próprios sujeitos de si mesmos nas derivações de suas pulsões mais complexas.

Considerações

A partir de uma reflexão esquemática, é possível rastrear as complexas teias normativas convencionais e compulsórias no tecido social. Alimentadas pelas relações de poder, essas teias se espalham como rizomas e moldam os sujeitos a partir das marcas da diferença por elas produzidas, tanto no espaço escolar, como extraescolar.

Refletir sobre os encadeamentos das normas sociais no funcionamento das instituições educacionais, em alguns aspectos, revela a agenda ambiciosa que o Estado empreende a partir de uma configuração neoliberal e neoconservadora nas tramas de produção do sujeito demandado em nossos dias. As políticas educacionais implementadas nas escolas, sobretudo aquelas que funcionam na modalidade cidadã integral, focalizam os indivíduos, colocando sobre eles a necessidade de se constituir como empreendedores de si mesmos. Por outro lado, essas mesmas instituições limitam as formas diversas de lidar com as performances de gênero, sexualidade, desejos e afetos. Conforme as cosmovisões e epistemologias que alimentam essa agenda, os indivíduos podem ser protagonistas em todas as esferas da vida social, exceto dos seus próprios desejos, modos de existir e sentir prazer.

A agenda de construção do sujeito moderno, amplamente analisado por Foucault (2010), revela que esse projeto, em certa medida, produz um sujeito funcional as técnicas de agenciamento em funcionamento na sociedade de modo geral. Ao refletir sobre os encadeamentos colocados em operacionalização na escola, é possível perceber as ambiguidades do discurso neoliberal que avança no Brasil: liberal em termos econômicos, mas conservador nos costumes. Essa ambiguidade atravessa as políticas educacionais, os currículos e o funcionamento intersticial das escolas, produzindo sujeitos multifacetados e frágeis diante das teias em poder que lhes amaram nas tramas da cultura.

Referências

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COSTA, Sylvio S. G. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981 – 1982)*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MISKOLCI, Richard. Sexualidade e orientação sexual. In: MISKOLCI, Richard. (org). Marcas da diferença no ensino escolar. São Carlos: EDUFSCAR, 2014. p. 75-104.

MISKOLCI, Richard. Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SALES, Romualdo S. As dobras da ambiguidade: a tessitura das performances de gênero e orientação sexual no espaço escolar. 2023. 202 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2023.

A “infiltração” do debate sobre diversidade sexual e de gênero na formação em Serviço Social: o caso da UFPR - Litoral

Robson de Oliveira

Layliene Kawane de Souza Dias

Há inúmeras situações que evidenciam a complexidade da adoção de termos provenientes da física, química, e até geografia, para explicar fenômenos históricos relacionados a processos sociais intrincados. Em 1976, Michel Foucault, durante um debate com geógrafos, foi questionado sobre o uso de termos como “cartografia”, “campo” e “território” por pesquisadores de áreas diversas, como filosofia, sociologia e antropologia. O intelectual francês, surpreendido, percebeu que, ao instrumentalizar esses termos, inadvertidamente, contribuía para uma geopolítica, na qual os interesses e investigações dos geógrafos se cruzavam com as formulações de sua arqueologia/genealogia¹. Em outras palavras, a apropriação de conceitos externos à epistemologia de origem não é incomum nos encontros entre diferentes campos de conhecimento e práticas sociais.

1 Publicado no Brasil no livro *Microfísica do Poder* no capítulo 10 “Sobre a Geografia”. Originalmente o debate foi publicado na revista *Hérodote* nº 1 em 1976.

No Serviço Social, a incorporação de terminologias de outras áreas também ocorre com diversos termos sendo assimilados ao seu léxico. O sincretismo que possibilitou o surgimento do Serviço Social brasileiro é explicado, e compreendido, não apenas pela brilhante tese de Netto (2011), mas também, como aqui acrescentamos, pelo manifesto antropofágico cultural de Oswald de Andrade (1928). A profissão, que emergiu entre as escolas de medicina, enfermagem e direito na década de 1930, carrega em seu lastro epistemológico a capacidade de “devorar” e assimilar as bases políticas e epistemológicas de diferentes agentes e instituições. Em sua gênese, é possível identificar uma natureza profundamente profilática, vinculada aos códigos simbólicos do direito positivo, além de uma estreita relação com organizações religiosas e o Estado, que, em conjunto, atuavam em defesa da ordem, higiene e disciplinarização da classe trabalhadora (Oliveira, 2019).

Esse breve preâmbulo sobre a gênese da profissão e sua relação com essas bases epistemológicas é essencial para compreendermos que o legado do Movimento de Reconceituação e a adoção do pensamento social crítico, como corrente hegemônica na formação e constituição da profissão, não necessariamente encerram a intersecção do Serviço Social com outras áreas de conhecimento e práticas sociais oriundas de diferentes campos profissionais.

Ao contrário do que alguns poderiam imaginar, a adoção da perspectiva social crítica não interrompe esse processo. Um exemplo disso foi o uso recorrente do termo “necropolítica” — cunhado pelo intelectual camaronês Achille Mbembe a partir das análises de Michel Foucault sobre biopolítica — para descrever as práticas e condutas do governo Bolsonaro durante a pandemia pela categoria profissional (Oliveira; Bruinje, 2022). Assim, o sincretismo, conforme apresentado por Netto (2011) e a antropofagia de Andrade, não são apenas ferramentas de inteligibilidade, mas observatórios potentes à compreensão dos fundamentos do Serviço Social brasileiro.

De fato, no Serviço Social, a adoção de terminologias das ciências exatas para descrever processos histórico-sociais tem se tornado cada vez mais comum nos discursos teóricos da profissão e podemos afirmar o mesmo sobre as normativas das políticas públicas sociais. Um exemplo disso é apontado por Sampaio e Oliveira (2018), que, ao analisarem os documentos do Banco Mundial e sua influência na formulação de políticas sociais no Brasil, destacaram o uso do termo “resiliência” para avaliar as condições de reprodução da existência da população destinatária dessas políticas².

A antropofagia cultural está enraizada em nossa trajetória e o entendimento de nossa natureza sincrética reflete nossa maturidade intelectual e política. Por esse motivo, os autores deste capítulo adotam um termo da área de fluídos de materiais para tratar da diversidade sexual e de gênero no contexto da formação em Serviço Social. Na sua origem, “infiltração” refere-se ao processo pelo qual a água penetra na superfície do solo, afetando-o e modificando suas propriedades. Embora seja tentador associar essa metáfora à “Modernidade Líquida” de Bauman, o que buscamos aqui é reconhecer que certos avanços e conquistas históricas da profissão resultaram da atuação e militância de atores que, coletivamente, insistiram no reconhecimento de que a compreensão do capital, por meio das expressões da questão social, exige o

2 “A sofisticação e sutileza das relações de poder, em tempos de capitalismo *tout court*, se ratifica assim por via do léxico das políticas sociais, em particular o PBF. Um exemplo é a palavra resiliência, termo oriundo da física, que se refere à propriedade de que são dotados alguns submateriais, de acumular energia, quando exigidos ou submetidos a estresse sem ocorrer ruptura. Este “conceito” é atualmente utilizado nos estudos e orientações do MDS para referir tanto à governança e à economia –no âmbito dos programas e serviços – quanto aos sujeitos atendidos, em um misto de “condições de possibilidade” e “autonomia”, em que as famílias beneficiárias deteriam ao mesmo tempo a vulnerabilidade socioeconômica, mas também os meios de superação dessa mesma condição” (Oliveira; Sampaio, 2018, p. 173).

reconhecimento das particularidades relacionadas às questões étnico-raciais e à diversidade sexual.

Foram os atores políticos, com destaque para os estudantes de Serviço Social, que, desde o processo de renovação iniciado com o Congresso da Virada, em 1979, até a ampliação do acesso e permanência nas universidades públicas, já no século XXI, contribuíram para essa “infiltração”. Esses atores, de certa forma, desafiaram as estruturas estabelecidas na profissão, abrindo espaço para temáticas que, até então, eram vistas como marginais. A recusa em debater tais questões, por parte dos responsáveis pela formação na área, era justificada por uma ampla gama de argumentos, que variavam desde a categorização dessas questões como expressões pós-modernas até a compreensão de que esse enfoque poderia desviar o foco central da luta de classes na formação e no exercício profissional (Menezes; Silva, 2017).

Todavia, essa infiltração demanda agora ser avaliada e compreendida justamente em seus efeitos possíveis por sua incorporação (ou não) na formação profissional. A pergunta central do presente capítulo é: de que forma a população LGBTQIAPN+ e a diversidade sexual têm comparecido no processo formativo em Serviço Social?

Para tentar responder essa pergunta apresentaremos os resultados de pesquisa realizada no ano de 2022 em que se buscou compreender como o debate sobre diversidade sexual e de gênero³

3 Na perspectiva aqui adotada, gênero designa as diversas formas de construção objetiva e subjetiva de “ser homem” ou “ser mulher”, que levam em consideração as condições biológicas (genitália), mas não se esgotam nas mesmas (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020) e, ainda, abarcam um conjunto de identidades que fogem a lógica binária de gênero. A sexualidade se refere aos desejos afetivos e/ou sexuais e, expressa-se enquanto uma categoria histórica-ontológica que corresponde às necessidades materiais e subjetivas de cada época, podendo sofrer alterações dependendo dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que a permeiam (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

se apresenta no processo formativo de discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Para tanto foram desenvolvidos, no ano de 2022⁴, três grupos focais com 55 participantes⁵, organizados da seguinte forma: Grupo Focal 1 (GF1) realizado em 04 de agosto de 2022; Grupo Focal 2 (GF2) realizado em 22 de agosto de 2022; e Grupo Focal 3 (GF3) realizado no dia 10 de novembro de 2022.

As disciplinas das quais as discentes faziam parte foram: GF1, Segmentos Sociais, Participação e Controle Social, ofertado no sétimo período do curso; GF2 Introdução aos Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social, ofertado no primeiro semestre; e GF3, Ética Profissional, ofertado no quarto período. A escolha de tais módulos não se deu de maneira aleatória, ao contrário, buscou-se compreender a percepção de discentes recém ingressantes na graduação (primeiro ano), discentes em fase de ingresso no estágio obrigatório (através do módulo de Ética Profissional, pré-requisito para realização do Estágio I e II) e discentes em fase final da graduação (último ano)⁶.

Busca-se, com isto, além de demonstrar a presença ou ausência de tal discussão na graduação supracitada apontar possíveis contribuições para a inserção do debate no processo de formação profissional das futuras assistentes sociais.

4 Ano também marcado pela realização do processo de revisão curricular do curso que foi concluída em 2023. Cabe apontar que, após revisão curricular do referido curso, incorpora-se na grade curricular a disciplina de “Serviço Social, relações étnico-raciais e diversidade sexual”, que pretende abordar tais temáticas.

5 No semestre corrente (2022.2) o curso contava com um total de 137 discentes não integralizados, ou seja, que não concluíram o curso ou que não estão em vias de realizar a colação de grau, perfazendo assim um percentual de 40% de participantes do universo total.

6 A grade curricular vigente no ano de 2022, pode ser consultada em: <https://litoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/03/Grade-Curricular-QUADRO-PPC-2015.pdf>.

Tal pesquisa, orientou-se pelo método crítico dialético, considerando em seu cerne a processualidade histórica das categorias e ao mesmo tempo a relação indissociável entre o modo de produção capitalista e a constituição do ser social, no que se refere às questões de classe, bem como raça/etnia, gênero e diversidade sexual.

No que se refere a metodologia para a constituição do presente estudo, foi imprescindível, além dos autores referenciados (Safiotti, Nogueira et al., Marx, Engels, Cisne e Santos) a análise de falas das discentes que participaram da pesquisa realizada por meio de grupos focais. Ao todo foram realizados 3 grupos focais com 55 estudantes de diferentes etapas da graduação e, por meio das indicações de Freire (2006), foi possível desvelar o conteúdo implícito nas falas delas, o que possibilitou confirmar a hipótese que serviu como ponto de partida ao presente estudo: de que há uma ausência ou escassez do debate no processo formativo, fruto do desconhecimento de tal temática.

Dito isto, o capítulo aqui apresentado se divide da seguinte maneira: i) a apresentação da concepção do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista na particularidade brasileira e sua vinculação à questão social; ii) a incorporação do debate a respeito da diversidade sexual e de gênero pelo Serviço Social brasileiro; e iii) alguns resultados da pesquisa que se refere a abordagem de tal temática na formação profissional em Serviço Social pela UFPR - Setor Litoral.

1 Sistema Heteropatriarcal-Racista-Capitalista e a Questão Social na Particularidade Brasileira

Tendo como ponto de partida o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista no Brasil, destacamos que a apreensão da realidade social, em sua totalidade, exige uma leitura que abarque as relações sociais de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade. Marx (2023;2010) e Engels (2010;2019) irão apontar a divisão social do trabalho, a propriedade privada, a sociabilidade burguesa

e as relações sociais dela decorrentes como elementos centrais para se compreender a exploração da classe capitalista sobre a classe operária. Neste processo temos uma classe detentora dos meios de produção e da propriedade privada, bem como uma classe que possui sua força de trabalho convertida em mercadoria. Ao ter sua força de trabalho comprada por um determinado período e em troca de um equivalente, o salário, a classe trabalhadora produz um excedente de mercadorias pela qual foi paga. Este excedente, o mais valor, é apropriado pela classe capitalista que não a produziu e, conseqüentemente temos: a expansão da riqueza da classe dominante e o aumento da pobreza da classe trabalhadora. Quanto maior o crescimento do capital, maior será o crescimento da superpopulação relativa⁷ e do pauperismo⁸, é a isto que se refere a lei geral da acumulação capitalista⁹.

Aqui encontra-se a gênese da questão social, tomada como objeto de trabalho de profissionais assistentes sociais. Indissociável da sociedade capitalista, a questão social contempla o conjunto de desigualdades existentes nas contradições entre trabalho e capital, bem como, as lutas sociais, reivindicações e resistências da classe trabalhadora (Iamamoto, 2015). Compreender a questão social na

7 De acordo com Marx (2023) a superpopulação relativa se divide da seguinte maneira: i) *população flutuante*, referente aos trabalhadores que ora são atraídos ora são repelidos pelo processo produtivo capitalista; ii) *latente*, população rural, que vê seus postos de trabalho sendo substituídos por maquinários e muitas vezes precisam se transferir para a área urbana; e iii) e *estagnada*, formada por parte da classe trabalhadora em ocupações irregulares e temporárias.

8 Refere-se ao segmento mais baixo da superpopulação relativa, sendo composto por três categorias: os aptos ao trabalho; os órfãos e filhos de indigentes; e os incapacitados ao trabalho, pessoas com deficiência, doentes, viúvas e etc. (Marx, 2023).

9 “Ela ocasiona uma acumulação da miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.” (Marx, 2023, p. 721).

particularidade brasileira nos remonta ao processo de formação sócio-histórica de nossa sociedade, marcado pela escravização de povos negros e autóctones, colonialismo, autoritarismo, violência, patriarcalismo, racismo e dependência dos países centrais. De acordo com Yamamoto (2015), o “moderno” se constrói tendo como base o “arcaico”, ou seja, pode-se considerar que o conjunto de relações de exploração e dominação contemporâneas no Brasil, encontram suas raízes no passado de nossa sociedade, fundada em pilares racistas, sexistas, homofóbicos, misóginos e classistas. Passado e presente se encontram intimamente ligados.

Assim, compreender a questão social no Brasil exige-nos reconhecer sua base, composta por três sistemas de dominação e exploração: sistema heteropatriarcal, racista e capitalista. Conforme nos aponta Saffioti (1987), patriarcado e racismo se imbricam com o modo de produção capitalista, sendo elementos fundamentais para o processo de exploração. Aqui, para além do patriarcado, reforçamos a presença do heteropatriarcado como sistema em que a heterossexualidade masculina cisgênero¹⁰ exerce uma supremacia sobre outras formas de identidades de gênero e diversidade sexual.

Exemplo disso é a violência que tais sujeitos ainda enfrentam na contemporaneidade, segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia - GGB (2024), o Brasil segue sendo o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+¹¹, contabilizando, no ano de 2023, 257 mortes violentas¹². A Associação Nacional de Travestis e

10 Condição em que o indivíduo se identifica com o gênero atribuído em seu nascimento, referente ao sexo biológico.

11 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binários e demais diversidades sexuais e identidades de gênero.

12 Tais dados são contabilizados por voluntários, através de notícias em sites e mídias digitais, visto que não há registros governamentais a respeito das mortes deste segmento, o que dificulta ter uma percepção geral de tal realidade: “Reconhecemos que tais estatísticas são subnotificadas, pois

Transexuais (ANTRA), aponta também que, a inexistência de dados governamentais, a ausência de políticas públicas eficazes para o enfrentamento da lgbtqiapn+fobia, bem como o fomento de ações antitrans por segmentos conservadores da nossa sociedade, constituem um quadro propício para que o Brasil siga liderando o ranking mundial de países que mais mata pessoas trans no mundo (ANTRA, 2024).

Compreender tais relações exige-nos ultrapassar o entendimento meramente subjetivo das mesmas e situá-las num contexto rodeado de determinações societárias, associadas ao trabalho enquanto fundante do ser social, bem como, reconhecer, para além da divisão social do trabalho, sua divisão sexual e racial. Faz-se necessário compreender o trabalho, indivíduo e diversidade humana de maneira articulada, em uma perspectiva de totalidade e como síntese de múltiplas determinações (Cisne, Santos, 2018). De acordo com Cisne e Santos (2018), o heteropatriarcado e racismo foram “historicamente construídos e decorrentes de relações materiais de exploração e opressão” (2018, p. 76) e, na particularidade brasileira, também são estruturantes e constituintes da questão social, visto que, estes três sistemas operam de maneira conjunta. Compreender a vida social em sua totalidade exige uma apreensão das relações sociais de classe, gênero, raça e sexualidade como estruturantes de nossa sociedade.

2 Serviço Social e o Debate Sobre Diversidade Sexual e de Gênero

Inicialmente, demarca-se no âmbito da profissão, o Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, iniciado em meados da década de 1960, que se refere a negação do Serviço Social tradicional e a adoção de uma perspectiva teórica metodológica crítica.

muitas vezes é omitida a orientação sexual ou identidade em tais publicações fúnebres.” (GGB, 2024, p. 1).

Esse processo culmina no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979, conhecido como Congresso da Virada, em que o Serviço Social assume publicamente seu compromisso junto à classe trabalhadora e temo a articulação do projeto profissional junto ao projeto societário contra as diversas formas de exploração e opressão (Abramides, 2019).

No entanto, mesmo com a adoção da perspectiva crítica e suas bases teórico-metodológicas que alçaram a intenção de ruptura, não foi imediata a inserção de debates sobre diversidade sexual e de gênero no interior da profissão (Cisne, Santos, 2018), sendo, ao contrário, uma vinculação lenta e tardia. Segundo Duarte (2014) é no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) que este quadro passa a se alterar de maneira significativa, quando, na década de 1980, estudantes passam a inserir a temática dentro dos eixos de debates do Movimento e seus encontros. Destaca-se o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 1986, onde militantes da época realizaram a proposta de inserção do debate sobre sexualidade dentro da luta pela redemocratização que estava em curso no país (Duarte, 2014).

Segundo Cisne e Santos (2018) as pautas inicialmente estudantis vão ganhando visibilidade e repercussão dentro da profissão, sobretudo através da atuação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

As mesmas autoras vão elencar um conjunto de elementos que contribuíram para a infiltração de tal debate no interior da agenda profissional, sendo estes: i) o atendimento da população LGBTQIAPN+, que têm a violação de seus direitos e violência intensificadas a partir do desenvolvimento do capitalismo periférico no Brasil; ii) a produção de conhecimento, sobretudo no âmbito da pós-graduação, a respeito da temática a partir dos anos 2000; iii) a visibilidade de profissionais e estudantes LGBTQIAPN+ no interior do Serviço Social; e iv) a condução política que as entidades representativas da categoria profissional e estudantes tiveram e

continuam desempenhando para o aprofundamento da relação do Serviço Social com a pauta (Cisne, Santos, 2018).

Em geral, são os próprios estudantes e profissionais LGBTQIAPN+ responsáveis pela infiltração dessa temática em diferentes espaços da categoria profissional, condição que só é possível com o ingresso de novos perfis de discentes nos cursos de graduação, resultam das políticas de expansão e de acesso ao ensino superior¹³ no país. Temos, pela primeira vez, o fomento por meio de políticas públicas de acesso e permanência a presença de estudantes indígenas, negros, periféricos, povos do campo, LGBTQIAPN+ e outros, nas universidades públicas. As pautas que emergiram a partir da ocupação dos espaços acadêmicos por estes sujeitos, fizeram com que debates como feminismo, questão étnico racial, diversidade sexual, entre outros, fosse sendo absorvidos por essas instituições e demais áreas. A partir dos anos 2000 é cada vez mais nítido a progressão da defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ e a ocorrência de debates sobre diversidade sexual e de gênero no interior do Serviço Social, tendo o CFESS, os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), grande importância para as reflexões em torno do debate.

No âmbito da formação profissional, destaca-se a atuação da ABEPSS enquanto entidade acadêmica científica, responsável pela coordenação e articulação do projeto de formação, no âmbito da graduação e pós-graduação, em Serviço Social. Em 2010, durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro, é aprovada a criação do

13 A partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Sistema de Seleção Unificado (SISU), Programa Universidade para Todos (PROUNI), da Lei nº 12.711 de 2012 (Lei de Cotas) e Lei 12.799 de 2013 (Lei de Isenção da taxa de vestibulares das universidades federais), tem-se uma mudança significativa do perfil de discentes das instituições de ensino superior brasileiras.

Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” (Cisne, Santos, 2018). Em 2014, como resultado do GTP, tivemos a aprovação da inclusão de pelo menos uma disciplina obrigatória na graduação em Serviço Social que contemplesse as discussões das relações sociais de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade e geração. A indicação ainda compreende que a temática não deve se ater a apenas um componente curricular obrigatório, mas sim percorrer todo o processo de formação profissional, de maneira transversal à formação e seus componentes curriculares.

Apesar dos progressos, ainda hoje nos deparamos com barreiras e desafios no interior da categoria profissional a respeito deste debate. Para Marcelino (2010), uma das causas dessa problemática se dá pela resistência ao debate sobre diversidade sexual e de gênero nos discursos acadêmicos e a não inclusão dessa temática no processo formativo destes sujeitos. Menezes e Silva (2017) também apontam que estas dificuldades podem ser explicadas pela recusa de estudantes e profissionais docentes em debaterem tal temática. Há de se considerar também a existência de profissionais docentes e discentes que relatam desconhecer ou não compreender as questões referentes à diversidade sexual e de gênero e a população LGBTQIAPN+.

3 Debate Sobre Diversidade Sexual e de Gênero no Processo Formativo de Discentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi criado em 2006 e se encontra sediado na cidade de Matinhos no Setor Litoral. Surge como alternativa de inserção e qualificação no campo profissional, fortalecimento de política pública direcionada à melhoria na qualidade de vida da população residente no litoral paranaense (UFPR, 2010).

Cabe apontar, ainda, que o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Setor Litoral se organiza em três eixos principais, sendo eles: I) Fundamentos Teórico-Práticos (FTP), referente aos módulos específicos a cada curso de graduação; II) Projeto de Aprendizagem (PA) que são módulos desenvolvidos por todos os estudantes do Setor Litoral tendo como objetivo propiciar momentos de estudo, pesquisa e intervenção na realidade local; e III) Interações Culturais e Humanísticas (ICH), espaços interdisciplinares onde participam discentes de diferentes cursos e de diferentes fases da graduação, sendo um ambiente pluralista e de integrações.

A respeito do debate sobre diversidade sexual e de gênero no processo de formação profissional em Serviço Social pela UFPR, destaca-se que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2010, assim como sua reformulação, datada de 2015, não apresentam em suas ementas e matriz curricular conteúdos que versem sobre tal temática. Desta forma, para compreender se e/ou como, tal debate aparece durante o processo formativo, ainda que não esteja pautado em documento, a pesquisa desenvolvida buscou apreender tal realidade junto às próprias discentes do curso.

3.1 Perfil e síntese do debate nos grupos focais

O perfil das participantes dos grupos focais foi delimitado por meio de um questionário disponibilizado via plataforma *Google Forms* com 10 questões fechadas¹⁴. Das participantes, 94,5% se declararam mulheres cis gênero e 5,5% homens cis gênero. A respeito da sexualidade 65,5% se declararam heterossexual, 20% bissexual e 14,5% homossexual. A faixa etária de participantes varia entre 18 e 54 anos, tendo maior representatividade a faixa etária dos 21 aos 22 anos.

14 A aplicação do formulário para identificação do perfil dos participantes ocorreu imediatamente após a realização do grupo focal.

Quando questionadas a respeito da existência de pessoas LGBTQIAPN+ na família, 70,9% afirmaram positivamente. Sobre o conhecimento delas a respeito da população LGBTQIAPN+, 47,3% apontam um entendimento regular, 38,2% um entendimento bom, 12,7% possuem um entendimento ruim e 1 pessoa declarou ter um entendimento ótimo. Sobre a maneira e a suficiência da abordagem da temática em sala de aula, 52,7% responderam que a temática aparece, mas não é o suficiente, 43,6% apontaram que a temática não aparece e 3,6% afirmaram que a temática aparece e é suficiente.

Quando questionadas sobre a relação histórica do Serviço Social junto a este debate, as estudantes sugerem não ter se tratado de uma vinculação fácil e imediata, apontam ainda, alguns instrumentos e/ou condições que podem ter auxiliado este processo, como: o Código de Ética da profissão; a emergência das lutas e movimentos sociais que reivindicam a participação do Serviço Social; bem como o atendimento à população LGBTQIAPN+ em diferentes espaços da atuação profissional.

Sobre a ocorrência desse debate em sala de aula, a maioria das discentes apontaram não ter presenciado nenhuma discussão sobre tal temática, conforme relata uma estudante: “Tô aqui desde 2019 e a gente ainda não falou desse assunto em sala de aula. Nada, nem artigo, documentário, não me recordo de ter ouvido falar.” (Participante GF1, 2022). No Grupo Focal 2, composto por discentes do primeiro ano, houve relatos de que mesmo não tendo uma aula específica sobre o assunto em algum momento o tema já havia sido mencionado, no entanto, não souberam explicar sobre quais circunstâncias. Isso demonstra uma possível desassociação no tratamento da matéria entre uma abordagem teórico-política fundamentada ao tema, com menções esporádicas e descontextualizadas que possam ocorrer em dinâmicas próprias da sala de aula. O Grupo Focal 3 declarou não ter tido contato com a temática em sala de aula e, ainda, indicaram alguns poucos docentes que teriam facilidade de falar sobre o tema caso a demanda surgisse.

O Grupo Focal 1, formado por discentes em fase final da graduação, recorda que o tema foi abordado no módulo de Políticas Públicas e Sociais (PPS) III, uma das participantes aponta que o debate poderia ter sido apresentado durante os demais módulos¹⁵, mas que isto não ocorreu:

É um assunto que deveria percorrer, assim como o racismo, deveria percorrer todas as políticas e eu enquanto estudante tenho a sensação que não percorre nenhuma. [...] dentro da universidade, a gente não fala sobre nenhuma, a não ser que uma ICH, uma coisa do tipo, que você vai falar um pouquinho sobre a temática, mas ainda assim não dentro do Serviço Social. (Participante GF1, 2022).

Para além da não abordagem de tais temáticas no processo formativo, o grupo ainda relata o incômodo frente ao não posicionamento de docentes quando assuntos como machismo e racismo surgem em sala de aula: “[...] machismo também é uma coisa que não é falado nas aulas, mesmo no contexto histórico [...]. Se algum professor parou para discutir isso? Nenhum. Sabe? Racismo teve no direito¹⁶ só.” (Participante GF1, 2022). A mesma estudante relata que, quando era citado algum comentário em sala de aula, normalmente os docentes se isentam do debate, ainda que tais falas fossem racistas, machistas e/ou lgbtqiapn+fóbicas.

No Grupo Focal 1, as estudantes demonstram preocupação com a ausência de posicionamento dos docentes: “Tem que pensar que isso daqui é um ambiente de estudo, de aprendizado, então o professor que tá ali, se ele não se coloca [...]” (Participante GF1, 2022). As participantes também reforçam a importância de que as discentes se posicionem e realizem o debate, já que por parte dos docentes este processo não ocorreu. Para elas, as temáticas de

15 Referindo-se aos demais módulos de Políticas Públicas e Sociais.

16 Referindo-se ao módulo de Direito e Legislação Social.

diversidade sexual e de gênero, assim como o racismo são assuntos pouco tratados na graduação: “É um assunto bem deixado de lado assim, até mesmo a atuação do assistente social, no caso com relação ao racismo, a homofobia e essas coisas, eu desconheço de ter ouvido” (Participante GF1, 2022).

Evidencia-se, com estas falas, a ausência de discussões sobre tais temáticas em sala de aula. Tal ausência pode ser reflexo de um não conhecimento dos docentes, a não busca por uma formação continuada, bem como uma compreensão equivocada da produção e reprodução da vida social, visto a não apreensão da realidade enquanto totalidade, síntese de múltiplas determinações, ou seja, que não engloba as relações de opressão e exploração heteropatriarcalistas e capitalistas.

As estudantes relatam que o processo histórico de constituição da profissão, através das disciplinas de Fundamentos, possui maior relevância no âmbito da formação profissional. Isto não significa banalizar tais debates, visto que as próprias discentes sinalizam a importância do contexto histórico da profissão, entretanto, apontam suas dificuldades em relação a outros tópicos que estruturam o processo formativo. Apontam, como exemplo, o módulo de Questão Social e o difícil exercício de reconhecer suas demais expressões, para além da pobreza e desemprego, “[...] tem expressões que você olha às vezes ta do seu lado, ta na sua frente, tá em você, mas tem expressões que você nem pensa [...]” (Participante GF1, 2022).

Sobre a abordagem da temática durante a realização do Estágio¹⁷, as discentes também alegam que o assunto não foi abordado nestes espaços e que, quando presenciaram falas ou discussões sobre o tema, foram em teor negativo e preconceituoso, como cita uma estudante a respeito de falas de uma profissional:

17 Apenas o Grupo Focal 1 contou com a presença de estudantes em fase de estágio ou que já haviam realizado o mesmo.

Ela falou que a amiga dela tem uma filha que se descobriu lésbica [...] E daí ela começou falar que era influência da televisão que ela era muito jovem e não sabia o que queria [...]. Aí começaram a desenvolver e eu, sabe, aguentando tudo aquilo, daí até o momento que ela pegou e chamou isso de aberração. E é uma profissional que tá ali atendendo a população que já são criminalizadas né [...] eu considero como um ato de homofobia, ainda mais num ambiente de trabalho. (Participante GF1, 2022).

Outra estudante relata uma situação também ocorrida em seu campo de estágio onde, ela, a assistente social (supervisora de campo) e o motorista do equipamento em questão, encontraram um(a) dos(as) usuários(as) atendidos(as) pelo serviço vestido com roupas femininas¹⁸. O condutor do carro invalidou tal situação, justificando que ele/ela teria outros problemas para se preocupar, ao invés de se vestir daquela forma, já que se encontrava em situação de pobreza junto à sua família. A mesma estudante relata a dificuldade com o cadastramento dos usuários no sistema do equipamento, visto que no formulário não constam questões a respeito da orientação sexual e as opções de identidade de gênero se restringem apenas ao feminino e masculino.

Quando as discentes foram questionadas se acreditam que o processo formativo dará subsídios suficientes para atender as demandas desta população, a maioria aponta que não e apresentam inseguranças quanto a esta atuação profissional. Para o Grupo 1, a graduação oferece somente o básico e é na atuação profissional, depois de formadas, que irão precisar se especializar dependendo do equipamento que forem atuar. No entanto, apresentam a preocupação a respeito da busca individual de tais

18 A estudante não soube informar se o/a usuário, referia-se a uma mulher trans, travesti ou outra identidade de gênero.

temáticas, visto que, não são todas as estudantes, futuras profissionais, que possuem uma perspectiva crítica e ética para atuar junto a estes usuários, que, infelizmente, acabam sendo os mais afetados e (re)violentados.

O Grupo Focal 2 acredita que a graduação irá lhes instrumentalizar para tal atuação e sinalizam uma série de sugestões para se pensar o processo formativo, como a realização de aulas, oficinas e demais eventos que versem sobre a temática: “[...] eu acho que falta um pouco disso, de ter uma palestra, aula pública, porque tem gente que tem preconceito porque não conhece, não sabe” (Participante GF2, 2022). Para elas, além do aprendizado em sala e das pesquisas individuais, é necessário propiciar espaço para dar voz a estas pessoas e tornar a temática pública.

As participantes do Grupo Focal 3, assim como do 1, sinalizam não se sentirem preparadas para trabalhar com estes sujeitos — LGBTQIAPN+ —, e indicam que teriam maior facilidade em lidar com questões relacionadas à pobreza. Outras participantes apontaram que a presença do debate em sala de aula poderia auxiliar na desconstrução de preconceitos de discentes e docentes e, também, servir como um espaço em que as próprias estudantes se sintam acolhidas para expressarem sua sexualidade e/ou identidades.

Ademais, outro ponto destacado é a não homogeneidade do perfil dos usuários atendidos pelo Serviço Social e a necessidade de se ter um conhecimento básico para realizar um bom atendimento a estes sujeitos que são diversos: “[...] se chega alguém pra atender e a gente não sabe lidar porque a gente não estudou pra isso. A gente vai atender pelo tato? Nas minhas vivências pessoais?” (Participante GF3, 2022). As discussões realizadas evidenciaram a necessidade de que a temática apareça durante todo o processo formativo das discentes, não necessariamente em um módulo específico, mas de maneira transversal durante toda a graduação. No entanto, para alcançar esse objetivo, necessita-se que os docentes se disponham a estudar e se atualizarem sobre tal tema, como aponta uma das participantes:

Assim como a cultura afro, existe até uma lei para ser implementada nas escolas, não como matéria, mas em cada uma das matérias. É interessante ter isso aqui, não que a gente precisasse ter uma matéria, mas em todas, pra gente saber onde estavam essas pessoas, [...] pessoas negras, lgbs. Porque a gente tem várias matérias de fundamentos que nunca é falado. Essas pessoas não existiam? Elas não têm história? Por que não é falado? Deveria ter um pouquinho. (Participante GF2, 2022).

Com o encerramento dos grupos focais, as estudantes foram questionadas se acreditavam que a temática era importante para o Serviço Social, nas quais afirmam de maneira positiva: “É igual a todos os temas que a gente precisa aprender [...] A gente vai passar por isso, a gente vai ter que conhecer pra poder entender” (Participante GF2, 2022). Uma estudante do Grupo Focal 3 ressalta ainda, a importância de não se omitir diante de tais assuntos e que grande parte do progresso conquistado até hoje deriva de lutas e posicionamentos de outras pessoas, anteriores a nós:

A partir do momento que a gente tem consciência desse tema, que a gente tem consciência do reflexo da vivência da pessoa, da vida da pessoa, do cotidiano dela e que isso pode deixá-la mais a margem e a gente ignora esse fato, a gente só reforça o que, no nosso curso, a gente tá tentando ir contra o que a gente tá tentando superar, acho que no mínimo, amenizar. Acho que a partir do momento que a gente ignora esse fato, a gente reforça. Se a gente se omite, a gente não tem progresso nenhum e todo progresso que a gente tem foi porque outras pessoas se posicionaram. Assim, como eu acredito, que só teve essas questões de racismo, lgbt dentro do curso, depois que pessoas conseguiram entrar no curso e essas pessoas trouxeram a temática, assim como acontece hoje. (Participante GF3, 2022).

Esse dado reforça a importância de conhecermos a população a quem se destinam os serviços e políticas públicas a qual nos inserimos. Quando se trata do processo formativo inclui-se a heterogeneidade do alunado de Serviço Social. Iamamoto (2003) aponta que o desenvolvimento do Serviço Social, até a década de 1980, esteve mais voltado ao Estado e às políticas sociais, do que para a sociedade e os sujeitos sociais que a compõem. A autora (2003) apresenta a urgência da aproximação da profissão junto a tais sujeitos, suas lutas, reivindicações, vivências, formas de organização social, cultural e política, entre outros, visto que, “[...] apreender a questão social é também apreender como os sujeitos a vivenciam.” (Iamamoto, 2003, p. 76).

Ora, desvelar as condições de vida dos indivíduos, grupos e coletividades com as quais se trabalha é um dos requisitos para que se possa decifrar as diversas formas de luta, orgânicas ou não, que estão sendo gestadas e alimentadas, com inventividade, pela população. É condição ainda para se perceber as aspirações, os núcleos de contestação, a capacidade de imaginação e de invenção da sociedade aí presentes, que contêm misturados elementos de recusa e afirmação do ordenamento social vigente. Esta parece ser uma das condições para que o assistente social possa romper com a relação tutelar e de estranhamento com os sujeitos junto aos quais se trabalha e um caminho fértil para a formulação de propostas novas de trabalho. (Iamamoto, 2003, p. 76).

Faz-se necessário apreender a vida social em sua totalidade, síntese de múltiplas determinações, que incluem classe, gênero, sexualidade, raça/etnia. No entanto, a pesquisa evidenciou que tais discussões ainda não são tratadas durante o processo de formação profissional em Serviço Social pela UFPR, mesmo podendo

ser utilizadas em diferentes espaços, durante os quatro de anos de graduação, conforme apontam as próprias discentes.

Conclusão

Parafraseando a música “Tempo Rei” de Gilberto Gil “Água mole em pedra dura tanto bate que não restará nem pensamento”, os sujeitos que possibilitaram o evoluir dessa temática na formação profissional, por meio de sua infiltração, buscaram não a desqualificação e recusa da teoria social crítica mas a complexificação desse “pensamento” até que não restasse nenhuma dúvida de que o debate sobre o socio metabolismo da reprodução social em uma sociedade como a nossa deve considerar a complexidade da individuação social e expressões diversas dessas como as relações étnico-raciais e a diversidade sexual e de gênero. Isso foi possível pela composição do alunado no interior do Serviço Social, da articulação e organização social dos movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIAPN+ e das demandas emanadas pela sociedade por políticas de proteção destinadas as opressões e marginalizações sofridas por essas populações.

Na particularidade brasileira a compreensão da sociabilidade capitalista (e das relações sociais dela derivadas), só pode ser apreendida enquanto totalidade quando levada em consideração a imbricação dos três sistemas de opressão e exploração: heteropatriarcal, racista e capitalista. Faz-se necessário compreender, para além da divisão social do trabalho, sua divisão sexual e racial, visto que o heteropatriarcado e racismo se imbricam ao modo de produção capitalista, sendo elementos fundamentais para o processo de exploração. Deste modo, o Serviço Social, que tem como objeto de trabalho a questão social e suas diferentes expressões, deve abordar, para além das relações sociais de classe, também as de gênero, sexualidade e étnico-raciais.

É nítido a visibilidade que o debate sobre diversidade sexual e de gênero vem ganhando ao longo das últimas décadas, assim

como o empenho das entidades representativas da categoria profissional para aproximar e aprofundar tal temática junto ao Serviço Social. No entanto, é notório também a existência de profissionais que reforçam tais preconceitos e (re)violenta estes sujeitos. Acreditamos que as barreiras encontradas no momento da atuação profissional poderiam ser evitadas se durante o processo formativo, tais profissionais tivessem tido contato com o referido debate. Cabe apontar, que nosso intuito não se trata de culpabilizar unicamente o processo formativo desses profissionais, mas sim apontar a formação profissional como uma oportunidade para o combate ao preconceito e apresentar o debate àqueles que não o conhecem. Ou seja, o processo de infiltração da temática no processo formativo irá depender também do quão disposto esse solo está para incorporar essa temática na formação.

Fica evidente pela fala das discentes que o que temos, ao menos no curso aqui apresentado, ainda não é suficiente e que em virtude disso há sim momentos de tensão e insatisfação em virtude da dificuldade de docentes e discentes tratarem o tema como campo da atuação, área de pesquisa e constituinte da sociabilidade capitalista heteropatriarcal, racista e machista em que sobrevivemos e resistimos.

Ou seja, as discussões realizadas com diferentes discentes do curso de Serviço Social da UFPR Litoral, demonstra a negligência frente a esta temática e a necessidade de que estas e demais pautas, como a questão étnico racial, sejam abordadas em sala de aula de maneira transversal. Isto, no entanto, nos exige profissionais docentes capacitados e atualizados para trabalharem com tais discussões e como apontado pelos grupos focais são poucos os que apresentam tal abertura, uma vez que a grande maioria se omite quando pautas como estas são levantadas durante as aulas. Repensar a formação profissional nos exige colocar em pauta a constante formação das e dos próprios docentes do curso, visando uma atualização em seus debates que contemplem uma maior diversidade de temáticas, realidades, segmentos e sujeitos sociais.

Referências

ABEPSS. *GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*. [s.l.], 2016. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressaode-genero-ra-caetnia-geracao-sexualidades-15>. Acesso em: 06 fev. 2024.

ABRAMIDES M. B. *O Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília. ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.

Dossiês elaborados pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil. GGB (Grupo Gay da Bahia). Brasil. GGB, 2024. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-annuals-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

DE ANDRADE, O. **Manifesto Antropofágico**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/files/manifesto_antropofago.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

DUARTE, M. J. O. Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. *Temporalis*, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7209>. Acesso em: 06 fev. 2024.

FREIRE, S. A. *Conhecendo Análise de Discurso: linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Editora Valer, 2006.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V.. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. - 9. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

MARCELINO, S. R. S. Questões Contemporâneas: A Homossexualidade e os Novos Sujeitos Como Desafios Para o Serviço Social. *Diásporas, Diversidades, Deslocamento*, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1315765266_ARQUIVO_FAZENDOGENEROTEXTOFINAL.pdf. Acesso em: 06 fev. 2024.

MENEZES, M. S.; SILVA, J. P. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 122-129 jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nMSMsXzbQ4nDHG3Mskm4BLm/abstract/?lang=pt#:~:te%20xt=O%20debate%20visa%20problematizar%2C%20al%C3%A9m,o%20Servi%C3%A7o%20Social%20na%20contemporaneidade>. Acesso em: 06 fev. 2024.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, L.; PEREIRA, M.; TOITIO, R. *O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

OLIVEIRA, Robson de. **“Nasci Errado e Estou Certo”**: a presença da eugenia no processo de institucionalização do serviço

social brasileiro.. 2019. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/214968/PGSS0226-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 out. 2024.

DE OLIVEIRA, Robson; SAMPAIO, Simone Sobral. Neoliberalismo e Biopoder: o indivíduo como empresa de si mesmo / Neoliberalism and Biopower: individual as a self-entrepreneur. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 167–177, 2018. DOI: 10.15448/1677-9509.2018.1.23483. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/23483>. Acesso em: 4 out. 2024.

OLIVEIRA, R.; BRUINJE, A. L. T. Classe trabalhadora e racismo durante a pandemia: eugenia e racismo no governo Bolsonaro. **Resistência Litoral**. v. 1 n. 1, p. 29 – 44, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i1.79294> Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/resistencialitoral/article/view/79294> Acesso em 04 out. 2024.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

UFPR. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social*. UFPR Litoral, Matinhos, 2010. Disponível em: <https://litoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/02/PPC-SERVI%C3%87O-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.

Vítima Perfeita: A Lei de Alienação Parental e o Mito do Abuso Mútuo e Reativo

Geovanya Sonally Araújo de Oliveira
Jussara Carneiro Costa

Em 2018, a atriz norte-americana Amber Heard (2018, s.p.) escreveu uma opinião para o jornal *The Washington Post* no qual se descreveu como uma “figura pública que representa a violência doméstica”,¹ o que seria uma referência a acusações prévias de violência doméstica que ela tinha feito contra seu ex-marido, o ator norte-americano Johnny Depp. O artigo em si, no entanto, não tratava de seu prévio casamento e não mencionava o nome do ator, mas sim foi escrito como um pedido ao Congresso norte-americano para reautorizar e reforçar a lei federal Violence Against Women Act (VAWA).²

Em seguida, em 2022, Depp levou Heard a julgamento,³ em que a acusou de difamação pelo artigo. Por ser televisionada, a deliberação jurídica gerou uma enorme movimentação online, com influenciadores gravando suas reações do julgamento em

1 Tradução própria. Daqui em diante, todas as traduções de obras citadas escritas em inglês são próprias das autoras.

2 Lei de Violência Contra a Mulher (H.R. 3355 de 1994).

3 Processo nº CL-2019-2911. Disponível em: <https://tinyurl.com/mw97acdy>. Acesso: 12 out. 2024.

plataformas como YouTube, e uma *trend* viralizando no TikTok,⁴ onde usuários reconstituíam de forma pejorativa e cômica um áudio do testemunho de Heard, em uma suposta situação na qual foi vítima de lesão corporal no contexto de violência doméstica.

Vale ressaltar que em 2020, Depp entrou com um processo contra o News Group Newspapers Ltd e contra Dan Wootton,⁵ seu então editor executivo, por difamação, por causa de um artigo publicado pelo jornal britânico *The Sun* que o descrevia como abusivo. No entanto, o caso foi rejeitado pelo juiz Andrew Nicol, que em seu veredito declarou que “a grande maioria das supostas agressões da Sra. Heard pelo Sr. Depp foram provadas de acordo com o padrão civil” (Londres, 2020, s.p.).

Em todo caso, o julgamento de 2022 gerou um discurso em que, parcela do público e da mídia passaram a diagnosticar o casamento entre Heard e Depp como mutualmente tóxico ou mutualmente abusivo, termos desmitificados por estudiosos e profissionais que lidam com o tema de violência doméstica e de gênero. Assim sendo, com base nas discussões trazidas pelo famoso caso, o presente artigo busca explicar o mito do abuso mútuo e reativo dentro do relacionamento abusivo, bem como a necessidade de instituições preparadas e especializadas para apoiar as vítimas.

Ainda, procuramos avaliar como a Lei de Alienação Parental vem sendo utilizada como instrumento processual de violência de gênero, explicando sua origem e a base para o conceito de alienação, visto a tendência a favorecer o genitor quando este se utiliza

4 Ver: DICKSON, E. J. 'Demoralizing and Demeaning': A Gross TikTok Trend Mocking Amber Heard is Going Viral, 9 de maio de 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2czppaty>>. Acesso: 13 out 2024. E também: BOECHAT, G. Caso Johnny Depp e Amber Heard: A insignificância dos fatos, 18 de junho de 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y9p38bpy>>. Acesso: 13 out 2024.

5 Processo nº QB-2018-006323. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ysywwptp>>. Acesso: 13 out 2024.

desta alegação na luta pela guarda de crianças, assim refletindo sobre como as interpretações sobre a autodefesa feminina no contexto de violência intrafamiliar se aplicam institucionalmente.

1 Entendendo Violência Doméstica

De acordo com o art. 5º da Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), violência doméstica contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” dentro da unidade doméstica e da família ou “em qualquer relação íntima de afeto” (Brasil, 2006). Sendo também definida pela National Domestic Family and Sexual Violence Counselling Service em *Sobre violência doméstica e familiar* (s. d.) como um relacionamento “onde uma pessoa assume uma posição de poder sobre a outra e causa medo”, “muitas vezes referida como um padrão de coerção e controle”, onde “os agressores são chamados de perpetradores da violência”.

Esse conceito reforça o disposto na Lei Maria da Penha, visto que a legislação brasileira abarca formas de violência doméstica que vão além das agressões físicas, o ato de coerção e controle se torna fundamental para exercer sobre a vítima atos de violência mental. Esse ciclo de abuso, manifestado por meio de atos hostis e cruéis seguidos por atos de carinho, tem como efeito convencer a vítima da possibilidade da existência de um relacionamento saudável inexistente.

Dessa forma, a relação de poder na qual a vítima se encontra enredada pode ser caracterizada, como a psicóloga Renata Gaspula (2024) escreve, por meio de:

- a) Controle excessivo sobre o dia a dia da vítima, seu vestuário, seu emprego;
- b) Isolamento de seus círculos sociais, por meio da criação de conflitos entre amigos e

- familiares e críticas contra eles, principalmente quando passam a notar a influência negativa e o abuso praticado pelo agressor;
- c) Críticas constantes com o objetivo de controlar e manipular a vítima, desvalorizando-a e minimizando-a, para que ela passe a pensar que não há possibilidades de relacionamento fora o agressor;
 - d) Humilhação pública;
 - e) Ameaças e intimidação, que impedem a vítima de procurar auxílio, por medo de que o agressor venha ao ponto de matá-la ou matar seus entes queridos, como os filhos do casal;
 - f) Manipulação emocional, buscando obter a compaixão da vítima, e fazer com que ela se culpabilize pelas ações e emoções de seu agressor;
 - g) Vigilância constante;
 - h) Isolamento financeiro, que limita ou remove completamente as oportunidades da vítima sair do relacionamento;
 - i) Culpa constante, fazendo com que “a vítima se sinta culpada por coisas e frustrações que não são sua responsabilidade, com o objetivo de controlá-la e minar sua autoestima”
 - j) Violência física, que pode ser lesões de diferentes graus, ou abuso sexual.

Logo, o sistema de abuso doméstico criado pelo perpetrador da violência gera uma situação de extremo sofrimento físico e psicológico, que, tendo como vítima majoritária a mulher, está integrado na forma como gênero se dispõe na sociedade centralizada em padrões e ações androcêntricos.

2 Gênero e Relações de Poder

De acordo com Joan Scott (1995, p. 72), em seu texto *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, a sociedade sempre se utilizou da gramática para chamar atenção a características ditas sexuais e, apenas recentemente “as feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos,” com o termo sendo visto como categoria de análise histórica apenas por volta do século XX.

Nesse sentido, utilizamos gênero como forma de rejeitar o emprego do termo “sexo”, para estabelecer uma diferença baseada em uma não existente divisão natural/biológica entre homem e mulher, uma categoria que inicia tais debates, “proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares” (Scott, 1995, p. 73). Assim, Scott define gênero em duas partes: (1) como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e (2) como “forma primária de dar significado às relações de poder.” A partir disso, ela aprofunda:

Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. [...] Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos),

o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder (Scott, 1995, p. 88).

Dessa maneira, a correlação entre gênero e a composição do poder destaca como a estruturação social de diferenças entre o masculino e o feminino gera uma base para as relações desiguais de poder, que inevitavelmente causam um impacto na forma como interagimos dentro de vinculações heteronormativas em específico, sejam essas sexuais, amorosas, de amizade etc. Assim posto, a violência intrafamiliar integra uma construção histórica e sociocultural de dominação e poder masculino, em que a mulher é submetida a diversas formas de opressão como meio de manutenção do *status quo*.

Nesse mesmo sentido, Foucault (1997) trata das relações de poder recusando a ideia de que poder é uma peça exclusivamente possuída e exercitada pela elite, ou seja, pela classe burguesa, manifestando-se ou sendo exercido de diferentes formas e perpassando toda a sociedade. Deste modo, afirma que:

Nas relações humanas, quer envolvam comunicação verbal como a que estamos travando nesse momento, quer sejam relações amorosas, institucionais ou econômicas, o poder está sempre presente: refiro-me à uma relação em que uma pessoa tenta controlar a conduta da outra. Estou, portanto, falando de relações que existem em diferentes níveis, em diferentes formas; essas relações de poder são móveis, podem ser modificadas, não são fixas. (Foucault, 1997, p. 291).

Explicando a visão de poder de Foucault e a forma como Scott colabora com essa interpretação na forma como ela categoriza as relações de gênero, Mayra Santos (2020, p. 972) considera que:

Sobre poder, a autora esclarece a necessidade de substituição do conceito em que o poder social é unificado, coerente e centralizado, pôr [sic] a ideia Foucaultiana que diz que a concepção de poder é entendida como uma rede dispersa de relações desiguais intencionais e subjetivas. A concepção de Foucault percebe que, as relações entre homens e mulheres não são construídas apenas por meio de instrumentos de repreensão, censura ou subordinação. Essas relações se fazem por meio de práticas e relações que se instituem em modos de ser, gestos, formas de falar e de agir e em condutas e posturas diversas. Segundo Foucault, os gêneros se produzem e se entrelaçam pelas e nas relações de poder.

Ainda, essas relações de poder estão necessariamente vinculadas à possibilidade de resistência a elas, de forma que sem resistência não existe poder. Isso se mantém mesmo na existência da dominação, que se encontra dentro desse sistema de poder, e que, de acordo com Foucault (1997 p. 292), viria a estancar as relações, que ficam impedidas de circular de forma natural e livre no íntimo da sociedade:

Para que as relações de poder possam funcionar, deve haver pelo menos um certo grau de liberdade de ambos os lados. Mesmo quando a relação de poder está completamente desequilibrada, quando se pode verdadeiramente afirmar que um lado tem “poder total” sobre o outro, um poder só pode ser exercido sobre o outro na medida em que o outro ainda tenha a opção de se matar, de pular da janela ou de matar a outra pessoa. [...] é claro que estados de dominação existem de fato. Em muitos casos, as relações de poder são fixa-

das de tal forma que são perpetuamente assimétricas e permitem uma margem de liberdade extremamente limitada. [...] Nesses casos de dominação, sejam eles econômicos, sociais, institucionais ou sexuais, o problema é saber onde a resistência se desenvolver.

Logo, entende-se que mesmo o estado de dominação, de uma pessoa contra outra, ou um governo contra sua população, não consegue remover completamente a liberdade de resistência do dominado, visto que o poder só pode ser exercido na medida em que a resistência pode ser praticada.

Assim sendo, podemos aplicar essas teorias ao uso de marcadores de sexo, gênero, raça e etnia para entender como se cria e para justifica sistemas de privilégio, opressão e controle por meio de diferentes fontes, como por exemplo dispõe Sylvia Walby (1990). Entre essas fontes, a autora destaca a violência, que constitui uma perpétua ameaça, funcionando como uma forma de controle, e que pode ser encontrada em todas as áreas sociais, quais sejam, o Estado e seus três poderes, o domínio familiar, a sexualidade feminina e a cultura.

Dessa forma, a analítica de Foucault nos ajuda a perceber os diferentes níveis de poder exercidos pelos sujeitos, de acordo com suas vivências e marcadores sociais, enfrentando a ideia de total impotência da mulher frente às subordinações que restringem suas escolhas e oportunidades. Em específico, os conceitos de poder, resistência e dominação, provam ser instrumentos importantes para entendermos a experiência da mulher vítima de violência doméstica e de gênero, em particular daquela que não se apresenta como uma vítima perfeita do crime e executa estratégias e atos de resistência dentro da relação de poder e dominação na qual se encontra.

3 A Autodefesa Feminina e o Mito do Abuso Mútuo e Reativo

O termo abuso mútuo é usado para descrever situações nas quais companheiros em um relacionamento amoroso tóxico praticam ações destrutivas um contra o outro. No entanto, majoritariamente, especialistas em violência doméstica, ao estudar abuso, relações de poder e gênero, acreditam que abuso mútuo não existe, e se viesse a existir seria algo extremamente raro. O uso do termo pela grande mídia tende a causar problemas para as vítimas em termos da identificação correta da situação de risco em que se encontra, e, portanto, diminuindo as chances de escapar ou conseguir ajuda.

Como identificado, uma relação abusiva inclui um padrão de coerção e controle sobre uma pessoa que se repete ao longo do tempo. Para tanto, existe um desequilíbrio de poder que inclui a relação necessariamente desproporcional entre o homem e a mulher, ou seja, todo o arcabouço que tende a favorecer o homem, socialmente e/ou juridicamente, por meio de instrumentos em que a descrença das narrativas apresentadas pela vítima, em casos de assédio processual e violência institucional, são constantes.

Com isso em mente, em entrevista para o site norte-americano *Psych Central*, Melody Gross (2022), fundadora da *Courageous Shift*, instituição que auxilia vítimas de violência doméstica, reforça o disposto anteriormente sobre a natureza do relacionamento abusivo e explica o que verdadeiramente é o chamado abuso mútuo:

A base da violência entre parceiros íntimos é poder e controle, que impulsiona relacionamentos abusivos por meio de padrões e escalada. O conceito de abuso mútuo não existe e não pode existir. Há momentos em que a pessoa que sofre o abuso pode responder de forma abusiva devido à necessidade de segurança, controle ou

até mesmo por medo. Essas respostas são prováveis à medida que o relacionamento progride. Isso é o que chamamos de abuso reativo.

Alex Bachert (2024, s.p.) observa que “abuso reativo é quando um perpetrador de abuso induz deliberadamente sua parceira a reagir agressivamente ao seu comportamento abusivo. Parceiros abusivos podem usar essa tática de manipulação para desviar a culpa de si mesmos, alegando que o abuso é bilateral”. O autor ainda acrescenta que:

Os especialistas concordam amplamente que um termo mais apropriado para este comportamento é autodefesa, o que não é abuso. Quando uma pessoa é continuamente exposta a abusos emocionais ou físicos, ela pode procurar maneiras de se defender do agressor. Esse comportamento de defesa normalmente ocorre quando uma pessoa está lidando com abusos prolongados e finalmente atinge o ponto de ruptura. [...] A violência entre parceiros nunca é saudável, mas usar essas estratégias como forma de autodefesa não é abuso.

Em resumo, abuso reativo é a autodefesa nomeada erroneamente, ou deliberadamente nomeada de forma a culpabilizar a vítima por uma reação natural de autopreservação, uma tática usada pelo agressor para elaborar um cenário onde ambos são igualmente abusivos.

De fato, voluntários e trabalhadores de ONGs que auxiliam vítimas de violência doméstica, falam de suas experiências vendo o agressor usar do chamado abuso reativo e da ideia de abuso mútuo como uma forma de se desresponsabilizar por seus atos e continuar a aprisionar a vítima no ciclo de abuso. Como observa Lucy Morgan (2023, s.p.):

Quando eu trabalhei em linhas de apoio à violência doméstica, fui treinada para identificar abusadores que ligassem para o abrigo e descrevessem como suas parceiras – as suas vítimas – os tinham abusado. A lógica deles? Se denunciasses violência doméstica contra suas parceiras, essas parceiras nunca poderiam apresentar-se como vítimas no tribunal. Se conseguissem vencer os tribunais de que se tratava de “abuso mútuo”, palavra usada por um psicólogo clínico no julgamento Depp contra Heard, o ciclo de abuso poderia continuar. Em suma, era um método infalível de torturar e incendiar as suas vítimas.

Logo, o chamado abuso reativo é apenas mais um sintoma do relacionamento abusivo, no qual o agressor manipula emocionalmente a vítima e a sociedade ao seu redor, culpabilizando-a por uma reação que está fora de seu controle. Como encontramos em DARVO,⁶ acrônimo idealizado pela psicóloga norte-americana Jennifer J. Freyd (1997 p. 29), o agressor reverte a narrativa, transformando a vítima em agressor:

Tenho observado que os verdadeiros abusadores ameaçam, intimidam e criam um pesadelo para qualquer pessoa que os responsabilize ou lhes peça para mudarem o seu comportamento abusivo. Esse ataque, destinado a assustar e aterrorizar, normalmente inclui ameaças de processos judiciais, ataques abertos e secretos à credibilidade do denunciante, e assim por diante. O ataque muitas vezes assumirá a forma de ridicularizar a pessoa que tenta responsabilizar o agressor. O ataque provavelmente também se concentrará em questões *ad hominem* ou *ad feminam*, em vez de questões intelectuais/evidenciais. Finalmente proponho

6 “Deny, attack, and reverse victim & offender”, isto é, negar, atacar e reverter vítima & agressor.

que o agressor cria rapidamente a impressão de que o agressor é o injustiçado, enquanto a vítima ou observador preocupado é o agressor. Figura-fundo⁷ estão completamente invertidos. Quanto mais o infrator é responsabilizado, mais injustiçado ele afirma estar.

Com isso, entendemos o fato de o conceito de abuso mútuo ser visto como um mito por especialistas; porque seu uso indiscriminado, principalmente por leigos, ou mesmo por estudiosos de áreas como a psicologia ou os estudos de gênero e violência contra a mulher, reforçam sentidos androcêntricos que reafirmam a cobertura do agressor.

4 Lei de Alienação Parental

4.1 Richard Gardner e a Síndrome de Alienação Parental

No âmbito das ações de autodefesa praticadas pela vítima de violência intrafamiliar, se faz necessária a discussão da Lei 12.318/2010, conhecida como Lei de Alienação Parental. A lei entrou no ordenamento jurídico brasileiro com o objetivo de cumprir com a ordem constitucional de garantir a proteção da criança e do adolescente, usando como base a teoria de alienação parental formulada pelo psiquiatra estadunidense Richard Gardner. Além de uma teoria, Gardner, nos anos 1980, propôs que a chamada alienação fosse considerada como uma síndrome e, conseqüentemente, fosse inserida na 5ª edição do *Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-V), o que nunca foi aceito. Para o psiquiatra, a alienação parental seria uma síndrome comparável à Síndrome de Down, criando um espectro, que compreende desde casos mais leves a outros mais severos

7 Termo da psicologia que afirma que vemos figuras definidas em fundos indefinidos. Isso significa que não é possível ver objetos sem que os separemos de seu fundo.

de crianças como vítimas ou agentes ativos, podendo contribuir para o assédio cometido contra o/a genitor/a alienado/a. Dessa forma, a alienação parental representa os sintomas presentes em uma criança que, manipulada pelo/a genitor/a alienador/a atua contra o/a genitor/a alienado/a. Essa manipulação leva a criança a ter medo e/ou ódio do/a alienado/a e/ou ser hostil nas relações familiares mais básicas, existindo de forma quase exclusiva na luta por guarda de filhos/as ainda na infância. Logo, Gardner (1992, p. 72) explica que:

A síndrome de alienação parental (SAP) é um transtorno que surge principalmente no contexto de disputas pela guarda dos filhos. A sua principal manifestação é a campanha de difamação da criança contra os pais, uma campanha que não tem justificação. O transtorno resulta da combinação de doutrinações do genitor alienador e das próprias contribuições da criança para a difamação do genitor alienado.

Como já mencionado, essa tese não é aceita pela Associação Americana de Psiquiatria ou pela Associação Médica Americana, sendo controversa dentro da comunidade científica. Maria Clara Sottomayor (2011, p. 75) afirma que a Lei é baseada em raciocínios circulares, e que “sua taxa de erro é elevada, introduzindo opiniões subjetivas na investigação e na avaliação dos fatos”.

Essa controvérsia se faz relevante visto a natureza androcêntrica da tese de alienação parental, os polêmicos escritos sobre pedofilia e estupro de vulnerável levantados por Gardner, e o limitado suporte teórico que gerou a criação da Lei. Quanto a reação da mãe que descobre sobre abusos sexuais cometidos contra seus/as filhos/as por parte do genitor, Gardner (2001, s.p.) escreve:

Se a mãe reagiu ao abuso de forma histérica ou o usou como desculpa para criar

uma campanha de difamação contra o pai, então o terapeuta fará bem em tentar “deixá-la sóbria”. [...] Ela contribuirá para que a criança sinta que foi cometido um crime hediondo e, com isso, diminuirá a probabilidade de qualquer tipo de reaproximação com o pai. É preciso fazer todo o possível para ajudá-la a colocar o “crime” na perspectiva adequada. Ela tem de ser ajudada a compreender que, na maioria das sociedades na história do mundo, tal comportamento era onipresente, e ainda é o caso.

A caracterização da mulher histérica, comparada com a clemência com que trata o genitor que abusa sexualmente de seu filho, denota o caráter abertamente “genderificado” da descredibilizada Síndrome de Alienação Parental. No famoso caso jurídico dos atores Heard e Depp, foi emblemático o momento do julgamento em que a psicóloga Shannon Curry, que nunca tratara terapeuticamente a atriz, contratada pelo time jurídico de Depp para testemunhar na sessão, diagnosticou Heard com transtorno de personalidade borderline (TPB) e transtorno de personalidade histriônica (TPH). Percebe-se que a tática de rotular a mulher como doente, emocional, histérica etc., é habitualmente utilizada como forma de descredibilizá-la quando, justificadamente, demonstra resistência contra ações que prejudiquem sua saúde mental e/ou física, como também de sua prole. E estudos recentes demonstram que essa tática traz resultados positivos contra a mulher, como explica Kim Elsesser (2022, s.p.):

Essa conexão entre o rótulo “emocional” e a legitimidade dos argumentos de uma mulher foi estabelecida em estudos recentes publicados na *Psychology of Women Quarterly*. Os participantes do estudo leram um diálogo entre duas pessoas em desa-

cordo. Durante o conflito, foi dito a uma mulher ou a um homem que “se acalmasse”. Quando uma mulher foi instruída a “acalmar-se”, os participantes classificaram o seu argumento no conflito como significativamente menos legítimo. Num estudo semelhante, onde a mulher foi rotulada de “emocional”, os investigadores obtiveram os mesmos resultados. Em ambas as situações, a credibilidade da mulher é prejudicada.

Sobre abuso infantil, Gardner (1992, p. 549) afirma que:

As crianças mais velhas podem ser ajudadas a compreender que os encontros sexuais entre um adulto e uma criança não são universalmente considerados atos repreensíveis. A criança pode ser informada sobre outras sociedades nas quais tal comportamento era e é considerado normal. A criança pode ser ajudada a apreciar a sabedoria de Hamlet de Shakespeare que disse: “Nada é bom ou ruim, mas o pensamento faz com que seja assim”. Nessas discussões, a criança tem que ser ajudada a compreender que temos na nossa sociedade uma atitude exageradamente punitiva e moralista em relação aos encontros sexuais entre adultos e crianças.

Apesar de insistir que não está criando desculpas para relações sexuais entre adultos e crianças, que concebe essas relações como exploração, é difícil não estranhar sua insistência em relativizar a normalidade dessas relações usando como exemplo sua ocorrência em outras formas sociais, bem como, sua visão sobre o trauma e a saúde mental da vítima, afirmando que “tais encontros não são necessariamente traumáticos. O determinante para saber se a experiência será traumática é a atitude social em relação a

esses encontros” (1992, p. 670). Nesse ponto, o psiquiatra acusa terapeutas de automaticamente entender que relações sexuais entre adultos e crianças geram danos mentais para a vítima com intenções monetárias, afirmando que “obviamente, se a terapeuta não assumisse essa posição, então ela não seria capaz de desfrutar das recompensas financeiras decorrentes dessa convicção” (1992, p. 671). E faz-se importante notar que, quando Gardner menciona terapeutas em seu texto original em inglês se utiliza, especificamente, de pronomes femininos.

Sobre a opinião da criança vítima de abuso sexual e incesto, Gardner (1992, p. 537) considera ainda que:

Os terapeutas farão bem em ser muito cautelosos ao provocar uma situação em que se promulguem a alienação de uma criança de um dos pais, mesmo do pai que abusou sexualmente da criança. Dos mais de cinco bilhões de pessoas na Terra, a criança tem apenas dois pais biológicos e isso é tudo o que a natureza (ou Deus) irá atribuir a essa criança. Se um pai deseja um envolvimento saudável com uma criança, apesar do histórico de abuso sexual, esse pai deve pelo menos ter a oportunidade – quando for seguro – de concretizar tal relacionamento.

Aqui criança não é reconhecida como participante ativa da dinâmica intrafamiliar, como capaz de compreender e identificar situações nas quais ela quer manter certo grau de distanciamento. Desse modo, ignorar sua opinião sobre o dia a dia no qual está inserida, sobre atos de violência cometidas contra ela e seu próprio futuro, e estabelecer que qualquer sentimento que ela possa ter contra seu genitor, inclusive em casos de abuso sexual, é uma manipulação incentivada por um genitor alienador ou terapeuta alienador. Sobre este aspecto, ao discutir a Lei 12.318/2010, José Enzweliler e Cláudia Galiberne Ferreira (2017, p. 117) observam:

O texto legal institui também o adultismo ao considerar apenas os desejos e a carência afetiva do genitor, sem se preocupar com os sinceros sentimentos externados pelos filhos em meio aos conflitos vivenciados pelos pais, tratando as crianças como “entidades passivas”, suscetíveis de toda ordem de manipulação materna, como se não possuíssem sua própria percepção da realidade.

Por esse mesmo ângulo, Maria Clara Sottomayer (2011, p. 8) problematiza a “Síndrome” de Alienação Parental mostrando que esta:

Revelou ser uma interpretação misógina da recusa da criança em conviver com o progenitor não guardião, que presume a maldade, o egoísmo e a irracionalidade das mulheres, gerando situações de risco para as crianças e provocando um retrocesso nos direitos humanos das mulheres e das crianças.

Nesse sentido, é importante notar a falta de conexão que o psiquiatra tem com a realidade, ao afirmar que a sociedade tem uma atitude “exageradamente punitiva” quanto ao estupro ou ao estupro de vulnerável, visto a existência de opiniões que tendem a minimizar o ato cometido contra a mulher ou criança, inclusive no meio jurídico. Exemplificando, temos a decisão do dia 12 de março de 2024, sobre um estupro de vulnerável, no qual um homem de 20 anos engravidou uma adolescente de 12 anos.⁸ A 5ª Turma do

8 STJ anula condenação por estupro em caso de menina de 12 anos que engravidou, 14 de março de 2024. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/stj-anula-condenacao-por-estupro-em-caso-de-menina-de-12-anos-que-engravidou/>>.

Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu por 3 votos a 2 que o homem era inocente, pois de acordo com os ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik, que votaram contra a condenação, existia uma união estável entre a vítima e o homem, que não tinha conhecimento da natureza ilegal de suas ações e queria formar uma família com a adolescente de 12 anos; por ele cumprir com sua obrigação legal de dar assistência à criança gerada pelo crime.

Como se poder verificar, a aplicação das ideias de Gardner (1992) é extremamente perigosa. Ao falar sobre casos de abuso de vulnerável na sociedade da Gâmbia, Ida Jatta (2020, s.p.) observa que:

Se denunciados, os casos são rapidamente retirados porque a sociedade irá desaprovar qualquer um que tenha a coragem de denunciar qualquer um destes abusos, como diz o velho ditado “não se deve lavar a roupa suja em público”. A sociedade tende a culpar a vítima em casos de violação e força o silêncio às vítimas envergonhando-as pelo que lhes foi feito. Se uma criança acusa um parente ou seu professor de estupro, ela é chamada de mentirosa e perguntada por que ela quer “manchar” a imagem do perpetrador ou ela é culpada por seduzi-lo ou ela é orientada a ficar em silêncio sobre isso para não trazer vergonha à família se o abuso se tornar de conhecimento pública.

Além disso, destaca-se que a chamada Síndrome de Alienação Parental fundamentação a consideração da criança ou adolescente em segundo plano, de forma a privilegiar a condição mental e emocional do genitor acusado de pedofilia e a punição do genitor acusado de alienação, razão pela qual é entendida como pseudo-ciência pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) e pela Associação Médica Americana (AMA). Também, a Organização

Mundial de Saúde (OMS) se mostra a favor da exclusão da “síndrome” como transtorno psicológico, por entender que se trata de uma questão judicial, e não médica. Por sua vez, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Recomendação nº 003 de 11 de fevereiro de 2022, confirma o entendimento da OMS ao se posicionar a favor da “adoção de medidas de proibição do uso de termos sem reconhecimento científico, como síndrome de alienação parental, entre outros” (Brasil de Fato, 2022, s.p.).

Denota-se, dessa maneira, o frágil embasamento teórico da referida Lei, como dispõe a Nota Técnica NUDEM nº 01/2019, emitida pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher:

Mesmo sem nenhum reconhecimento da Medicina, da Psicologia ou do Direito, alguns grupos de interesse no Brasil importaram o conceito de “Alienação Parental”, passando a falsa ideia de que seria termo científico. A justificativa do projeto que deu origem à Lei Federal nº 12.318/2010 revela a superficialidade com que o tema foi tratado, com traduções de textos publicados em sites da *internet*, por exemplo. [...] Assim, embora a justificativa do Projeto de Lei afirme a existência da Síndrome de Alienação Parental e enumere os efeitos à saúde mental de crianças, não há menção a qualquer estudo ou dado em relação ao tema (NUDEM, 2019, p. 4-5).

Logo, nota-se o porquê da discussão em torno da Lei, visto que mesmo não se utilizando da nomenclatura Síndrome de Alienação Parental (SAP), o texto normativo remete à tese formulada por Gardner, a qual, como dispõe Juliana Gabriella Martins Barnabé (2019, p. 49), “teria nitidamente foco na punição do alienador e não no bem-estar da criança ou adolescente, que é o que a legislação brasileira assumiu o compromisso de priorizar.”

4.2 Lei de Alienação Parental como Instrumento Processual de Violência de Gênero

A Lei de Alienação Parental vem passando por diversas discussões nos anos recentes, com cidadãos/ãs e políticos/as de todo o espectro social concordando com sua adaptação ou revogação, tendo a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovado em 2023 a PL 1.372/2023, que requer a revogação da Lei. Essas expressões de discordância estão em consonância com outros países, como o Reino Unido e a Itália, que rejeitaram a “síndrome” proposta por Gardner, visto a falta de suporte científico para confirmá-la.

Nesse mesmo sentido, em 2017 o México revogou o parágrafo sétimo⁹ do art. 323 de seu Código Civil que regulamentava a alienação parental, após o suicídio de Mireya Agraz. Em 2010, Agraz identificou que seu filho de 3 anos não estava mais se alimentado, sofria de pesadelos, entre outros sintomas que foram identificados como resultados de abuso sexual, cometido pelo pai da criança, Leopoldo Olvera. Agraz acusou Olvera formalmente em 2011, dando início a uma luta legal que terminou com a guarda da criança de 3 anos e suas irmãs gêmeas de 6 anos nas mãos do genitor.¹⁰ A juíza Cristina Espinosa Roselló determinou que não havia indícios de abuso sexual, mesmo após avaliações psicológicas realizadas por profissionais da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e do Sistema Nacional para el Desarrollo Integral de las Familias (SNDIF) terem entendido o contrário. Após o resultado em junho de 2017, obrigando Agraz a entregar seus filhos ao

9 ARTICULO 323 Septimus – Comete violencia familiar el integrante de la familia que transforma la conciencia de un menor con el objeto de impedir, obstaculizar o destruir sus vínculos con uno de sus progenitores.

10 CAMPO, D. M. D. Mireya Agraz, una madre llevada a un callejón sin salida, 30 de março de 2024. Disponível em: <<https://www.24morelos.com/mireya-agraz-una-madre-llevada-a-un-callejon-sin-salida/>>.

genitor, ela, seus pais e as três crianças morreram num suicídio coletivo por envenenamento.

Dessa forma, o suicídio de Agraz demonstrou como a legislação dificultava investigações de abuso sexual infantil, o que a tornava ineficaz na proteção da criança e/ou adolescente, além do que, o trágico acontecimento validou o debate proposto por movimentos feministas de que a Lei de Alienação Parental é usada como instrumento de violência processual de gênero. Portanto, é necessário discutir o seguinte disposto na Lei brasileira 12.318/2010:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

VI – Apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

Assim sendo, o crime disposto gera, dentre outras, a consequências previstas na Lei 12.318/2010:

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativa-

mente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

II – Ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;

VI – Determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;

Previamente o art. 6º previa o inciso VII, revogado pela Lei nº 14.340/2022.¹¹ Este dispunha como consequência para o ato de alienação parental a suspensão da autoridade parental, que é a restrição do direito-dever do pai para com a criança. No entanto, ainda há a possibilidade de ajuizar ação autônoma perante o Juizado da Infância e da Juventude com pedido de suspensão da autoridade parental, utilizando-se da alienação parental como base para o requerimento. Tal determinação legal se encaixa com a chamada “terapia da ameaça” formulada por Gardner, segundo a qual, como aponta Barnabé (2019, p. 49):

Era recomendada a imposição de medidas contra o alienador como a perda da guarda dos filhos, a suspensão de qualquer contato com estes, o pagamento de multa etc. Caso as medidas anteriores não se mostrassem eficazes, Gardner recomendava, então, a prisão do genitor alienador.

Assim, a Lei acaba funcionando como instrumento processual de violência de gênero e como instituto ineficaz na proteção da

11 Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para modificar procedimentos relativos à alienação parental, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer procedimentos adicionais para a suspensão do poder familiar.

criança e do adolescente, visto que a presença de uma suposta falsa acusação gera um sistema no qual possíveis abusadores podem utilizar do meio legal para acobertar seus crimes. Nesse sentido, Ela Castilho *et al* (2023, s.p.) argumentam que a Lei de Alienação Parental:

“Educa” vítimas de violência para aceitar a guarda compartilhada, desistir de medidas protetivas e representações criminais. [...] Paira sobre as mães a ameaça de que insistir em acusações que não resultem em condenação penal pode causar a perda permanente da guarda e redução do convívio com seus filhos. Crianças e adolescentes também estão sob ameaça de ter a guarda “terapeuticamente” revertida para o genitor, caso resistam à convivência.

Logo, a Lei pode assustar tanto a vítima de violência doméstica, como a mãe que descobre a violência sexual praticada contra seus/as filhos/as, de buscar o auxílio policial e judicial, visto a potencial perda da guarda a favor do genitor abusador. Joan Meier (2020, p. 5) demonstrou como a alienação parental é utilizada como instrumento de violência de gênero, constatando, por meio da análise de dados, que os tribunais são descrentes quanto às acusações formuladas pelas mães de abuso infantil, com apenas 15% sendo aceitas, implicando na perda da guarda da criança em apenas 26% dos casos. Nesse sentido:

A experiência de uma miríade de advogados, defensores e litigantes em casos de custódia/abuso mostra que os tribunais e profissionais auxiliares frequentemente reagem às alegações de abuso paterno por parte das mães – especialmente abuso infantil – com hostilidade e críticas (Meier 2003, Meier e Dickson 2017). É provável,

portanto, que muitas dessas mães tenham sido penalizadas com a perda da custódia, pelo menos em parte, porque denunciaram o pai de ter abusado delas ou de seus filhos, e o tribunal não acreditou nelas (Meier, 2020, p. 5).

Ainda assim, a pesquisadora observa a perda da guarda mesmo quando o tribunal aceitou a acusação de abuso contra o pai, com 14% das mães perdendo a guarda em casos de violência doméstica, 20% em casos de abuso físico contra a criança e 13% em casos de abuso intrafamiliar, que inclui tanto violência doméstica contra a mãe quanto o abuso físico e/ou sexual contra a criança (Meier, 2020, p. 6).

Por conseguinte, Meier (*ibidem*) constatou que os tribunais aceitam as acusações de abuso infantil numa proporção menor quando o pai responde alegando alienação parental, sendo que o estupro de vulnerável passa a ter comprovação quase impossível quando o tópico de alienação parental é alegado no processo, com apenas 1 caso de 51 estudados sendo acolhido. Assim, ela demonstra que “quando os pais alegam alienação na contestação, os tribunais têm quase 4 (3,9) vezes mais probabilidade de desacreditar as alegações das mães sobre abuso infantil do que se os pais não fizessem nenhuma alegação de alienação.” Nesse sentido, a acusação de alienação parental se torna mais relevante para os tribunais que a acusação de abuso, pois:

Quando os pais alegam alienação, a taxa de perda da custódia das mães dispara de 26% para 50% para qualquer alegação de abuso. Ou seja, as reivindicações de alienação dos pais praticamente duplicam as taxas de perda da custódia das mães, principalmente por casos de abuso infantil. Não é de surpreender que, quando os tribunais **aceitam o pedido de alienação**, as taxas

de perdas de custódia materna aumentem mais drasticamente, de uma média de 26% onde não há pedido de alienação, para 50% onde a alienação é reivindicada, para 73% onde a alienação é **aceita** pelo tribunal. [...] As alegações de abuso infantil misto (abuso física infantil e abuso sexual infantil) são as mais desastrosas para as mães, quando os tribunais acreditam que são alienadoras: cada uma delas perdeu a custódia para o suposto agressor. Finalmente, embora os números sejam pequenos, o impacto da alienação creditada é evidente nos casos em que tanto o abuso como a alienação foram creditados pelo tribunal. **Mesmo quando os tribunais acreditam que um pai abusou de uma mãe, se também acreditarem que a mãe está alienando, algumas mães ainda perdem a custódia para os pais abusivos. Em outras palavras, nestes casos a alienação é mais importante que o abuso** (Meier, 2020, p. 7-8, grifo da autora).

O que Meier encontra em suas investigações e análises é a maneira pela qual a alienação parental é utilizada como arma contra a mãe, visto que, mesmo que a teoria de Gardner e a Lei de Alienação Parental brasileira ou estrangeira não determinem o gênero do genitor alienador, pela divisão do trabalho que institui a tarefa do cuidado com criança e adolescente como feminina, a mulher acaba sendo protagonizada como alienadora parental em processos judiciais. Ao problematizar como gênero age na aplicação da lei, Meier (2020, p. 9) afirma que:

As taxas de perda de custódia de pais e mães diferem significativamente quando um ou outro alega alienação: em todos os casos de alienação (com e sem alegações

de abuso), quando um pai alegou que uma mãe estava alienando, eles tomaram a guarda dela em 44% das vezes (166/380). Quando os gêneros foram invertidos, as mães tomaram a custódia dos pais apenas 28% das vezes (19/67). Isto significa que, quando acusadas de alienação, as mães têm duas vezes mais probabilidades de perder a guarda em comparação com os pais.

Considerando casos brasileiros, de acordo com a Nota Técnica NUDEM nº 01/2019, que cita a pesquisa *Alegações de Alienação Parental: uma revisão sobre a jurisprudência brasileira* (2019), realizada com a análise de dados dos Tribunais de Justiça da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul entre 2010 e 2016, 63% das acusações de alienação parental são feitas pelo genitor que não reside com a criança, enquanto a genitora residente procede com a acusação em 19% dos casos (NUDEM, 2019, p. 33). Ainda, na pesquisa *Alienação Parental: Um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio* (2013), Luciana Barbosa e Beatriz Castro, apresentam que nas Varas de Família do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, nos processos em que havia acusações duplas de abuso sexual e alienação parental, o abuso era majoritariamente a alegação verdadeira, enquanto a alienação era a alegação falsa. Nesse sentido, o NUDEM (2019, p. 33) conclui que a alienação parental é tendenciosamente correlacionada à mãe e, por isso, a maioria das acusações são feitas por homens. Vale ressaltar ainda o disposto pelo NUDEM quanto à mãe vítima de abusos:

A acusação de “alienação parental” a mulheres que passaram ou estão em situação de violência doméstica torna o uso de tal conceito mais gravoso ainda e tem sido compreendida como mais uma das formas de violência contra as mulheres, [...]

considerando que tal ataque e ameaça é direcionado a seus/suas filhas e filhos, usados dessa forma para lhe causar danos mais uma vez. [...] É nos momentos de rompimento da situação de Violência Doméstica que muitas mulheres, antes consideradas apenas como mães bastante dedicadas e protetoras, passam a ser acusadas, quando há interesse em agredi-la ou destruir sua imagem, colocando-as como “alienadoras” e exageradas, possibilitando a continuidade da violência, dessa vez, através do medo constante ou até mesmo pela concretização da perda da guarda dos filhos e filhas, com respaldo da “justiça” (NUDEM, 2019, p. 34-35).

Kenarik Boujikian (2020, s.p.) argumenta não existir neutralidade ideológica nas ações do judiciário, visto que é impossível o juiz não ter suas próprias ideias e compreensões do mundo. Contudo afirma que a imparcialidade é o dever do juiz já que ele “deve se colocar entre as partes e manter a mesma distância entre ambas, que têm direito a ter as mesmas oportunidades processuais e serem tratadas de forma absolutamente igualitária.”

Teorias feministas também vêm problematizando a imparcialidade do judiciário em questões que envolvem a violência contra a mulher, por vezes legitimada nas narrativas judiciárias e educativas. Como apresentam Julia Ximenes *et al* (2017, p. 362):

O que nossa pesquisa constatou é que muito da via-crúcis a que a vítima de um crime sexual é submetida encontra razão de ser na (re)produção simbólica da violência contra as mulheres a partir da forma como estas ainda são “estudadas” desde os bancos dos cursos de Direito, como reflexo da atuação de doutrinadores no campo jurí-

dico. Tendo como objeto a análise crítica do discurso dos tratados, cursos e manuais de direito penal de nosso país, foi possível verificar que, mesmo subliminarmente (embora em alguns casos seja explícito), o tratamento dispensado às mulheres, quando consideradas sujeitos passivos nos delitos contra a dignidade sexual (em particular, liberdade sexual), ainda passa por julgamentos de ordem moral definidores de quem poderá ser considerada vítima nestes crimes.

Assim, a evidente disparidade de tratamento entre homens e mulheres na discussão da alienação parental, inclusive em casos de abusos praticados tanto contra a mãe como contra os/as filhos/as, mostra-se especialmente preocupante quando consideramos os possíveis atos de autodefesa previamente discutidos, visto a necessidade imposta à vítima para que haja e reaja de forma perfeita e “correta” às violências sofridas, algo que não tem condição de possibilidade pois a vítima “perfeita” inexistente.

5 A Vítima Perfeita

A ideia da vítima perfeita foi introduzida pelo sociólogo e criminólogo norueguês Nils Christie (1986), estabelecendo seis atributos relacionados à vítima de um crime, não necessariamente de violência doméstica:

- 1) A aparente fragilidade da vítima, especialmente comparada ao seu agressor; que idealmente terá uma imagem de pessoa poderosa e má.
- 2) As atividades praticadas pela vítima durante o período em que sofreu a agressão, que devem ser respeitáveis e decentes.

- 3) O local em que a vítima estava enquanto o crime ocorria, que deve ser ilibado.
- 4) O nível de ameaça do agressor.
- 5) A relação entre a vítima e seu agressor.
- 6) A habilidade da vítima em articular sobre sua vitimização e defender seu status de vítima ideal, enquanto mantém, ao mesmo, uma aparência de fragilidade, para não intimidar o público, e não se portar como uma possível ameaça para os interesses sociais.

Em conjunto com as normas sociais e culturais que influenciam as decisões da população, esses atributos são utilizados para determinar se a vítima receberá o apoio social ou se será (re)vitimizada, isto é, se será culpabilizada pelo crime sofrido, recebendo menor número de apoio e simpatia do público e, conseqüentemente, dos órgãos de ordem pública, como o judiciário.

Inicialmente, é essencial apontar que a primeira característica da vítima perfeita apresentada por Christie, qual seja a da “fragilidade”, tende a não ser aplicada à mulher negra, visto que dela são removidas características atreladas à feminilidade e é imposto o papel de “Mulher Negra Forte”, que advêm dos tempos escravagistas, como explicam Kelly Yu-Hsin Liao *et al* (2019, s.p.):

A representação das mulheres afro-americanas como física e psicologicamente mais fortes em comparação com as mulheres europeias-americanas e iguais aos homens afro-americanos permitiu aos europeus-americanos justificar a sua escravização e tratamento desumano. As mulheres afro-americanas escravizadas, por sua vez, socializaram as meninas afro-americanas para serem fortes, a fim de prepará-las para a vida muitas vezes brutal e violenta das plantações.

Logicamente, as atribuições sociais e históricas impostas à mulher negra impactam de forma profunda na condição mental e social, como descreve Seanna Leath (2019, s.p.):

As mulheres negras são obrigadas a responder às dificuldades da vida retratando a força e escondendo o trauma. Minhas conversas com universitárias negras destacam que, embora fossem elogiadas por cuidar dos irmãos, ajudar nas tarefas domésticas e se destacarem academicamente, suas demonstrações emocionais de vulnerabilidade, raiva e tristeza muitas vezes encontravam resistência por parte dos membros da família.

Entende-se, portanto, que a mulher negra é completamente removida da discussão da vítima perfeita, visto que a tipologia notavelmente se aplica ao modelo de mulher branca, com todos os marcadores de classe e sexualidade que possibilitem aceitação e reconhecimento social. Como ensinam Ana Flauzina e Felipe Freitas (2017, p. 66), o simples ato de poder estar na posição de vítima não é acessível ao corpo negro, dado que esse lugar é reservado para aqueles que conseguem adquirir a empatia e solidariedade da sociedade, sentimentos que são bloqueados pelo racismo.

Mediante o exposto, mesmo que aqueles que aplicam tais atributos não lhe conheçam previamente, bem como o estudo feito por Christie, podemos identificar sua aplicação de forma diária nas discussões levantadas contra mulheres vítimas de agressões físicas e abusos sexuais, ao serem responsabilizadas pela violência sofrida por questões como vestuário, vida sexual e profissional, atividades recreativas, como presença em festas e uso de bebidas alcóolicas, dentre outras condutas consideradas inapropriadas. Como o famoso caso da praia dos Ossos, como ficou conhecido o feminicídio de Ângela Diniz por seu então companheiro Doca

Street.¹² Street foi condenado a dois anos de reclusão por homicídio culposo, com direito à Suspensão Condicional da Pena (SURSI)¹³, o que o permitiu sair do tribunal com liberdade, visto que já tinha cumprido mais de um terço da pena enquanto aguardava julgamento, liberdade essa que, de acordo com a publicação da revista *Veja*, lançada imediatamente após o veredito, foi “festejada no salão do júri de Cabo Frio por uma barulhenta claque de defesa, entregue a uma comemoração semelhante à das torcidas mais apaixonadas” (1979, s.p.).

O crime cometido em 1976 e lembrado até hoje pela sociedade e pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, se tornou emblemático graças ao advogado de defesa do réu, o criminalista Evandro Lins e Silva, que usou da tese da legítima defesa da honra para proteger seu cliente, a qual foi definida como inconstitucional pela ADPF 779 apenas em 2023, 47 anos após Diniz ter sido (re) vitimizada no julgamento de seu assassino. A legítima defesa da honra, como explicou o ministro Dias Toffoli, relator da ação, é contrária aos direitos de proteção à vida e à igualdade de gênero, como também ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.¹⁴ Em sua defesa, Lins e Silva sustentou que o condenado, por ele descrito como “mancebo bonito e trabalhador”, teria

12 ‘Quem ama não mata’: o feminicídio de 1976 que ajudou a mudar a Justiça brasileira, 16 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/16/quem-ama-nao-mata-o-feminicidio-de-1976-que-ajudou-a-mudar-a-justica-brasileira.gh.html>>

13 Art. 77 - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: I - o condenado não seja reincidente em crime doloso; II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício; III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código.

14 Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana;

sofrido “violenta agressão moral” após a vítima ter terminado o relacionamento entre os dois, supostamente porque ela queria seduzir uma alemã chamada Gabriele Dyer. Ângela Diniz, então, foi descrita como “Vênus lasciva”, “dada a amores anormais” e “amores homossexuais”, tendo seus prévios relacionamentos nomeados, sua liberdade econômica e sexual questionada, motivos por qual foi acusada de “devassidão”. Nas palavras de Lins e Silva, a vítima era a “mulher de escarlate de que fala o Apocalipse, prostituta de alto luxo da Babilônia, que pisava corações e com suas garras de pantera arranhou os homens que passaram por sua vida” (1979, s. p.).

Dessa forma, Diniz não se encaixava na noção da vítima perfeita, por não ter a vida pregressa e sexual socialmente aceitas para uma mulher. No entanto, é impossível que qualquer mulher venha a ter essa imagem ilibada, pura e virtuosa, pois ela requer que a mulher seja sem erros, sem personalidade, em resumo que não seja humana. Como observa Eliana Dockterman (2022, s.p.):

A vítima perfeita é uma inocente. Ela não bebe nem usa drogas. Como resultado, ela tem uma memória clara de sua agressão. Ela tem evidências que corroboram – mas não muitas evidências, porque isso indicaria que ela é vingativa e planejou falar sobre o caso. Na verdade, quando ela fala do que sofreu, ela o faz com relutância. Ela corta o contato com seu agressor assim que o abuso ocorre. Ela não faz nada de errado – no escritório, nos relacionamentos, como mãe ou filha. Ela nunca mentiu sobre nada, nunca, em toda a sua vida. Ela se veste “apropriadamente”. Ela é idealmente virginal. Ela é simplista. Ela não existe.

Ela não existe simplifica o *catch-22*¹⁵ vivido pela mulher, que mesmo com moral e vida pregressa ilibadas, nunca receberá de forma completa o apoio social, estatal e jurídico. Exemplificam as afirmações os inúmeros casos de vulneráveis que engravidam em decorrência de estupro e são vilanizadas após requerer o seu direito ao aborto legal, corriqueiramente barrado e/ou atrasado pelo meio médico e jurídico, gerando novos processos de revitimização.

Nesse sentido, evidencia-se que mulher, legalmente vulnerável ou não, ao reivindicar respeito e dignidade constitui ameaça aos interesses sociais que buscam controlar seu corpo e suas ações. Demonstra-se, assim, a impossibilidade de a vítima perfeita vir a existir e a fragilidade da Lei de Alienação Parental, sem critérios determinados e com base numa teoria abertamente questionável, tende a vilanizar a ação e a reação femininas.

Considerações

Esse texto buscou explorar o mito do abuso mútuo e reativo, a problemática da base da Lei de Alienação Parental e como esta vem sendo utilizada como instrumento processual de violência de gênero; a impossibilidade da existência da vítima perfeita de violência doméstica, e como a percepção das ações de autodefesa da mulher a prejudicam na busca por justiça e no processo de guarda. O exercício efetivou-se recorrendo a teorizações Foucaultianas acerca do poder e da dominação, no entendimento da violência doméstica contra a mulher e sua resistência, erroneamente chamada de abuso mútuo e/ou reativo.

15 *Catch-22* é um livro escrito por Joseph Heller no qual um piloto na Segunda Guerra Mundial se encontra num beco sem saída: para não participar em missões perigosíssimas, deve provar sua insanidade, mas ao demonstrar que não quer participar dessas missões, ele então expressa que está com medo de morrer e, portanto, não está tão insano assim. O título do livro, então, passou a ser usado culturalmente para falar de um dilema, um impasse etc.

Logo, depreende-se que a ideia de abuso mútuo, que tomou conta dos aplicativos de rede social e da grande mídia com o julgamento Depp vs. Heard, falhou ao não levar em consideração a opinião de especialistas e a realidade desigual e complexa da relação de poder no contexto da violência intrafamiliar, que afeta e julga desproporcionalmente a mulher. Também falhou ao desconsiderar o histórico documentado de abuso de substâncias e violência do ator, e em específico a disparidade da relação de poder entre eles, aprofundada pela diferença de idade e de sucesso em Hollywood, para que fosse possível promover uma narrativa abertamente misógina. Nesse sentido, como escreve Deeni (2023, s.p.), o caso não foi verdadeiramente sobre os atores ou sobre a alegada violência doméstica, mas sim sobre a facilidade que temos em demonizar a mulher, “e como ainda amamos ter uma bruxa para queimar”.

Considerando a interpretação que a sociedade tem para com a autodefesa feminina e a forma como a Lei de Alienação Parental tende a favorecer o homem quando a chamada “síndrome” é alegada, pergunta-se sobre quais ações são permitidas à mulher vítima de violência doméstica e/ou à mulher que descobre que seus filhos foram sexualmente violentados? A ela é permitido sofrer, indagar sobre o caráter de seu parceiro e/ou genitor de seus/suas filhos/as, conversar com estes/as sobre a violência sofrida, defender a si mesma e a estes? Ou toda reação e ação será interpretada como histeria e alienação, tal qual Gardner concebeu?

Em verdade, não há forma correta de reagir a abusos. Requerer isso da mulher e/ou mãe é mais uma forma que a sociedade encontra de controlar ações e emoções e culpabilizar a vítima pela violência por ela sofrida, motivo pelo qual devemos continuar a questionar a forma como as percepções implícitas de gênero se apresentam nas opiniões populares, nas formulações de legislações e nas decisões judiciais. Dessa maneira, devemos analisar a forma como gênero é utilizado explicitamente e implicitamente na batalha por controle social, como o modo que ele é entendido

é agravado quando verificamos a relação entre gênero e política pública estatal, gênero e legislativo, gênero e história, gênero e instituições sociais, entre outros, para que com isso possamos redefinir e reestruturar conjuntamente com os marcadores sociais de classe e raça para alcançar uma aproximação da igualdade política e social (Scott, 1995, p. 29), e não uma que apenas existe nas páginas de nossa Constituição Federal.

Diante do exposto, o que se demonstra é que há uma ausência de compreensão sobre as relações de poder e sobre a complexidade da violência intrafamiliar, fazendo-se necessário a revogação ou reformulação da Lei de Alienação Parental, e o remodelamento do discurso sociocultural e jurídico relacionado à dita “síndrome” e à resistência da vítima. Devemos levar em consideração a participação ativa da criança e/ou adolescente no ambiente doméstico, não relegando sua opinião como imediatamente alienada, bem como a realidade complexa da dinâmica intrafamiliar, que por vezes coloca a vítima mulher e/ou mãe numa situação na qual ela tem que ter uma reação brusca ou até criminosa para alcançar a sua liberdade e/ou de seus/suas filhos/as.

Referências

ALVES, B. N. F. O direito da personalidade em espécie: a síndrome da alienação parental em processos de separação e divórcio no Brasil e no México. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

BACHERT, A. What is reactive abuse? *Charlie Health*, 5 jun. 2023. Disponível em: <https://www.charliehealth.com/post/what-is-reactive-abuse>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BARBORA, L. P. G.; CASTRO, B. C. R. *Alienação parental: um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio*. Brasília: Liber Livro, 2013.

BARNABÉ, J. G. M. Aspectos controversos da aplicação da lei da alienação parental: os institutos da alteração/inversão de guarda e suspensão da autoridade parental em casos de denúncias de abuso sexual infantil. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BOUJIKIAN, K. Neutralidade é um mito, mas a imparcialidade do juiz é um dever. Consultor Jurídico, 29 jul. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4zxp6jft>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Estabelece as normas e os tipos penais. Brasília: Diário Oficial da União, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 4 jun. 2024.

BRASIL. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm/>. Acesso em: 1 de jun. de 2024.

BRASIL. Lei Nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental. Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>. Acesso em: 17 de ago. de 2024.

BRASIL. Recomendação nº 003, de 11 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5n6ush2d>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CAMPO, D. M. D. Mireya Agraz, una madre llevada a un callejón sin salida. *24 Morelos*, 30 mar. 2024. Disponível em: <https://www.24morelos.com/mireya-agraz-una-madre-llevada-a-un-callejon-sin-salida/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CASTILHO, E. W. V. D. *et al.* Lei da Alienação Parental e a pedagogia da ameaça. **Jornal da USP**, 07 de agosto de 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/lei-da-alienacao-parental-e-a-pedagogia-da-ameaca/>. Acesso em: 18 de ago. de 2024.

CHRISTIE, N. *From Crime Policy to Victim Policy: Reorienting the Justice System*. Londres: Palgrave Macmillan, 1986.

DALVI, B.; MOTA, A. Menina que engravidou após ser estuprada no ES vai interromper gravidez em outro estado. *G1*, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/3ak9wbbbr>. Acesso em: 4 jun. 2024.

DAUPHINAIS, K. The 'ideal victim' of intimate partner violence against women: an examination of the impact of victim/offender relationship status, victim self-identity, and observer gender on constructing victim status. 2021. Tese (Mestrado em Sociologia Aplicada) – Faculdade de Ciências, University of Central Florida, Florida, 2021.

DEENI. Depp v. Heard: what you have to believe to believe Johnny Depp. *Medium*, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://medium.com/@deeni/depp-v-heard-unpacking-what-we-think-we-know-about-abusive-relationships-d249b62a83b2>. Acesso em: 18 jul. 2024.

DICKSON, E. 'Demoralizing and demeaning': a gross TikTok trend mocking Amber Heard is going viral. *Safe Horizon*, 9 maio 2022. Disponível em: <https://www.safehorizon.org/>

safe-horizon-in-the-news/tiktok-trend-mocking-amber-heard-viral-domestic-violence/. Acesso em: 1 jun. 2024.

DOCA vai, mata e vence. *Veja*, 24 out. 1979. Disponível em: https://web.archive.org/web/20120617001130/http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_24101979.shtml. Acesso em: 22 jun. 2024.

DOCKTERMAN, E. The Depp-Heard trial perpetuates the myth of the perfect victim. *Time*, 2 jun. 2022. Disponível em: <<https://time.com/6183505/amber-heard-perfect-victim-myth-johnny-depp/>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ELLIS, L. Yoko and The Beatles. *YouTube*, 5 jul. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SMOABV_zgrk. Acesso em: 17 jul. 2024.

ELSESSER, K. Labeling women as ‘emotional’ undermines their credibility, new study shows. *Forbes*, 1 nov. 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3nfnffe3>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

ENZWELILER, J.; FERREIRA, C. G. Alienação parental, uma iníqua falácia. *Revista da ESMESC*, v. 21, n. 27, p. 81-126, 2014.

FACTBOX: Johnny Depp loses ‘wife-beater’ libel case: key parts of the judgment. *Reuters*, 2 nov. 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/health-coronavirus-britain-verdict-judgm-i-dUSKBN27I143/>. Acesso em: 8 jun. 2024.

FLAUZINA, A.; FREITAS, F. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 135, n. 25, p. 49-71, set. 2017.

FONSECA, M. P. A ineficácia da Lei de Alienação Parental quanto à proteção de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intra-familiar. *JusBrasil*, 24 jul. 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/uvd84u2z>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FOUCAULT, M. The ethics of the concern of the self as a practice of freedom. In: FOUCAULT, M. *Ethics: subjectivity and truth (Essential works of Foucault, 1954-1985, v. 1)*. New York: The New Press, 1997. p. 281-301.

FREYD, J. J. *Violations of Power, Adaptive Blame and Betrayal Trauma Theory. Feminism & Psychology*. California: Sage Publishing, 1997.

GARDNER, R. A. Parental alienation syndrome (PAS): sixteen years later. *Academy Forum. United States of America*, v. 45, n. 1, p. 10-12, 2001. Disponível em: <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard01b.htm>. Acesso em: 10 ago. 2024.

GARDNER, R. A. *True and false accusations of child sex abuse*. 2. ed. Cresskill: Creative Therapeutics, 1992.

GASPULA, R. Relacionamento abusivo: 10 sinais de que você está em um. *Psicólogos Paulistas*, 2024. Disponível em: <https://www.psicologospaulista.com.br/blog/relacionamento-abusivo-sinais/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

GINDRI, V. A controvérsia em torno da Lei de Alienação Parental. *DW*, 3 set. 2023. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yc3d9w9a>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

GORDON, H. A Foucauldian-feminist understanding of patterns of sexual violence in conflict. *The Philosophical Journal of Conflict and Violence*, United Kingdom, v. II, n. 1, p. 23-40, 2018.

G1. Aborto legal: há 2 anos, caso de menina de 10 anos grávida após estupro pelo tio chocou o país. 21 jun. 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4bwyj46y>>. Acesso: 04 jun. 2024.

HEARD, A. I spoke up against sexual violence – and faced our culture’s wrath. That has to change. *The Washington Post*, 18 dez. 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3e84w5z6>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

INGLATERRA. Royal Courts of Justice. *Case No: QB-2018-006323*. In the High Court of Justice Queen’s Bench Division, Strand, London, WC2A 2LL, 2 nov. 2020. Lex: jurisprudência. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ysywwptp>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

JATTA, I. The culture of silence surrounding sexual and gender-based violence: The Gambia. *Voices of Youth*, 17 jul. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4a2pppas>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LEATH, S. How the expectation of strength harms black girls and women. *Scholars*, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://scholars.org/contribution/how-expectation-strength-harms-black-girls-and>. Acesso em: 18 jul. 2024.

LIAO, K. Y.; BROWN, T. N.; NEMET, M. The Misunderstood Schema of the Strong Black Woman: Exploring Its Mental Health Consequences and Coping Responses Among African American Women. *Psychology of Women Quarterly*, v. 44, n. 1, p. 5-19, 29 out. 2019.

MEIER, J. S. U.S. child custody outcomes in cases involving parental alienation and abuse allegations: what do the data show? *The Journal of Social Welfare & Family Law*, v. 42, n. 1, p. 92-105, 2020. DOI: 10.1080/09649069.2020.1701941.

MORGAN, L. Mutual abuse is not a thing, so why are people using it to discredit Keke Palmer?. *Glamour*, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.glamourmagazine.co.uk/article/keke-palmer-darius-jackson-mutal-abuse-myth-opinion>. Acesso em: 1 jun. 2024.

NATIONAL DOMESTIC FAMILY AND SEXUAL VIOLENCE COUNSELLING SERVICE. Sobre violência doméstica e familiar. Disponível em: <https://1800respect.org.au/languages/portuguese-what-is-1800respect/portuguese-about-domestic-and-family-violence>. Acesso em: 1 jun. 2024.

NUDEM, Nota Técnica Nº 01/2019. São Paulo, 5 set. 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bdebjtu8>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

QUEIROZ, A. Catch-22 | O que significa esta expressão? *Mairo Vergara*, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://www.mairovergara.com/catch-22-o-que-significa-esta-expressao/>. Acesso em: 8 jun. 2024.

RECOMENDAÇÃO do CNS é considerada histórica na luta contra a Lei da Alienação Parental (LAP). *Brasil de Fato*, 4 mar. 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3sbbxkj7>>. Acesso em: 5 ago. 2024.

RICE, A. Johnny Depp v. Amber Heard: mental health experts discuss 'mutual abuse'. *Psych Central*, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://psychcentral.com/news/johnny-depp-amber-heard-mutual-abuse-experts-weigh-in>. Acesso em: 1 jun. 2024.

RODRIGUES, M. E.; VIEIRA, C. A. S. P. A utilização da lei de alienação parental como instrumento de violência processual de gênero. In: VII ENPEJUD: Encontro Nacional de Pesquisadores em Direito, 7., 2023, São Paulo. Anais... p. 1-15. 2023.

SANTOS, M. S. Estudos sobre gênero: algumas considerações. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 971-973, 2020.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, G. F. D. A lei de alienação parental: da promessa de proteção à banalização de sua aplicação. *Instituto Brasileiro de Direito de Família*, 3 jun. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/46sr-msfv>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SOTTOMAYOR, M. C. Uma análise crítica da Síndrome de Alienação Parental e os riscos da sua utilização nos tribunais de família. *Revista Julgar*, Coimbra, n. 13, p. 13-107, 2001.

STJ anula condenação por estupro em caso de menina de 12 anos que engravidou. *Carta Capital*, 14 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/stj-anula-condenacao-por-estupro-em-caso-de-menina-de-12-anos-que-engravidou/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

TALAGO, L. Is 'Mutual Abuse' really a thing? No, and here's why. *GoodRx Health*, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://www.goodrx.com/blog/is-mutual-abuse-really-a-thing/>. Acesso em: 1 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.goodrx.com/well-being/relationships/is-mutual-abuse-real>>. Acesso em: de jun. de 2024.

WALBY, S. *Theorizing Patriarchy*. Cambridge, UK: Basil Blackwell Ltd, 1990.

WEEKES, P. What South Park (almost) got right about mutual abuse. *YouTube*, 23 jan. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ix1eKxGG2yk>. Acesso em: 1 jun. 2024.

XIMENES, J. et al. E quando a vítima é a mulher? Uma análise crítica do discurso das principais obras de direito penal e a violência simbólica no tratamento das mulheres vítimas de crimes contra a dignidade sexual. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 130, n. 130, p. 29-48, 2017.

Dissidências de gênero e sexualidade em religiões de terreiro: uma analítica das idealizações

Lucas Gomes de Medeiros

As questões aqui suscitadas resultam de uma imersão analítica e de um pertencimento religioso junto às tradições afro-ameríndias de Campina Grande-PB, onde desenvolvi pesquisas em terreiro entre os anos de 2014 e 2022. Para este texto, além das observações participantes realizadas e de entrevistas baseadas em roteiros semiestruturados de questões, também se fez necessária uma leitura aprofundada da bibliografia sobre o tema. Investigar as especificidades locais dessas manifestações religiosas possibilitou refletir sobre generalizações divulgadas na literatura especializada. Por outro lado, a leitura da bibliografia me colocou perante narrativas semelhantes às que circulam entre os/as meus/minhas próprios/as interlocutores/as: o que evidencia que algumas compreensões sobre gênero e sexualidade estão, há certo tempo, pairando na memória coletiva do povo de santo de várias localidades do país.

Nesse texto, não serão apresentadas ou discutidas as entrevistas de forma pormenorizada, do mesmo modo, as observações coletadas estarão presentes de forma diluída nas provocações presentes. De antemão, sinalizo minha filiação social e religiosa aos terreiros, dada a iniciação no culto da Jurema Sagrada no ano de 2016 na mesma cidade. Essa demarcação não deve ser

compreendida como mecanismo retórico de autolegitimação, mas aponto por acreditar que a exposição dos lugares de pertencimento intelectual, político e religioso é válida para a compreensão dos enunciados e reflexões.

A massiva quantidade de mulheres e LGBTQIAPN+ em religiões afro-ameríndias¹ tem chamado a atenção de cientistas sociais, sobretudo antropólogos/as, desde pelo menos o final da primeira metade do século passado. É comum encontrar nos quadros da memória coletiva (Halbwachs, 2003) dos terreiros a compreensão de que esses espaços, por se tratarem de zonas historicamente subalternizadas, tornaram-se aptos ao acolhimento de corpos e fazeres dissidentes. Essa equação que realiza uma espécie de aliança entre variados sujeitos e práticas subalternos, além de a-histórica costuma escamotear hegemonias e processos de abjeção. Aqui, me limitarei a analisar os embates em torno do gênero e da sexualidade mostrando que esses marcadores ocupam um campo minado de disputas cosmológicas, onde o que está em jogo são as (amplas) noções de modernidade/tradição; mudança/permanência; reiteração/transgressão.

Esses debates e embates não podem ser interpretados se desconsiderarmos a produção intelectual que em muitos sentidos interfere nos modos como essas religiões – tão apegadas a juízos de ancestralidade e manutenção de tradições antigas – concebem e reformulam suas próprias práticas. Lembremos, por exemplo, os escritos de José Flávio Pessoa e Pierre Verger sobre o uso ritual

1 Por religiões afro-ameríndias, compreende-se um conjunto de práticas sagradas de origem ameríndia e africana que no Brasil se voltam ao culto de divindades associadas à natureza e aos seus fenômenos, além de espíritos de antepassados. Utilizo a expressão “afro-ameríndias” como forma de apontar a origem ou influência indígena nessas religiões. Em linhas gerais, os espaços de culto podem ser chamados de terreiro, casa, roça, ilê axé, barracão, etc. a depender de qual ou quais manifestação(ões) religiosa(s) congregue(m). Na cidade onde as pesquisas que resultaram nesse texto foram desenvolvidas predominam o Candomblé nagô egbá e a Jurema Sagrada compartilhando o mesmo espaço de culto (Azevedo; Medeiros, 2020).

das folhas (Prandi, 1996) que são utilizados nos terreiros como verdadeiros manuais religiosos. Não circunscrevo a incorporação de escritos acadêmicos no terreiro por acreditar em uma pacificidade ou incapacidade de agência do povo de santo, mas para mostrar um intenso processo de circularidade onde o que é produzido cientificamente é muitas vezes acomodado teologicamente. É possível sinalizar que movimentos semelhantes ocorrem relacionados a outras questões: o ideal de pureza nagô defendido por Nina Rodrigues (2014); o matriarcado difundido por Ruth Landes (2002); os terreiros como espaços marcados pela presença de homossexuais (Fry, 1982; Matory, 1988), etc.

Intelectuais brasileiros/as e estrangeiros/as formularam as mais complexas explicações a fim de entender as qualidades identitárias dos sujeitos nos terreiros. A produção especializada mostra que nem as leituras mais desatentas e etnocêntricas tomaram o caráter subalterno da maioria dos/as adeptos/as como simples coincidência. Na primeira metade do século XX, autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Donald Pierson, Edison Carneiro, Manuel Querino, René Ribeiro e outros/as tantos/as, estudaram os sistemas de crença, condição psicossocial dos/as religiosos/as, modos de organização social dos núcleos religiosos (a chamada família de santo), origem étnica dos ajuntamentos, entre tantos outros temas. Apesar dos comuns etnocentrismos nessas produções, os terreiros que antes eram tratados pelo poder público como casos de polícia e antros de desgarrados dos padrões civilizacionais à brasileira, passaram a ser tomados como núcleos de produção de conhecimento para as ciências sociais. Essas perseguições remontam a uma época anterior: a tipificação de determinadas práticas como “vadiagem”. A vadiagem constou como crime no Código Criminal de 1830 e no Código Penal de 1890². Desse modo, a capoeira, os candomblés e outros exercícios associados

2 Isso explicita a manifestação legal do racismo na transição do Império para a República.

à herança africana no Brasil foram duramente perseguidos antes da segunda metade do século XX³. O papel dos/as intelectuais que estudaram os ajuntamentos negros foi bastante controverso: Nina Rodrigues, por exemplo, considerou em seu estudo pioneiro, *O animismo fetichista dos negros baianos* (2014), as populações de origem africana inferiores e inaptas às abstrações do monoteísmo, ao passo que defendia a existência plena dos terreiros.

Pelo fato de a maioria dos estudos ter se iniciado em Salvador-BA, os candomblés soteropolitanos de tradição iorubá ou nagô foram tomados como referência para os estudos de outras tradições, compondo o que alguns/mas autores/as chamam de nagocentrismo (Dantas, 1988). Os/as intelectuais acima citados/as, e outros/as tantos/as, reforçaram diretamente ou indiretamente o nagocentrismo quando evocaram como modelo analítico o seguinte esquema: os candomblés iorubás representam a verdadeira ancestralidade africana e a salvaguarda dos legítimos valores que permaneceram após a diáspora e a escravidão; enquanto as tradições de origem banto se amalgamaram às ameríndias na composição de cultos híbridos que descaracterizavam a verdadeira origem africana. Esse esquema de análise postula dicotomias como puro/híbrido, africano/afro-brasileiro, iorubá/banto e outras. O ideal de pureza nagô, em detrimento da degeneração das práticas de origem banto, referendado inicialmente por Nina Rodrigues, foi incorporado à bibliografia posterior e, em certa medida, no

3 Reginaldo Prandi (2005) não defende que os ataques ao Candomblé cessaram, mas informa que gradativamente essa prática religiosa foi se tornando menos étnica, e nos grandes centros urbanos passou a ser povoada por pessoas brancas e de classe média, o que definitivamente contornou as perseguições constantes vivenciadas até o fim do Estado Novo em 1946. Na década de 1960, a cultura afro-brasileira se expandiu e passou a ser cada vez mais divulgado na música, na literatura e em outras manifestações artísticas. Paradoxalmente, exercícios religiosos subalternizados vão definitivamente integrando o mosaico disforme da identidade nacional brasileira.

imaginário social do povo de santo⁴. Isso resultou a longo prazo em estratificações sociais e cosmológicas entre as religiões de origem africana e indígena.

Vale salientar que se o Candomblé vem sendo tema de estudos desde o início do século passado, o mesmo não pode ser dito das manifestações ameríndias, ou que têm sua origem nas antigas pajelanças indígenas, que só passaram a ser estudadas de forma mais sistemática posteriormente por sociólogos e folcloristas como Câmara Cascudo, Mário de Andrade e Roger Bastide. Entre essas práticas podemos citar o chamado Catimbó-Jurema ou Jurema Sagrada que aqui destaco pela predominância na cidade de Campina Grande-PB.

Os primeiros escritos sobre as religiões indígenas remontam aos séculos XVI-XIX quando mercenários, viajantes e intelectuais como Hans Staden, Jean de Léry, *Roulox Baro* e Carl Friedrich Philipp von Martius registraram cerimônias indígenas (nas quais os nativos faziam uso de cachimbos e maracás) e a preocupação com os “hábitos ébrios” dos nativos. No Nordeste do Brasil, a religião que hoje chamamos de Jurema Sagrada tem origem com indígenas que habitavam o litoral e os sertões. Quando da intensificação do domínio colonial e da formação dos primeiros aldeamentos, esses cultos se associaram a exercícios dispersos provindos da Península Ibérica como práticas de benzedura, utilização de amuletos de proteção, preparação de unguentos, etc. Posteriormente, esse contínuo processo de amálgamas e ressignificações simbólico-rituais (que alguns/mas autores/as chamam de sincretismo, outros/as de hibridismo) passou a incorporar os cultos de origem africana⁵.

4 Não significa dizer que a pureza nagô é uma invenção de Nina Rodrigues, mas a partir dele, uma categoria nativa toma contorno de verdade e retorna aos terreiros mais alicerçada.

5 Para mais informações sobre a Jurema Sagrada consultar Luiz Assunção (2010); Sandro Guimarães Salles (2010) e Dilaine Sampaio (2016).

O nagocentrismo, anteriormente citado, se mostra como dinamizador fundamental para revisitação por dois motivos: i) retardou os estudos de religiões afro-ameríndias que não fossem de origem iorubá, já que os primeiros intelectuais, seguindo Nina Rodrigues, voltaram-se às buscas dos valores “puros” provindos da África; ii) promoveu a “transposição” de conceitos e cosmologias formulados nos terreiros iorubás soteropolitanos para outras realidades sem considerar muitas vezes suas especificidades.

Esse breve retorno a importantes produções tem por motivo salientar, por um lado, os problemas relacionados à tomada dos estudos desenvolvidos nos candomblés de origem iorubá de Salvador como modelo; por outro, evidenciar a efetiva participação de intelectuais nesses espaços e a recepção dos seus escritos. Além dos materiais que versam sobre os usos das folhas, sentido das oferendas votivas, ensinamentos sobre as narrativas míticas e outros conteúdos teológicos, devemos atentar aos estudos voltados às realidades sociais cujas conclusões também passam a povoar os terreiros. Podemos citar aqui a obra pioneira *A cidade das Mulheres*⁶ de Ruth Landes, bastante lida nos circuitos religiosos de Salvador após sua tradução para o português em 1967.

A tese do matriarcado defendida com base em estudos desenvolvidos entre as casas mais respeitadas de Salvador foi bem recebida pelo povo de santo da Bahia. A defesa do matriarcado é de fato legítima se considerarmos o pioneirismo e poderio das mulheres junto aos terreiros. O problema consiste em tomar a obra da antropóloga americana de modo descontextualizado como referência para a compreensão de outros terreiros que não

6 Landes desembarcou no Brasil em 1938 para realizar um estudo comparativo entre a condição das populações negras e americanas como parte do seu doutorado em Antropologia na Universidade de Columbia. O Brasil vivia sob o regime ditatorial varguista e sua aproximação com Edison Carneiro (intelectual comunista), chamou a atenção da polícia que a forçou a deixar o estado em 1939. Para mais aspectos biográficos da passagem de Ruth Landes pelo Brasil, consultar: Andreson (2019).

compartilham os mesmos princípios cosmológicos dos antigos e respeitados templos de origem iorubá soteropolitanos. Conceber as teses de *A cidade das mulheres* como incontestáveis pode escamotear as frequentes disputas de gênero em terreiros da mesma vertente dos estudados por Landes ou de outras; resvalar na interpretação que terreiros liderados por sacerdotes masculinos não são legítimos, já que a obra defende o Candomblé como ofício feminino; adensar o nagocentrismo por fazer de um conjunto determinado de experiências religiosas (mesmo que antigas e respeitadas) um epicentro referencial para todas as demais.

As observações participantes em Campina Grande, e outras localidades próximas, permitiram analisar discursos e vivenciar circunstâncias onde o matriarcado parece não se concretizar. Presenciei sacerdotes sendo servidos em refeições pós-cerimônias enquanto as mulheres (independentemente da idade sacerdotal) esperavam os homens se acomodarem antes de se servirem⁷; ouvi narrativas que associavam menstruação (ligada a tabus no Candomblé) à impureza de modo muito semelhante a algumas tradições cristãs⁸; conheci sacerdotes que deslegitimavam mães de santo respeitadas e conhecidas pela forma como se vestiam fora das atividades rituais. Questionado sobre a antecedência dos Exus com relação às pombagiras nos rituais dedicados ao chamado “povo da rua”⁹, um antigo babalorixá informou o primado e anterioridade masculina na ordem cósmica do universo estabelecendo uma analogia entre Exu e Adão. Esses exemplos

7 O fato de mulheres antigas em termos de vida sacerdotal ocuparem essa posição em uma situação específica faz com que entendamos que os homens não estavam sendo servidos com antecedência pelo princípio da senioridade, mas pela reprodução de uma divisão sexual da atividade seguindo o modelo patriarcal.

8 Ver Ranke-Heinemann (2019).

9 Entidades cultuadas em terreiros de Umbanda ou terreiros de Jurema influenciados pela Umbanda.

são pontuais, mas fundamentais à compreensão dos embates de gênero e sexualidade nos terreiros.

Não tenho por objetivo, como já me foi dito, “criar depoimentos contra a própria religião”. Meu intento é, na verdade, ampliar o debate em torno dessas questões; superar a tomada dicotômica dos terreiros como infernos ou paraísos para propor reflexões sobre as relações de poder que perpassam os corpos e as subjetividades. Relações essas, baseadas em compreensões de mundo variadas. Desse modo, se faz necessário retomar algumas das produções mais significativas¹⁰ desde o supracitado *A cidade das mulheres* a fim de explanar como diversos/as autores/as refletiram sobre gênero e sexualidade em cultos afro-ameríndias.

1 À guisa de retrospectiva: gênero e sexualidade na bibliografia

Na década de 1940 a obra de Landes não inovou e chacoalhou os axiomas antropológicos correntes, apenas, por basear-se em uma escrita em primeira pessoa, prática considerada uma verdadeira contraconduta científica no contexto, mas por dar especial atenção à condição das mulheres em cultos de origem africana no Brasil; insistir na categoria raça em uma época na qual essa vinha sendo substituída pela de cultura; estabelecer contatos profícuos com os sujeitos da experiência religiosa (diferentemente de alguns intelectuais mais limitados aos gabinetes). O cenário antropológico do período não era nada propício às suas inquietações e estilo de escrita, além disso, a autora ainda teve de enfrentar a hegemonia masculina que imperava na Antropologia Brasileira.

10 Aqui me limitarei aos textos que versam sobre gênero, sexualidade e homossexualidade no Candomblé, pois, como sinalizado, os estudos sobre os marcadores sociais da diferença nessa prática religiosa em específico já se encontram consolidados. Para o conhecimento de mais obras voltadas à relação entre homossexualidade e candomblé, ver: Silva dos Santos (2009).

Arthur Ramos¹¹, após a publicação de *A cidade das mulheres*, tratou em texto sua obra como empiria ou simples reunião de impressões e evidenciou em tom jocoso alguns comportamentos da autora que para ele eram execráveis (Andreson, 2019), além disso, rebateu a existência de uma “homossexualidade ritual” mesmo que Ruth Landes nunca tenha defendido isso em sua produção (Carneiro, 1964). Outro agravante foi a relação intelectual e afetiva da antropóloga com Edison Carneiro, etnólogo negro e comunista (Andreson, 2019). Carneiro, profundo conhecedor do Candomblé, foi um indispensável interlocutor de Landes e viabilizou seu contato com personalidades como Martiniano Eliseu do Bonfim (renomado babalaô), Mãe Menininha do Gantois (dignitária do terreiro do Gantois) e outros/as.

Em 1967, a obra de Landes chegou ao Brasil, duas décadas após a publicação nos Estados Unidos. Conforme Jamie Lee Andreson (2019), o texto passou a circular rapidamente entre os terreiros nos quais a pesquisa foi desenvolvida e em outros. Evidentemente, a tese da centralidade feminina foi bem aceita e divulgada, dado que o terreiro mais antigo do Brasil, a Casa Branca do Engenho Velho (Ilê Axé Iyá Nassô Oká), além de outros dois que dele descendem diretamente, o Terreiro do Gantois (Ilê Iaomim Axé Iamassê) e o Ilê Axé Opô Afonjá, estabeleceram a tradição da chefia feminina. Em 1830 o Ilê Axé Iyá Nassô Oká é fundado por três mulheres, Iyá Detá, Iyá Akalá e Iyá Nassô. Após uma disputa pela regência da casa matriz, [Maria Júlia da Conceição Nazaré](#) funda o Terreiro do Gantois em 1849. Posteriormente, [Eugênia Ana dos Santos](#) (mais conhecida como mãe Aninha) consolida em 1910 o Ilê Axé Opô Afonjá. Nesses três terreiros, até os dias atuais, o cargo sacerdotal mais importante de uma comunidade de culto¹² só pode ser ocupado

11 Considerado o antropólogo brasileiro mais respeitado da época.

12 Ialorixá (sacerdotisa) e Babalorixá (sacerdote).

por mulheres¹³. Referindo-se ao contato firmado com algumas mulheres por intermédio de Edison Carneiro em uma cerimônia dedicada a Oxalá no terreiro Casa Branca, Landes escreve:

Entramos de novo e uma sacerdotisa chamada Juliana saudou Edison e deu-nos umas cadeiras brancas em bom lugar. – Pai – exclamou ao saudá-lo e beijou-lhe a mão. Disse que estava morando em Ilhéus, no sul do estado, com o filho, que era da polícia; tinha vindo apenas para a cerimônia. Comecei a achar que esse era realmente um templo de matriarcas e que os homens, embora desejados e necessários, eram principalmente espectadores (Landes, 2002, p. 88).

Na mesma ocasião, um rapaz é tomado pela força do orixá Omolu e desloca-se para dançar junto com as mulheres. A cena é captada pela autora em todos os seus detalhes, ela enfatiza o constrangimento gerado no recinto. Uma semana depois, um aviso adorna uma pilastra do terreiro: “Por meio deste, pede-se aos cavalheiros o máximo respeito. Os homens são proibidos de dançar entre as mulheres que celebram os ritos deste templo” (Landes, 2002, p. 93). Esse e outros episódios confirmam para a autora a centralidade feminina nos candomblés mais importantes.

O matriarcado opera como categoria crucial para essas três casas que têm uma origem iorubá. Já o Terreiro do Bate Folha (Mansu Banduquenqué) fundado em 1916 — para usar o exemplo de uma casa contemporânea e tão respeitada quanto — tem no fundador uma figura masculina: Tata Manoel Bernardino da

13 O que não sugere a participação de homens em outras funções importantes. Um desses homens foi Agenor Miranda Rocha, aluô “Responsável pelo jogo oracular que indicou a sucessão de mães de santo nos candomblés mais afamados do Brasil, como a Casa Branca do Engenho Velho e o Axé Opô Afonjá” (Prandi, 2005, p. 07).

Paixão. Logo, o matriarcado sinalizado e defendido por Landes não encontra maiores ressonâncias entre terreiros de origem banto. A autora, imbuída de desdém nagocêntrico, se refere às tradições bantos na obra toda como cultos menos genuínos, degenerados e povoados por homossexuais.

Diferentemente dos candomblés iorubás soteropolitanos, algumas religiões afro-ameríndias como a Jurema Sagrada carecem de narrativas de origem que permitam identificar o gênero dos/as fundadores/as das primeiras casas e apontar a predominância feminina. Estaria a questão resolvida se as proposições de Landes fossem melhor localizadas e a tese do matriarcado circunscrita à realidade dos terreiros de origem iorubá soteropolitanos? Os terreiros que descendem dessas três casas diretamente e têm na atualidade homens ocupando os postos sacerdotais configurariam uma fratura na tese do matriarcado? Afirmar que as religiões afro-ameríndias (para além dos candomblés iorubás de Salvador) são matriarcais, não implicaria em uma sobreposição do modelo simbólico e organizacional das três casas a outras expressões religiosas?

Essas questões já foram, até certo ponto, colocadas pelo antropólogo Julio Braga no livro *Candomblé: a cidade das mulheres e dos homens* (2014). Braga, mesmo não realizando profundas digressões em torno de conceitos como gênero e sexualidade, evidenciou a massiva presença de homens nos terreiros na época da pesquisa de Ruth Landes e posteriormente. Esses homens serviam como assessores das grandes sacerdotisas e desempenhavam atividades fundamentais para a manutenção das tradições e se não ocupavam a função de sacerdote poderiam desempenhar a de babalawô que também era de grande relevância. Além disso, algumas funções nos terreiros como a de axogum¹⁴ não podiam ser desempenhadas por mulheres, o que evidencia a presença e importância dos homens.

14 Também chamado de “mão de faca”, trata-se do responsável pelas imolações rituais.

O fio condutor da obra de Julio Braga é a figura do Babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim (Ojé L'adê) que na companhia da afamada Mãe Aninha (Eugênia Ana dos Santos/Obá Bii) fundou o Corpo de Obás de Xangô no já citado Ilê Axé Opô Afonjá. Braga não se restringe à pessoa de Martiniano e apresenta os nomes de vários outros sacerdotes e intelectuais masculinos indispensáveis no processo de formação histórica e institucionalização dos cultos. Além disso, explora a condição sempre complexa de confrarias ditas masculinas: ogãs; cultos oraculares e rituais dedicados aos ancestrais mortos (Culto de Babá Egum). Trata-se de uma obra corajosa pela sua capacidade de desestabilizar discursos correntes na memória coletiva do povo de santo e na bibliografia especializada. O livro nos instiga, entre tantos outros problemas, a perceber a capacidade das produções científicas (nesse caso, a obra de Ruth Landes) de interferir, formular memórias e modificar imaginários nas comunidades estudadas.

Na esteira de Braga (2014), reafirmo os problemas em torna da generalização do matriarcado nas religiões afro-ameríndias. O objetivo aqui não é apontar a substituição histórica de um matriarcado por um patriarcado em pequena ou grande escala ou criticar a legitimidade das teses de Landes como fizeram de modo misógeno, Melville Herskovits e Arthur Ramos (Andreson, 2019) que, diga-se de passagem, nunca tiveram a mesma inserção nos terreiros que ela. A construção da narrativa que dispõe sobre a soberania feminina nos terreiros ou sobre o acolhimento de dissidências sexuais deve ser pensada em termos de limitações e não de inverdades. Se reforçamos que categorias subalternizadas de sujeitos pelos marcadores sociais do gênero e da sexualidade dominam essas religiões sem levar em consideração: os ensinamentos mais específicos de cada nação¹⁵ de Candomblé; a posição do/a sacerdote/

15 A palavra nação faz referência a origem étnica dos grupos. Exemplos de nações são: nagô egbá, ketu, jeje, angola e outras tantas. Além das origens étnicas, outras variantes nos terreiros relacionadas à nação são: os panteões

isa a respeito desses aspectos; a influência de compreensões de mundo ocidentalizadas, etc. estamos mais idealizando uma realidade do que buscando entendê-la em sua complexidade. Como justificar, por exemplo, que em algumas casas, mulheres transexuais são tratadas como homens porque compreende-se que o gênero é um dado estritamente biológico ou que é possível assumir a identidade de gênero “desejada”, desde que se entenda a diferença sexual como artifício inviolável para a execução de algumas atividades rituais? É possível pensar na vigência de um matriarcado generalizado em espaços onde muitas vezes o sangue menstrual é compreendido como impureza? Como problematizar dicotomias de gênero (e as violências a elas associadas) sem comprometer o princípio da senioridade¹⁶?

A impossibilidade, em algumas casas, de que pessoas transexuais ocupem funções rituais de acordo com a sua identidade de gênero também pode ir na contramão da afirmação que essas práticas estão definitivamente aptas às dissidências sexuais e/ou de gênero. Mulheres trans não são impedidas, em algumas casas, de verbalizar ou expressar sua identidade feminina desde que compreendam que os supostos desígnios da biologia às circunscrevem no perímetro da masculinidade em algumas cerimônias. Essa questão é uma das que mais denuncia o cultivo de cosmologias ocidentalizadas acerca dos corpos nos terreiros. Em que medida essas pessoas estão sendo respeitadas? Em que momento sentem que o terreiro está baseado em uma concepção de corpo diferente da tradição cristã? Para alguns sacerdotes e sacerdotisas, o corpo (e as diferenças fisiológicas que culturalmente designamos como sexo) são da ordem do natural e o natural é da ordem do sagrado,

de divindades cultuadas; operações rituais; cosmologias; narrativas míticas, etc.

- 16 As experiências de campo mostraram a sobreposição de homens mais velhos sobre mulheres sendo tomadas como senioridade enquanto os evidentes artifícios do gênero eram negados.

burlar essa coerência significa descredibilizar um conjunto de saberes vitais à tradição. Desse modo, existe um limite para a superação dos binarismos de gênero.

Assim, um problema está posto: se as dicotomias de gênero fazem parte dos saberes tradicionais para um/a mais velho/a, elas não podem ser subvertidas, sob pena de se comprometer o princípio de senioridade que rege a vida religiosa. A separação entre modernidade e tradição e as críticas que se fazem a convenções relacionadas à modernidade nos cultos acabam por assegurar, muitas vezes, a vigência do dispositivo da sexualidade (Foucault, 1988) e os antagonismos de gênero (comuns às cosmologias ocidentais) em práticas de origem não ocidental.

Como colocado, não é possível refletir analiticamente sobre a maneira como se organiza o gênero e a sexualidade nas religiões afro-ameríndias desconsiderando a obra de Ruth Landes, *A cidade das mulheres*. A importância incontornável do texto não está relacionada apenas ao ineditismo das questões abordadas, mas à recepção por parte do povo de santo. Para a fundamentação de sua defesa de um matriarcado afro-brasileiro, a autora partiu da compreensão de que o Candomblé é um ofício feminino, estando os mais afamados espaços de tradição iorubá soteropolitanos liderados por mulheres de salutar importância. Já os “degenerados” candomblés de caboclo¹⁷ e outros cultos de origem banto eram marcados pela presença de homossexuais que viam nos terreiros a possibilidade de dar vazão ao desejo de se tornarem mulheres. O texto de Landes, escrito em primeira pessoa, é perpassado por sensações, impressões e concepções de mundo da autora, essas, muitas vezes marcadas por etnocentrismos e julgamentos biologizantes a respeito do gênero e da sexualidade comuns à época.

17 Exercício religioso de origem banto “cantado em português e cultua os espíritos dos antepassados da terra brasileira, os indígenas que eram chamados de caboclo na Bahia” (Prandi, 2005, p.122). Hoje, o Candomblé de caboclo é bastante praticado em terreiros de Candomblé angola que também cultuam os inquices, divindades equivalentes aos orixás iorubanos.

Outros importantes estudos foram desenvolvidos após a publicação dessa obra, muitos deles colocando em relevo o gênero, outros a sexualidade, enquanto a conexão desses marcadores permaneceu pouco elaborada até os estudos de Patrícia Birman (1995) de quem falarei melhor adiante.

Sem dúvidas, a homossexualidade masculina e a presença de mulheres junto aos cargos de poder chamaram a atenção dos/as antropólogos/as do século passado muito mais do que qualquer outra expressão de identidade de gênero ou sexual. Alguns/mas autores/as, contemporâneos/as a Landes e posteriores, limitaram-se a reforçar ou questionar os argumentos em torno da predominância de mulheres e homossexuais, enquanto outros/as – buscaram explicações sociológicas e cosmológicas para esse quantitativo.

O antropólogo Peter Fry (1982), em ensaio elaborado a partir de estudos de campo entre os cultos afro-brasileiros em Belém-PA, afirma que a relação entre homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros é mais proeminente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ele aponta as fronteiras do argumento que os homossexuais são atraídos aos terreiros simplesmente porque esses recintos foram historicamente tomados como nicho da homossexualidade masculina. Também põe em suspensão a crença que os gays vislumbram no terreiro a liberdade de se conceberem como mulheres por compartilhar espaço com elas. Os argumentos de Fry dedicam-se em sentido antropológico à aliança entre terreiros e homossexualidade masculina com base em dois motivos:

Primeiro, tanto a homossexualidade masculina quanto os cultos de possessão são definidos como comportamentos desviantes em relação aos valores dominantes brasileiros. Segundo, de acordo com as idéias teóricas de Douglas [...] e Turner [...], verificamos, que ser definido pela sociedade como sujo e perigoso é fre-

qüentemente uma vantagem positiva para aqueles que exercem uma profissão ligada aos poderes mágicos. Pessoas que são definidas e se definem a si mesmas como “homossexuais” encontram-se classificadas como “pervertidas” e “desviantes”, e portanto permanecem nas margens da estrutura social formal. (Fry, 1982, p. 54).

Os dois argumentos do autor não parecem suficientes. O primeiro estabelece uma conexão entre práticas sexuais masculinas dissidentes e religiões marginalizadas. Porém, em muitas circunstâncias, as compreensões sobre gênero e sexualidade comuns às práticas religiosas hegemônicas são reiteradas nos terreiros. Além disso, pensar os terreiros como conglomerado de desviantes pode mascarar o expurgo que esses espaços venham a fomentar com relação a outras formas daquilo que se considera desvio social. Logo, há uma homogeneização na noção de desvio. O segundo argumento, na esteira de Douglas e Turner, não examina a natureza da “vantagem” das sexualidades dissidentes em detrimento das sexualidades normativas junto às “práticas mágicas”: em muitos terreiros a identidade sexual dos/as sacerdotes/as não é exposta ou colocada em questão e no caso dos sacerdotes heterossexuais o lugar de autoridade e comando permanece o mesmo. São muitos também os sacerdotes gays que vivenciam a homossexualidade de forma normativa ou informam que a sexualidade dos/as religiosos/as é algo que concerne ao universo exterior aos terreiros. Desse modo, a dicotomia entre heterossexualidade e homossexualidade não atenta para as variadas manifestações de cada uma dessas experiências ou oferece margens para refletir sobre a bissexualidade e outras identidades.

O argumento também não deixa espaço para entender os movimentos religiosos povoados por dissidências sexuais e de gênero, como as Igrejas Inclusivas, que fazem uma leitura à contrapelo das escrituras sagradas e reivindicam o cristianismo como espaço de

pertencimento de LGBTQIAPN+. A reformulação dos postulados normativos do cristianismo nesse movimento depõe contra a síntese entre cultos mágicos e desvio já que as práticas desviantes estão reformulando uma seara normativa e não se aliando a religiões mágicas/periféricas. Considero o contexto de produção do ensaio de Fry, mas reflito sobre a tomada desse material como referência para outros contextos temporais e espaciais.

Em contrapartida, ao trazer para o debate a perspectiva dos interlocutores de sua pesquisa de campo, Peter Fry expande a questão ao mostrar como a relação entre homossexualidade e Candomblé é interpretada de formas múltiplas, testemunhando, desse modo, o que defenderei adiante: a inexistência de acepções singulares para um mesmo fenômeno social. Para os interlocutores de Fry, a presença massiva de homossexuais nos terreiros se dá pelo fato desses espaços permitirem a sociabilidade com homens para relações afetivas; outra explicação está relacionado ao estereótipo artístico das “bichas”, artimanha indispensável em cerimônias onde a beleza das vestes, adereços e decoração dos espaço têm grande valor. Alguns informantes também pontuam a possibilidade de as bichas se filiarem aos terreiros atraídas pela possibilidade de incorporar espíritos femininos e dar vasão à sua feminilidade, entre outros fatores. de modo que:

Essas interpretações dadas pelos próprios atores sobre a afinidade entre macumba e “bichas” não contêm interpretações ou explicações religiosas. Nenhum deles, por exemplo, pensou que os espíritos pudessem ter uma afinidade particular com “bichas”. Ao contrário, são as “bichas” que têm afinidade com os espíritos: as “bichas” pragmaticamente exploram os cultos para realizar determinados fins específicos como “exibir-se”, “caçar homens”, etc. Nenhuma pessoa sugeriu que as “bichas” se filiam aos cultos porque querem ser

mulheres. Muito pelo contrário, a opinião unânime era que elas estão nos cultos para compartilhar da presença dos “homens” ou para “exibir-se” diante das outras “bichas” (Fry, 1982, p. 82).

Na contramão de Fry, não desconsidero a dimensão religiosa para a explicação da homossexualidade nos espaços dos terreiros, pois em muitos pontos, os elementos cosmológicos de uma prática religiosa explicam o ideal de sujeito para o seu exercício¹⁸. Uma outra vantagem apontada pelo antropólogo com relação aos homossexuais no culto, tem a ver com a posição de conselheiros que podem vir a ocupar, posição essa, extremamente importante no mercado religioso. Os conselhos podem ter por base apenas a experiência de vida, mas também o acesso aos deuses (através do jogo de búzios) ou às entidades no momento dos transes:

Recomendações e conselhos são normalmente procurados entre as pessoas consideradas bem informadas e imparciais. Os conselheiros institucionalizados ocupam posições na estrutura social, as quais geralmente se encontram fora da estrutura de poder formal. Então, descomprometidos politicamente com facções, partidos e outros grupos de interesse, eles podem representar a expectativa de serem imparciais. Vistos como politicamente desinteressados, geralmente são capazes de obter informações relevantes de todos os lados em qualquer situação conflitiva; eles se tornam “centrais de informação” (Fry, 1982, p.76-77).

Aqui, o autor não informa que vantagem com relação ao recebimento de recursos financeiros e prestígio social um homossexual

18 Descurei essa questão posteriormente.

pode ter sobre uma sacerdotisa mulher, por exemplo. Também acredito que as pessoas que buscam esses serviços não tomam os/as religiosos/as como imparciais, pensar assim é destituir os/as “clientes” de uma capacidade de agência.

Outro importante texto que se debruça sobre as conexões entre homossexualidade masculina e religiões afro-brasileiras, o Candomblé precisamente, é de autoria do antropólogo americano Lorand Matory. Em *Homens montados: homossexualidade e simbolismo de possessão nas religiões afro-brasileiras* (1988), o autor, diferentemente de Peter Fry — a quem inclusive tece várias críticas¹⁹ — considera os panoramas cosmológicos e suas conexões com as dinâmicas de sexualidade nessas religiões. Matory desenvolve suas pesquisas de campo na Nigéria e entre grupos que salvaguardam cosmologias africanas nos Estados Unidos. Segundo ele, os sujeitos dessas diferentes localidades revelam padrões simbólicos parecidos. Mesmo informando que não pretende buscar as tão mencionadas heranças africanas legítimas — aquilo que autores como Nina Rodrigues fizeram no começo dos séculos — o autor não vai muito longe no que concerne à tomada das referências iorubás: Matory constata a massiva presença de homossexuais nos terreiros de origem banto, mas não investiga o fenômeno do ponto de vista cosmológico semelhante ao que faz quando se dedica a estudar as práticas de matriz iorubá. Se há uma “explicação linguístico-cosmológica” para a densa presença de homossexuais nos candomblés de origem iorubá no Brasil, o que explicaria um quantitativo ainda maior nos terreiros de origem banto? Matory não responde à Landes, tampouco a nós.

Matory defende, a partir de uma analogia ente língua iorubá e sociabilidades ritualísticas, uma relação entre corpos propensos a serem “montados”: corpos “passivos” na penetração e na possessão ritualística. Ele mobiliza o termo *gun* em língua iorubá a fim de estabelecer conexões entre papéis sexuais e a posição dos

19 Considera etnocêntrica a noção de desvio.

sujeitos junto aos sistemas de crença: o verbo *gun*, pode significar montar em um cavalo; a descida do orixá na cabeça dos fiéis e a penetração sexual entre dois homens. Desse modo, a “passividade” também contempla os/as *iyawo* — esposa dos deuses — designação que não leva em consideração o gênero do/a praticante ou do orixá. No Brasil, o/a iniciado/a recebe a alcunha de *iyawo* e assim permanece até assumir a maioridade religiosa que se dá sete anos após a iniciação. Se a explicação de desvio evocada por Fry parece limitada, a associação entre passividade na prática sexual em analogia à penetração ritual no momento da possessão — defendida por Matory — também não parece tão contundente, principalmente se transplantada a outras religiões de terreiros que não o Candomblé em suas modalidades de ascendência iorubá. Em práticas como a Jurema Sagrada não se pode afirmar que o contingente de homens heterossexuais dados à incorporação é inferior ao de mulheres ou homossexuais. Estaria a analogia ente possessão ritual e passividade sexual reduzida à determinadas manifestações religiosas de origem africana?

Essa formulação é problemática por dois motivos: no caso dos homossexuais, a condição de “passivo” diz respeito a um estado que pode ser alterado e não a uma identidade propriamente; a reunião de várias corporeidades sob o signo da propensão à passividade pode homogeneizar experiências diversas. As posições sexuais (se é que essa categoria é válida) não pode reunir no mesmo bloco, pessoas trans, travestis, homens gays, mulheres e outras identidades de gênero e sexualidade.

É interessante notar também que a partir da leitura de um mesmo texto de René Ribeiro (1969), Fry e Matory enunciam questões divergentes sobre o quantitativo das identidades de gênero junto aos cargos sacerdotais em Recife, para o primeiro:

[Rene Ribeiro] observa que em Recife como na Bahia a maioria dos membros do culto são mulheres, mas que **a distribuição de sexos é mais equilibrada em relação aos**

Líderes. Enquanto Landes tinha observado na Bahia que os líderes masculinos predominavam nos candomblés de caboclo “sincréticos”, as estatísticas de Ribeiro para Recife mostram que os líderes masculinos predominam nos cultos “ortodoxos” (Fry, 1982, p. 63, grifo nosso).

Enquanto Matory, citando o mesmo escrito de Ribeiro, diz que “As mulheres também predominam entre os dirigentes de terreiro em Recife, onde muitos praticantes do xangô acreditam que os deuses preferem as mulheres e que as mulheres são ‘peculiarmente sensíveis e propensas a possessão’” (Matory, 1988, p. 217). Criticando a noção de desvio acionada por Peter Fry, sua argumentação se volta a um modelo iorubacêntrico que, segundo ele, explica melhor a presença combinada de mulheres, travestis e bichas nos terreiros:

A proeminência de bichas, ao invés de homossexuais em geral, realça uma consistência até agora não discutida na literatura africana ou brasileira: as categorias de pessoas comumente associadas à incorporação do orixá partilham, simbolicamente, a disposição de serem penetradas ou montadas (Matory, 1988, p. 219).

Ainda na década de 1980, Patrícia Birman defende sua tese de doutorado orientada por Peter Fry, os resultados são publicados como livro posteriormente: *Fazer estilo, criando gêneros: possessão e diferenças de gênero em terreiros de umbanda e candomblé do Rio de Janeiro* (1995). A categoria norteadora da obra é a “possessão” como instância que esquadrinha diferenças de gênero. A autora trabalha com um antagonismo no que concerne a essas diferenças: o polo masculino e o polo da possessão — que por sinal não se restringe às mulheres. Birman afirma que

os chamados adés ou adeferós para além de homossexuais são personagens que exploram a dimensão lúdica dos rituais através das danças e dos ekês (simulação de transe que configura postura repreensível). Os adés costumam circular entre as casas e gozam de mais liberdade que as ekedis (zeladoras femininas responsáveis pelo cuidado das pessoas sujeitas ao transe durante os rituais). As ekedis, na análise da autora, quando comparadas aos homossexuais ligados ao universo feminino das danças e da possessão (adés) ou aos homens do universo masculino (ogãs), permanecem mais restritas à esfera do doméstico, do privado. O complexo religioso estudado por Birman, que inclui a Umbanda, se distancia temporalmente e espacialmente dos núcleos investigados por Landes e, diferentemente da antropóloga americana, Birman não apresenta elementos suficientes em seus escritos para que possamos compreender os terreiros estudados por ela como necessariamente matriarcais. Semelhante às investidas de Fry, ela se volta mais ao lugar de destaque ocupado pelos homossexuais, sobretudo nas circunstâncias onde as performances são bastante exploradas como nas danças.

As delimitações das categorias gênero e sexualidade na obra não são bem estabelecidas, por gênero, a autora trata inclusive da condição sexual de gays e lésbicas. O termo transsexual não aparece em nenhum momento e travesti, precedido de artigo no masculino, designa os estereótipos de uma homossexualidade performaticamente mais transgressora. A riqueza do texto, por sua vez, habita nos espaços dedicados a exploração de questões tão comuns ao universo afro-ameríndio cujas dimensões sociais são desconsideradas pelas controvérsias que provocam: a xoxação (rechaço ou deslegitimação), o ejó (fofoca), o ekê (simulação de transe, falseamento, mentira). Em uma série de correlações entre família nuclear e de santo, ela também não perde de vista a similaridade entre as funções dos sujeitos no cotidiano doméstico e litúrgico.

Considero essas obras as mais significativas pelas influências que exerceram sobre as produções posteriores. Problematizei entre elas o que considero insuficiências interpretativas e generalizações analíticas como forma de alicerçar a trilha até a seção seguinte onde pretendo ampliar o debate sobre o tema a partir das experiências de pesquisa em Campina Grande.

2 Dinâmicas de gênero e sexualidade nas (Con)tradições afro-ameríndias

Gênero e sexualidade não são expressões correntes na época da pesquisa de Landes, mas aparecem nos textos de outros/as autores/as citados/as na retrospectiva realizada na seção anterior. Esses conceitos só se tornam amplamente divulgadas no âmbito das ciências humanas e sociais a partir da década de 1970. Porém, os seus empregos aqui não podem ser considerados anacrônicos desde a obra de Landes, uma vez que do ponto de vista analítico contemplam as dinâmicas de poder que perpassam os corpos e os diferenciam a partir de suas qualidades anatômicas e biológicas.

Mesmo perante a infinidade de críticas mais recentes, a definição de gênero — como uma significação primeira das relações de poder com base nas diferenças percebidas entre os sexos — estabelecida por Joan Scott (2019) nos anos 80 ainda parece útil. No íterim religioso afro-ameríndio, a diferença sexual é muitas vezes tomada (de forma normativa) como pertencente à ordem do natural e determinadora de funções sociais, interdições rituais, etc. Como em outras religiões, o gênero pode atuar como um mecanismo de controle e adequação — que referenda dicotomias sexuais, determinismos biológicos e a naturalização de papéis sociais para os corpos. Porém, diferentemente de práticas associadas à tradição judaico-cristã, a normatividade que esquadrinha o gênero e a sexualidade é passível de subversões nos terreiros: as cosmologias afro-indígenas não dispõem de textos sagrados que tomam a mulher como advinda mitologicamente do homem; não

preveem a centralidade de uma divindade de arquétipo masculino; não remontam a tradições de pastores patriarcas²⁰ ou se aparelharam historicamente com ciências que tomam as sexualidades desviantes como patologias. Sobre esse último aspecto, ressalto o imbricamento de saberes religiosos secularizados com saberes médicos e legais: os anais da história ocidental são prova de que as mesmas expressões de gênero ou sexualidade transgressoras podem ser consideradas pecado, crime ou doença a depender da ordem de poder apta à qualificação dos corpos. A sexualidade é aqui pensada a partir do filósofo Michel Foucault, para quem:

[...] é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 1988, p. 100).

Conforme o autor, a sexualidade configura-se como um dispositivo de controle que nas sociedades ocidentais (e ocidentalizadas) atua sobre os corpos a partir de uma gestão de poder que valoriza determinadas práticas sexuais em detrimento de outras; organiza as políticas de reprodução; institui lugares sociais para os corpos a partir de sua anatomia, etc. Quando me refiro às sociedades ocidentalizadas, quero com isso assinalar que esse dispositivo que surge no contexto das sociedades burguesas europeias entre os séculos XVII e XVIII não se restringe ao chamado Velho Mundo, mas passa gradativamente a instituir uma ordem que toma o

20 Como é o caso da tradição judaica.

corpo como objeto de gestão política nos territórios historicamente colonizados.

Como a sexualidade, o gênero e os postulados a ele associado — como a (suposta) dicotomia dos sexos, a subjugação das mulheres e afins — configura-se como uma dinâmica de poder no mundo ocidental e também pressupõe uma estratificação social entre os corpos. Em muitas sociedades não ocidentalizadas, anteriores ao domínio colonial, as diferenças sexuais não aludiam ao estabelecimento da organização das relações sociais.

Ambos os marcadores sociais da diferença têm seus domínios normativos reiterados e subvertidos em diferentes instituições, entre elas, as religiosas. Na tradição cristã, como bem já demonstraram Foucault (2019) e a teóloga Uta Ranke-Heinemann (2019), o gênero e sexualidade são orquestrados para garantir a vigência da família nuclear; a soberania dos homens perante as mulheres, a heterossexualidade compulsória (Rich, 2012) e demais regimes que convergem para a salvação das almas. A interferência cosmológica do cristianismo não se restringe à Igreja, ela se seculariza e adentra às instituições e sistemas de crença que recebem influência das compreensões de mundo ocidental por meio das colonizações e seus desdobramentos. Nas religiões de terreiro, uma infinidade de aspectos cosmológicos do cristianismo está vigente em maiores ou menores intensidades, enquanto outros são definitivamente superados. No caso do Candomblé, como magistralmente demonstra Reginaldo Prandi:

A escravidão destruiu as estruturas familiares dos africanos trazidos como escravizados para a América, submeteu-os a um ritmo de trabalho compulsório e alienado, impôs novas crenças e um novo modo de vida cotidiana que pressupunha outra maneira de contar o tempo e de concebê-lo. Assim, quando a religião dos orixás foi reconstruída entre nós, muitos

dos aspectos e conceitos da antiga cultura africana deixaram de fazer sentido e muitos desapareceram. Mas muito das velhas ideias e noções se reproduziram na cultura religiosa dos terreiros de candomblé e outras religiões dedicadas aos orixás iorubanos, voduns fons e inquices bantos, assim como muita coisa se conservou, em maior ou menor escala, em aspectos não religiosos da cultura popular de influência africana (Prandi, 2005, p. 38)

Os debates entre o que permaneceu das compreensões de mundo de origem africana em contraposição ao que foi recriado no Brasil são sempre muito conflitantes no cotidiano dos terreiros e causadores de disputas de memória. Estamos lidando com religiões cujos saberes são transmitidos de forma majoritariamente oral onde os conteúdos tendem a ser acrescidos, esquecidos ou ressignificados com maior intensidade se compararmos às religiões que formulam suas doutrinas com base em escrituras sagradas. As unidades de sentido não são estabelecidas facilmente, pois:

Embora atendendo a uma comunidade de culto, os candomblés formam-se como empreendimentos individuais, dirigidos segundo a vontade dos chefes fundadores e fazendo parte de seu patrimônio particular. A mãe de santo, ou pai, sempre foi a autoridade máxima do terreiro, e todas as suas decisões, que, segundo a crença do candomblé expressam a vontade do orixá dono do terreiro, que é o mesmo da mãe ou pai de santo, são incontestáveis (Prandi, 2005, p. 147).

Desse modo, a autonomia dos/as sacerdotes/isas, citada pelo autor, a ausência de códigos gerais que devem ser seguidos incondicionalmente e a inexistência de uma instituição central

que regimento os ritos e sistemas de crença, como é o Vaticano para a Igreja Católica, fomentam uma variabilidade de saberes e entendimentos acerca de um mesmo aspecto. As pesquisas desenvolvidas em Campina Grande mostraram que os juízos em torno das interdições (quizilas ou ewos); o período de confinamento para as iniciações ou ascensões sacerdotais; as diferenças sexuais como parâmetro para atribuição de cargos rituais entre outros aspectos, variam de acordo com a nação do terreiro, a tradição da família de santo, as compreensões particulares dos/as dirigentes e afins. Com o gênero e a sexualidade acontece o mesmo: são muito comuns afirmações como “Isso é coisa de homem/isso é coisa de mulher”; “Você pode até mudar de sexo, mas o orixá sempre vai tomar você pelo sexo de nascimento”; “Homem pode vestir pombagira, mas não precisa colocar maquiagem, nem peruca.”. Muitas dessas sentenças estão ligadas a ensinamentos supostamente africanos ou reduzem-se às narrativas de origem como: “Nos tempos dos antigos...”; “Antes dessas modernidades” e outras. Me refiro ao Candomblé de forma mais delongada, uma vez que muitos dos seus aspectos cosmológicos influenciam a maneira como os corpos são percebidos em outras religiões que receberam sua influência. Em Campina Grande, a maioria dos terreiros congregam o culto da Jurema Sagrada e do Candomblé nagô simultaneamente, a primeira religião recebe inúmeras influências da segunda (Azevedo; Medeiros, 2020).

Não é possível afirmar o número exato de terreiros de Campina Grande-PB, posta a inexistência de um mapeamento concreto, mas a aproximação a esses espaços mostra que o número de sacerdotes e de sacerdotisas talvez se equipara, não sendo possível afirmar com tamanha certeza uma predominância feminina junto aos cargos sacerdotais como no caso dos terreiros estudados por Ruth Landes (2002) em Salvador. Tanto homens heterossexuais, quanto homossexuais, estão à frente de casas antigas e respeitadas. Inclusive, o terreiro mais antigo da cidade foi fundado por um homem, o sacerdote Vicente Mariano, em 1955. Essa casa, o

Ilê Axé Oxum Ajamim, como muitas outras que dela descendem, é de Candomblé nagô egbá e Jurema Sagrada. As raízes religiosas desse decano campinense remontam ao Ilê Obá Ogunté: o primeiro terreiro de candomblé nagô egbá de Pernambuco. Vicente Mariano foi iniciado no culto dos orixás em 1948 pelo então sacerdote da casa matriz recifense, o Senhor José Romão, como era conhecido.

A história do Ilê Obá Ogunté tem origem por volta de 1875 com a chegada ao Brasil da africana Inês Joaquina da Costa (Ifá Tinuquê) também chamada de Tia Inês. O terreiro, porém, passou a ser mais conhecido durante a regência de Felipe Sabino da Costa (1877-1936) ou Pai Adão, que sucedeu à matriarca fundadora: prova disso é que o terreiro também é conhecido como Sítio de Pai Adão. Outros sacerdotes posteriores a Pai Adão como Seu Zé Romão, Seu Malaquias, Paulo Braz e Manoel Papai — atual líder do terreiro — são nomes definitivamente mais divulgados, quando comparado às importantes dignitárias ligadas ao terreiro: Mãe Lídia Alves, Glauce Mendes e outras. Desse modo, o princípio de hereditariedade feminina defendido por Landes, que não se aplica aos terreiros de origem banto de Salvador, também não contempla os candomblés de origem iorubás recifenses, onde os sacerdotes aqui citados ocupam (ou ocuparam) os altos postos da estratificação sacerdotal. Aparentemente, o transe e as danças na tradição nagô egbá recifense também não se circunscreve ao universo feminino desde muito tempo, vide o relato etnográfico de Gilberto Freyre, amigo pessoal do afamado Pai Adão:

De árvores mágicas também se encontram traços na história sobrenatural do Recife. Uma delas, certa gameleira antiga do Fundão, no sítio do velho babalorixá já morto Pai Adão, petralhão quase gigante formado em artes negras na própria África, embora pernambucano da Silva; e ladino como ele só. Foi um dos meus melhores amigos. Ver esse velho gigante preto dançar

era um assombro: de madrugada parecia não ele próprio, mas alguma coisa de elfo com asas nos pés. Dizem que era pela gameleira mágica que se comunicava com a Mãe África, ouvindo vozes que lhe diziam em nagô: “Adão, faça isso”, “Adão, faça aquilo” (Freyre, 1987, p. 54).

O relato de Freyre sobre as árvores mágicas não explicita se Pai Adão entrava em algum tipo de transe para acessar as vozes que lhe falavam em nagô, mas evidencia a dança como elemento presente no contato com o seu sagrado ancestral. A dança aqui entra em relevo por ser algo associado ao universo feminino no mesmo contexto temporal em terreiros também de tradição iorubá em Salvador.

Tanto no caso do candomblé quanto da Jurema sagrada da cidade de Campina Grande, o contingente de pessoas aptas ao transe não mostra um maior número de mulheres, homossexuais ou pessoas trans, o que mostra a inexistência de uma relação concreta entre passividade e possessão sinalizada por Matory (1988). Homens heterossexuais são aptos à incorporação dos orixás e também das entidades associadas à Jurema Sagrada. Esses, costumam, inclusive, criticar as pessoas que “enfeitam” em excesso as entidades conforme vontades próprias. As tensões em relação aos limites evidenciam disputas no campo do gênero e da sexualidade e não corroboram para uma valorização das performances que os homossexuais venham a desempenhar no momento das danças, a realidade aqui, segue na contramão daquela estudada por Patrícia Birman (1995).

As tensões que marcam as dinâmicas de gênero e sexualidade nos terreiros estão quase sempre perpassadas por narrativas que contrapõem modernidade e tradição. Quando os entendimentos sobre as dicotomias sexuais, a redução do gênero ao corpo e a tomada do dimorfismo sexual para a atribuição de cargos rituais são impostas pelos/as mais velhos/as, ganham contorno de

sentença: é sabido que questionar a forma como as pessoas mais antigas pensam ou conduzem os rituais configura uma ruptura no princípio de senioridade tão caro a essas práticas.

Analisando outra seara de embates, Reginaldo Prandi (2005) estuda a noção de *Segredos guardados* em livro homônimo. A ideia de segredo é estudada do ponto de vista sociológico. Me refiro às dinâmicas de poder que mobilizam, aos saberes perdidos no contexto da disporá, às reformulações pelas quais passaram essas religiões para se acomodarem no Brasil, às trincheiras entre o que se considera moderno em oposição ao tradicional. Os segredos podem estar nas cantigas rituais, no preparo de alimentos votivos, nas narrativas míticas das divindades (itãs), etc. Acredita-se, sobretudo no Candomblé, que esses segredos devem ser resgatados para a restituição de aspectos da cosmologia africana. Os segredos se perdem quando não são passados dos/as antigos/as para os/as mais jovens por vaidade ou zelo ao que se considera ancestral. Há também quem despreze a existência desses segredos e acredite que eles são falsamente formulados para mascarar desconhecimentos. À revelia de controvérsias, as buscas pelos segredos guardados, independentemente de seu valor ou até existência, permanecem como atividade incessante entre os/as que procuram legitimar as tradições ou angariar prestígio social. A obra de Prandi também abarca a formação histórica do Candomblé e da Umbanda; as disputas internas e externas que visam expansão no mercado religioso e a popularização do universo afro-brasileiro através da música, literatura e outras manifestações artísticas.

Como sinalizado reiteradas vezes, não se pretende aqui deslegitimar a narrativa que aponta a massiva quantidade de mulheres e dissidências sexuais nos terreiros: mulheres e LGBTQIAPN+ de fato ocupam em muitas casas os mais altos postos na estrutura sacerdotal, são dignos/as de respeito e apreço e tomados/as como legítimos/as mantenedores/as de tradições seculares. Visitas rápidas ou frequentes a esses espaços expõe essa realidade. Porém,

devemos nos voltar as múltiplas compreensões a respeito dos marcadores de gênero e sexualidade e como compreensões normativas ainda persistem.

Para o estudo das práticas e representações afro-ameríndias não podemos partir de dicotomias estática entre religiões hegemônicas (ocidentais, patriarcais, heteronormativas) e religiões subalternas (não ocidentalizadas, matriarcais, não normativas). Quando essa operação é realizada, desconsideramos a pluralidade de sentidos de mundo, processos de subjetivação, disputas de memória e narrativas. Cabe, dessa maneira, buscar assimilar as dinâmicas de gênero e sexualidade nos terreiros em meio à complexidade que envolve variadas perspectivas a respeito das mesmas questões. Essa tentativa de compreender “o outro” dentro das operações que lhes são próprias é lugar-comum na ciência antropológica desde muito tempo, mas a concretização desse princípio tem se dado graças aos movimentos descolonização a partir da década de 1950 e das vertentes de estudos comprometidas com essas reformulações epistemológicas: estudos pós-coloniais, decoloniais e descoloniais são exemplos significativos.

A partir de uma mirada ancorada no interim do feminismo islâmico a antropóloga palestina-americana Lila Abu-Lughod (2012) questiona em texto homônimo se as “mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?”. Suas críticas voltam-se ao feminismo ocidental — que não vislumbrava a possibilidade de uma associação entre o islamismo e o feminismo — pois defendia que as tradições culturais e religiosas do islã impõem um patriarcado que é descrito e analisado em termos ocidentais. O que as feministas islâmicas estão propondo é desvincular a associação direta entre patriarcado e islamismo, elas mostram de forma contundente que essa relação é historicamente produzida e que é possível analisar as escrituras sagradas e as práticas sociais a partir de outras óticas. Em termos semelhantes, Edward Said (2007) aponta os perigos em torno da construção imagético-discursiva a respeito do Oriente formada no mundo ocidental. Para

ele, a construção de um Oriente místico, mágico e violento é o resultado, antes de mais nada, da formulação de estereótipos (por via da literatura, do cinema e das produções nas ciências sociais) pouco ancorados na realidade.

Evoco as provocações presentes nessas obras para pensar sobre as religiões de terreiro. O que Said e Abu-Lughod nos ensinam é que não se pode compreender o que chamamos de Oriente ou a condição das mulheres islâmicas sem considerar suas lógicas próprias de significação e simbolização. Redirecionando esses ensinamentos, devemos tanto problematizar as leituras que demonizam os terreiros quanto as visões idealizadas que mascaram os embates e complexidades internas.

Desse modo, os estudos que pretendem ser fies às realidades afro-ameríndias devem analisá-las a partir de suas amplas (con) tradições. A metáfora que aqui associa tradições e contradições no título dessa seção não tem por objetivo apontar a inexistência de coerências internas nesses espaços, mas positivar o termo contradições que sinaliza a possibilidade de convivência entre divergentes entendimentos para os mesmos fenômenos. Desse modo, é preciso salientar que:

Todas as tradições religiosas são móveis, circulares e associadas a variáveis espaciais e temporais.

As contradições em torno do gênero e da sexualidade nos terreiros são relativas à autonomia dos/as dirigentes, às narrativas que perpassam as diferentes tradições, aos saberes formulados no perímetro da família de santo ou da nação no caso do Candomblé e afins.

As contradições, no sentido de diferentes (e muitas vezes) divergentes modos de se perceber o gênero e a sexualidade elucidam que os terreiros são verdadeiras arenas onde convivem e convergem cosmologias ocidentalizadas e afro-ameríndias. Desse modo, não descredibilizo o matriarcado defendido por Landes ou a infinidade de teses que versam sobre a massiva presença de dissidências sexuais e de gênero, mas acredito que o esquema

mais complexo para o entendimento dessa realidade ainda é o defendido por Reginaldo Prandi (1996) que parte da diferença entre as religiões éticas (aquelas que articulam valores morais correntes no mundo secular com valores teológicos: o cristianismo, por exemplo) e as religiões mágicas (cujos condicionamentos mítico-rituais mantêm pouca relação com regimentos sociais extrarreligiosas).

As religiões mágicas, como é o caso das afro-ameríndias, são pouco afeitas à imposição de dogmas que se pretendem universais para todos os sujeitos. No Candomblé, as interdições variam de acordo com o orixá — devendo ser respeitadas por todos/as os/as filhos/as — enquanto outras orientações são individuais e acessadas pelos oráculos. No caso da Jurema Sagrada, algumas entidades viveram em zonas de transgressão: cangaceiros, assassinos, prostitutas... Essas entidades elaboram seus ensinamentos a partir das margens sociais e ofertam conselhos com a propriedade da experiência de vida, em vez de estimular a culpa entre quem recorre a elas. Os arquétipos femininos de algumas divindades e entidades nessas religiões dificultam a justificativa mítica para o patriarcado.

Uma questão que explica a ausência de dogmas nas religiões mágicas é o fato de essas terem seus saberes assentados majoritariamente na tradição oral. A oralidade não significa a ausência ou a incapacidade de escrita, pois oral e escrito não são sistemas de produção de sentidos antagônicos. A oralidade entre determinados grupos tem como objetivo salvaguardar as tradições das mortificações que a escrita pode provocar (Candau, 2011). Exercícios associados a oralidade como a capacidade de lembrar, guardar segredos ou transmitir narrativas, asseguram a unidade de grupos em torno de memórias coletivas comuns, ao passo que as memórias individuais também se dispersam. Onde a oralidade impera como mecanismo de transmissão-recepção de ensinamentos, os sentidos atribuídos ao sagrado e à condição dos sujeitos em suas múltiplas experiências são mais amplos. No que tange

às dinâmicas de gênero e sexualidade, a ausência de dogmas que execram corpos ou os moldam para os fins da salvação, garante a existência de LGBTQIAPN+ nos terreiros.

Me encaminho para o fim destas reflexões apresentando alguns argumentos em torno do massivo quantitativo de dissidências sexuais e de gênero nos terreiros sem desconsiderar os argumentos dos/as autores/as que porventura critiquei. Acredito que sempre existirá questões pouco respondidas quando buscamos causas únicas para explicar a presença de corpos nos terreiros que nas religiões hegemônicas são considerados abjetos. Os/as autores/as anteriormente citados/as em poucos ou nenhum momento(s) consideraram as tradições cristãs e suas cosmologias para discutir aquilo que elas rejeitam. A alternativa que proponho não é compreender o que as religiões hegemônicas execram por acreditar que isso será naturalmente concebido nas práticas subalternizadas. Porém, diferentemente das religiões éticas, os terreiros pretendem uma existência plena no aqui-agora e não o governo das almas que devem ser salvas. As práticas cristãs que se secularizaram no início da Modernidade, e “ensinaram” o Estado Moderno a operar sobre o corpo e a vida, amalgamam princípios cosmológicos com seculares e se associam a formas de dominação que incidem diretamente sobre os sujeitos em espaços vitimados pela influência colonial.

Talvez, a menor eficácia do dispositivo da sexualidade e das violências de gênero nos terreiros se justifique pelo fato de que as religiões afro-ameríndias não objetivam de forma generalizada um controle sobre os sujeitos como o cristianismo fez e faz. Não pretendo resolver a questão, mas chamar a atenção para um aspecto além do social, do teológico e do cosmológico: o político.

A massiva presença de mulheres e LGBTQIAPN+ nos terreiros não se explica pelo que essas religiões têm, mas pelo que elas não têm: uma cosmologia – historicamente associada à adequação política dos corpos e das condutas – que conflui para a salvação.

Considerações

Se pensarmos sobre a estrutura eclesiástica e ritual da tradição católica, os terreiros sempre serão perímetros matriarcais e povoados por LGBTQIAPN+, o que não nos impede de problematizar as contradições internas, os limites dessas narrativas e as incorporações de valores que não se ancoram nas antigas cosmologias africanas ou indígenas. É pertinente repetir que os debates entre tradição/modernidade, ancestralidade/reformulações improváveis, antigo/contemporâneo, põem as dinâmicas de gênero e sexualidade em uma encruzilhada complexa de debates e embates.

As iniciativas que visam restituir as cosmologias afro-indígenas – cantigas, utilização de determinadas folhas, modos de proceder nas cerimônias e outros aspectos subsumidos pelo domínio colonial escravista – deveriam incluir em suas agendas as relações de poder em torno dos corpos como forma de evidenciar que muito do que se entende sobre gênero e sexualidade entre as religiões afro-ameríndias é resultado de interferências ocidentais. Estudos importantes como os da socióloga nigeriana Oyèrónk Oyèwùmí (2021) são um provável caminho. Oyèwùmí não apenas propõe novas questões, mas forja um reposicionamento operacional quando mostra que o próprio entendimento de gênero como uma interpretação cultural dos sexos (supostamente determinados pela natureza) é uma invenção ocidental. Nas sociedades por ela estudada na iorubalândia, o gênero não se configura como um catalisador primeiro das relações entre os corpos, o dimorfismo sexual não determina papéis sociais e a visão, enquanto manifestação sensorial, não ocupa lugar de centralidade perante outras como o ouvir. A autora informa que o princípio de senioridade (idade cronológica) e as linhas familiares de sucessão são os mecanismos de organização das relações vigentes. Nessas sociedades, o gênero e a sexualidade não interferem nas hierarquias estabelecidas. Para os estudos das religiões afro-ameríndias, A

invenção das mulheres (Oyěwùmí, 2021) é fundamental, pois o texto nos conduz a refletir sobre supostas verdades espalhadas no âmbito dos terreiros que não se baseiam nos sistemas de crença e interpretações de mundo africanas ou ameríndias.

Lanço, enfim, essas provocações, a fim de refletirmos sobre religiões que salvaguardam saberes que permitem pensar as diferenças na contramão de estratégias de adequação política dos sujeitos. Como posto, as agendas que buscam restituir princípios africanos e indígenas nos terreiros — cantigas rituais, línguas, sistemas oraculares, mitos... — devem incorporar também o debate sobre os modos como os corpos eram concebidos entre as cosmologias ancestrais. Não se trata de prescrutar uma origem ideal, mas de buscar compreender como cosmologias ocidentais foram historicamente incorporadas nos terreiros e passaram a interferir nos modos como os corpos são concebidos e organizados. Nos debates entre modernidade e tradição é preciso evidenciar que a crítica às normatividades do gênero e da sexualidade não se trata de um modismo contemporâneo, mas de uma denúncia das interferências coloniais. A busca por esses saberes ancestrais deve significar mudança e a noção de mudança deve em algumas circunstâncias ser positivada. A mudança deve ser defendida como manutenção, e não destruição, de antigas tradições. Mudança é fluxo, movimento, potência, e como nos lembra Reginaldo Prandi (2005): religião que não muda, morre.

Referências

ABU-LUGHOD, L. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 451-470, mai./ago. 2012.

ANDRESON, J. L. **Ruth Landes e a cidade das mulheres: uma releitura da antropologia do candomblé**. Salvador: EDUFBA, 2019.

ASSUNÇÃO, L. C. **O reino dos mestres**: a tradição da jurema na umbanda nordestina. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

AZEVEDO, N. D.; MEDEIROS, L. G. Espacialização do sagrado: construções espaciais e identitárias dos “terreiros traçados” em Campina Grande-PB. REVER: Revista de Estudos da Religião, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 275-291, mai/ago. 2020.

BIRMAN, P. **Fazer estilo, criando gêneros**: possessão e diferenças de gênero em terreiros de umbanda e candomblé do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edições UERJ/Relume Dumará, 1995.

BRAGA, J. Candomblé da Bahia: a cidade das mulheres e dos homens. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, E. “Uma falseta de Artur Ramos”. In: _____, **Ladinos e crioulos**: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964. pp. 223-227.

DANTAS, B. G. **Vovó nagô e papai branco**: usos e abusos da África no Brasil. São Paulo: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade IV**: As confissões da carne. Lisboa: Relógio D’Água, 2019.

FREYRE, G. **Assombrações do Recife Velho**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FRY, P. *Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros*. In: _____. **Para inglês ver**: Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. P. 54-86

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LANDES, R. **A cidade das mulheres**. Tradução: Maria Lucia do Eirado Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

MATORY, J. L. Homens montados: homossexualidade e simbolismo da possessão

Nas religiões afro-brasileiras. In: REIS, João José. **Escravidão e invenção da liberdade**: Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. pp. 215-231.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

PRANDI, R. **Segredos Guardados**: Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PRANDI, R. **Herdeiras do Axé**: sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

RANKE-HEINEMANN, U. **Eunucos pelo reino de Deus**: Igreja Católica e sexualidade – de Jesus a Bento XVI. Tradução: Paulo Fróes e Débora Donadel. 5 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

RIBEIRO, R. "Personality and the psychosexual adjustment of Afro-Brazilian cult members", in: *Journal de la Société des Americanistes*, Tomo LVIII, 1969 pp. 109-120.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 4, n. 05, p. 17-44, jan/jun. 2012.

RODRIGUES, N. **O animismo fetichista dos negros baianos**. 2. Ed. Salvador: P55 Edições, 2014.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALLES, S. G.. À sombra da Jurema encantada: mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra. Recife: Editora UFPE, 2010.

SAMPAIO, D. S. Catimbó e Jurema: uma recuperação e uma análise dos olhares pioneiros. *Debates do NER*, Rio Grande do Sul, n. 30, p. 151-194. 2016.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para análise histórica". In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista hoje**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp. 49-80.

SILVA DOS SANTOS, M. Retrospectiva antropológica sobre a homossexualidade nas religiões afrobrasileiras. *Interações: Cultura e Comunidade*, Minas Gerais, vol. 4, n. 5, p. 65-80. 2009.

Autoras e Autores

Edil Ferreira da Silva

Mestrado em Serviço Social (UFPB) e doutorado em Saúde Pública (COC-RJ). Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde (PPGPS/UEPB) e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS/UEPB) e professor do Departamento de Psicologia (UEPB). Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: Saúde do Trabalhador, análise do trabalho, análise da atividade, gestão do trabalho, prazer e sofrimento no trabalho, Divisão sexual do trabalho, Racismo e Trabalho.

Emannuely Maria da Silva Santos

Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Licenciada em Sociologia pela Universidade Estadual da Paraíba.

Geovanya Sonally Araújo de Oliveira

Advogada OAB 27786, Pós-graduada em Direito e Prática Penal e Processual Penal, e em Comunicação Jurídica, Mestranda em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Áreas de interesse e pesquisa são: Direito Penal, Direitos Humanos, Estudos Raciais e de Gênero.

Jasbir K. Puar

Professora e Diretora de pós-graduação de Estudos sobre Mulheres e Gênero na Rutgers University, Nova Jersey, EUA, onde integra o corpo docente desde 2000. Suas pesquisas tem foco em teoria

queer, estudos críticos sobre deficiência, biopolítica e pós-colonialismo. Sua pesquisa explora as interseções de corpo, capacidade, debilidade e políticas de estado, concentrando-se em temas como sexualidade, raça e a economia da violência e vulnerabilidade. Puar é autora do premiado livro *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times* (2007) e do mais recente *The Right to Main: Debility, Capacity, Disability* (2017).

Jessyka Kaline Augusto Ribeiro

Doutora em Serviço Social pela UERJ, mestra em Serviço Social pela UFRN e graduada em Serviço Social pela UEPB. Integrante do NINETS (Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais - UEPB) e do RESSEGE (Rede de Serviço Social, Sexualidade e Diversidade de Gênero-UFRJ). Professora Substituta na Faculdade de Serviço Social da UERJ, Assessora técnica na Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável do Estado do Rio de Janeiro com atuação na Superintendência da Pessoa Idosa. Assistente Social na Casinha Acolhida LGBTI+, e co-criadora da Coletiva Feminista Papel Mulher.

Jussara Carneiro Costa

Doutora pelo PPGNEIM/UFBA. Atualmente coordena o Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais (NINETS) da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, onde atua como professora e pesquisadora a partir do curso de graduação Serviço Social e da Linha de Pesquisa em Gênero, Diversidade e Relações de Poder, do PPGSS-UEPB. Além de uma de editoras desta coletânea, tem desenvolvido práticas acadêmicas voltadas à problematização da relação entre processos de categorização e classificação social das populações humanas baseados em elementos como raça, sexo e gênero e os processos de violência epistêmica associados à colonialidade.

Kelly Alves de Souza

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco/PPGSS-UFPE; Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/PPGSS-UEPB; Integra o Núcleo de Intervenções e Investigações em Tecnologias Sociais/NINETS-UEPB; Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Direitos Sociais/NEPPS-UFPE.

Layliene Kawane de Souza Dias

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Sua pesquisa foca no debate sobre diversidade sexual e de gênero no processo de formação profissional em Serviço Social.

Lucas Gomes de Medeiros

Doutor em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Desenvolve pesquisas com enfoque na História das religiões, cosmo percepções afro-ameríndias, memória, oralidade e tradições orais. Outros temas de interesse são os marcadores sociais da diferença, a saber: gênero, sexualidade, raça e território. Integrante do NINETS (Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais - UEPB).

Luiz Carlos da Costa Braga Junior

Mestrando em Serviço Social (PPGSS-UEPB), Membro do NINETS. Graduado em Serviço Social - UEPB. Estágio no Centro de Referência Estadual LGBTQIAP+ Luciano Bezerra Vieira (Campina Grande-PB), onde desenvolveu um Plano de Ação voltado para capacitação profissional de usuárias/os, visando a inclusão no mercado de trabalho formal. Desde então, tem se dedicado a

pesquisar sobre as minorias sociais que são historicamente marginalizadas e violadas em seus direitos.

Nerize Laurentino Ramos

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2009), mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1999), graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1988). Atualmente, é professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba. nerize@servidor.uepb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5010-5335>

Robson de Oliveira

Graduado (2010), Mestre (2014) e Doutor (2019) em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Desde 2019, é docente do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Suas pesquisas abarcam os espaços sócio-ocupacionais das assistentes sociais por meio da análise institucional, a eugenia como racionalidade racista, sua progressão histórica e as novas tecnologias que a incorporam na contemporaneidade, além da plataformização do trabalho e produção/reprodução material e imaterial. A abordagem teórico-política dessas pesquisas é fundamentada por meio da intersecção do pensamento de intelectuais como Karl Marx, Michel Foucault, Wendy Brown e Angela Davis.

Romualdo da Silva Sales

Doutor em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG). Mestre em Sociologia (PPGS/UFPB). Licenciado em Ciências Sociais (UFCG). Bacharel em Serviço Social (UEPB). Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia e Antropologia, atuando nos seguintes temas: governamentalidade e marcadores sociais da diferença na escola; estudos de gênero e sexualidade. Também

possui interesse nas áreas de antropologia da performance, estudos étnicos-raciais e sociologia do trabalho.

Victor Rafael Limeira-DaSilva


Doutor em História e Filosofia das Ciências. Desenvolveu pesquisa de doutorado junto ao Dana Research Centre do Science Museum London com foco nos discursos antropológicos sobre os povos indígenas da América do Sul. Atualmente é pós-doutorando na Linha de Pesquisa em Gênero, Diversidade e Relações de Poder do PPGSS-UEPB. Victor tem pesquisado principalmente sobre ciência “racial”, culturas científicas, gênero e ciência, e em sua pesquisa atual, sobre a apropriação dos conceitos sócio-científicos de raça e gênero na institucionalidade estatal brasileira no contexto de emergência das ciências sociais aplicadas no Século XX.

Os textos oferecidos nesta coletânea cobrem desde os postulados teórico-epistemológicos da lógica racional de dominação amparada pelo discurso científico até as experiências locais que manifestam sentidos de ruptura com o arcabouço de compreensão das diferenças humanas apropriado e adensado pelo Estado e suas instituições. Sem pretender encontrar uma voz uníssona, esta coletânea parte de uma mirada transdisciplinar, multi-metodológica e pluri-epistêmica, o que implica na possibilidade de enriquecer nossa capacidade de ler os mesmos sujeitos e grupos sociais a partir de diversas perspectivas e outras formas de investigar e intervir.

Editores

ISBN 978-85-7879-885-7



 **eduepb**